



Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Pedro Rocha Fleury Curado**

**A Guerra Fria e a “cooperação ao desenvolvimento” com os países  
não-alinhados: um estudo de caso sobre o Egito nasserista  
(1955-1967)**

Rio de Janeiro  
2014

Pedro Rocha Fleury Curado

A GUERRA FRIA E A “COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO” COM OS PAÍSES  
NÃO-ALINHADOS: um estudo de caso sobre o Egito nasserista  
(1955-1967)

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Orientador: Dr. Daniel de Pinho Barreiros

Rio de Janeiro  
2014

## FICHA CATALOGRÁFICA

C975 Curado, Pedro Rocha Fleury.

A Guerra Fria e a “cooperação ao desenvolvimento” com os países não-alinhados : um estudo de caso sobre o Egito nasserista ( 1955-1967) / Pedro Rocha Fleury Curado. -- 2014. 246 f. ; 31 cm.

Orientador: Daniel de Pinho Barreiros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2014.

Bibliografia: f. 228-246.

1. Egito. 2. Cooperação internacional. 3. Guerra Fria. 4. Não-alinhamento. 5. Industrialização periférica. I. Barreiros, Daniel de Pinho. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327

Pedro Rocha Fleury Curado

Título: A Guerra Fria e a “cooperação ao desenvolvimento” com os países não-alinhados: um estudo de caso sobre o Egito nasserista (1955-1967)

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Aprovada em 6 de maio de 2014.

\_\_\_\_\_  
(Dr. Daniel de Pinho Barreiros, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

\_\_\_\_\_  
(Dr. José Luis da Costa Fiori, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

\_\_\_\_\_  
(Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

\_\_\_\_\_  
(Dr. Bernardo Kocher, Universidade Federal Fluminense)

\_\_\_\_\_  
(Dr. Luís Edmundo de Souza Moraes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

## **AGRADECIMENTOS**

Algumas pessoas contribuíram de maneira significativa para a realização deste trabalho. Mencionarei aqui alguns nomes que guardo com apreço pelo estímulo e apoio fornecido ao longo da pesquisa. Agradeço primeiramente ao meu orientador Daniel de Pinho Barreiros, por haver aceitado me orientar e sempre me incentivado a seguir com o tema de pesquisa. Agradeço igualmente ao professor Hamit Bozarslan, por haver supervisionado meu estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris) durante o ano letivo 2012-2013, e por haver contribuído significativamente para o enriquecimento deste texto. Agradeço aos professores e pesquisadores que, através de aulas, conversas ou sugestões, contribuíram tanto para o enriquecimento do texto como para o meu entendimento da área de estudos. Entre eles, gostaria de destacar os nomes de Franklin Trein, José Luis Fiori, Williams Gonçalves, Luiz Edmundo Moraes, Bernardo Kocher, Andrés Ferrari, Numa Mazat, Luiz Pinto, Henry Laurens, Maurice Aymard, Michael Lowy, Alain Gresh, Yuri Martins-Fontes, Argus Romero, Gilberto Geribola, André Bourgey, Túlio Sene, Wirya Dakl e Idrissú.

Agradeço aos meus familiares. Aos meus pais, por me servirem de exemplo e pelo incansável apoio, inclusive para a revisão dos textos. Ao meu irmão Marco e ao meu primo Roberto, pelo companheirismo.

Quero ainda agradecer, de maneira especial, a minha companheira Juliana, por estar comigo ao longo de todo o percurso e por me ajudar em tudo.

Por fim, agradeço às agências de fomento: ao CNPq, pela bolsa de doutorado (entre março de 2011 e fevereiro de 2012); À Faperj, pela “Bolsa nota 10” (em dois períodos, sendo o primeiro entre março de 2012 e outubro 2012, e o segundo entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014); À Capes, pela “Bolsa doutorado-sanduíche” (entre novembro de 2012 e agosto de 2013). O suporte financeiro trazido por estas agências foi fundamental para a realização deste trabalho.

## RESUMO

CURADO, Pedro R.F. A Guerra Fria e a “cooperação ao desenvolvimento” com os países não-alinhados: um estudo de caso sobre o Egito nasserista (1955-1967). Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Ao longo desta pesquisa buscamos analisar o impacto da Conferência de Bandung e da emergência do movimento dos não-alinhados na dinâmica da guerra Fria e nas relações estabelecidas entre Estados Unidos, União Soviética e os novos países “neutros”. Em particular, destacamos a relação entre a implementação dos programas de “cooperação ao desenvolvimento” de ambas as superpotências e a nova gama de países neutralistas na periferia global. O objetivo é identificar, através da perspectiva da geopolítica, sob quais condições a política externa neutralista pôde servir como uma ferramenta efetiva para a viabilização de programas de desenvolvimento socioeconômicos nos Estados pós-coloniais. Para este fim, nós propomos um estudo da política externa egípcia e sua relação com Estados Unidos e União Soviética no que concerne a formalização de acordos de cooperação econômica (técnica, financeira, comercial) e militar (técnica, armamentos). O período faz referência ao auge da política neutralista egípcia durante o governo do presidente Gamal Nasser, entre a Conferência de Bandung (1955) e a Conferência de Cartum (1967). Para o contexto descrito, defendemos o seguinte ponto de vista: o Estado egípcio pôde extrair vantagens dos acordos de cooperação internacional durante a Guerra fria enquanto foi capaz de projetar a si mesmo, e por vezes ao seu entorno regional, como os novos espaços de confrontação da rivalidade bipolar. Dito de outro modo, a projeção de poder estatal sobre a esfera regional permitiu ao neutralismo egípcio multiplicar as zonas de fricção do conflito bipolar sobre o Oriente Médio, fortalecendo sua estatura internacional e, conseqüentemente, a condição de “ponte” entre os interesses das duas superpotências e o entorno árabe.

Palavras chaves: não-alinhamento, Egito, Guerra Fria, ajuda externa, industrialização periférica.

## **ABSTRACT**

CURADO, Pedro R.F. A Guerra Fria e a “cooperação ao desenvolvimento” com os países não-alinhados: um estudo de caso sobre o Egito nasserista (1955-1967). Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

In this research, we intend to analyze the impact of the Bandung Conference and the emergence of the non-aligned movement within the dynamics of the Cold War and the relations established between the United States, the Soviet Union and the new 'neutral' states. In particular, it will be highlighted the relationship between the implementation of the 'cooperation for development' programs concerted by both superpowers and the new neutralist world of peripheral countries. The objective is to identify, from the perspective of geopolitics, under what conditions the 'neutrality' policy could serve as an effective tool for the viability of economic and social development programs of the new post-colonial countries. To this end, we propose a case study on Egyptian foreign policy and its relationship with the United States and the Soviet Union concerning formalization of economic (technical, financial, commercial) and military (technical, weapons) cooperation agreements. The period comprises the pinnacle of Egyptian neutralism policy during the government of Colonel Gamal Nasser, i.e., between the Bandung Conference (1955) and the Khartoum Conference (1967). For the described context, we argue the following point of view: the State of Egypt could extract advantageous international cooperation agreements during the Cold War while it was able to project itself, and sometimes even their regional environment, as the new epicenters of intensification of the bipolar rivalry. Put another way, the Egyptian power projection on the regional sphere allowed the Egyptian neutralism to multiply the friction zones of the bipolar conflict in the Middle East while it strengthened its international stature and, consequently, the condition of 'bridge' between the interests of the two superpowers and the Arab regional environment.

Key words: non-alignment, Egypt, Cold War, foreign aid, peripheral industrialization.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 O NEUTRALISMO E A “COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO” NO MUNDO BIPOLAR .....</b>	<b>22</b>
1.1 O conceito de “desenvolvimento” e a política externa das superpotências no pós-segunda grande guerra. ....	23
1.2 A “promoção ao desenvolvimento” além-fronteiras na política externa estadunidense. ....	31
1.3 A “promoção ao desenvolvimento” além-fronteiras na política externa soviética. ....	36
1.4 Bandung e o terceiro mundismo diante da Guerra Fria. ....	45
1.5 Suez e um modelo de projeção externa do “neutro”. ....	53
<b>2 O ORIENTE MÉDIO E A POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA.....</b>	<b>58</b>
2.1 Uma breve discussão sobre os condicionantes histórico-geográficos do sistema de Estados do Oriente Médio. ....	59
2.1.1. Primeiro polo de povoamento regional: o vale do Nilo. ....	61
2.1.2. O Crescente Fértil .....	64
2.1.3. A península arábica .....	66
2.1.4. A península anatólica .....	67
2.1.5. O planalto iraniano .....	69
2.1.6. As raízes modernas do expansionismo egípcio.....	72
2.2 O Egito e a formação do sistema de Estados do Oriente Médio .....	78
2.2.1 O movimento nacionalista árabe .....	81
2.2.2 O Egito como epicentro tardio do movimento pan-árabe .....	91
2.3 O Egito e a geopolítica subjacente ao pan-arabismo nasserista. ....	95
<b>3 NEUTRALISMO E EXPANSIONISMO REGIONAL .....</b>	<b>105</b>
3.1 Revolução, nacionalismo e neutralismo: uma breve contextualização do período pré-Bandung.....	106
3.2 O engajamento na luta contra o colonialismo entre 1955 e 1957.....	111
3.2.1 O impacto do Pacto de Bagdá na política regional egípcia.....	111
3.2.2 A resposta americana à projeção egípcia .....	117
3.2.3 O Egito e o entorno árabe: a Jordânia e o Iraque. ....	118
3.2.4 A Síria e o Plano Chepilov .....	121
3.2.5. A reação iraquiana .....	123
3.3 A projeção egípcia sobre o Crescente Fértil entre 1958 e 1961 .....	124
3.3.1. A RAU e o novo governo iraquiano .....	126
3.3.2. Nasser e os últimos anos do governo Eisenhower .....	127
3.3.3. O esfriamento das relações entre Cairo e Moscou. ....	129
3.3.4. O fim da República Árabe Unida.....	130
3.4 A projeção egípcia sobre a península Arábica entre 1962 e 1964.....	132
3.4.1. O engajamento soviético na Guerra do Iêmen .....	135
3.4.2. A relação conflitante entre o Egito e os Estados Unidos .....	138
3.4.3. A ascensão da Arábia Saudita como potência árabe rival ao nasserismo .....	144



3.5. A crise do neutralismo entre 1965 e 1967 .....	146
3.5.1. Da Guerra dos Seis Dias à Conferência de Cartum. ....	152
3.6. O neutralismo a serviço de uma política de potência .....	157
<b>4 NEUTRALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO .....</b>	<b>165</b>
4.1 O desenvolvimento egípcio a partir da dupla dependência externa: a divisão de funções nas ofertas de Estados Unidos e União Soviética. ....	166
4.1.1. Os Estados Unidos e o Egito nos primeiros anos de governo dos Oficiais Livres (1952-1955).....	168
4.1.2. “Food for peace” .....	172
4.1.3. A ajuda soviética.....	176
4.1.4. O comércio internacional entre o Egito e os dois blocos da Guerra Fria.....	182
4.2 A industrialização e a nova estrutura do poder egípcio.....	190
4.2.1. As primeiras reformas político-econômicas do período pré-Bandung (1952-1955) .....	193
4.2.2. A expansão do setor público pós-Suez .....	197
4.2.3. O “socialismo árabe” .....	200
4.2.4. Neutralismo, industrialização e projeção regional .....	206
4.3 O projeto de potência nasserista .....	207
4.4 O Egito como a fábrica do “mundo árabe”. .....	212
4.4.1. O processo de subordinação econômica da Síria durante os anos da RAU (1958-1961) .....	215
4.4.2. Capitalismo de Estado e pan-arabismo .....	216
4.4.3. Comentários finais sobre a relação entre a política doméstica e a exterior .....	220
<b>5 CONCLUSÃO: DE BANDUNG À CARTUM, O CICLO POLÍTICO DO EQUILIBRISTA.....</b>	<b>224</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>228</b>

## INTRODUÇÃO

Após a Conferência de Yalta, em 1945 e, principalmente, após a Doutrina Truman estadunidense (1947), a Guerra Fria, isto é, o conflito pela supremacia global que opunha Estados Unidos e União Soviética, passa a estruturar as relações interestatais do sistema internacional em dois blocos de poder antagônicos, diferenciados entre si pela autoproclamada defesa de um determinado modo de produção (capitalista ou comunista). Simultaneamente à construção dessa nova Ordem Mundial bipolar ocorre o processo de descolonização dos Estados da África e Ásia, já em curso desde o entre-Guerras, mas que adquire força no pós-Segunda Grande Guerra com a perda de poder relativo das antigas potências coloniais, França e Grã-Bretanha. Tal fenômeno provoca uma nova corrida entre Estados Unidos e União Soviética para ocupar o vácuo de poder deixado sobre as antigas zonas coloniais. Neste ponto, os programas de “ajuda” às novas nações independentes, então em vias de se construírem e viabilizarem como Estados-nações modernos dentro do sistema internacional, tornam-se um instrumento efetivo de política externa, empregado por ambas as superpotências, para recrutar aliados no dito “Terceiro mundo”. Aos novos governos nacionalistas independentes, esperava-se que, em troca do engajamento político com programas de ajuda econômica e militar, estes respondessem com fidelidade política ao bloco provedor. As formas de “ajuda” variavam em termos políticos, econômicos, técnicos e financeiros. O país provedor orientava sua política de assistência em função do peso geoestratégico que o Estado-cliente pudesse representar no jogo da Guerra Fria.

O movimento dos países “não-alinhados” ao conflito bipolar nasce em meio à dinâmica de transposição da Guerra Fria para os novos Estados emergentes da descolonização. Herdeira das reivindicações políticas do movimento Afro-Asiático, a Conferência de Bandung (Indonésia) de 1955 irá servir como marco político para um conjunto de países da periferia global reivindicarem um *status* “neutro” face ao conflito entre os blocos da Guerra Fria, em particular porque, após um processo de luta interna pela emancipação do jugo colonial, a adesão a qualquer um dos blocos era percebida por muitos como uma nova forma de subjugação nacional aos interesses externos. Os principais Estados representativos dessa nova postura “terceiro-mundista” nas relações internacionais foram o Egito de Gamal Nasser, a Índia de Nerhu, a Iugoslávia de Tito e a Indonésia de Sukarno. Posteriormente, juntar-se-iam outros líderes históricos daquilo que também passou a ser chamado de

“movimento dos não-alinhados”, como a Argélia de Ben Bella e o Gana de Nkrumah. As Conferências internacionais dos não-alinhados tornaram-se frequentes durante os anos de Guerra Fria, e reuniriam formalmente representantes de grande parte dos novos países criados com o processo de descolonização.

O surgimento do “não-alinhamento” ou “neutralismo” colocou um problema novo para a política externa de Estados Unidos e União Soviética direcionada ao “Terceiro mundo” emergente. A força política e publicitária do “não-alinhamento”, assim como sua amplitude, averiguada a partir do número de países participantes em cada reunião, terminou por constranger os estrategistas de ambas as superpotências à reorientarem suas respectivas estratégias de projeção estatal sobre a periferia global. Nesse processo, os programas de “cooperação ao desenvolvimento” passaram a ser direcionados também para países que não fossem formalmente aliados a um bloco ou outro. Por outro lado, sob a perspectiva do Estado neutralista, uma política externa orientada para o não-alinhamento permitia construir um posicionamento ambíguo face ao conflito global, onde a barganha por programas de “ajuda” pudesse ser feita junto aos dois blocos, sem o constrangimento de responder com fidelidade política incondicional ao país provedor.

O presente trabalho abordará como tema a forma como se deu a “cooperação ao desenvolvimento” entre as superpotências da Guerra Fria (isto é, Estados Unidos e União Soviética) e os países não alinhados. Para tanto, propomos um estudo de caso sobre a política externa neutralista do governo egípcio entre 1955 e 1967. Valendo-nos do caso egípcio, nosso objetivo será localizar e identificar as condições nas quais o neutralismo representou uma ferramenta efetiva de política externa a serviço da estratégia de potencia estatal nacional, estando esta organizada em torno de um programa de industrialização acelerado e do aparelhamento da Forças Armadas. A “eficácia” do neutralismo será discutida e medida tomando-se em conta as circunstâncias históricas nas quais os acordos de “cooperação ao desenvolvimento”, extraídos de ambos os blocos da Guerra Fria, foram formulados e implementados. A perspectiva aqui seguida será, portanto, a de um país receptor dos benefícios ofertados pelos acordos de cooperação, cujo *status* internacional fosse justamente o de não-alinhado (ou neutralista). A questão central que buscaremos responder, por conseqüência, será a seguinte: tendo em vista a clivagem bipolar do sistema internacional, a adoção de uma política externa orientada pelo não-alinhamento pôde servir aos objetivos de potência econômica e militar do governo egípcio? Se sim, como e por que isso teria sido possível?

*Problematizando a questão da “ajuda externa” a um Estado “neutralista”.*

Face a esta questão central, deriva uma primeira constatação sobre a importância da ajuda externa para o mundo periférico “emergente” do pós-Segunda Guerra. Se observarmos em retrospectiva, é conhecida, na literatura especializada, a importância que o plano Marshall americano possuiu para a reconstrução da Europa, naquilo que seria um exemplo do peso da “ajuda externa” para a recuperação dos países destruídos pela guerra. O contexto interno dos novos países africanos e asiáticos que se tornam independentes do jugo colonial, entretanto, era outro. Ali, os projetos políticos, em sua maioria, estavam direcionados para a construção de uma nação e de um Estado, com suas instituições públicas, poder interno consolidado, sociedade civil organizada, representações políticas, economia nacional, relações exteriores, etc. Ao contrário da Europa, suas carências não eram condicionadas pela destruição provocada pela guerra, mas advinham sim do fato de tais governos independentes se verem subitamente constrangidos a se viabilizarem como um Estado moderno onde antes existia uma província colonial ou um protetorado europeu.

Nestes novos países, as pressões externas pela transformação das técnicas de produção no sistema econômico nacional, assim como no modo de organização social e militar diziam respeito, em última instância, à própria sobrevivência destes novos Estados como entidades políticas autônomas (ao menos, no plano formal) do sistema internacional. Dito de outro modo, era preciso “ocidentalizar” as técnicas de gestão da máquina estatal, centralizar e legitimar o poder na esfera pública, além de “modernizar” o sistema produtivo, o sistema tarifário e o padrão de acumulação interno, criando com isso uma economia nacional a partir de uma inserção comercial internacional herdada do período colonial. Os programas de desenvolvimento econômico que apontassem para um crescimento acelerado e a industrialização, vista na época como a expressão maior do desenvolvimento, passariam a ser adotados em massa pelos governos nacionalistas destes Estados emergentes.

A dependência de “ajuda externa” de uma potência internacional (ou mais de uma), dotada do domínio de certas técnicas de gestão e *know-how* tecnológico, além de capacidade investidora, tornava-se assim crucial para a viabilização dos projetos “nacional-desenvolvimentistas”. Isso porque tal “ajuda” representava um meio de acelerar a implementação de programas-chave de desenvolvimento econômico que, sob condições econômicas normais, não seriam possíveis. Entre os novos governos nacionalistas da periferia, buscava-se, em maior ou menor grau, facilidades para a aquisição de empréstimos internacionais, auxílio técnico para a implantação de um parque industrial, a modernização

das técnicas de produção agrícolas e o fornecimento de armas e aparelhos de guerra para garantir a segurança territorial do país, para citar alguns aspectos fundamentais comuns.

Essa dependência política e econômica externa das novas nações do Terceiro Mundo explica, em parte, porque os programas de “cooperação ao desenvolvimento” foram utilizados por Estados Unidos e União Soviética como parte importante de sua política externa para os Estados da periferia global. Animados pela pressão competitiva da Guerra Fria, as duas superpotências buscavam controlar as zonas geoestratégicas do globo. A valorização dos novos países “emergentes”, do ponto de vista das superpotências, ocorria de modo heterogêneo, hierarquizado pela ordem de prioridades assumidas em função dos interesses dispostos sobre cada região.

Assim, um país do Terceiro-mundo poderia ser mais ou menos importante para o jogo da Guerra Fria conforme indicassem determinados fatores de ordem geopolítica, tais como: 1) seu posicionamento geográfico estratégico para a segurança de rotas comerciais marítimas ou terrestres, assim como a importância do acesso aos seus portos para a estratégia naval das superpotências, 2) seu posicionamento geográfico, a serviço de um dos blocos, para a contenção da projeção de poder político ou territorial do bloco opositor, 3) sua posse sobre recursos energéticos, 4) suas características econômicas, militares e políticas, 5) pelo engajamento político de governos nacionais que, em associação aos objetivos de uma determinada potência, combatessem internamente organizações políticas simpáticas ou filiadas ao bloco antagônico.

Além desses fatores, a internalização da Guerra Fria para a ordem política dos novos Estados, com a criação de partidos liberais e comunistas, representava em si uma forma de inserção na dinâmica do conflito global. Em suma, as pressões do sistema internacional exerciam papel decisivo, modelando a maneira como se organizavam os novos Estados através de suas representações políticas e sociais. Para aqueles Estados da periferia que fossem aliados ou próximos a uma determinada potência, seriam direcionadas, por parte da potência rival, diferentes estratégias visando o boicote econômico e o isolamento político internacional. O Terceiro Mundo, com isso, compunha um teatro vivo da Guerra Fria, e a prioridade dada por Estados Unidos e União Soviética sobre determinados Estados ou regiões periféricas provinha do peso geopolítico que estas pudessem representar para a evolução do conflito bipolar.

A rivalidade competitiva entre as duas superpotências produzia, portanto, a valorização de certas zonas do Terceiro Mundo como espaços privilegiados do conflito da Guerra Fria. A primeira conclusão que retiramos disso é que uma análise sobre os

condicionantes da “ajuda externa” a um país da periferia “emergente” no contexto da Guerra Fria não pode estar dissociada da dimensão geopolítica.

### *O caso do neutralismo egípcio*

O aspecto geopolítico é, portanto, uma dimensão crucial que integra o processo de formulação e implementação dos programas de “cooperação ao desenvolvimento”, sendo que nos interessa aqui buscar extrair dele algumas questões. Do ponto de vista do país receptor de “ajuda externa”, como sua importância geopolítica para a Guerra Fria poderia ser manipulada? Representaria ele um mero receptáculo passivo dos constrangimentos externos advindos do conflito bipolar? Sua dita importância geoestratégica para o conflito era “natural” ou poderia ser forjada por uma projeção de poder estatal sobre, por exemplo, seu entorno regional imediato? E no caso dos Estados neutralistas, o peso geopolítico poderia consistir numa arma efetiva para a extração do comprometimento de ambas as superpotências com programas de “ajuda”?

No caso do Egito, a postura neutralista face a Guerra Fria era uma dimensão estruturante de sua política externa, mas não era a única. Alçado ao papel de liderança “terceiro-mundista” e “pan-arabista”, o Egito de Gamal Nasser possuía uma agenda internacional própria e associada ao intervencionismo político e militar sobre seu entorno regional. A conquista de uma estatura política internacional na condição de um dos líderes do anticolonialismo e da emancipação do “povo árabe” serviu, neste caso, para redimensionar a importância geopolítica do Egito face a Guerra Fria. Neste ponto, evoca-se a relação entre duas dimensões da política externa. A primeira delas, de caráter passivo, estaria definida pelo papel subordinado ao jogo da Guerra Fria, onde a relação do Estado neutralista com ambas as superpotências era estrategicamente expressa através dos acordos de “cooperação ao desenvolvimento”. Na segunda dimensão, ativa, se reportaria a um movimento de projeção do poder estatal sobre a esfera regional, que serviria para reforçar a estatura internacional do Egito como “liderança árabe”. A maneira como a projeção de poder regional do Egito neutralista impacta sobre os interesses regionais das duas superpotências irá responder, em parte, pelo valor geoestratégico que aquele país terá dentro do jogo da Guerra Fria.

Já com relação à “utilidade” da ajuda externa extraída junto às superpotências a partir da condição neutralista, seu valor deve ser medido em relação aos projetos de transformação da base econômico-social-militar existentes dentro do Estado receptor. Neste ponto, é preciso fazer uma contextualização. Os anos 1950 e 1960 foram representativos no que concerne a

hegemonia das teorias desenvolvimentistas entre os economistas e os cientistas políticos. Tanto os programas de “ajuda” estadunidense como soviético expressavam, do ponto de vista teórico, a valorização do processo de industrialização da periferia como forma de produzir o “desenvolvimento”, entendido como sinônimo de “progresso” ou “modernização”. O projeto de poder egípcio, expresso através de seus principais programas de desenvolvimento econômico e aparelhamento militar, não escapava desse paradigma maior de seu tempo: buscava-se viabilizar um processo de industrialização massiva, que fosse capaz de incrementar a renda nacional, melhorar o nível médio de vida e fortalecer a segurança do Estado face às ameaças externas. A relação Estado-economia nacional representa, também ela, uma das dimensões da política externa neutralista, a partir do momento em que o resultado do neutralismo se expressa na viabilização, através da “ajuda externa”, de programas de desenvolvimento econômico estratégicos.

Assim, nossa abordagem ao longo do texto será fundamentalmente geopolítica, e se servirá do apoio da história e da economia para responder à demanda de uma pesquisa interdisciplinar, como pressupõe a natureza da questão que nos orienta. A política externa será nosso objeto de estudo por excelência, sendo nossa proposta investigar tanto as circunstâncias históricas que a produzem como seus efeitos sobre a política e a economia interna. Entendemos, para tanto, que uma determinada ação estatal no sistema internacional é moldada pela interconexão de determinantes externos e domésticos. Essa correlação será fundamental para o entendimento da “efetividade” que o neutralismo possui para a viabilização dos programas de desenvolvimento-chave do governo nasserista.

### *A hipótese*

Nossa hipótese busca destacar o papel do Egito não somente como um ator reativo às circunstâncias determinadas pelos constrangimentos próprios do sistema internacional, mas também como um agente transformador deste sistema a partir da margem de manobra existente a sua disposição, cujos condicionantes internos e externos são histórica e geograficamente determinados. Para tanto, tratamos de relevar a importância de sua política externa expansionista para a intensificação de seu papel geoestratégico no conflito entre as superpotências da Guerra Fria. Será a partir da construção de uma zona de influência política e militar regional que o Egito arregimentará meios para agir na fricção de interesses localizados de Estados Unidos e União Soviética, reforçando sua condição de “ponte” entre as pressões competitivas do sistema internacional e o Oriente Médio.

Dito de outra maneira, o neutralismo, para que possuísse um sentido prático como orientação de política externa, dependia da existência de um estado de confrontação latente entre as superpotências por um objetivo determinado no tempo e no espaço. No caso do neutralismo egípcio, observamos como o governo nasserista utilizou sua influência regional para intervir no confronto dos interesses de Estados Unidos e União Soviética sobre o Oriente Médio. A projeção da influência regional egípcia ampliava sua capacidade de agir e provocar novas zonas de fricção dentro do conflito bipolar, reforçando seu peso geopolítico para a Guerra Fria.

Sob este ponto de vista, a política externa neutralista egípcia sobrevivia do acirramento da competição interestatal entre as superpotências sobre seu próprio espaço territorial e o de seu entorno regional. Como resultado, ampliavam-se os meios de barganha por parte do governo Nasser e maximizavam-se os acordos de “cooperação ao desenvolvimento” extraídos junto aos Estados Unidos e à União Soviética, sem que para tanto existisse a necessidade, da parte egípcia, de submeter a filiação de seu país a um dos dois blocos antagônicos. Em suma, nossa hipótese busca evidenciar, como ponto central, a relação entre a viabilidade da política neutralista e o movimento expansionista do poder estatal egípcio sobre seu entorno regional imediato, estando um condicionado ao outro de maneira constitutiva. A possibilidade de se obter vantajosos acordos de “cooperação ao desenvolvimento” com ambas as superpotências, de maneira a permitir a implantação de um programa de desenvolvimento econômico doméstico multidependente, esteve portanto diretamente associado a um determinado modo de inserção política no jogo da Guerra Fria.

Para o embasamento desta tese, abordaremos a questão de maneira interdisciplinar, destacando as características regionais, domésticas e internacionais que, de maneira sincronizada permitiram, durante certo período, a viabilização do neutralismo como uma efetiva ferramenta de política externa orientada para servir aos objetivos domésticos orientados para a construção de uma potência política, militar e econômica egípcia.

### *Metodologia*

Este é um trabalho de interpretação histórica, que trata de temas associados à cooperação interestatal e conflito. Nossa intenção será examinar, como estudo de caso, a política externa neutralista própria do governo nasserista servindo-nos, para tanto, da história e da economia. Como método, a atuação do Estado egípcio será observada a partir da relação triangular estabelecida entre ele, os Estados Unidos e a União Soviética, da qual destacaremos



aquilo que concerne a formalização dos acordos de “cooperação ao desenvolvimento”. Face a esta relação triangular, nosso objetivo será localizar e identificar as circunstâncias históricas que permitiram ao neutralismo egípcio se viabilizar como política externa “útil” a um determinado projeto de poder nacional. Para tanto, dividiremos o estudo em três esferas de análise: 1) a esfera sistêmica, que evoca a relação entre a “ajuda externa” e o neutralismo egípcio; 2) A esfera regional, que se propõe a analisar a relação entre o neutralismo e a projeção de poder estatal egípcia sobre o Oriente Médio; 3) A esfera da política econômica e militar doméstica, que discute a relação entre a “ajuda externa” e o processo interno de industrialização e militarização do Estado egípcio. Vejamos os eixos norteadores de cada uma dessas esferas.

Na primeira esfera de análise, a sistêmica, a relação entre Estados é desigual, marcada pelos termos que norteiam o trato de um Estado periférico com as duas superpotências da Guerra Fria. Neste ponto, admite-se um sistema interestatal global hierarquizado em função da concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos Estados que, por sua vez, organizam e regulamentam o funcionamento do sistema, valendo-se tanto de ferramentas econômico-financeiras como publicitárias, diplomáticas e militares. A Guerra Fria, isto é, a divisão do mundo entre dois blocos de poder é, portanto, um fator estruturante para a Ordem Mundial de seu período. Na perspectiva dos países periféricos, existe o constrangimento para adaptarem seu modo de inserção internacional política e econômica em função da fratura sistêmica esculpida por Estados Unidos e União Soviética. Tal configuração cria, em contrapartida, “opções” de alinhamento aos países emergentes. Essa margem de manobra dos países periféricos é potencializada com o neutralismo de Bandung e a possibilidade de estabelecer relações regulares com ambos os blocos da Guerra Fria sem oficialmente pertencer a nenhum deles.

Nessa linha, o enfoque dado à política externa egípcia orientada para o neutralismo será visto em função da sua capacidade de funcionar como um instrumento potencialmente eficaz aos programas de reformas econômico-sociais pretendidos pela cúpula do poder egípcio, naquilo que concerne a possibilidade de obter acordos de cooperação técnica e financeira com ambos os blocos da Guerra Fria.

Na segunda esfera de análise, a regional, a relação entre Estados é dada por um caráter mais igualitário. Nenhum dos Estados do Oriente Médio do pós-Segunda Grande Guerra era propriamente uma potência mundial. Na condição de países periféricos nivelados, grosso modo, por estruturas econômicas e políticas, encontramos um cenário onde as relações interestatais locais aprofundavam-se tanto através do acirramento das rivalidades como da

recomposição em permanência de novos sistemas de alianças. O Oriente Médio é o espaço em primeira instância por onde a projeção do poder estatal egípcio se desenvolve e interfere sobre os interesses de Estados Unidos e União Soviética orientados para a dimensão local. Acentuando a importância da análise geopolítica, nosso interesse nessa esfera é compreender como um movimento de projeção regional, quando bem sucedido, contribui para fortalecer a estatura internacional egípcia e, com isso, redefinir os termos das relações deste país com as superpotências.

Na terceira esfera, a doméstica, buscamos identificar a orientação dada pelo poder político aos programas estratégicos destinados à transformação da estrutura econômico-social e do aparelho militar egípcio. Através da abordagem que releva a economia política do Estado egípcio, pretendemos destacar aqui o papel da industrialização e da militarização do Estado para projeto de poder do governo nasserista, verificando dois pontos: 1) a maneira como a “ajuda externa” contribuiu para sua implantação e viabilização; 2) A importância do processo de industrialização e do aparelhamento das Forças Armadas para a projeção do poder estatal egípcio sobre o Oriente Médio.

O texto seguirá a ordem descrita, abordando primeiramente o sistema internacional para, posteriormente, relacioná-lo com as particularidades das dinâmicas interestatais no Oriente Médio e, num terceiro momento, à política econômica e militar do Estado egípcio. Partimos, portanto, de uma abordagem sistêmica em direção à perspectiva da política doméstica, tomando como fio condutor a formalização e aplicação dos acordos de “cooperação ao desenvolvimento”.

A divisão da pesquisa em três esferas de análise busca correlacionar três perspectivas sobre os modos de atuação do Estado a partir da adoção de uma política neutralista. Evidentemente, elas não podem ser vistas como objetos de estudo fechados em si, dado serem todas dimensões integrantes da ação de um mesmo poder nacional que age no sistema internacional dentro de determinadas limitações materiais conjunturais. A utilidade desta divisão, no entanto, está em nos permitir averiguar com maior clareza as correlações existentes entre os três tabuleiros específicos nos quais a ação do Estado se fazia presente de maneira decisiva, identificando quando o movimento dos peões em um lado necessariamente repercutia na recomposição das forças em conflito do outro. No que concerne, em particular, o direcionamento da pesquisa dado pela hipótese, a divisão entre tais esferas nos permitirá averiguar dois pontos importantes: a) por um lado, de que maneira a “carta regional” poderia se tornar efetivamente um instrumento de barganha por programas de “ajuda” na relação do Egito com as duas superpotências; b) Por outro lado, como os acordos de “cooperação ao

desenvolvimento” impactaram para a própria viabilização da projeção regional do poder estatal egípcio.

Tomaremos em consideração alguns postulados teóricos para a análise da política externa, como a preponderância da questão securitária e a importância dos constrangimentos externos, de ordem econômica, militar e política, para a ação estatal no sistema internacional. Entretanto, enfatizaremos também a importância de se considerar a esfera doméstica, expressa pelo conflito de forças internas organizadas e distribuídas dentro e fora da estrutura de poder estatal, que no entanto re-orientam em permanência suas estratégias em resposta às ações adotadas pela elite governante. Isso porque a viabilização dos programas-chave de desenvolvimento, para além da “ajuda externa”, dependem da construção de um ambiente interno favorável, onde estejam consolidadas as alianças entre o poder político e representantes de setores econômicos estratégicos. Do nosso ponto de vista, tal aspecto próprio da estrutura do poder interno contribui igualmente para a compreensão da formulação dos objetivos de política externa, assim como estabelece parâmetros para que dela possamos analisar os resultados. Assim, a projeção de um poder estatal periférico no sistema internacional é compreendida pela capacidade deste em extrair “vantagens” de circunstâncias externas historicamente determinadas, sendo tais “vantagens” medidas em termos do impulso gerado ao processo interno de acumulação de riqueza.

No caso egípcio, este projeto de poder doméstico se conecta à esfera regional quando anunciado nos termos de um “pan-arabismo”, que se propunha redefinir as fronteiras políticas do Oriente Médio. As raízes de tal projeto remontam a história de formação dos Estados nacionais da região. A amplitude e a propagação desta visão de sociedade irá fomentar um determinado regime de subjetividade partilhado entre as elites intelectuais e políticas árabes que é próprio ao seu período histórico, e terminará por servir como uma base legitimadora para a ação estatal egípcia sobre a esfera regional.

Finalmente, desde que a política externa não é questão somente doméstica nem global mas sim a interseção dos dois, seus componentes são interdependentes e compõem um todo. Dito isso, a perspectiva que intercala geopolítica, história e economia aqui adotada busca contribuir para a compreensão da política externa neutralista do Egito entre 1955 e 1967 apresentando uma nova interpretação sobre o período.

#### *Um comentário sobre a literatura utilizada*

Como dito anteriormente, o presente trabalho busca apresentar um argumento sobre a

efetividade da política neutralista do governo Nasser. Para responder a questão que norteia nossa pesquisa, adotamos um enfoque interdisciplinar. Isso implicou no uso de fontes bibliográficas de autores provenientes de diferentes áreas de estudo, como história, geografia, sociologia, ciência política e economia.

O tema da política externa egípcia para o entorno árabe durante os anos de governo Gamal Nasser já foi fruto de diversos livros e artigos. A grande dificuldade de acesso aos arquivos oficiais do governo egípcio, ainda hoje interditados à pesquisa acadêmica, fez com que grande parte dos pesquisadores envolvidos com o assunto baseassem seus estudos em matérias de jornais, discursos oficiais, entrevistas ou, num segundo momento, em arquivos oficiais desclassificados de países como França, Grã-Bretanha ou Estados Unidos. Resta portanto, uma lacuna importante, relacionada ao acesso às fontes primárias, ainda não preenchida pelos trabalhos que se dedicam a estudar a política externa egípcia. Os recentes acontecimentos políticos no Egito, com o fim do governo de Hosni Mubarak em 2011, a eleição do primeiro presidente civil Mohamed Morsi em 2012 e sua posterior deposição em 2013, até o presente momento, não alteraram este quadro de restrições imposto à pesquisa. Diante de tais dificuldades, nosso trabalho se baseou principalmente em fontes secundárias, através do grande volume de livros já publicados sobre o tema, no acesso à textos de discursos oficiais disponíveis ao grande público e em livros com o testemunho político de personagens que participaram da vida política do período em questão.

Assim, desde os anos 1950, alguns trabalhos que enfatizam a história diplomática do período Nasser tornaram-se referência. Entre eles, destacaremos aqui “Nasser and his generation”, de P.J. Vatikiotis (1978), “The Arab Cold War”, de M. Kerr (1964), “Arab nationalism in the Twentieth century, from triumph to despair”, de Adeed Dawisha (2002), “Rethinking nationalism in the Arab middle East”, de J. Janowski (1994). Recentemente, em 2013, Jesse Ferris publicou “Nasser's gamble -how intervention in Yemen caused the Six day War and the decline of Egyptian power”, que trazia também o uso de arquivos oficiais russos desclassificados. Para além da esfera acadêmica, é preciso citar os muitos livros de Mohamed Heikal, amigo pessoal e espécie de “braço direito” de Gamal Nasser. Dentre seus principais livros sobre política externa egípcia, estão “Les documents du Caire” (1971) e “The sphinx and the commissar, the rise and fall of the Soviet influence in Middle East” (1978).

Quanto à literatura existente sobre a história política e econômica do período nasserista, destacamos “Egypt: military society, The army regime, the Left and social change under Nasser”, de Anouar Abdel-Malek (1968), a triologia “Egypt & Nasser (1954-1970)”, editado por Dan Hofstadter (1973), “The Egypt of Nasser and Sadat, the political economy of

two regimes”, de John Waterbury (1983), “L’Égypte nasserienne”, de Samir Amin (sob o pseudônimo de Hassan Riad -1964), “Egypt's political economy, power relations in development”, de Nadia Farah (2009). Além desses, os livros assinados por Gamal Nasser, “Filosofia da revolução” (1953) e “O povo no poder”(1962), junto à “Autobiografia” de Anouar Sadat (1978) também foram de fundamental importância para a tarefa de identificar as orientações do projeto político nasserista.

Já quanto ao tema próprio da ajuda externa ao Egito neutralista, destacamos “Soviet policy towards Egypt”, de Karen Dawisha (1979), “The origins of Eisenhower doctrine”, de Ray Takeyn (2000), “The specter of neutralism”, de H. Brand (1989), “Containing Arab nationalism”, de Salim Yaqub (2004), “Rostow, Kennedy and the rhetoric of foreign aid”, de Kimber Pearce (2001), “Kennedy, Johnson and the non-alignment world”, de Robert Rakove (2013), “Economic aid and american policy toward Egypt, 1955-1981”, de William Burns (1985), “La stratégie soviétique au Moyen Orient”, de Catherine Kaminky & Simon Kruk (1988).

Além desses, livros que se referem ao Oriente Médio como um estudo de área sobre a região foram igualmente relevantes para construção de uma visão integrada dos eventos. Entre a diversidade de livros existentes sobre o Oriente Médio, destacamos “Paix et guerre au Moyen Orient”, de Henry Laurens (1999), “Medio Oriente, una storia dal 1918 al 1991”, de Macella Emiliani (2012), “Une histoire de la violence au Moyen Orient”, de Hamit Bozarslan (2008), “Le Proche-Orient éclaté”, de George Corm (1983), “The Middle East in International Relations. Power, Politics and Ideology”, de Fred Halliday (2005) e “A history of Middle East economies in the 20<sup>th</sup> century”, de Roger Owen (1998).

### *A estrutura do texto*

O trabalho está dividido em quatro capítulos, mais a conclusão.

No primeiro capítulo, propomos realizar uma confrontação entre as orientações de política externa de Estados Unidos, União Soviética e os Estados “neutralistas”. Para tanto, será feita uma contextualização da Guerra Fria e do papel exercido pelos programas de “cooperação ao desenvolvimento” para o Terceiro mundo na política externa das superpotências. Em seguida, discutimos o impacto gerado pelo surgimento do “movimento dos não-alinhados” para as estratégias hegemônicas de Estados Unidos e União Soviética, assim como a maneira pela qual os novos Estados “neutralistas” anunciavam o desenvolvimento e a cooperação internacional. Ao final, evocamos a crise de Suez como um

modelo para a ação individual do Estado neutralista pelo fato do Egito forjar, na ocasião, o engajamento de Estados Unidos e União Soviética sobre um tema de agenda doméstica e obter, como resultado, ganhos políticos e econômicos.

No segundo capítulo, adentramos propriamente o estudo de caso do Egito. Como fator compreensivo para a análise sobre a política externa regional, analisamos os aspectos geo-históricos relevantes que caracterizam o Oriente Médio como um subsistema interestatal dentro do sistema internacional. Procuramos destacar tanto o modo como se deu o processo de formação do sistema de Estados regionais como o papel central do Egito dentre os Estados árabes emancipados do jugo europeu. Nessa linha, enfatizamos o papel do nacionalismo árabe como um movimento político nativo e transnacional de contra-poder à dominação externa. Esta é uma dimensão particularmente importante para se compreender como a política regional egípcia poderá se servir do neutralismo como complemento ao seu expansionismo regional. Ao final, propomos uma análise sobre a forma como Gamal Nasser identificava o entorno regional árabe para a política externa egípcia.

No terceiro capítulo, examinamos a projeção estatal egípcia sobre o Oriente Médio através de uma abordagem geopolítica. A partir de fontes extraídas principalmente da história política e diplomática da região, buscamos evidenciar a relação entre a política externa regional e o neutralismo face a Guerra Fria.

No último capítulo, adentramos a esfera doméstica do Estado egípcio, destacando a importância da “ajuda externa” para fomentar um processo de industrialização e militarização do Estado. Assim, os resultados obtidos com a “ajuda externa” são aqui vistos enquanto meio para viabilização de programas-chave de desenvolvimento econômico. Ao final, propomos uma breve discussão sobre a forma complementar como a política industrial se alinhava ao movimento expansionista regional.

Na conclusão, discutiremos os principais apontamentos extraídos desta pesquisa.

## 1 O NEUTRALISMO E A “COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO” NO MUNDO BIPOLAR

*Le plan de cet écrit est assez simple. Nous avons trois questions à nous faire. 1) Qu'est-ce que le Tiers état? -Tout. 2) Qu'a-t-il été jusqu'à présent dans l'ordre politique? -Rien. 3) Que demande-t-il? -A être quelque chose.*  
(Emmanuel Sieyès, (1988): 31-32. Texto original de 1789)

Este é um trabalho sobre política externa. Seu objetivo é verificar a eficácia da política externa do Estado egípcio para, através de sua condição “neutra”, extrair do grande jogo da Guerra Fria vantagens em termos de cooperação econômica e militar junto às duas superpotências. O neutralismo como política externa possível dentro de um sistema internacional bipolar foi defendido de forma coordenada como um movimento político do Terceiro Mundo a partir da Conferência de Bandung, em 1955, onde reivindicações como o fim do colonialismo e o desenvolvimento econômico também se fizeram presentes. O neutralismo emergente de Bandung estava circunscrito à dinâmica do conflito bipolar, e sua aplicação como estratégia de ação externa se dava em função da relação com este. Grosso modo, para os novos Estados periféricos, o neutralismo representava parte importante do projeto maior de “reconstrução” da sociedade pós-colonial, pois reforçava sua independência estatal em relação ao sistema internacional ao multiplicar suas fontes de dependência.

Neste primeiro capítulo propomos explorar o impacto da Conferência de Bandung e do surgimento do movimento dos não-alinhados dentro da dinâmica da Guerra Fria e das relações estabelecidas entre os Estados Unidos, a União Soviética e os novos Estados “neutros”. Em particular, será destacada a relação entre o processo de formação da política de “cooperação para o desenvolvimento” orquestrado por ambas as superpotências e o surgimento da política externa neutralista nos países periféricos. Para tanto, será feita uma análise comparativa sobre a forma como a “promoção do desenvolvimento” foi concebida entre os estrategistas e *Think Tanks* dos Estados Unidos e da União Soviética como recurso de política externa para ampliação das zonas de influência e de Estados-clientes na periferia global, assim como o efeito produzido pelo movimento de Bandung na orientação e implementação destas políticas. Buscaremos assim reconstituir o ambiente internacional do pós-Segunda Grande Guerra evidenciando o papel central da “cooperação ao desenvolvimento” sob a ótica da geopolítica, evocada tanto na política externa das superpotências como naquela dos países “não-alinhados”. Argumentaremos, neste âmbito,

que a instrumentalização da “cooperação ao desenvolvimento” na política externa de Estados Unidos e União Soviética foi reorientada e aprofundada a partir do neutralismo de Bandung, que por sua vez logra implementar uma agenda Norte-Sul dentro do conflito Leste-Oeste a partir da valorização de seu peso geopolítico e geoestratégico dentro da dinâmica do conflito bipolar. Neste aspecto, a estratégia egípcia na Guerra de Suez, em 1956, inaugura um modelo prático de atuação do Estado “neuro” na Guerra Fria.

### **1.1 O conceito de “desenvolvimento” e a política externa das superpotências no pós-segunda grande guerra.**

O conceito de “desenvolvimento” e, em particular, a “promoção ao desenvolvimento” na periferia global estiveram diretamente associados à política externa de Estados Unidos e União Soviética no pós-Segunda Guerra. Sua aplicação, seja por um ou pelo outro, estava orientada por teorias evolucionistas e normativas que, sincronizadas com o interesse de cada potência em projetar-se sobre a periferia global, serviam à objetivos de ordem geopolítica. Vejamos aqui como essa relação entre a “cooperação ao desenvolvimento” e as estratégias de projeção global entre as duas potências foi construída.

A conferência de Yalta, em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, inaugura a nova Ordem mundial bipolar, onde Estados Unidos e União Soviética são as superpotências globais, com zonas de influência extra-territoriais demarcadas e reconhecidas. Novas instituições são criadas para a regulação das relações entre os antigos Estados beligerantes, dentre as quais destaca-se a Organização das Nações Unidas –ONU- (1945). Antes desta, a reunião de Bretton Woods, em 1944, havia redefinido o dólar como moeda de referência para o comércio internacional (através da sua paridade com o ouro) e estabelecido a criação das seguintes instituições multilaterais: a) o Acordo Geral de Tarifas e Comércio -GATT- (1947), com a função de harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários e impulsionar o comércio internacional do pós-guerra; b) o Fundo Monetário Internacional -FMI- (1946), com o objetivo anunciado de reconstruir o sistema monetário internacional; e c) o Banco Mundial -BM- (1946), voltado à assistência ao desenvolvimento em países de “renda média”. De maneira geral, os objetivos de tais iniciativas estavam voltados à criação de instituições que funcionassem como um sistema de pagamentos para apoiar a economia expansiva e, assim, viabilizar a reconstrução do mundo europeu do pós-guerra.

A implementação dos termos de Bretton Woods foi, também, influenciada pelo clima de Guerra Fria, já que contou com o apoio unilateral dos Estados Unidos aos seus aliados



estratégicos por intermédio tanto de programas de reconstrução das economias nacionais européias como de uma política unilateral de abertura. Tal medida fazia da expansão do mercado interno estadunidense e da valorização de sua taxa de câmbio face aos demais uma maneira de favorecer as exportações agrícolas destes para os Estados Unidos. Este mecanismo levará à produção de uma liquidez diferenciada na economia mundial: para aquelas economias que estivessem inscritas como objetos de investimentos por parte dos Estados Unidos, o programa de desenvolvimento econômico interno será impulsionado pela liquidez de divisas. Aos demais, escassez de divisas. Os países que gozassem de liquidez de divisas iriam encontrar grande margem para o desenvolvimento econômico por conta da expansão da economia mundial que ocorria no mesmo período.

A União Soviética de Joseph Stalin, que por sua vez havia rejeitado participar do sistema de Bretton Woods, mantinha a autarquia econômica que caracterizava seu governo através dos planos quinquenais, e ao mesmo tempo buscava expandir o poder soviético político e militar sobre os países da Europa do leste. Seu objetivo imediato no pós-Segunda Guerra era reerguer a própria indústria, as Forças Armadas e a auto-suficiência sem se submeter à nova ordem delineada pelos Estados Unidos ao mundo capitalista. A política externa da União Soviética, por tais razões, possuía ambições extra-fronteiras ainda limitadas no imediato pós-Guerra.

Quanto aos Estados Unidos, a estabilidade interna o permitia definir uma estratégia de projeção externa na condição de vetor da reconstrução da Europa e do Japão. Quando o Plano Marshall (1947) fora lançado pelos Estados Unidos para contemplar especificamente este objetivo, novos Estados surgidos de movimentos independentistas na África e Ásia, herdeiros de estruturas de produção coloniais, passaram a também pressionar por medidas favoráveis na forma de incentivos por parte dos centros do comércio global. Com isso, pretendiam fustigar uma melhor inserção na economia internacional e, conseqüentemente, uma postura mais atenciosa por parte dos países ricos às suas demandas por desenvolvimento econômico.

Organizações internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, encarregaram-se de criar programas particulares de ajuda aos países da periferia capitalista que cumprissem com certas exigências. O desenvolvimento econômico, neste quadro, era algo que deveria ser induzido pelas políticas de Estado, e este processo de indução era reconhecido de maneira consensual em sua época, isto é, tratava-se de um preceito comum partilhado tanto por técnicos e acadêmicos como pelas instituições criadas por Washington como o Banco Mundial. A meta anunciada era viabilizar o “*take off*”, isto é, dar a partida para um processo de desenvolvimento econômico acelerado, associado à criação de uma estrutura produtiva

industrial e à transformação das técnicas de produção agrícolas. Como resultado esperado, os Estados periféricos adentrariam ao nível de vida e consumo das sociedades urbanas industriais ocidentais em médio prazo, uma vez que o processo fosse também acompanhado pela “modernização do corpo sócio-político”. Por “modernização”, neste caso, entendia-se a ocidentalização das instituições e da lógica administrativa da máquina estatal, dado que na maior parte do globo, e em particular nos novos Estados da África e Ásia, coexistiam sistemas de organização social nativos e estruturas produtivas do capitalismo dependente herdadas do período colonial, estruturadas sobre a exportação de matérias-primas para o mercado europeu. A política de “modernização”, sempre concebida de cima para baixo, viria fortalecer o processo de criação de um Estado e uma sociedade ao modelo europeu fora da Europa, superando as resistências “tradicionais” locais.

Cabe aqui contextualizar o uso político do termo “desenvolvimento” no contexto da Guerra Fria, por ser ele particularmente significativo dado seu poder de redefinir os sistemas de compreensão que irão conferir sentido às ações políticas subsequentes. Nos anos 1950, o desenvolvimento econômico passa a ser uma prioridade anunciada pela maioria dos governos “emergentes” da periferia mundial. A ideia corrente dava conta que os desequilíbrios e o “atraso do subdesenvolvimento” não encontram formas de evolução no mercado, mas sim em instituições, nas formas de intervenção estatal, políticas protecionistas, etc. De certa maneira, havia consenso sobre a importância da intervenção estatal como vetor de desenvolvimento econômico. Abandonar esta prática seria condenar a economia a uma espécie de “reprodução do atraso e do subdesenvolvimento”.<sup>1</sup>

Essa noção geral sobre o conceito de “desenvolvimento” amplamente difundida será, no âmbito da Guerra Fria, reapropriada pela geopolítica do conflito bipolar a medida que as superpotências irão rivalizar, também, na exportação do “modelo de desenvolvimento” mais eficiente para se atingir a “modernidade”. Destaca-se, neste contexto, o impacto ocasionado pelo movimento de descolonização e a conseqüente criação quase sincronizada de uma gama de novos Estados na África e na Ásia. O processo de descolonização foi decisivo tanto para a reformulação da política externa de Estados Unidos e União Soviética como, de maneira mais profunda, para a própria forma como os estrategistas destes dois países interpretam a geopolítica mundial. A emergência dos novos Estados complexificava a divisão das zonas de influência anteriormente aceitas na Conferência de Yalta.

---

<sup>1</sup> Ver BASTOS, C. & BRITO, G. (2010). Introdução. In AGARWALA, A.N. & SINGH, S.P. (org.) *A economia do subdesenvolvimento*. Ver também ROS, J. (2005) The pioneers of development economics. In: JOMO, K.S. & REINERT, E.S. *The origins of development economics*.

Importante lembrar que a dicotomia entre capitalismo e comunismo, por sua vez, também repercutia sob o plano político doméstico das novas Nações, já que estas importavam o conflito bipolar para dentro do conflito entre forças domésticas, expresso na relação entre partidos, movimentos políticos e sociais. O mesmo vale dizer para os ditos projetos de desenvolvimento ou as experiências “nacionais-desenvolvimentistas” nativas de parte dos novos países pós-coloniais, que dependiam de cooperação internacional definida a partir de termos circunstanciados pelo contexto da Guerra Fria.

O novo mundo pós-colonial, portanto, inscrevia-se na hierarquia do sistema internacional através de sua relação com a Guerra Fria. Como consequência da formação de novos Estados na África e Ásia, nota-se a diminuição não linear da presença imperial das antigas potências europeias do pré-Segunda Guerra, em particular França e Inglaterra, e, com isso, um certo vácuo de poder de gerência regional que será preenchido pela rivalidade bipolar. Contribuirá para isso, é preciso lembrar, a ausência de estruturas estatais sócio-políticas consolidadas na maior parte dos novos países, somado ao caráter multi-étnico próprio a diversos territórios nacionais herdados de demarcações coloniais obedientes à uma lógica de dominação exterior, o que necessariamente acarretava na vulnerabilidade estrutural dos meios domésticos de se exercer o poder e produzir a obediência.

Será, portanto, num ambiente internacional caracterizado pela formação de uma nova Ordem bipolar e a emergência de um amplo movimento de descolonização na periferia global de territórios antes controlados pela antigas potências europeias que ocorrerá a aplicação massiva da “cooperação ao desenvolvimento” como instrumento de política externa.

Como já dito, políticas estatais e instituições internacionais foram criadas com o objetivo explícito de promover o “desenvolvimento” tanto na Europa como em países “atrasados”. Vejamos portanto alguns eventos definidores dessa nova conjuntura do pós-Segunda Guerra. Além do já citado Plano Marshall, de 1947, dedicado a prover ajuda econômica à Europa e possibilitar o escoamento do alargado potencial produtivo estadunidense, que por sua vez buscava mercados para ser reconvertido após o fim do conflito, a União Soviética buscava consolidar suas posições em territórios além-fronteiras. No mesmo ano do Plano Marshall, a Polônia, sob patrocínio soviético mudava seu regime para uma “democracia popular”, sendo tal modelo seguido no ano seguinte pela Checoslováquia e Romênia e, em 1949, pela Hungria. Em 1948, após um período de deterioração das relações entre União Soviética e os três países ocidentais que ocupavam a parte oeste da Alemanha (isto é, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos), Moscou decide interditar o acesso por rota terrestre entre a parte ocidental e Berlim. A China, por sua vez,

tornava-se comunista em 1949.

A nova conjuntura histórica, repleta de transformações no sistema de alianças global, implicava na tomada de novas medidas de defesa. Em 1949, os Estados Unidos, junto aos países europeus, criavam a Organização do Tratado do Atlântico Norte -OTAN-.<sup>2</sup> Entre 1950 e 1953, ocorre a Guerra da Coreia, que representou o primeiro confronto bélico da Guerra Fria dentro de um país da periferia global e reforçou o objetivo norte-americano de fazer pesar sua influência sobre esta. Como consequência, as ações americanas nessa região do mundo passaram a ser mais incisivas. A administração Eisenhower (1953-1960) buscava contrapor a projeção comunista nas regiões que considerava mais vulneráveis, isto é, o entorno geográfico próximo às fronteiras soviéticas e chinesas.<sup>3</sup> A conhecida estratégia de *containment*, isto é, a política de contenção da expansão soviética através do cercamento das margens terrestres e marítimas de seu território, resultou num primeiro momento no apoio militar estadunidense aos vietnamitas do sul, após a derrota francesa na batalha de Dien Bien Phu. Em 1953, o governo Eisenhower colaborou com o golpe de Estado no Irã orquestrado após a nacionalização das empresas petrolíferas. Um ano após, dessa vez agindo sobre uma zona distante das fronteiras russas mas já dentro da lógica de assegurar aliados no jogo da Guerra Fria, agentes do Estado americano conspiram a favor do golpe de Estado do presidente guatemalteco eleito Jacob Arbenz.<sup>4</sup> Em 1955, será a vez dos soviéticos criarem seu sistema de defesa com o Pacto de Varsóvia.<sup>5</sup> Será na evolução destes acontecimentos, onde o “Sul” do mundo começava a emergir como espaço de importância geopolítica dentro da gradual complexificação do conflito Leste-Oeste, que o conceito “desenvolvimento” se tornará instrumento de primeira ordem para a política externa.<sup>6</sup>

O evento que marca a incorporação definitiva do “desenvolvimento” na agenda política internacional americana e, conseqüentemente, de outras nações, será o discurso pronunciado por Harry Truman em 20 de janeiro de 1949, quando este anuncia a criação dos quatro pontos que norteariam a política externa estadunidense nos anos da Guerra Fria. Enquanto os três primeiros pontos se distinguiam entre o apoio à ONU, o apoio à reconstrução europeia através do Plano Marshall e a criação da OTAN, será o conteúdo do quarto ponto que irá nos interessar mais diretamente: trata-se da ajuda econômica e técnica

---

2 Os países membro fundadores da OTAN eram Estados Unidos, Portugal, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Noruega.

3 KENNEDY, P. (1989) *Ascensão e queda das grandes potências*: 359.

4 MONIZ BANDEIRA, L. (2005) *A formação do império americano*: 182.

5 Participavam do Pacto de Varsóvia Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Checoslováquia, Romênia e Albânia.

6 RIST, G. (2013) *Le développement, Histoire d'une croyance occidentale*: 132.

aos países “subdesenvolvidos”, “pacíficos” e “livres”, que estivessem dispostos a empreender esforços de cooperação para alcançar o “progresso e o desenvolvimento”. Segundo as palavras de Truman, o Ponto IV foi definido da seguinte forma:

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for the assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible. I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development. Our aim should be to help the free peoples of the world, through their own efforts, to produce more food, more clothing, more materials for housing, and more mechanical power to lighten their burdens. We invite other countries to pool their technological resources in this undertaking. Their contributions will be warmly welcomed. This should be a cooperative enterprise in which all nations work together through the United Nations and its specialized agencies wherever practicable. It must be a worldwide effort for the achievement of peace, plenty, and freedom. With the cooperation of business, private capital, agriculture, and labor in this country, this program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of living. Such new economic developments must be devised and controlled to benefit the peoples of the areas in which they are established. Guarantees to the investor must be balanced by guarantees in the interest of the people whose resources and whose labor go into these developments. The old imperialism —exploitation for foreign profit— has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing. All countries, including our own, will greatly benefit from a constructive program for the better use of the world's human and natural resources. Experience shows that our commerce with other countries expands as they progress industrially and economically. Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge. Only by helping the least fortunate of its members to help themselves can the human family achieve the decent, satisfying life that is the right of all people. Democracy alone can supply the vitalizing force to stir the peoples of the world into triumphant action, not only against their human oppressors, but also against their ancient enemies —hunger, misery, and despair.<sup>7</sup>

Diversos autores sublinham o *Point IV* como evento desencadeador de uma transformação estrutural nas relações entre as potências da Nova Ordem e os países do Terceiro Mundo.<sup>8</sup> O modo de se referir ao “desenvolvimento” e a disposição dos Estados Unidos em exercer um papel importante na promoção do mesmo expressava a nova fase, em vias de se configurar, na relação dinâmica entre o Norte e o Sul que iria substituir a anterior oposição entre colonizadores e colonizados. A nova dicotomia “desenvolvidos

<sup>7</sup> *Point Four Speech*. Em: <http://www.bartleby.com/124/pres53.html>. Acessado dia 10/10/2013.

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, RIST, G. (2013) *Le développement, Histoire d'une croyance occidentale*: 131-146.

/subdesenvolvidos”, por consequência, definiria uma relação diferente, que estaria em conformidade a Carta das Nações Unidas<sup>9</sup> e a progressiva “mundialização” do sistema interestatal. A antiga relação hierárquica de colônias submissas à metrópole daria lugar a um mundo no qual todos os Estados são formalmente iguais no direito mesmo que eles não o fossem de fato, algo verificado na hierarquia estabelecida entre os Estados pelas capacidades bélicas e potencialidades econômicas que, em última instância, eram refletidas na própria capacidade destes de influir sobre as instituições multilaterais recém-criadas. Em segundo lugar, o par “desenvolvimento /subdesenvolvimento” manteria a existência de uma separação dicotômica entre diversas partes do mundo e construiria uma maneira de justificar e legitimar uma intervenção nas zonas subdesenvolvidas.<sup>10</sup>

O autor Gilbert Rist ressalta o efeito de propaganda das políticas de “cooperação ao desenvolvimento” para a imagem dos Estados Unidos, já que será a partir do anúncio do *Point IV* que este se apresentará interessado no bem comum ao propor o “desenvolvimento” como um conjunto de medidas técnicas (como conhecimento científico, crescimento da produtividade, intensificação das trocas internacionais) então apresentadas como neutras e situadas fora do debate político. Mais do que isso, ao definir o “subdesenvolvimento” como um estado de ausência, antes que um fruto de circunstâncias históricas, e ao apresentar os “subdesenvolvidos” como pobres sem observar as razões da pobreza, o *Point IV* fazia do crescimento econômico e da ajuda externa fornecida pelo Estado “desenvolvido” e altruísta, a única via possível para o “desenvolvimento”.<sup>11</sup>

Voltando ao ambiente político internacional e à “promoção do desenvolvimento” no pós-Segunda Grande Guerra, é preciso considerar ainda o papel exercido pela ONU como instância viabilizadora de novos mecanismos para a cooperação. Em 1949, a Assembléia Geral aprovou a criação do Programa Ampliado de Assistência Técnica (PAAT), alimentado por contribuições voluntárias dos Estados-membro. Os fundos seriam destinados principalmente para o financiamento do envio de técnicos, para fornecer bolsas a profissionais do Terceiro Mundo e para a formação de quadros para a administração pública. As demandas por assistência deveriam ser depositadas pelos governos, e um escritório de assistência técnica, composto por diretores de agências especializadas, organizaria os programas e supervisionaria a imparcialidade e a alocação de fundos disponíveis. A partir de então, um comitê permanente de assistência técnica, composto por membros do Conselho econômico e

---

9 Datada de 1945, a Carta das Nações Unidas dedica o capítulo IX a elaborar princípios para a “cooperação econômica e social internacional”

10 RIST, G. (2013) *Le développement, Histoire d'une croyance occidentale*: 137-138.

11 Idem: 132-141.

social, trataria de examinar os projetos apresentados e asseguraria que estes não constituíssem uma forma de ingerência. Este mecanismo permitiria dividir as responsabilidades entre os fornecedores e assim internacionalizar a concessão de ajuda entre os países pós-coloniais. Toda a assistência técnica fornecida deveria ser complementada por um regime de transferência de capitais.

Entretanto, como mostra o trabalho de Paterson,<sup>12</sup> embora tal programa tenha tido desde o início grande repercussão, os investimentos privados foram parcamente estimulados e sua representatividade, se comparados com aqueles direcionados a Europa ocidental, era bastante reduzida.<sup>13</sup> Como tal aspecto recebeu pouco incentivo, a área de concentração do *Point IV* acabou por ser a assistência técnica. Assim, técnicos viajaram a diversos países e implementaram programas locais com resultados de pouca expressão.<sup>14</sup> As críticas começaram a surgir justamente a partir dos líderes de governos nacionalistas. Já em 1953, um delegado indiano disse na ONU que a assistência técnica servia para extrair matérias-primas de países pobres e direcioná-las à países industrializados. A Síria, por sua vez, recusou no mesmo ano a assistência estadunidense e o presidente Gamal Nasser, no Egito, classificou o *Point IV* como uma nova forma de penetração colonial.<sup>15</sup> A forma como os programas eram implementados era o principal alvo das críticas, já que respondiam exclusivamente a demandas externas ao país receptor.

É preciso ainda ressaltar o papel dos soviéticos ao longo do período em questão. Até 1953, enquanto Joseph Stalin ainda era vivo, a União Soviética usou seu poder de veto para bloquear todas as tentativas estadunidenses de criar, através da ONU, instituições dotadas da funções de “promover o desenvolvimento” nos países periféricos. Porém, com a ofensiva econômica soviética no Terceiro Mundo a partir de Khrushchev, a União Soviética irá redirecionar sua política externa e desenvolver, em termos teóricos e práticos, seu próprio programa concorrencial de ajuda ao desenvolvimento.

Essa progressiva participação soviética em projetos de desenvolvimento domésticos próprios de países periféricos e, em boa medida, “neutros”,<sup>16</sup> exerceu pressão sobre os

---

12 PATERSON, T. (1972) *Foreign Aid under Wraps: The Point Four Program*: 124.

13 Entre 1950 e 1957, Estados em desenvolvimento na Ásia, África e Oriente Médio receberam \$800.000.000,00 dólares de investimentos privados americanos, sendo durante o mesmo período ele havia crescido de \$11.5 bilhões para 25.4 bilhões de dólares em outras regiões do mundo.

14 Contabilizavam 1.500 técnicos em diferentes países periféricos em 1953. No mesmo ano, cerca de 1.000 técnicos e profissionais de diferentes nacionalidades estavam terminando sua formação nos Estados Unidos. Ver PATERSON, T. (1972) *Foreign Aid under Wraps: The Point Four Program*: 125.

15 PATERSON, T. (1972) *Foreign Aid under Wraps: The Point Four Program*: 125

16 A partir de 1955 e nos anos subsequentes, Egito, Índia e Indonésia foram especialmente agraciados com ajuda externa soviética.

programas de ajuda externa dos Estados Unidos, elevando o interesse estadunidense em fazer avançar políticas de maior amplitude. A consequência dessa nova dinâmica competitiva era o reforço do Terceiro Mundo<sup>17</sup> como campo por excelência do conflito bipolar global. Diante da veloz recuperação econômica dos Estados da Europa ocidental e, convencidos do potencial da ajuda externa para promover o crescimento econômico de Estados aliados, a administração Eisenhower criou a *International Cooperation Administration* (ICA), em 1955, com a finalidade de prover empréstimos direcionados a programas de desenvolvimento nos países “emergentes” e, ao mesmo tempo, contribuir para impulsionar a produção agrícola americana através da ampliação do mercado importador de suas mercadorias. Este programa interessa aqui em particular porque foi usado sistematicamente na relação com países “neutros”, sempre entendidos dentro da perspectiva de potenciais futuros aliados. Sempre mantendo no discurso a defesa de uma ação com finalidade dupla, o presidente Eisenhower argumentava ser o investimento estrangeiro o motor do progresso econômico, além da arma mais eficaz para conter o avanço marxista.<sup>18</sup>

A competição global pela hegemonia sobre o Terceiro Mundo, portanto, cresceu ao longo de toda a década de 1950 e 1960, sendo a “cooperação ao desenvolvimento” um dos principais instrumentos para se “comprar” aliados no formato Estado-cliente. Propomos aqui analisar comparativamente os preceitos admitidos na elaboração dos programas de “ajuda ao desenvolvimento” entre Estados Unidos e União Soviética, começando pelo primeiro.

## **1.2 A “promoção ao desenvolvimento” além-fronteiras na política externa estadunidense.**

Para compreender as ações de política externa, importa também reconstruir o seu modo de interpretar o mundo para nele atuar. No caso da política externa estadunidense para o Terceiro Mundo, esta foi profundamente influenciada, durante o conflito da Guerra Fria, por uma visão de mundo determinada e uma teoria acadêmica normativa que embasava do ponto de vista teórico as estratégias adotadas. É importante, neste aspecto, destacar o papel da

---

17 O termo “Terceiro Mundo” foi criado pelo jornalista Alfred Sauvy em 1952 em artigo publicado no “L'Observateur” intitulado “Tiers Monde, une planete”. “Tiers monde”, nesse caso, faz referência aos países fora dos “mundos” comunista e “ocidental capitalista”. O termo é ainda uma transposição do conceito de “terceiro estado” próprio da estratificação social francesa do período pré-revolucionário de 1789. Tratava-se da base da sociedade que, à época, buscava se organizar politicamente para ter atendidas suas demandas de classe (como aparece no texto de Emmanuel Sièyes, citado na introdução do capítulo). No caso do “Terceiro mundo”, o termo foi popularizado após 1952 e obteve significações diferentes. Aqui, usamos como referência geográfica e política, sinônimo de “Estados emergentes”, “países da periferia global” ou “países do Sul”.

18 LATHAM, M (2000) *Modernization as ideology*: 27



produção acadêmica estadunidense na elaboração de ferramentas teóricas e conceituais que servissem aos objetivos de política externa para a Guerra Fria. Essa espécie de fusão entre determinada produção acadêmica e as estratégias empregadas na política internacional já foi analisada por diferentes autores, sendo conhecida a penetração de acadêmicos em cargos estratégicos nas instituições do Estado americano, assim como a capacidade daqueles em influenciar na formulação de estratégias políticas internas e externas. O autor Stuart Leslie, por exemplo, chega a cunhar o termo “*Military-Industrial-Academic Complex*” para referir-se à influência particular que universidades como Stanford University e Massachusetts Institute of Technology (MIT) exerciam sobre o processo de tomada de decisão de certas instâncias oficiais.<sup>19</sup>

No caso americano, tanto a visão do “desenvolvimento” como as políticas que intervieram na promoção do processo de transformação do aparelho estatal e das estruturas sociais na periferia global são particularmente associadas à teoria da “modernização”, originária da Universidade de Harvard mas rapidamente difundida nos diferentes meios acadêmicos nacionais. Será a interação entre pesquisadores originários das universidades e *Think Tanks*, que por vezes ocupavam as duas funções, que consagrará a esta teoria o papel de referência orientadora para a formulação de políticas para a “promoção ao desenvolvimento”. A origem da teoria da “modernização” remonta ao trabalho de Talcott Parsons “*The Structure of Social Action*” de 1937, quando o autor se dedicava a analisar o papel do indivíduo no meio social. Para construir sua concepção de sociedade, Parsons se inspirava no liberalismo do século XIX e ressaltava o equilíbrio entre o poder de ação do indivíduo e os constrangimentos sofridos pelo meio social. Mais especificamente, as ações dos indivíduos seriam reguladas através das instituições que transmitem a ordem social e o equilíbrio. Os valores culturais, por sua vez, teriam poder para moldar uma ordem social integrada e estável. O “sistema funcionalista” de interpretação social, apresentado por Parsons em parceria com Edward Shils, tem como ideia central a correlação entre a atuação do indivíduo através seus diferentes papéis e personalidades desenvolvidas no meio social e as diferentes estruturas sociais. Os sistemas sociais encontrariam um equilíbrio consensual quando as necessidades do indivíduo fossem preenchidas pela estrutura social e pelos ideais culturalmente definidos.

Atento aos efeitos dos aspectos culturais sobre os indivíduos, Parsons apresenta uma explicação binária para a dinâmica evolutiva das sociedades através da dicotomia entre as

---

19 Em seu livro, Leslie busca demonstrar como a Guerra Fria redefiniu a produção científica americana em diferentes áreas ao direcionar parte da pesquisa para interesses militares. Ver LESLIE, S. (1993) *The Cold War and American Science: The Military-Industrial-Academic Complex at MIT and Stanford*.

condições “tradicionais” e “modernas”. Por meio deste enquadramento, relações sociais complexas poderiam ser classificadas a partir de uma perspectiva progressiva. Dito de outra maneira, cultura, personalidade e sociedade seriam avaliadas com base na sua ênfase universalista ou particularista, coletivista ou individualista, especificista ou difusionista etc., sendo cada uma dessas características vinculadas ao “moderno” ou ao “tradicional”. Sua sugestão era que certas forças estruturais tais como o aumento populacional, a divisão do trabalho e o avanço tecnológico servem para impor novas demandas à ordem social e, como consequência, exigem a transformação das estruturas sociais necessárias para manter estável o equilíbrio. Neste sistema, a natureza dos valores sociais é um elemento de profundo impacto na direção que a mudança social poderia tomar.

O nome “estruturo-funcionalismo”, que corresponde ao método desta teoria, provém da busca por correlacionar as estruturas da sociedade com a performance de suas funções necessárias. Através deste arcabouço, estava estabelecido um modelo que pretendia observar as sociedades como sistemas integrados entre o político, o social e o econômico. Além disso, buscava firmar um método comparativo entre diferentes sistemas sociais a partir das necessidades básicas e das estruturas sociais, utilizando para tanto uma abordagem essencialmente a-histórica (ou de uma amplitude histórica reduzida e extremamente seletiva) e fundada sobretudo em estudos empíricos. Finalmente, após Parsons, diferentes seguidores como Lucien Pye e Daniel Lerner já apresentavam com maior nitidez o aporte evolucionista dentro de uma perspectiva histórica ao tratar de verificar empiricamente, através de estudos comparativos, a aplicação da teoria desenvolvida por Parsons.<sup>20</sup> Desta corrente, será Walt Rostow quem produzirá, já no âmbito da Guerra Fria, o trabalho de maior impacto sobre o uso da política externa para difundir os valores e o modelo de sociedade americano através do conceito-chave do “desenvolvimento”.

Rostow, em seu principal livro “As etapas do desenvolvimento econômico” (1960), apresenta como questão central a maneira pela qual os Estados Unidos podem agir para orientar os homens políticos e os povos não comunistas das regiões periféricas para o “*take off*”, isto é, o momento crítico do desenvolvimento onde a economia nacional superaria as resistências representadas pelas estruturas tradicionais no seio de sua sociedade e as

---

20 A teoria social de Talcott Parsons deu origem a uma série de trabalhos específicos sobre o desenvolvimento em sociedades não ocidentais que engajavam tanto sociólogos como economistas e cientistas políticos. Alguns exemplos são os trabalhos *The family revolution in modern China* (1949), de Marion Levy; *The passing of traditional society*, de Daniel Lerner; *Becoming modern: individual change in Six developing countries*, de Alex Inkeles & David Smith. Michael Latham observa que Walt Rostow e seus colegas possuíam parcerias com *policymakers* do Departamento de Estado. O autor Latham faz um apanhado sobre as obras de referência dessa corrente. Ver : LATHAM, M (2000) *Modernization as ideology*: 55.

substituiria por condições apropriadas ao crescimento econômico acelerado. Essa relação deveria permitir um crescimento durável, dentro de uma clima político e social adequado, deixando abertas todas as possibilidades para um desenvolvimento progressivo e democrático.

Como resposta, elabora um modelo etapista e evolucionista da história das sociedades humanas, a partir de uma história econômica eurocêntrica que objetiva elucidar dois pontos chave: de um lado, mostrar como os países então recentemente descolonizados poderiam estimular o crescimento econômico (e, por consequência, o “desenvolvimento”) e, de outro, explicar porque o comunismo não poderia servir de alternativa para alcançar tais objetivos.

As cinco fases estipuladas pelo modelo rostowiano, a considerar o nível de desenvolvimento de cada sociedade, são as seguintes: a sociedade tradicional, as condições prévias para o “*take off*”, o “*take off*”, o progresso em direção à maturidade, a era do consumo de massa.<sup>21</sup> Como se verifica, o modelo é bastante generalizador, pois pretende abarcar através de seu sistema de classificação evolucionista todas as sociedades existentes. Diante do contexto histórico no qual foi apresentado, direcionava-se diretamente aos Estados pós-coloniais da África e Ásia. O essencial, para o autor, consistia em passar da sociedade tradicional para a sociedade moderna. Para que isso pudesse ocorrer, era preciso viabilizar a etapa do “*take off*”, conceito-chave de sua teoria. Sobre esta etapa, diz Rostow:

Atingimos agora um grande manancial da vida das sociedades modernas: a terceira etapa desta sequência, o arranço (“*take off*”). É ele o intervalo em que antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas. As forças que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna, dilatam-se e conseguem dominar a sociedade. O desenvolvimento passa a ser sua situação normal. Os juros compostos como que se integram em seus hábitos e em sua estrutura institucional.<sup>22</sup>

Michael Latham, em duas obras, expõe com clareza a relação orgânica entre a produção acadêmica de certo número de intelectuais (que em muitos casos também trabalharam em postos do Estado) e o direcionamento da política externa estadunidense no que diz respeito à “promoção ao desenvolvimento”.<sup>23</sup> Conceitos que incorporavam a ideia de desenvolvimento e o expandiam, isto é, alargavam o caráter da transformação também para as instituições e os regimes, tais como “modernização” e “*nation building*”, foram criados nas academias americanas e, de maneira gradual, incorporados ao jargão diplomático e à própria forma de compreender a Guerra Fria para nela agir. Difundidos através de congressos, revistas

---

21 ROSTOW, W. (1961) *As etapas do desenvolvimento econômico*.

22 Idem: 20.

23 Os dois principais livros de Michael Latham que tratam do assunto intitulam-se “Modernization as ideology” e “The right kind of revolution”.

acadêmicas, mas também instituições internacionais cuja orientação era fundada sobre seus preceitos teóricos, “modernização” e “desenvolvimento” passaram a justificar e legitimar certas formas de intervenção internacional. A produção acadêmica assumia explicitamente, ao expor os objetivos de sua pesquisa, seu caráter utilitário à política do Estado. Como argumenta o autor, “modernização” seria sobretudo um meio para se compreender o processo de transformação global e identificar os meios pelos quais os Estados Unidos poderiam acelerar, modelar e dirigir tal processo.<sup>24</sup> Essa interpretação expunha o papel central que uma teoria social possuía na elaboração da estratégia de projeção de poder do Estado americano.<sup>25</sup>

A teoria da modernização possui, grosso modo, quatro conceitos-chave, São eles: 1) sociedades “tradicionais” e “modernas” são separadas por uma dicotomia; 2) as transformações políticas, econômicas e sociais são integradas e interdependentes; 3) o desenvolvimento leva ao Estado moderno através uma via linear e comum; 4) o progresso das sociedades em desenvolvimento pode ser acelerado através da ajuda e do contato com as sociedades já desenvolvidas.

Seus teóricos e defensores vislumbravam as sociedades ocidentais, industriais, capitalistas e democráticas como o topo desta escalada evolutiva histórica. Neste caso, os Estados Unidos seriam seu modelo histórico maior e, por consequência, aquele único legítimo a dispor de meios para impulsionar as sociedades “estagnadas” rumo a um assertivo processo transitório.

Segundo essa corrente teórico-normativa que balizava a formulação da política externa, o maior desafio do pós-Segunda Guerra era encontrar meios de projetar no mundo os valores sociais e liberais norte-americanos. Para que o objetivo fosse alcançado, era necessária a criação de organizações econômicas e estruturas políticas democráticas. A vitória, segundo apregoavam, dependeria tanto da aceleração do processo de transformação das sociedades “tradicionais” rumo ao “mundo moderno” como da capacidade de defesa face a ameaça comunista.<sup>26</sup> Durante as décadas de 1950 e 1960, a teoria da modernização serviu como orientação ideológica da política externa americana e forneceu a base teórica para sua auto-proclamada missão “modernizadora” do mundo.

Embora o cerne do conteúdo teórico já pudesse ser verificado na política americana desde o *Point IV* de Harry Truman, o modelo tal como exposto pela corrente modernista foi

---

24 Desde a Primeira Grande Guerra, as ideias sobre o desenvolvimento e a modernização eram já discutidas, e faziam referência a mudanças sociais, políticas e culturais. A variação americana dessa corrente se tornou profundamente ligada a política externa e moldada por convicções liberais e internacionalistas.

25 LATHAM, M (2000) *Modernization as ideology*: 2-5

26 Idem: 6.

ter seu momento de maior predominância na orientação da política externa do Estado durante o governo de John Kennedy e Lyndon Johnson. Ali, a teoria estava formalmente consolidada na *intelligentsia* do Estado e intelectuais como Walt Rostow trabalhavam com grande influência junto aos círculos de poder.<sup>27</sup> Assim, o conceito de “desenvolvimento” rostowiano e o papel estadunidense para sua promoção na periferia se configurada como uma dimensão relevante para a elaboração da política externa estadunidense, juntando-se a fatores outros como a necessidade de obter acesso aos recursos naturais, a busca pela manutenção de mercados abertos e a defesa de seus aliados europeus. Sua aplicação, através das políticas de “cooperação ao desenvolvimento”, estava circunscrita à dinâmica do jogo da Guerra Fria, estando os Estados receptores da “ajuda” estadunidense hierarquizados em termos de importância a partir de sua significância geopolítica e geoeconômica dentro do tabuleiro global.

A importância da estratégia de promover o desenvolvimento e a “modernização” cresce conforme acirra-se o conflito bipolar e a União Soviética engaja-se também na exportação de seu próprio modelo de desenvolvimento, após 1953. Como já dito, os Estados Unidos de Truman e Eisenhower, durante as décadas de 1940 e 1950, já haviam criado meios para usar seus recursos econômicos e sua *expertise* técnica para promover programas de transformação social e econômica tanto na Europa como nas “regiões emergentes”. Tais iniciativas foram subsequentemente seguidas e ampliadas pela administração Kennedy e Lyndon Johnson como resposta efetiva à propagação do comunismo no mundo pós-colonial. Como observou Latham, o que tornou a teoria da modernização tão interessante aos estrategistas dos Estados Unidos foi estabelecer a relação entre o desenvolvimento da periferia e os objetivos de segurança americanos.<sup>28</sup>

### 1.3 A “promoção ao desenvolvimento” além-fronteiras na política externa soviética.

Como mostrado acima, no contexto do pós-guerra, os países do Ocidente definiram uma política para os países em desenvolvimento bastante simples: transpor as revoluções industriais e o desenvolvimento econômico do Ocidente dos séculos XIX e XX para a periferia em poucos anos através de um processo de “modernização acelerada”. O caminho se daria através de medidas assertivas de industrialização seletiva que proporcionariam o “*take*

---

27 Walt Rostow, durante os governos John Kennedy e Lyndon Johnson, assumiu o cargo de Assistente Especial para Assuntos de Segurança Nacional.

28 LATHAM, M. (2010) *The right kind of revolution*: 3

*off*” e encaminhariam o país à desejada modernidade democrático-liberal.

A resposta soviética para as questões sócio-políticas colocadas pela descolonização, tais como a evolução das estratégias nacionalistas nativas e a ofensiva estadunidense na esfera do desenvolvimento, ocorreu de maneira menos escandalosa. Durante o período Stalin e, em particular, a partir do Sexto Congresso do *Comintern* de 1928<sup>29</sup>, foi definida a doutrina de política externa que orientaria o Estado soviético até morte de Stalin, em 1953 (exceção feita aos anos de aliança com o Ocidente durante a Segunda Grande Guerra). Tratava-se de uma visão dicotômica sobre a existência de “dois campos” dentro do sistema internacional, o comunista progressista e o capitalista imperialista. Tal perspectiva repercutiu no modo depreciativo como a União Soviética se interessou pelos movimentos de luta pela independência nacional, em função destes possuírem sua origem normalmente associada à reivindicações da classe burguesa.

Cabe aqui lembrar que este acirramento da posição soviética se deu a partir do ano de 1928. Até então, desde a revolução russa de 1917, persistia a ideia entre os estrategistas soviéticos da necessidade de se preservar uma aliança circunstancial nos países emergentes tanto com os partidos nacionalistas comandados pela burguesia nativa, dado seu caráter anti-imperialista, como com os movimentos proletários locais. A partir da nova perspectiva predominante entre os estrategistas soviéticos adotada em 1928, a emergência ao poder das elites nacionalistas no Terceiro Mundo passou a ser vista de modo majoritariamente negativo, sendo não raramente descritos como golpes orquestrados pelo Ocidente através de seus aliados dentro das burguesias nacionais. A preponderância da participação da classe burguesa

---

29 As primeiras formulações feitas de maneira sistemática na União Soviética sobre as linhas teóricas que estabeleceriam as diretrizes para eventos de sublevação nacional nas colônias e nos países menos desenvolvidos aconteceu durante o segundo Congresso do Partido Comunista (1920). A maior questão discutida pela Comissão sobre a Questão Nacional e Colonial foi a relação entre os movimento de libertação nacional e os movimentos comunistas. As discussões giravam em torno da escolha sobre quem os partidos comunistas deveriam direcionar seu apoio, se aos movimentos de camponeses e trabalhadores ou aos movimentos nacionalistas. Ao fim, decidiu-se pelos dois, isto é, ao apoio à burguesia nacionalista independentista mas, também, ao comprometimento com toda forma de movimento operário. O quarto Congresso do *Comintern*, em 1922, também propôs uma aliança temporária com os movimentos nacionalistas liderados pelas burguesias locais. A Comissão sobre a Questão Nacional e Colonial também discutiu a questão das possíveis formas de desenvolvimento econômico dos futuros países. Na ocasião, o primeiro “teste” dessa política externa foi a revolução chinesa de 1925-1927, quando a União Soviética já estava sob o governo de Stalin. Embora já houvesse neste período algumas discussões no congresso sobre a possibilidade de uma via não-capitalista ao socialismo, e sobre o desenvolvimento não-capitalista de maneira geral, a nova política externa de Stalin a partir do sexto Congresso do *Comintern* (1928) definia a divisão do mundo em “dois campos” e era inflexível quanto à posições neutras. Dito de maneira breve, tal postura resultava da análise sobre as políticas de descolonização e em um contexto de concomitante internacionalização do capital, já que este buscava abrir as economias para as relações capitalistas de produção nos países emergentes e, assim, impossibilitava a capacidade desses movimentos de se engajarem num programa de transformação estrutural das relações de produção locais. Stalin terminou por acusar os golpes de Estado promovidos por movimentos nacionalistas de cooperação e submissão ao imperialismo. Ver HOSSEINZADETH, E. (1989) *Soviet non-capitalist development*: 28-35.

nas manifestações independentistas passou efetivamente a ser visto como o fator crucial para o desconforto soviético com as novas lideranças. Tal interpretação serviu para afastar a política externa soviética das questões ligadas à descolonização. Na ocasião, admitia-se que o mundo colonial era ainda uma zona de influência dos países ocidentais, assim como a América Latina, embora subsistissem em toda parte e ao longo de todo o período frágeis conexões entre União Soviética e movimentos e partidos comunistas locais (muitos dos quais na clandestinidade).<sup>30</sup>

A nova Ordem Mundial do pós-Segunda Grande Guerra e a morte de Stalin em 1953, somada à força do movimento terceiro-mundista pela descolonização e as novas estratégias de projeção da influência americana pressionaram a União Soviética para também reorientar sua forma de atuar no exterior. Uma corrente intelectual interna que já criticava a dicotomia “campo comunista” *versus* “campo imperialista” passou a projetar-se dentro dos círculos de decisão a partir da ascensão de Nikita Khrushchev ao poder soviético, apresentando uma resposta à veloz transformação da questão colonial em vias de se produzir. Desse modo, já no ano de 1953, a União Soviética decide se juntar à ONU na aplicação do Programa de Expansão da Assistência Técnica. Três anos depois, o vigésimo Congresso do Partido Comunista Soviético de 1956 proclamou errática a antiga análise dos “dois campos” ao mesmo tempo em que defendeu a necessidade de superar as teses do Sexto Congresso do *Comintern* de 1928 relacionadas aos movimentos de libertação nacional, dado seu teor “sectarista”.

Desde então, um processo de revisão das abordagens prévias que diziam respeito aos movimentos de libertação nacional foram feitas para que a criação de uma nova política para os países do Terceiro Mundo fosse elaborada do ponto de vista teórico. É preciso chamar atenção aqui para a pressão por substituir a doutrina anterior, dado que o acirramento da Guerra Fria impelia a União Soviética a valorizar a proximidade com uma periferia global em transformação por diferentes razões geoestratégicas. A nova orientação buscava oferecer, para além de um programa de “cooperação ao desenvolvimento” (em diferentes âmbitos) com as novas Nações, um sistema teórico explicativo e compreensivo que validasse sua proposição como o melhor dentre os modelos de desenvolvimento disponíveis.

Mas como se daria essa via “alternativa” de desenvolvimento e porquê acreditar que ela poderia ocorrer? Segundo seus defensores, sua atração estava no potencial de permitir aos países agrários e pobres um meio eficaz para: 1) A eliminação do “atraso” a partir da

---

30 Ver RESHETAR, J. (1965) *The Soviet Union and the Neutralist World*: 103-104.

transformação das relações de produção ultrapassadas para uma sociedade moderna e industrial; 2) Como consequência, o desenvolvimento gradual, consistente e pacífico rumo ao socialismo. A União Soviética, de sua parte, estaria pronta a dar o suporte na questão econômica e securitária, o que envolveria financiamentos e acordos comerciais vantajosos, armas, além do fornecimento de uma *expertise* técnica para viabilizar os projetos de industrialização e transformação da estrutura produtiva. Como observou Carlisle, os soviéticos acreditavam representar eles mesmos um caso bem sucedido de industrialização acelerada da estrutura produtiva, fator este que confirmaria a efetividade do seu modelo de desenvolvimento.<sup>31</sup>

Portanto, ao contrário da doutrina dos “dois campos” de Stalin, a nova teoria que embasaria a compreensão do conflito da Guerra Fria pelos soviéticos não somente passava a tolerar os movimentos de libertação nacional como também tratava-os como parceiros, dado que eram futuros potenciais aliados. Ao longo dos anos nos quais este programa será aplicado, os Estados não-alinhados serão o alvo prioritário. Assim, aqueles que posteriormente experimentaram a “via de desenvolvimento não-capitalista” seriam o Egito, a Síria, o Iraque, a Argélia, a Guiné, o Congo, a Somália, Burma, além de outros.

Embora a atuação externa para promover o “desenvolvimento não-capitalista” nos países emergentes já fosse prática desde 1954-1955,<sup>32</sup> a apresentação formal desta teoria foi feita apenas na Conferência dos Partidos Comunistas e dos Trabalhadores, ocorrida em Moscou em 1960.<sup>33</sup> Na ocasião, cinco anos após Bandung, ela respondia à emergência dos países não-alinhados, entendidos como um ator consolidado no sistema internacional, e explicitava uma política especialmente concebida pela União Soviética para estas Nações “neutras”. Ao mesmo tempo formalizava, como contraponto à escola “modernista” estadunidense e sua considerável influência no mesmo período, o modelo soviético para o desenvolvimento, base teórica por onde o bloco soviético se nortearia ao direcionar seus recursos para a cooperação com os países “neutros”.

A principal diferença com relação a política externa stalinista estava na forma como eram percebidos os estratos sociais que costumavam compor os movimentos independentistas. Enquanto Stalin definia a pequena burguesia, os partidos democráticos e os líderes nacionalistas como parte do “campo imperialista”, a teoria do “desenvolvimento não-

---

31 CARLISLE, D. (1964) The changing of Soviet Perception in the development process in the Afro-Asia World: 389.

32 Os primeiros acordos de cooperação ocorreram com Egito e Afeganistão, tinham caráter de ajuda militar e respondiam a tentativa de enfraquecer o Pacto de Bagdá através de uma maior presença no Oriente Médio. Ver RESHETAR, J. (1965) The soviet Union and the Neutralist World.

33 HOSSEINZADEH, E. (1989) *Soviet non-capitalist development*: 40.



capitalista” os via como “democratas nacionais” que se radicalizavam devido as circunstâncias e lutavam contra o imperialismo e a burguesia *compradore*, construindo assim um ambiente favorável à sua transformação em uma sociedade socialista.<sup>34</sup> Nessa nova visão, tanto a luta de classes como o papel das “forças proletárias” na transição para o socialismo adquiriam um papel secundário. A própria ideia de revolução era substituída por aquela de uma transição pacífica e gradual liderada pelas elites nacionalistas progressistas e respaldada pelas classes operárias. A mudança na interpretação, portanto, é gigantesca: as elites burguesas nacionalistas deixavam de serem vistas como eventuais aliados temporários do proletariado e do campesinato na luta anti-imperialista e passavam à condição de principal vetor da transformação da sociedade rumo a um Estado socialista.

Para justificar tais mudanças, os teóricos e estrategistas dessa corrente tratavam de sublinhar as novas condições históricas que caracterizavam aquele período. Entre elas estava a influência do campo socialista e o suporte que ele poderia oferecer a estes novos países. A força da via de desenvolvimento proposta pelos soviéticos estaria no exemplo de sucesso do modelo da própria União Soviética e na disposição desta em prover os meios para que países emergentes pudessem repeti-lo em seus Estados. Com isso, apostava na comparação entre dois tipos de industrialização (socialista e capitalista) para sustentar a atração voluntária de lideranças do Terceiro Mundo ao campo soviético. Foi nessa linha que Papov, um dos principais teóricos do “desenvolvimento não capitalista”, argumentou:

...under the influence of the theory and practice of world socialism, many petty bourgeois theories and policies in developing countries are undergoing significant changes. Revolutionary democracy emerged in consequence.<sup>35</sup>

Outra condição particular citada pelos teóricos face à nova conjuntura que se apresentava era a existência de múltiplos modos de produção e a peculiar e disfuncional estrutura social na maioria dos países em desenvolvimento, produto do sistema capitalista colonial que introduzira o modo de produção capitalista dependente ao mesmo tempo em que eram mantidas formas de organização social e cultural não-capitalistas. Alegava-se que a penetração do capital internacional nesses países criou uma burguesia reduzida no topo, uma pequena classe trabalhadora na base e um estrato maior e não facilmente classificável no meio, formado principalmente por pequenos empresários, artesãos, militares, intelectuais e outros. Estes não estariam satisfeitos com o *status quo* nem tampouco com as condições de mobilidade existentes. Seu papel é central na teoria pois seria este o estrato que constituiria

---

34 Idem, *Ibidem*.

35 PAPOV, Y. apud HOSSEINZADEH, E. (1989) *Soviet non-capitalist development*: 41.

potencialmente a frente nacionalista de combate ao imperialismo e o capitalismo. Isso porque representava não somente os interesses dos pequenos proprietários como também as aspirações dos trabalhadores, dos camponeses, dos intelectuais revolucionários e dos oficiais militares em seus países. Havia uma coincidência de interesses dentro do estrato social mais representativo que, no caso particular dos países pós-coloniais, secundarizaria a luta de classes para representar ele próprio o interesse nacional pela independência e o socialismo. Um dos principais textos de referência da teoria do desenvolvimento não capitalista, o livro *“The role of the state in socio-economic reforms in developing countries”* foi escrito por um grupo de quinze especialistas. Ali encontramos a seguinte interpretação sobre a estrutura das classes nos novos países do Terceiro Mundo:

For the most developing countries (especially in Africa and Asia), the rule of any one social class is made impossible by the historically shaped mix of different socio-economic structures (patriarchal, feudal, petty-commodity, etc...). A mixed socio-economic structure and the absence of clear-cut class differentiation has led to a situation in which, at the initial stage of the national liberation revolution, a bloc of various intermediate and middle strata...has come to power; as a rule, these strata represent more than half of the urban population. Their dominant and in a certain sense independent position in exercising state power stems from the fact that economic and political consolidation of classes is far from complete, while the bourgeoisie does not have sufficient power or experience in political organization to pretend to independent leadership.

The level of socio-economic development in many third-world countries, particular in Africa, is such that we should speak not so much of the class nature of the state. While the intermediate that are in power retain the capacity to maneuver among specific classes and social groups, they represent not only their own interests, but also the interests of other social classes that are in the process of transformation.<sup>36</sup>

Para este grupo de estrategistas, o ambiente histórico “único” em termos domésticos e no âmbito internacional não somente favorecia a ascensão da pequena burguesia sob um regime representativo como fornecia um caráter especial ao processo histórico dos novos países. A relação entre luta de classes e o poder do Estado estaria, neste novo caso, redefinido: longe de ser o instrumento de domínio de uma classe sobre as demais, o Estado ocuparia o papel de regulador dos conflitos entre classes.<sup>37</sup> O “novo” Estado pós-colonial, através um regime de “democracia nacional” e dirigido pela vanguarda nacionalista progressista (pois a classe proletária ali ainda era incipiente e frágil), ocuparia o lugar de gestor de um aparelho administrativo capaz de prevenir o acirramento da luta de classes a partir da “aliança de todas

---

<sup>36</sup> STANIS, V. et al. (1976) *The role of the state in socio-economic reforms in developing countries*: 34-35.

<sup>37</sup> CARLISLE, D. (1964) The changing of Soviet Perception in the development process in the Afro-Asia World: 397-401.

as forças progressistas” ali representadas. A ameaça do imperialismo, através de suas investidas e sua aliança com golpistas internos, seria também dificultada a partir dessa aliança, o que ao final permitiria pôr em marcha o programa de “transição não capitalista” ao socialismo. Como definido pelos próprios teóricos:

The state of national democracy is a transitional form of administration. The mission of this state is to pave the way for transition from pre-capitalist relations to socialism, bypassing the state of capitalist development. Its political ground-work is the united national democratic front comprising all national democratic and progressive forces.

As the national democracy develops through revolution and evolution the state will gradually mould the society, crating the conditions for a step by step transition to a society in which socialist production relations will predominate.<sup>38</sup>

A transição ao socialismo se daria de modo particular. Através da planificação econômica e do exercício das atribuições organizativas da sociedade pelo Estado, os objetivos do programa de “desenvolvimento não-capitalista” seriam postos em prática e a sociedade, de maneira gradual e pacífica, se transformaria. Uma vez alcançado os objetivos, as organizações proletárias e camponesas, estimuladas por sua vez pelo Estado, atingiriam a maturidade e finalmente estariam aptas a assumir o controle da economia e a liderança da sociedade. Como bem observa Hosseinzadeh, na prática isso significava, segundo essa teoria, que uma vez completada a socialização das relações de produção pelo Estado “nacional democrático”, isso teria por consequência o fim de seu próprio governo.<sup>39</sup>

O meio para se chegar ao socialismo deveria seguir os seguintes pressupostos: a) um relativo alto grau de desenvolvimento do setor estatal na economia; b) reformas agrárias (por vezes radicais) e o ativo encorajamento de cooperativas, especialmente no campo; c) modernização da agricultura e seu desenvolvimento; d) o uso de taxas, créditos e outras medidas financeiras para acelerar a industrialização e administrar outras prioridades econômicas; e) a introdução do sistema estatal de planificação do desenvolvimento econômico para contornar distorções na estrutura econômica inerentes do período colonial; f) utilização intensa de avanços tecnológicos e científicos; g) programas de treinamento de um corpo técnico administrativo capaz de resolver o problema do emprego e suprir a indústria com mão de obra qualificada; h) a atenção especial com a expansão das relações econômicas face a aceleração do crescimento econômico; e f) o incremento da independência econômica diante dos países imperialistas.

Com o objetivo de abrir-se aos “países emergentes” que voluntariamente escolhessem

---

38 STANIS, V. et al. (1976) *The role of the state in socio-economic reforms in developing countries*: 35.

39 HOSSEINZADEH, E. (1989) *Soviet non-capitalist development*: 42.

se incorporar, a orientação do bloco soviético estaria portanto redefinida a partir de dois eixos centrais: 1) da promoção dos partidos “nacionais democratas” no Terceiro Mundo, como já dito formados por membros de diferentes estratos da sociedade e que, embora tenham origem não marxista, acabariam sendo direcionados ao socialismo científico; 2) da intensificação do comércio intra-bloco, a partir da institucionalização de organizações internacionais dedicadas a propiciar um ambiente favorável às trocas e à criação de uma união comercial.<sup>40</sup>

É interessante aqui ressaltar o horizonte de possibilidades aberto com a oferta de suporte e ajuda soviética aos países adeptos da via de “desenvolvimento não-capitalista”. Ao aceitar o papel positivo das burguesias nacionalistas na direção do Estado dos países pós-coloniais, a União Soviética abriu na prática seu programa de “cooperação ao desenvolvimento” a quaisquer lideranças governamentais que desejassem estabelecer uma parceria, com nulas exigências sobre o modo autônomo destas gerenciarem a economia política interna, embora houvesse evidentes desgastes diplomáticos quando o governo “nacional democrático” usava a máquina do Estado para perseguir comunistas dentro de suas fronteiras.<sup>41</sup> A possibilidade de obter tecnologia, financiamentos e outros tipos de assistência econômica da União Soviética e de seus aliados terminou por prover, às lideranças nacionalistas emergentes, meios para que estas colocassem em prática suas estratégias de desenvolvimento nacional. Na perspectiva de diferentes lideranças do Terceiro Mundo, o fator importante neste cenário era a possibilidade oferecida pelos programas de ajuda soviética para que fosse reduzida a dependência das economias ocidentais e, conseqüentemente, a subordinação à determinadas exigências que estas normalmente impunham quando forneciam seu próprio programa de ajuda.

Como conseqüência da entrada da União Soviética na disputa pelo Terceiro Mundo, o próprio programa de “cooperação ao desenvolvimento” estadunidense respondeu com uma flexibilização ainda maior do que aquela determinada em sua origem nos governos Truman e Eisenhower, isto é, desassociando em certa medida a “ajuda” (embora não em todos os aspectos) da adoção de determinadas reformas econômicas internas e a certas exigências de ordem geopolítica como a participação em alianças militares.

Produzidas, portanto, dentro de um contexto de clivagem política e ideológica, a teoria da “modernização” e a teoria do “desenvolvimento não-capitalista” compunham ambas um

---

40 Idem: 50

41 O autor Carlisle descreve, em particular, como o apoio soviético aos movimentos nacionalistas a determinados países da África e Ásia terminou por isolar os partidos comunistas nativos, quando estes existiam. Ver CARLISLE, D. (1964) *The changing of Soviet Perception in the development process in the Afro-Asia World*: 393-394.

emaranhado de proposições interpretativas com diversas funções: eram propagandistas, educativas, normativas, justificavam a adoção de uma certa política externa por parte de cada potência e eram respaldadas pelo “cientificismo” acadêmico.

Não interessa aqui apontar as contradições e incoerências existentes em cada uma das duas teorias no que concerne a “ajuda” externa ao Terceiro Mundo, mas sim evocar as semelhanças entre elas em cinco aspectos-chave: a) ambas entendiam a “cooperação ao desenvolvimento” como instrumento efetivo de política externa face ao conflito da Guerra Fria, sendo sua importância de primeira ordem para a arregimentação de novos aliados entre os “países emergentes”; b) O “desenvolvimento” como processo em si é, em ambos os casos, um conceito evolucionista e mecanicista, com referências comuns à industrialização (com especial atenção a formação de uma indústria de base), a reforma agrária e a presença decisiva do Estado como vetor do desenvolvimento.<sup>42</sup> Com isso, tornava-se difícil classificar entre “modernistas” e “não-capitalistas” as diferentes experiências de transformação econômico-social dos países “neutros”, caso fosse tomado em consideração apenas uma análise sobre a economia política; c) Essa coincidência sobre aspectos fundamentais no modo de “desenvolvimento” entre duas teorias que se pretendiam opostas resultava, ao final de sua aplicação, na quase nula associação da “cooperação ao desenvolvimento” à exigência de reformas econômicas internas, já que não era este um critério propriamente diferenciador que justificasse privilégios; d) Os modos de cooperação podiam ser divididos, fundamentalmente, em três tipos: militar (que fundamentalmente significava transferência de armas), econômico (financiamentos, empréstimos vantajosos e acordos comerciais bilaterais) e auxílio e formação técnica de uma elite qualificada para a administração da máquina estatal e para o gerenciamento da produção industrial; e) O que viria a definir o grau de “ajuda” que cada uma das potências estaria disposta a fornecer era, essencialmente, o peso geopolítico disposto pelo país demandante dentro da dinâmica do conflito bipolar, assim como o risco potencial de “perdê-lo” à potência rival, dentro de circunstâncias conjunturais dadas. A “ajuda” ao desenvolvimento estava, portanto, inteiramente associada ao âmbito securitário e militar.

Resta agora verificar a forma como os países neutralistas teorizaram, a partir da Conferência de Bandung, em 1955, a relação entre a “cooperação ao desenvolvimento” e o papel na Guerra Fria para os Estados não-alinhados.

---

42 A diferença maior estaria na ênfase dada ao papel da empresa privada e dos investimentos privados por parte dos “modernistas” e ao papel das cooperativas no campo dado pela teoria do “desenvolvimento não-capitalista”. Ainda assim, é uma diferença de ênfase, que não implica uma rejeição de um ao outro.

### 1.4 Bandung e o terceiro mundismo diante da Guerra Fria.

A conferência de Bandung, realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, é o marco simbólico da origem do movimento neutralista do Terceiro Mundo na Guerra Fria. O encontro foi organizado por Birmânia (hoje Mianmar), Ceilão (hoje Sri Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão. Além dos organizadores, participaram da conferência os seguintes países: Afeganistão, Cambodia, China, Egito, Etiópia, Costa do Ouro (hoje Gana), Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Sudão, Tailândia, Turquia, República Democrática do Vietnã, Estado do Vietnã, Iêmen (ver mapa 1.1). A iniciativa parte da Indonésia, na ocasião da Conferência de Colombo (28 de abril a 2 de maio de 1955) da qual participam Indonésia, Índia, Ceilão, Paquistão e Birmânia. Ali, fora proposta uma ação coordenada entre os países participantes para pôr fim à guerra da Indochina, vista como uma guerra colonialista. Noções como o direito de autodeterminação e o respeito às soberanias nacionais eram já evocados como princípios fundamentais e inalienáveis aos povos do Sul.

**Mapa 1.1 Os países participantes na Conferência de Bandung**



Fonte: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/tiersmonde>

Quando se produziu Bandung, os objetivos anunciados eram: a) promover a boa vontade e a cooperação entre as nações da Ásia e da África; b) examinar os problemas sociais, econômicos e culturais e as relações entre os Estados; c) estudar temas associados à soberania

nacional, o racismo e o colonialismo d) examinar a posição da Ásia e da África e a contribuição que as nações presentes poderiam dar à causa da paz e da cooperação. Para que todos pudessem estar presentes, certas garantias foram asseguradas: primeiro, o convite não significava o reconhecimento dos governos representados; Segundo, toda crítica sobre os modos de vida e as formas de governo foram banidas; Terceiro, a Conferência não objetivava criar um bloco regional.<sup>43</sup> Os principais personagens da Conferência foram os presidentes Nasser (Egito), Sukarno (Indonésia) e os primeiros-ministros Chu-En-Lai (China) e Nerhu (Índia). Os Estados aliados do ocidente presentes na reunião (como, por exemplo, Turquia, Japão e Irã) tiveram um papel secundário.

Embora a conjuntura do encontro o inscrevesse no âmbito da Guerra Fria, sua origem organizativa remonta a uma temporalidade anterior, isto é, ao movimento Afro-Asiático.<sup>44</sup> A conferência de 1955 representaria, sob novos termos, a atualização de um movimento da periferia global já existente, já que se constituiria em relação com a Guerra Fria e o coetâneo processo de descolonização. O neutralismo de Bandung herda uma estrutura organizativa e certas demandas pendentes para adaptá-las à conjuntura de seu tempo presente: o “neutro” assim se orienta em função da Guerra Fria e seu “neutralismo” existe como prática quando esta se faz presente. Agindo de maneira a impactar na dinâmica do sistema internacional, o neutralismo ali defendido inovava ao impor, à força de pressão conjunta, uma nova agenda definida pela relação Norte-Sul dentro do conflito Leste-Oeste, sem que aquela fosse externa a este. O movimento dos não-alinhados, tal como criado em Bandung, existirá a partir de sua relação com a Guerra Fria e somente quando esta existir. Assim sendo, o neutralismo como política prática de um Estado irá se produzir concretamente em situações pontuais, espacialmente demarcadas e temporalmente definidas, tão somente quando o conflito bipolar global estiver manifesto e lhe exigir participação.

O autor Mohammed Bedjaoui,<sup>45</sup> em breve texto sobre o não-alinhamento, defende que

---

43 LAURENS, H. (2004) *Orientales*: 280.

44 As reivindicações dos povos colonizados remontam o século XIX, mas foi a partir da revolução russa de 1917 que elas passaram a encontrar numerosas formas de expressão através da formação de associações e congressos. Ocorreram diversos encontros organizados desde então, a começar pelo congresso de Bakou em 1920, onde Lenin apresentou sua visão do imperialismo. Posteriormente, foi organizado o congresso de Paris de 1920 e Londres em 1923. Em 1924, a Liga contra o imperialismo organiza o primeiro Congresso dos Povos Oprimidos, em Moscou e, depois um segundo, em 1927, em Bruxelas, onde estarão presentes Sukarno e Nerhu. Este último, por sua vez, organizará em Déli, em 1947, a Conferência de relações asiáticas, da qual participarão vinte e cinco países. Essa herança ideológica e organizativa do que ficou conhecido como movimento Afro-Asiático na Conferência de Bandung é observada por diferentes autores. Ver JANSEN, G.H. (1966) *Non-alignment and the Afro-Asian States*; KORANY, B. (1975) *Afro-Asian non-alignment in the contemporary international system: a pre-history*; WILLETTS, P. (1978) *The non-aligned Movement. The Origins of a Third World Alliance*.

45 BEDJAOUI, M. (1985) *The non-aligned States*: 270 - 276;

o movimento “nasce” no decorrer da Guerra Fria e não como causa desta, evidenciando-o como algo distanciado do conflito bipolar pois seguiria uma agenda separada, herdada do movimento Afro-Asiático e, portanto, anterior e independente a nova Ordem do pós-Segunda Guerra. Ao argumentar dessa maneira, o autor acentua unicamente o modo de ação coletiva do movimento, e confere à continuidade de certas ideias reivindicativas ao longo do tempo um fator preponderante sobre as práticas. Aqui argumentamos que a prática do neutralismo de Bandung existe em função da Guerra Fria, e é somente a partir dessa relação que ele obtém meios de estabelecer uma agenda própria e conferir sentido a sua ação de Estado “neutro” dentro do sistema internacional. Isso não significa negar a herança política e ideológica do movimento que antecede a Conferência de 1955, mas sim reforçar o peso determinante dos constrangimentos sistêmicos que moldam o caráter e a base de atuação geopolítica do neutralismo para algo próprio da conjuntura da qual ele emerge. Dito de outra maneira, o fenômeno da Guerra Fria representa uma ruptura determinante com o período precedente, pois serve como vetor desencadeador para novas dinâmicas de poder dentro do sistema internacional ao reestruturar as relações interestatais em torno do conflito bipolar. O neutralismo de Bandung, na condição de movimento político, é concebido dentro desta situação histórica e é a ela que se dirige.

É certo que, no jogo da Guerra Fria, os países “neutros” serão primeiro caracterizados por se recusarem a pertencer a um dos lados do conflito bipolar. Entretanto, longe de tal procedimento significar a “saída” do conflito, ele implicava na criação de uma espécie de “zona cinza” no mundo “bicolor”, preto e branco, forjado a partir da Conferência de Yalta.<sup>46</sup> Ao proceder de forma ambígua, o não-alinhamento redefinía o peso geopolítico de certos países que, por sua vez, se reapresentavam como novo espaço de disputa prioritário entre Estados Unidos e União Soviética no sistema internacional. Estas duas potências, envolvidas juntas numa dinâmica competitiva particular por zonas de influência no Terceiro Mundo, eram pressionadas pelas circunstâncias e terminavam por constranger seus próprios estrategistas e *policymakers* a redefinirem prioridades na política externa que objetivassem reestabelecer parâmetros para as relações com os países do Sul. A nova geografia dos não-alinhados, portanto, não repelia a Guerra Fria mas sim a atraía e a aprofundava sobre seu próprio espaço territorial e regional. O neutralismo produzia na prática múltiplas “zonas de fricção” do conflito global que, por um lado, acirravam a pressão competitiva entre as duas

---

46 Um exemplo dessa dificuldade em lidar de imediato com o novo bloco de países é a frase de John Foster Dulles, secretário de Estado de Eisenhower, que declarou em 1956 ser o neutralismo um conceito “imoral”. Ver BRANDS, H. (1989) *The specter of neutralism*: 3.



superpotências sobre essas áreas e, por outro, dotava à condição “neutra” um sentido prático e utilitário em política externa.

É importante ressaltar que a dimensão da ação individual do Estado periférico que é neutro durante a Guerra Fria responde, portanto, a uma temporalidade e a uma dinâmica de atuação não necessariamente sincronizada com a ação coletiva do conjunto dos Estados de Bandung. Como já foi precisado ao longo do texto, aqui nos interessa compreender como o neutralismo defendido em Bandung é apropriado pela ação isolada de um Estado para extrair do contencioso da Guerra Fria dividendos que sirvam a sua própria agenda política.

Compete reforçar, no entanto, que Bandung e as conferências posteriores,<sup>47</sup> responsáveis por consolidar o movimento dos não-alinhados, irão servir como uma base legitimadora para a ação individual dos Estados “neutros”. Assim, haverá a criação de um rede de apoio diplomático e moral entre os países, manifesta nos discursos e nas reuniões através de organismos internacionais como a ONU. Além disso, novas instituições internacionais serão construídas ou reformuladas em suporte às demandas comuns reivindicadas em conjunto pelos países. O autor Henry Laurens vê na Conferência de Bandung dois princípios federadores, responsáveis por integrar interesses entre países profundamente heterogêneos entre si. Primeiro, o anticolonialismo, que reforçava o suporte aos países cuja independência havia sido recentemente adquirida. Além disso, rejeitava todas as formas de neocolonialismo e propunha lutar, ao mesmo tempo, pela independência das últimas regiões colonizadas, especialmente na África. O segundo princípio era o neutralismo (ou o não-alinhamento), que preservava as independências adquiridas e permitia dar aos Estados-membros a possibilidade de atuar ativamente na arena internacional de uma maneira que sozinhos não seriam capazes de fazer.<sup>48</sup> Aqui apontaremos ainda um terceiro princípio compartilhado pelos países-membros, explícito como primeiro ponto da Declaração final da Conferência: a cooperação ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, nos interessa revisar os pontos que norteavam este aspecto explícito na Declaração final. Começemos com os três primeiros pontos:

1. The Asian-African Conference recognized the urgency of promoting economic development in the Asian-African region. There was general desire for economic co-operation among the participating countries on the basis of mutual interest and respect for national sovereignty' The proposals

---

47 Nasser buscou organizar na sequência (final de 1957) uma conferência de solidariedade afro-asiática (a “Bandung dos povos”). Outras conferências historicamente importantes para o movimento ocorreram em Belgrado (1961), na ocasião dominada por Tito, Nasser e Nerhu. Um ano mais tarde, teve origem o “grupo dos 77”, na ocasião da Conferência econômica dos países em desenvolvimento, no Cairo. Com a entrada de Cuba após a vitória de Fidel Castro em 1959, terá origem a fase “tricontinental”.

48 LAURENS, H. (2004) *Orientales* : 281.

with regard to economic co-operation within the participating countries do not preclude either the desirability or the need for co-operation with countries outside the region, including the investment of foreign capital. It was further recognized that the assistance being received by certain participating countries from outside the region, through international or under bilateral arrangements, had made a valuable contribution to the implementation of their development programs.

2. The participating countries agreed to provide technical assistance to one another, to the maximum extent practicable, in the form of: experts, trainees; pilot projects and equipment for demonstration purposes; exchange of knowhow and establishment of national and, where possible, regional training and research institutes for importing technical knowledge and skills in co-operation with the existing international agencies.

3. The Asian-African Conference recommended the early establishment of a Special United Nations Fund for Economic Development, the allocation by the International Bank for Reconstruction and Development of a greater part of its resources to Asian-African countries, the early establishment of an International Finance Co-operation which should include in its activities the undertaking of equity investment; and encouragement in to the promotion of joint ventures among Asian-African countries in so far as this will promote their common interest.<sup>49</sup>

Vemos no primeiro e no segundo ponto, o destaque a um argumento-chave: o reforço da importância representada pela cooperação comercial e técnica, seja ela obtida através das relações entre os países do não-alinhamento, seja com os países “de fora”. No caso destes últimos, o peso da ajuda externa bilateral é reconhecido como desejável para a implantação dos programas nacionais de desenvolvimento. No terceiro ponto, vemos a defesa pela criação de fundos internacionais gerenciados por organizações dedicadas a apoiar tais projetos. Como visto, a construção de um ambiente internacional favorável à “cooperação ao desenvolvimento” estava no primeiro plano das prioridades anunciadas por Bandung, estando portanto em sincronia com os programas de cooperação soviético e estadunidense, assim como as instituições multilaterais mencionadas anteriormente. A noção de desenvolvimento ali foi descrita em termos técnicos, reduzida à dimensão econômica e dissociada da geopolítica. Como argumenta Laurens, havia em Bandung a crença que a “cooperação ao desenvolvimento” era um dever das potências industrializadas para compensar abusos históricos, e exigir contrapartida dos países em desenvolvimento seria algo tido como uma afronta à soberania nacional.<sup>50</sup> Vejamos agora os nove pontos restantes existentes na Declaração final no que concerne a cooperação ao desenvolvimento:

4 The Asian-African Conference recognized the vital need of stabilizing commodity trade in the region. The principle of enlarging the scope of

49 Ver item I da Declaração final da conferência de Bandung. site <http://www.webcitation.org/5y9oJwFjk>. Acesso em 20/03/2014. O texto integral da declaração final de Bandung pode ser encontrado no site [http://franke.uchicago.edu/Final\\_Communique\\_Bandung\\_1955.pdf](http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf). acesso em 20/03/2014.

50 LARENS, H. (2004) *Orientales*: 282-286.

multilateral trade and payments was accepted. However, it was recognized that some countries would have to take recourse to bilateral trade arrangements in view of their prevailing economic conditions.

5. The Asian African Conference recommended that collective action be taken by participating countries for stabilizing international prices of and demand for primary commodities through bilateral and multilateral arrangements, and that, as far as practicable and desirable, they should adopt a unified approach on the subjects in the United Nations Permanent Advisory Commission on International Commodity Trade and other international forums.

6. The Asian-African Conference further recommended that : Asian-African countries should diversify their export trade by processing their raw materials, wherever economically feasible, before export; intra-regional trade fairs should be promoted and encouragement given to the exchange of trade delegations and groups of businessmen-exchange of information and of samples should be encouraged with a view to promoting intra-regional trade; and normal facilities should be provided for transit trade of landlocked countries;

7. The Asian-African Conference attached considerable importance to shipping and expressed concern that shipping lines reviewed from time to time their freight rates, often to the detriment of participating countries. It recommended a study of this problem, and collective action thereafter, to induce the shipping lines to adopt a more reasonable attitude. It was suggested that a study of railway freight of transit trade may be made;

8. The Asian-African Conference agreed that encouragement should be given to the establishment of national and regional banks and insurance companies;

9. The Asian-African Conference felt that exchange of information on matters relating to oil, such as remittance of profits and taxation might eventually lead to the formulation of common policies;

10. The Asian-African Conference emphasized the particular significance of the development of nuclear energy for peaceful purposes, for the Asian-African countries. The Conference welcomed the initiative of the Powers principally concerned in offering to make available information regarding the use of atomic energy for peaceful purposes: urged the speedy establishment of the International Atomic Energy Agency which should provide for adequate representation of the Asian-African countries on the executive authority of the Agency; and recommended to the Asian and African Governments to take full advantage of the training and other facilities in the peaceful uses of atomic energy offered by the countries sponsoring such programs;

11. The Asian-African Conference agreed to the appointment of Liaison Officers in participating countries, to be nominated by their respective national Governments, for the exchange of information and ideas on matters of mutual interest. It recommended that fuller use should be made of the existing international organizations, and participating countries who were not members of such international organizations, but were eligible and should secure membership;

12. The Asian-African Conference recommended that there should be prior consultation of participating countries in international forums with a view, as far as possible, to furthering their mutual economic interest. It is, however, not intended to form a regional bloc.<sup>51</sup>

---

51 Ver item I da Declaração final da conferência de Bandung. site <http://www.webcitation.org/5y9oJwFjk>. Acesso em 20/03/2014. O texto integral da declaração final de Bandung pode ser encontrado no site

Vemos nesta sequência de pontos acima apresentada um apanhado de reivindicações econômicas comuns. Tanto a preocupação em atuar na estabilização dos preços das matérias-primas e *commodities* como no impulso da diversificação do modo de inserção comercial dos países é destacado. A referência à importância da industrialização foi evidenciada no sexto ponto, quando destaca-se a necessidade de impulsionar também a exportação de matérias-primas processadas. Aspectos próprios à criação de infraestrutura para o aprofundamento do comércio entre os países não-alinhados, como instituições dedicadas à prover financiamentos, são citados nos pontos sete e oito. O uso de fontes enérgicas é também visto dentro de um novo enquadramento institucional intra-regional (pontos nove e dez). Por fim, existe o engajamento dos países presentes por agir coletivamente em fóruns internacionais para reivindicarem a defesa de interesses econômicos comuns (pontos 11 e 12).

É evidente que haviam diferenças consideráveis no funcionamento das economias dos diferentes países participantes da Conferência, mesmo sabendo que em sua imensa maioria estas eram caracterizadas por uma produção majoritariamente agrícola e/ou de matérias-primas orientadas para a exportação. Por isso, os termos apresentados eram vagos e funcionavam como uma carta de intenções ampla sobre formas de utilizar a aproximação política alcançada com o não-alinhamento para contornar desafios econômicos estruturais comuns às economias nacionais dos países do Terceiro Mundo. De maneira resumida, as soluções apontavam para o reforço do comércio intra-regional e para uma ação coletiva organizada nos fóruns internacionais que fosse dedicada à defesa de interesses econômicos comuns. Havia ali, de maneira geral, o entendimento da relevância do processo de industrialização para a estabilidade econômica e política dos países presentes.

Assim sendo, a ação política coletiva do movimento de Bandung propunha contribuir para a construção, do ponto de vista dos Estados participantes, de um ambiente internacional favorável à diversificação do modo tradicional de inserção financeira e comercial daqueles países no sistema internacional. Esse quadro era vislumbrado como possível a partir da relação estabelecida, no plano teórico, entre a ação política do não-alinhamento com 1) o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo e 2) o aprofundamento das relações comerciais intra-regionais. Este último ponto nos parece importante destacar. Embora a percepção do papel do “desenvolvimento econômico” e da “cooperação ao desenvolvimento” estivesse em sincronia com as teorias da “modernização” e do

“desenvolvimento não-capitalista” exportadas respectivamente por Estados Unidos e União Soviética, havia um aspecto no qual ela se diferenciava frontalmente: sem negar a importância das relações econômicas com os países “desenvolvidos”, a Carta de Bandung conferia um peso geoestratégico à dimensão regional, relacionando o desenvolvimento econômico ao aprofundamento das relações comerciais e políticas intra-regionais. Longe de ceder à chantagem da integração aos blocos econômicos ocidental ou soviético, a integração entre os países do Sul era vista como aspecto prioritário tanto para o desenvolvimento econômico individual de cada Estado como para o reforço de sua projeção política no sistema internacional.

Tal visão relacionava a ação neutralista a uma espécie de articulação regional autônoma, independente e antagônica à projeção local das superpotências globais. Não por acaso, dentre os líderes do movimento dos não-alinhados estavam políticos que lideravam também movimentos de união e integração regional, como o pan-africanismo de Kwame Nkrumah ou o pan-arabismo de Gamal Abdel Nasser.

As conquistas do movimento dos não-alinhados, entendido como fenômeno coletivo, são reconhecidas pelo impacto causado nas instituições internacionais, onde suas demandas são tomadas em consideração. No âmbito econômico, a principal contribuição da Conferência foi apressar o aparecimento de novas instituições internacionais associadas às suas demandas. Em 1958, a ONU cria o Fundo especial das Nações Unidas para o desenvolvimento econômico. O Banco Mundial, por sua vez, irá disponibilizar progressivamente a totalidade de seus recursos aos países do Terceiro Mundo e criará, um ano após Bandung, a Sociedade Financeira Internacional (SFI) para favorecer investimentos privados em países “pobres”. Posteriormente, em 1960, a Associação Internacional pelo Desenvolvimento -AID-, foi encarregada de realizar empréstimos favoráveis aos países periféricos que aqueles oferecidos pelos mercados. Em 1964, o primeiro Banco de Desenvolvimento Africano será inaugurado e, dois anos depois, será a vez de um Banco Asiático.<sup>52</sup> Já no plano político, o movimento pressionou pela aceleração do processo de descolonização.

No entanto, a verdadeira força do movimento estava na criação de condições externas para que cada um de seus Estados-membros, agindo diretamente na sua relação com as superpotências da Guerra Fria, desenvolvesse a capacidade de extrair dividendos econômicos e militares, sob a forma de ajuda externa, a partir da valorização de sua posição geopolítica dentro do conflito bipolar. Um ano após Bandung, foi a Guerra do Suez quem definiu um

---

52 Ver RIST(2013) *Le développement, Histoire d'une croyance occidentale*: 160.

*modus operandi* ao Estado não-alinhado: a eficácia da política externa “neutra” estava condicionada à transformação do próprio Estado não-alinhado em uma “zona de fricção” do conflito bipolar.

### **1.5 Suez e um modelo de projeção externa do “neutro”.**

Sobre a crise de Suez, importa aqui ressaltar algumas características que lhe conferem um caráter paradigmático sobre a utilização do neutralismo com a finalidade de responder a objetivos da agenda política doméstica. Vejamos a sequência dos eventos.

Gamal Nasser, presidente do Egito a partir de 1954, apresentou de início a intenção de buscar parcerias militares e econômicas com o Ocidente e os Estados Unidos. Na ocasião, sua soberania territorial não era integral porque os britânicos mantinham sobre o Canal de Suez suas tropas, ainda que fosse à revelia do governo egípcio. A posição geopolítica do país justificava, sob o ângulo dos estrategistas britânicos, a persistência sobre a presença militar. Desde a independência formal do país, em 1922, os governos egípcios anteriores haviam progressivamente acordado com os britânicos a retirada gradual da ingerência desde país sobre as esferas econômicas e militar. O Tratado anglo-egípcio de 1954 reforçava a tendência já expressa no Tratado anterior, de 1936, de avançar acordos que viabilizassem, pela via diplomática, uma soberania territorial plena. Nesse sentido, o Tratado de 1954 havia fixado o fim da ocupação militar sobre o Canal a partir de uma evacuação gradual ao longo dos anos.

O controle sobre o Canal de Suez era de importância singular, pois este permitia a navegação pela rota marítima mais próxima entre o Oriente e a Europa. Em função de relações diplomáticas persistentemente conflituosas com os ingleses, Nasser decidiu buscar a formalização de acordos de cooperação militar e econômica com outro país ocidental, os Estados Unidos. Em particular, havia um projeto de infraestrutura prioritário à agenda egípcia, a construção da barragem de Assuã, que demandava enormes somas em empréstimos e financiamentos. A barragem permitiria multiplicar e modernizar a produção agrícola, acumular capital e reinvesti-lo na indústria de base e de consumo ainda em vias de se consolidar.<sup>53</sup> Simultaneamente, a situação nas relações de poder regional passavam por uma transformação significativa a partir da criação do Estado de Israel em 1948 e o gradual fim dos protetorados britânicos e franceses: haviam riscos na segurança das fronteiras com Israel, ao mesmo tempo que toda a região passava por uma espécie de corrida armamentista

---

53 O autor Habib Ayeb discute a importância econômica da construção da barragem de Assuã no artigo AYEB, H. (1996) Le Haut Barrage 30 ans après: 131-146.

conforme os Estados alcançavam maior autonomia.

Dado que o processo de financiamento da barragem de Assuã desenvolvia-se lentamente e de modo insatisfatório para o governo egípcio, este foi aos poucos se distanciando da tentativa de viabilizar empréstimos com o Ocidente conforme não reconhecia ali contrapartida relevante. Dois fatores de ordem geopolítica descontentavam o governo Nasser de maneira importante: a) na estratégia de contenção comunista efetivada pela aliança entre Washington e Grã-Bretanha, o Iraque deveria ter papel de liderança do mundo árabe, e por isso receberia atenção prioritária nesta região; 2) as contínuas hostilidades entre Israel e Egito na Faixa de Gaza (então controlada pelo Egito), seguidas por invasões armadas na zona de fronteira entre esses países, fez com que oficiais egípcios reivindicassem armas mais sofisticadas para equipar seus exércitos. O fortalecimento das Forças Armadas, e a própria transformação do Egito em uma potência militar era um objetivo anunciado pelos Oficiais Livres desde sua ascensão ao poder egípcio, em 1952. Essa ideia era forçada pela ameaça representada através da criação do Estado israelense e a vulnerabilidade exposta pelas forças militares egípcias por ocasião da derrota na guerra de 1948 contra Israel.

O fato das potências ocidentais se negarem a vender as armas de guerras demandadas pelo governo egípcio terminou por fazer com que este buscasse outras fontes provedoras.<sup>54</sup> A Grã-Bretanha, após alguma reticência, concordou em vender armas de guerra ao Egito caso este aceitasse adentrar no sistema de defesa por ela organizado para a região do Oriente Médio, cujo objetivo era conter o expansionismo soviético pela fronteira sudoeste de seu território. Nasser rejeitou a participação em um sistema de defesa regional que fosse controlado por uma potência imperialista. Seu objetivo era tornar-se uma potência militar regional, e organizar ele mesmo um sistema de defesa com os demais países árabes que fosse desprovido de qualquer ingerência externa.

Assim, como contrapartida à dificuldade em conseguir a provisão de armas demandas no mercado ocidental, o governo egípcio começa em 1954 a desenvolver contatos com o bloco soviético. Os primeiros contatos ocorrem por intermédio do primeiro ministro chinês Chu En-Lai, apresentado à Nasser através do primeiro ministro indiano Nerhu.<sup>55</sup> A partir de então, representantes egípcios e soviéticos irão manter reuniões secretas para definir os termos de um acordo para venda de armamentos.

Em função do vigor da doutrina que apregoava a “coexistência pacífica” entre Estados

---

54 Estados Unidos e Grã-Bretanha se negavam a vender ao Egito armas de guerra, sendo oferecidas apenas armas de uso interno do Estado, como para uso da polícia. Ver FERRO, M. (2006) *1956, Suez*: 11-58.

55 HEIKAL, M. (1971) *Nasser, les documents du Caire*: 276.

Unidos e União Soviética, essas armas chegariam através da Checoslováquia para não constituir explicitamente uma violação no trato entre as duas superpotências. Com o desenrolar das negociações, o Egito adquire dos soviéticos, em 1955, armamentos de Defesa sofisticados que antes haviam sido negados pelos americanos.<sup>56</sup> É preciso ressaltar também o interesse e a oportunidade vislumbrada por Khrushchev, dado a perspectiva soviética de reforçar sua projeção sobre o Terceiro Mundo e romper com a estratégia de contenção organizada pelos Estados Unidos. No mesmo ano, na Conferência de Bandung, o presidente egípcio, que foi um de seus protagonistas, adere ao movimento dos não-alinhados e reivindica o neutralismo como condição indissociável ao projeto interno nacionalista.

Como resposta à compra de armas soviéticas, o presidente estadunidense Eisenhower interfere no Banco Mundial, a instância que negociava o financiamento da barragem de Assuã, e bloqueia seu andamento. Como os pedidos de empréstimos deixavam definitivamente de ter resposta satisfatória por parte do governo americano e do Ocidente, Nasser rompe as negociações com o Banco Mundial e anuncia a nacionalização do canal de Suez: seria através das rendas integrais geradas por este meio que o país conseguiria arrecadar recursos para construção de Assuã. Imediatamente, França e Inglaterra, que detinham maior controle em títulos e ações do Canal, convocam Israel em um acordo secreto para um ataque triplo.<sup>57</sup>

Com postos estratégicos das forças armadas egípcias sendo bombardeados por caças franco-ingleses e Israel invadindo todo o Sinai, levanta-se em peso a opinião pública mundial (inclusive interna de França e Inglaterra) contra aquilo que foi considerado uma estratégia típica do velho imperialismo do século XIX. A União Soviética, até então sem qualquer projeção sobre o Oriente Médio, envia um *ultimatum* para o término das agressões e os Estados Unidos, interessados em tomar o controle sobre uma região de tradicional influência franco-britânica, defende, junto à ONU, a saída imediata dos agressores. Face a pressão internacional que une União Soviética e Estados Unidos contra os agressores do Estado egípcio, a crise termina com a retirada dos exércitos estrangeiros e o governo egípcio, embora derrotado militarmente, emerge como vitorioso no plano político por haver mantido o controle sobre o Canal de Suez. O presidente Gamal Nasser, com isso, torna-se uma espécie de símbolo da força do “Terceiro-Mundismo” de Bandung, produzindo sobre sua imagem um efeito de propaganda e força política considerável. Após a guerra, a União Soviética assume o

---

56 Foi a primeira negociação dessa ordem entre a União Soviética e um país fora do bloco soviético. Ver BAULIN, J. (1962) *The arab role in Africa*.

57 MCNAMARA, R. (2003) *Britain, Nasser and the balance of power in middle east (1952-1967)*: 40-63.



papel de credora da barragem de Assuã, substituindo o Banco Mundial e os Estados Unidos.

Muito já foi dito e escrito sobre este evento. Costuma-se, não sem razão, evocar o interesse de Estados Unidos e União Soviética em reafirmar seu *status* de únicas superpotências com capacidade de agir sem solicitar permissão de outrem, deixando evidente que qualquer ataque de implicação geopolítica para seus interesses globais não poderia ser feito sem seu consentimento. À Inglaterra e França, restava reconhecerem sua condição no segundo escalão das potências globais. Os interesses no Oriente Médio passariam a ser definidos conforme supervisão das novas superpotências, que travariam uma nova disputa diplomática por zonas de influência naquela região.

Aqui buscaremos ressaltar o modo de atuação do país neutro em questão, de modo a reforçar a proposição já exposta anteriormente: foi ao produzir-se como “zona de fricção” da rivalidade bipolar, atraindo o conflito entre as potências para dentro de seu território e servindo-se dele para viabilizar sua agenda política interna, que a manobra egípcia pôde obter resultado. Para tanto, fez pesar o interesse por seu significado em termos geopolíticos, protagonizando as ações dentro do conflito e terminando por abrir horizontes para a projeção de seu poder estatal sobre o sistema internacional. Aqui propomos sistematizar uma relação causal entre fatores para facilitar a análise da atuação neutralista como prática estatal: o acirramento do conflito bipolar é o combustível da projeção de poder neutralista. Para que o não-alinhamento sirva aos interesses da agenda política doméstica, é necessário uma situação onde a polarização da Guerra Fria esteja acentuada, pois isto criaria as condições necessárias para a projeção de poder do “neutro” a partir da valorização do seu peso geopolítico e sua capacidade de arbitrar sobre a “zona de fricção” criada. Se a projeção do poder neutralista depende do aprofundamento da Guerra Fria sobre sua esfera geográfica e esta, por sua vez, se produz de maneira significativa em função do surgimento de novas “zonas de fricção” sistêmicas, conclui-se que o neutralismo, enquanto prática estatal para extrair dividendos do conflito bipolar global, funciona a partir da produção e da multiplicação destas “zonas de fricção” do conflito bipolar.

Se Suez exemplifica, por um lado, uma forma de extrair dividendos políticos com a transformação do próprio espaço territorial numa zona por excelência do conflito bipolar, ele também indica uma saída econômica. Ao final da crise de Suez, o governo Nasser não somente possuía o Canal de Suez, e as rendas significativas que dele poderiam ser extraídas, mas também havia conseguido o compromisso soviético de arcar com parte dos custos para a construção de seu maior projeto de infra-estrutura, a barragem de Assuã. Disso deduz-se que, ao “convidar” os soviéticos à participarem com ajuda técnica e financeira de seu programa de

desenvolvimento econômico, Nasser transformou o Egito num espaço de “encontro” de programas de ajuda externa de ambos os lados da Guerra Fria, radicalizando a ambiguidade própria do neutralismo e transformando a “cooperação ao desenvolvimento” na frente de batalha de Estados Unidos e União Soviética pelo governo egípcio. Como resultado imediato, o governo Nasser alcançou acelerar a capacitação de recursos para viabilizar a execução de programas-chave para seu planejamento estatal.

Nossa proposta será examinar e desenvolver esta tese ao longo dos próximos capítulos, destacando justamente o neutralismo do Egito nasserista como um estudo de caso. Seguindo os termos destacados pela Carta da Conferência de Bandung, examinaremos a relação entre o neutralismo egípcio e sua articulação regional, observando em particular como a projeção estatal egípcia sobre o Oriente Médio permite com que ele multiplique sua capacidade de explorar novas “zonas de fricção” do conflito bipolar. Após realizar uma análise sobre a geopolítica do neutralismo nasserista, propomos no último capítulo adentrar a economia política do Estado egípcio, observando o significado da “cooperação ao desenvolvimento” obtida através do não-alinhamento, em particular no que diz respeito à execução dos principais programas de reformas econômico-sociais e militares planejados pelo poder estatal.

Antes, no entanto, será nossa intenção começar este estudo de caso com uma discussão sobre a centralidade historicamente construída do Estado egípcio dentro do sistema de Estados do Oriente Médio. Como argumentaremos no capítulo seguinte, este é um aspecto determinante para a compreensão sobre os meios como o governo Nasser pôde transformar seu peso e sua projeção estatal regional na base de sustentação de sua política neutralista face as duas superpotências da Guerra Fria.

## 2 O ORIENTE MÉDIO E A POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA

*A natureza não cria Nações*  
(Baruch de Espinosa (1988) *Tratado político-teológico*: 273)

Como já abordado no capítulo anterior, trataremos a partir de agora do neutralismo egípcio como estudo de caso. Mantendo o enfoque sobre a existência de uma relação de complementaridade entre a política regional do governo Nasser no Egito e seu neutralismo face às superpotências da Guerra Fria, propomos como objetivo do presente capítulo examinar a formação dos Estados modernos do Oriente Médio para, com isso, identificarmos quais condicionantes e constrangimentos geopolíticos serviram para orientar o expansionismo regional do governo nasserista. Em particular, destacaremos o papel do Egito dentro do sistema interestatal regional no que diz respeito a dois pontos centrais: 1) a ação contestatária à ordem regional percebida como imposta desde o exterior, e 2) a condição do país como agente local que, em contrapartida à pressão exercida pelas potências globais, intervém ele mesmo sobre a dinâmica das relações interestatais regionais a partir de uma agenda própria.

Buscaremos com isso responder a questões como: quais são os determinantes histórico-geográficos capazes de discernir uma centralidade do Estado egípcio em relação ao entorno árabe? Existe uma especificidade egípcia no processo de formação do sistema de Estados modernos no Oriente Médio, quando o comparamos aos demais Estados árabes da região? Defenderemos com isso o seguinte argumento: o Oriente Médio constitui em si um sistema interestatal inscrito dentro do sistema internacional e o Egito é um ator central deste “subsistema” regional, em particular naquilo que diz respeito às relações inter-árabes. Assim, os condicionantes regionais que permitiram a viabilização da projeção do poder egípcio sobre o Oriente Médio durante os anos Nasser foram construídos no período precedente ao seu governo, quando o Egito emergiu como principal Estado árabe em termos políticos, culturais, militares e econômicos dentro de um sistema regional ainda em vias de estruturação e onde a maior parte dos demais Estados lutava pela emancipação de sua condição semi-autônoma face às potências européias. A digressão histórico-geográfica aqui proposta é particularmente importante em função do argumento que defenderemos no capítulo seguinte, quando será analisada a maneira como a primazia egípcia nas relações interestatais regionais constituirá seu principal instrumento de política externa para extrair de ambas as superpotências da Guerra Fria acordos de cooperação vantajosos aos seus projetos de potência econômica e militar, sem que para tanto necessitasse estar inscrito dentro de qualquer um dos dois grandes

blocos do mundo bipolar.

Dois conceitos centrais são usados para a análise deste capítulo. O primeiro, diz respeito ao entendimento do Oriente Médio como um “sistema” ou “subsistema” de Estados regional, isto é, um conjunto de Estados cuja dinâmica das relações interestatais se desenvolve de maneira relativamente autônoma, reforçado internamente pelo compartilhamento de referências culturais comuns, rivalidades políticas, trocas comerciais intensas, recorrentes fluxos migratórios, engajamento diplomático em organismos transnacionais de atuação regional e ciclos de guerras orientados por uma lógica interna. Evidentemente, este “subsistema” regional não é fechado. Ele está, ao mesmo tempo, inscrito na ordem do sistema interestatal global e, portanto, sujeito aos constrangimentos próprios das relações de poder que caracterizam o funcionamento deste.

O segundo conceito diz respeito à história de “longa duração”, que aqui nos será útil para identificar os determinantes histórico-geográficos que explicitam a constituição de um papel específico desempenhado pelo Egito dentro do entorno regional, em particular no que concerne à: 1) sua centralidade como agente articulador do conjunto de Estados árabes e propagador de tendências políticas de alcance regional; 2) sua atuação como agente de contrapoder à ordem regional percebida como imposta desde o exterior.

O capítulo está assim dividido em quatro partes, onde buscamos discutir de maneira sistemática os seguintes pontos: a) os determinantes geográficos do Egito e do entorno regional; b) o Egito no processo histórico de formação dos Estados nacionais; c) a difusão do nacionalismo árabe como principal corrente política regional, transnacional e independentista da primeira metade do século XX; d) a estratégia geopolítica subjacente ao nacionalismo árabe nasserista.

## **2.1 Uma breve discussão sobre os condicionantes histórico-geográficos do sistema de Estados do Oriente Médio.**

O Oriente Médio é um conceito fluido, definido de diferentes formas ao longo do tempo para servir a diferentes objetivos. Podemos, grosso modo, defini-lo como um conceito macroespacial de geometria variável e posteridade incerta. Na sua extensão máxima, pode cobrir todo o Magreb até o leste do Paquistão, incluindo os novos países da Ásia central pós-soviética. Na sua formulação original, fazia referência à região do sudoeste da Ásia (Irã,

península arábica, península anatólica e Crescente Fértil), podendo incluir ou não o Egito.<sup>58</sup> O conceito de “Oriente Médio” possui uma natureza geopolítica, estando originalmente concebido a serviço da projeção de potências europeias ou estadunidense. Apesar de ser uma criação de atores exógenos à própria região, decidimos utilizá-lo ao longo do texto pela ausência de melhor termo para nos referirmos a uma determinada zona macroespacial, da qual buscaremos enfatizar elementos que distingam suas experiências políticas e sua história econômica e social.

Feitas as ressalvas com relação ao conceito, importa aqui destacar que a região, quando entendida como um espaço de interação entre forças e entidades políticas regulares, remonta a um período bastante anterior à dominação europeia iniciada no século XIX. O núcleo dessa região macroespacial, grosso modo, se estenderia, de norte a sul, entre a península anatólica e a península arábica, e de leste a oeste, entre o vale do Nilo e o planalto iraniano (podendo se prolongar até o que hoje se conhece como a Ásia central). Desde a história antiga, essa zona abrigou a disputa entre reinos e impérios, formando e destruindo entidades políticas, identidades coletivas, rotas de comércio e sistemas produtivos integrados.

Assim, o Oriente Médio atual, ou aquele do governo Nasser, não era simplesmente o produto da manipulação das potências internacionais modernas, mas herdava sua própria longa história. Forjado a partir do fim da primeira Guerra Grande, ele é o fruto dessa tensão, isto é, da interação entre a dominação militar e econômica das potências internacionais, que subordinavam as entidades políticas locais e redefiniam as fronteiras e os padrões de governança, e da dinâmica das relações entre os poderes regionais, que herda de sua história os instrumentos para promover a ação coletiva, ferramentas para produção de obediência, redes de cooperação regionais, modos de organização social, sistemas produtivos, formas

---

58 O termo “Oriente Médio” é fruto tanto das reflexos do almirante estadunidense Alfred Mahan, que o considera como a parte oriental do mar Mediterrâneo, como de um problema técnico da administração britânica da época colonial. Na época colonial, o governo das Índias britânicas mantinha jurisdição sobre todo o Oceano Índico, isto é, tanto os consulados da Coroa localizados na Pérsia como os protetorados britânicos do golfo Pérsico dependiam administrativamente do escritório do governo britânico estabelecido em Bombaim. Uma parte do Império Otomano encontrava-se assim gerenciada a partir das Índias, enquanto o resto dos protetorados do Império respondia ao *Foreign Office* em Londres. Essa dupla administração não raramente ocasionava conflitos entre Bombaim e Londres. Em 1921, os protetorados britânicos do Iraque, Palestina e Transjordânia tornaram-se dependentes do *Colonial Office*. Foi buscando evitar a sobreposição de funções entre o *Colonial Office* e a administração das Índias britânicas que o *Foreign Office* criou o *Middle Eastern Department*, dando nascimento oficial ao conceito de Oriente Médio. Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito irá se impor no lugar do antigo “Oriente Próximo” para se referir à área normalmente associada ao mundo muçulmano entre o oriente do Mediterrâneo e a Ásia central, mantendo sua totalidade geográfica variável conforme a definição de quem o utilizava. O conceito de “Oriente Próximo”, por sua vez, havia surgido por volta do século XVI, e fazia referência à macrorregião existente entre a Europa e a Índia. Nesse caso, seu sentido era dado em razão da oposição que fazia ao conceito de “Extremo Oriente” asiático. Sobre este assunto, ver: LAURENS, H. (2013) Entretien avec Henry Laurens, la notion de Moyen Orient; Ver Também LAURENS, H. (2009) Regard de Henry Laurens sur le Moyen Orient.

identitárias e rivalidades ancestrais. Para além de um conceito geopolítico moderno, propomos aqui entender o Oriente Médio como uma macrorregião dotada de uma história própria e singular.

Este é um aspecto particularmente importante para o argumento que defenderemos ao longo deste capítulo, isto é, a proeminência do Egito como uma entidade política central no tabuleiro do Oriente Médio, capaz de projetar sua influência além fronteiras e, com isso, agir como um ator decisivo na formação desse subsistema interestatal regional. Como veremos no capítulo seguinte, a projeção regional egípcia será decisiva para a sustentação de sua política externa neutralista, justamente por lhe permitir agir em diferentes tabuleiros regionais do conflito bipolar.

Neste capítulo, nos interessa compreender a influência que exerce a geografia e a história do Egito no seu processo de construção das relações entre Estados e poderes vizinhos. Para tanto propomos, primeiramente, situá-los dentro da perspectiva de longa duração, justamente por serem as trocas entre comunidades e Estados dentro do âmbito regional algo persistente ao longo dos séculos, verificada em domínios como o comércio, as migrações, a política, a cultura e as guerras. Afim de facilitar a exposição sobre os determinantes histórico-geográficos da região do Oriente Médio, propomos aqui analisar em separado o que chamaremos de cinco “polos de povoamento” regionais.

#### 2.1.1. Primeiro polo de povoamento regional: o vale do Nilo.

O primeiro deles, o Egito, apresenta características geográficas, culturais e geopolíticas distintivas. Em termos geopolíticos, destaca-se a particularidade do Estado egípcio em meio aos outros tradicionais Estados regionais formados após o fim do império Otomano: trata-se da única zona de passagem terrestre entre a África e a Ásia, assim como aquele a possuir o único vetor de integração entre o mar Vermelho e o mar Mediterrâneo, o canal de Suez (inaugurado em 1869), que em última instância conecta por via marítima o Ocidente e o Oriente sem a necessidade de contornar a África. Cabe aqui destacar a importância particular do canal para o comércio marítimo entre países europeus com a Ásia. Em 1882, a Grã-Bretanha irá ocupar o Egito e implantar suas tropas militares sobre o canal afim de assegurar a principal rota para o tráfego de especiarias asiáticas importadas de sua colônia de maior importância geoeconômica, a Índia (ver figura 2.1).

**Figura 2.1: O Egito e a rota do Suez**



Fonte: The Barrel. In: <http://thebarrel.in>

A posição central do país entre a África do Norte e os países árabes asiáticos, somado ao seu peso demográfico, sua densa produção intelectual relativa dentro da região, suas instituições científicas tradicionais (como a universidade *Al-Azhar* do século X, hoje o centro de estudos islâmicos de maior prestígio entre muçulmanos sunitas) e sua economia o posicionavam como o centro de referência do “mundo árabe”.<sup>59</sup>

Sendo o território egípcio praticamente deserto à exceção das margens do rio, do Delta e de poucos oásis, a distribuição territorial da população verifica-se quase imutável ao longo do tempo e explicita o peso do fator geográfico como elemento determinante para a formação do próprio Estado, com raízes que remontam à História antiga: o deserto separa territorialmente a “sociedade hidráulica do Nilo”<sup>60</sup> das outras sociedades vizinhas, sejam elas constituídas no Levante, na península arábica, ou no Crescente Fértil de um lado, seja na Cirenaica ou Tripolitânia do outro, ou nas comunidades do Sudão subindo o leito do rio (ver figura 2.2). Ainda hoje, ao longo das bordas do Nilo e do Delta concentram-se cerca de 96% da população, uma zona densamente habitada que ocupa cerca de 5% do território nacional total.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> Diversos autores já abordaram o papel central do Egito como referência política, cultural e civilizacional dentro da esfera regional, e em particular em relação aos países de língua árabe. Destacaremos entre estes KERR, M. (1965) *The Arab Cold War*, e LAURENS, H. (1991) *Le Grand Jeu*.

<sup>60</sup> LACOSTE, Y. (2006) *Géopolitique de la Méditerranée*: 341.

<sup>61</sup> A superfície total do Egito mede 1.001.449 km<sup>2</sup>, sendo que a superfície em água engloba entre 0,5 e 06% do território.

**Figura 2.2: Mapa político do Egito**



Fonte: Cartograf.fr In: <http://www.cartograf.fr/>

O rio Nilo, por ocasião de sua extensão (o rio nasce nas proximidades do lago Vitória, no centro da África), é historicamente o principal canal de comunicação fluvial entre o interior da África e o mar Mediterrâneo. Também é a razão que explica a formação ancestral de aglomerações urbanas sem paralelo ao longo de toda a macrozona desértica entre a África do Norte e a península arábica, pois foi justamente a existência do rio que ali permitiu o desenvolvimento prematuro da agricultura e, como consequência, o surgimento de uma civilização egípcia por volta do ano 6.000 a.C.

A dita história do Egito faraônico, considerado como um dos primeiros Estados da história humana, começa a se transformar com as invasões assírias no anos de 670 a.C. Posteriormente, foi a vez do vale do Nilo tombar sob domínio persa no ano 525 a.C., quando se tornou a principal província de um império que cobria todo o Oriente Médio. No ano de 332 a.C., as tropas do macedônio Alexandre derrotam o império persa e estabelecem no Egito a dinastia helênica ptolomaica que irá governar uma macrorregião que incluirá, além do Egito, partes da atual Síria, Israel, Palestina e Anatólia, tendo na cidade de Alexandria sua capital.

No ano 30 a.C., o Egito passa a se tornar parte do Império romano, que também inclui outras regiões do Oriente Médio como a Anatólia e o Crescente Fértil. Durante o período romano, a população é majoritariamente cristianizada mesmo antes que esta religião fosse declarada oficial. Com a divisão do Império romano no ano 395 d.C., o Império bizantino com sede em Constantinopla irá “herdar” o território egípcio junto às províncias restantes do



O Oriente Médio. Com a expansão árabe-islâmica no século VII oriunda da península arábica, o Egito passará a ser governado por diferentes dinastias árabes e muçulmanas. A partir de então, tanto a língua árabe como a religião islâmica serão gradualmente difundidas à maioria dos habitantes das margens do rio Nilo. O território será primeiro uma província do Império omíada (641-750), com sede em Damasco. Posteriormente, torna-se parte do Império abássida (750-867), com sede em Bagdá. A partir de 868, o Egito passa a ser administrado por governadores de origem turca, com a chegada da dinastia tulúnida, que também era responsável por controlar a Síria, a Cirenaica, a Palestina e o Chipre. Os abássidas, através da dinastia Ikchid, retomam o Egito em 905 e o governam até a chegada dos fatímidas xiitas em 969, em um momento de já marcada fragilidade do Império abássida.

Os fatímidas irão governar até 1171. Ali irão introduzir suas Forças Armadas, composta de escravos europeus e berberes, e irão construir a cidade do Cairo, que então se tornará a sede administrativa de um governo que ainda incluirá a Palestina, o Líbano e parte da Síria. Com a chegada do chefe curdo sunita Saladin, no ano de 1169, o governo fatímida é desfeito. Saladin governará o que hoje constitui o Egito, a Síria, o Líbano, a Palestina. No Egito, fundará a dinastia ayubita, que governará o território até 1250. Saladin governará seu império a partir de diferentes cidades, como o Cairo, Alepo ou Damasco, e será lembrado por expulsar os francos da Palestina durante a terceira cruzada.

Em 1250, uma milícia de escravos-soldados do Império otomano conhecidos como Mamelucos se autonomiza por ocasião da sétima cruzada e, após a expulsão dos europeus, passa a governar o Egito, a Síria e o Hejaz (costa oeste da península arábica), mantendo sua sede no Cairo. Seu governo irá durar até 1517 quando, por ocasião da expansão otomana, passam à condição de província do império, devendo impostos à Constantinopla mas mantendo seu poder interno dentro da sociedade do Nilo. Este quadro irá se alterar com o advento da era moderna europeia e a chegada de Napoleão ao Egito, em 1798. Voltaremos a este ponto num momento posterior.

### 2.1.2. O Crescente Fértil

Ao lado do Delta do Nilo, em direção a leste, existe a chamada região do Crescente Fértil (o que seria hoje Israel, Iraque, Síria, Jordânia e Palestina -ver figura 2.3). Toda esta extensão é caracterizada por um terreno plano repleto de rios e nascentes ao longo de quase toda sua extensão. A região que compreende as bacias do rio Tigres, Eufrates e Jordão é ainda beneficiada por um regime de chuvas gerado pela cadeia montanhosa que se estende ao longo

da costa da Síria e da Anatólia meridional.

Para nossa classificação, o Crescente Fértil conforma o segundo grande “polo de povoamento” regional, em oposição ao vale do Nilo. Desde a antiguidade, desenvolveram-se ali cidades-Estados e sociedades fundadas em particular em torno dos rios Tigres e Eufrates (hoje localizados na Síria, Turquia e, principalmente, no Iraque). Civilizações mesopotâmicas como os sumérios, assírios, hititas e babilônios floresceram em torno do fluxo dos rios, constituindo desde então centros de poder complementares e rivais à sociedade do Nilo.

Não menos significativo, o Vale do Jordão inclui o rio Jordão, o Vale de Hula, o Lago de Tiberíades e o Mar Morto, e se situa onde seriam hoje a Cisjordânia palestina, Israel e Jordânia. As cidades ali situadas mantiveram uma relação de entreposto entre o comércio e a produção florescente das cidades situadas entre as bacias do Tigres e Eufrates e as cidades costeiras do Mar Mediterrâneo.

No complexo de cidades e rotas terrestres e fluviais interconectadas que compõem a macrorregião do Crescente Fértil, destacamos duas características centrais: 1) a abundância de rios e terras agricultáveis permitiu a fixação de grupos sedentários e a formação de cidades desde 8.000 a.C.; 2) o fato do terreno ser majoritariamente plano e repleto de rios ao longo de toda a região serviu para torná-lo, por um lado, um espaço integrado de grande intercâmbio político, comercial e cultural entre as cidades e, por outro, uma zona relativamente vulnerável ao acesso e à conquista de uma empresa militar doméstica ou estrangeira.<sup>62</sup>

Ao longo da história, a região foi unificada por assírios, persas, gregos, romanos, bizantinos, omíadas, abássidas, seljúcidas e otomanos. A principal diferença entre os dois polos de povoamento mencionados até aqui, isto é, entre o Vale do Nilo e o complexo de bacias Eufrates-Tigres-Jordão, está associada às características próprias à formação e composição destas sociedades. Enquanto a sociedade do Nilo se manteve relativamente homogênea ao longo dos séculos, compartilhando um mesmo território com fronteiras relativamente claras e mantendo poucas divisões sectárias internas, o mesmo não aconteceu na parte asiática do Crescente Fértil, onde a fragmentação social rural e urbana em filiações tribais, confessionais, clânicas e etnolinguísticas dotava as sociedades locais de um caráter heterogêneo que, ao fim, complexificava a identificação territorial de coletividades nacionais, dado que identidades comunitárias se sobrepunham umas às outras e compartilhavam um mesmo espaço físico. Ao longo do tempo, em função do já mencionado posicionamento geopolítico transformar a região em uma espécie de *carrefour* de civilizações e poderes

---

62 FINDLAY, A (1994) *The Arab World*: 129

militares, divisões e uniões etnolinguísticas e comunitárias foram circunstancialmente recriadas e/ ou aprofundadas em acordo às demandas políticas de determinado contexto histórico.

**Figura 2.3: O Crescente Fértil**



**Fonte:** School of education. In: <http://ed101.bu.edu/>

### 2.1.3. A península arábica

Um terceiro polo de povoamento regional dotado de uma dinâmica de desenvolvimento própria é a península arábica (hoje composta por Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emiratos Árabes Unidos, Catar, Bahrein e Kwait). Ali, a geografia é caracterizada fundamentalmente pelo deserto, à exceção do sudeste (hoje Iêmen), onde existe uma certa zona florestal (ver figura 2.4). A existência de cidades importantes no interior da península é um fenômeno recente, dado ser esta região caracterizada ao longo dos séculos como uma zona habitada principalmente por tribos nômades beduínas. No Hejaz e no sudeste situam-se desde a antiguidade suas principais cidades. Durante a Idade Média, funcionavam como entreposto para o comércio de longa distância entre Ocidente e o Oriente. Ao contrário do Crescente Fértil, a aridez do deserto interior da península somado à ausência de poderes militares importantes a mantiveram como uma zona à margem da história do Oriente Médio ao longo do tempo, sendo suas cidades costeiras voltadas principalmente para o comércio extra-regional. Isso se transformou com o advento do Islã e sua consequente expansão através dos discípulos do profeta Mohamed oriundos principalmente das cidades de Meca e de Medina. A

veloz expansão do Islã no século VII irá difundir consigo o árabe como língua principal para a maior parte das sociedades de fora da península, em particular para o Crescente Fértil, o Egito e a África do Norte. A expansão da religião islâmica, por sua vez, irá se desenvolver também em direção ao extremo oriente, passando pela Pérsia e Índia.

**Figura 2.4: A península arábica (por volta de 600 d.C).**



**Fonte:** Theopédie In: <http://theopédie.com/spip.php?article50>

#### 2.1.4. A península anatólica

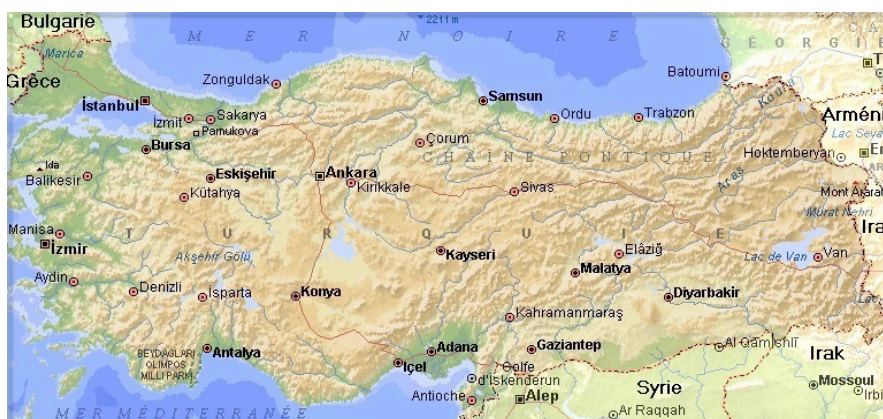
O quarto polo de povoamento regional é a península anatólica, ao norte do Crescente Fértil, caracterizada por um terreno estruturalmente complexo (ver figura 2.5). Um planalto cobre o centro da região enquanto uma cadeia de montanhas se situa à leste e terras baixas estão localizadas na parte oeste, às bordas do Mar Mediterrâneo. As regiões férteis estão especialmente situadas na zona costeira, que historicamente concentra a população que vive na península.

Na antiguidade, a região foi alvo de colonização por parte de egípcios, assírios, babilônicos, hititas, gregos e persas, em particular por ser um excelente local para provisão de matérias-primas como certos tipos de metais. Durante o controle exercido pelo Império romano, a cultura local mantinha-se predominantemente helenizada antes da ascensão do cristianismo à condição de religião oficial do Império. Com a divisão deste a partir das “invasões bárbaras”, a Anatólia se torna o maior centro do cristianismo e da cultura helênica

do Império bizantino. Esse quadro iria mudar primeiro com as guerras árabe-bizantinas no século VIII e, posteriormente, com a chegada dos turcos-persas seljúcidas islamizados e oriundos da Ásia central no século XI. Estes últimos passam a controlar a maior parte do território até a chegada dos mongóis, que por sua vez subordinam a maioria das comunidades locais entre 1255 e 1381. Quando o último líder mongol foi derrotado pelo líder otomano Kadi Buhran al-Din, este dá início à um processo gradual de conquista de toda a península que culminará com a tomada de Constantinopla, em 1453.

A partir de então, a Anatólia será o centro de um Império cuja extensão englobará quase todo o Oriente Médio (excluído o interior desértico da península arábica), a África do Norte e parte leste da Europa. Até o fim de sua existência, em meio aos desdobramento da Primeira Grande Guerra, a península anatólica terá uma composição social extremamente diversificada. Embora a língua usada pela classe dirigente fosse o turco, haverá comunidades árabes, persas, curdos, gregos e armênios, entre outras. Com as reformas para a “turcanização” da população iniciadas no final do Império Otomano e continuadas durante o governo de Atatürk (voltaremos ao assunto neste mesmo capítulo), somadas às trocas de populações (como ocorreu em acordo com os gregos), e alguns massacres (como o da comunidade armênia), a Turquia, país “dono” da Anatólia, alcançará uma relativa homogeneidade populacional ao longo da primeira metade do século XX, mantendo a comunidade curda como principal minoria em termos demográficos. Junto ao Egito e o Irã, são os países mais populosos do Oriente Médio na nova configuração regional pós-Império Otomano.

**Figura 2.5: A península anatólica e a Turquia**



Fonte: 2expressoenorient In: <http://2expressoenorient.wordpress.com/la-turquie-hier-et-aujourd'hui/>

### 2.1.5. O planalto iraniano

O quinto e último polo de povoamento regional é o Irã (ver figura 2.6). Sua principal característica geográfica diz respeito à um território predominantemente montanhoso, especialmente na parte oeste, sudeste e nordeste. Ao centro do território, existe um planalto central rodeado por cadeias rochosas e um deserto em seu meio. As únicas terras baixas do país se situam às margens do mar Cáspio e do golfo Pérsico, e são as principais zonas férteis. A cadeia de montanhas da parte oeste forma uma espécie de fronteira natural com o Iraque e a Turquia.

Como entidade territorial dotada de um poder central, é um dos Estados mais antigos o mundo. Em ao menos dois períodos, com os aquemênidas (em torno de 500 a.C.) e com os seljúcidas (por volta de 1.100 d.C.), estendeu seu império à oeste ocupando o Crescente Fértil e a Anatólia, sendo que os aquemênidas chegaram mesmo à ocupar o Egito. Tendo sido a Pérsia derrotada pela expansão grega liderada por Alexandre em 332 a.C., um considerável processo de helenização da sociedade foi empreendido. Durante as guerras romano-persas, foi um território resistente à expansão romana, tendo sido ocupado parcialmente por períodos breves. Em particular, a cadeia de montanhas à oeste servia como uma barreira natural aos poderes expansionistas oriundos do Crescente Fértil. A demarcação recente entre os limites do Crescente Fértil, com o Iraque, e a fronteira ocidental do Irã começaram a ser definidas durante as guerras entre a Pérsia sassânida e o Império bizantino.

A expansão árabe-islâmica oriunda da península arábica no século VII-VIII desencadeia uma nova dinâmica inter-regional. Com ela, a antiga Pérsia se islamiza, tornando-se parte dos Impérios árabes omíadas e abássidas, que mantinham sua sede em Damasco e Bagdá, respectivamente. A partir da chegada dos seljúcidas, tribo sunita originária de uma região turca da Ásia central, a Pérsia voltará ao epicentro da dinâmica regional com a construção de um império que incluirá a Ásia central e o Oriente Médio e que terá Teerã como sua capital. A expansão mongólica irá destruir o império regional turco-persa, e o Irã irá se recompor territorialmente após a expulsão dos últimos “invasores”, no século XV.

Com a recomposição territorial de um novo país persa fundado em torno da sua geografia histórica, o Irã adota o Islã xiita como religião oficial de Estado no século XVII, servindo como contraponto político à expansão do império otomano sunita à leste, que naquele período já controlava o Egito, a Anatólia e o Crescente Fértil. Com o advento da era moderna, embora nunca tenha sido oficialmente transformado em protetorado europeu, passou a estar submetido à uma considerável influência britânica entre o fim do século XIX e

a primeira metade do século XX. À exemplo da Turquia no pós-Primeira Grande Guerra, as reformas do Estado visando a “construção da nação” iraniana moderna do início do século XX serviram para ampliar a homogeneização da sociedade com a língua e a cultura persa. Outro aspecto em comum com as reformas políticas empreendidas pela Turquia de Ataturk é o fato da construção da “cultura persa” se fazer em contraposição ao “mundo árabe”. As minorias étnicas ou religiosas com isso passaram a não constituírem frações significativas do conjunto da população iraniana.

**Figura 2.6: A geografia política do Irã moderno**



Fonte: Israel Magazine In: [http://israelmagazine.co.il/wp-content/uploads/carte\\_iran.jpg](http://israelmagazine.co.il/wp-content/uploads/carte_iran.jpg)

Como visto, embora exista uma continuidade histórica nas relações existentes entre os poderes situados nos diferentes “polos de povoamento” do Oriente Médio, um sequência de impérios oriundos por vezes de dentro da região, por vezes do exterior, tratou de unificar o território e fracioná-lo sucessivas vezes em subdivisões políticas redimensionadas a partir da dinâmica própria ao sistema de alianças tribais, confessionais ou etnolinguísticas. Neste contexto, as rivalidades existentes entre os mencionados “polos de povoamento” foram, ao longo dos séculos, incentivadas ou aplastradas conforme sofisticavam-se os mecanismos de coerção e as técnicas de administração da empresa estatal na disputa interna à região pela conformação de um poder hegemônico. Essa dualidade constitutiva do Oriente Médio, que ora apresenta-se como um sistema regional integrado, e ora emerge como o centro de disputas

internas animado por uma coletividade fracionada, é observada em diversas ocasiões ao longo do tempo e se fará acentuar com o advento da era moderna europeia e a incorporação local das modernas técnicas administrativas do Estado. Nesse novo contexto, o conceito de nacionalidade, importado da dinâmica interestatal europeia, servirá tanto como definidor de novas identidades coletivas nativas como, também, condição para o surgimento de um movimento interno de contra-poder. Este último, como resultado do processo de ocidentalização forçada dos aparelhos administrativos estatais nativos, irá redefinir seu modo de inserção política a partir da oposição à dominação regional organizada pelas potências ocidentais.

Como observa o historiador Georges Corm, a era moderna e o advento dos nacionalismos irá criar no mapa do Oriente Médio a distinção de três “mundos” culturais, isto é, o turco, o árabe e o iraniano que, ao mesmo tempo, se interpenetram e se influenciam mutuamente conformando uma síntese cultural própria à região. A distinção entre os espaços geográficos por onde cada “mundo” estaria distribuído está relacionada à língua predominantemente falada no local, sendo que em nenhum caso se verificaria a predominância absoluta de um idioma em função da existência de minorias dotadas de uma língua própria (como é o caso dos curdos, por exemplo, distribuídos entre os três “mundos”).<sup>63</sup>

Usando esta distinção, dizemos que, com o fim do Império Otomano, a região do Oriente Médio irá se fragmentar para a formação de um Estado turco e diversos Estados árabes de diferentes nacionalidades. Essa divisão servirá para opor um “mundo árabe” ao “mundo turco” e o “mundo persa/ iraniano”, fazendo com que a identidade coletiva de cada um se afirme como contraponto distintivo àquela do outro. Ali, diante da multiplicação de novos poderes estatais e face a uma divisão territorial herdada do período colonial, uma nova dinâmica interestatal regional será criada. O chamado “mundo árabe”, por ser o único fragmentado entre os três “mundos” aqui discutidos, será aquele por onde a tendência historicamente verificada que sintetiza a combinação de um movimento político regional integrador, de um lado, e fragmentário, de outro, se fará mais evidente. Sob este ponto de vista, a defesa de um projeto pan-arabista unificador do “mundo árabe”, tal como sustentou o presidente egípcio Gamal Nasser, nada mais será do que uma atualização programática do objetivo político de unificar territorialmente a região sob a hegemonia de um poder central, tal como repetido diversas vezes ao longo da história. Os “limites” do expansionismo moderno

---

63 CORM, G. (2007) *Histoire du Moyen Orient* : 71-79.



“arabista” seriam justamente a fronteira dos “mundos” turco e persa.

Mas quais eram os recursos estatais efetivamente disponíveis para a “arabização” do empreendimento expansionista egípcio? Antes, é preciso considerar a ruptura histórica representada pela expansão do capitalismo estatal europeu para com sua periferia global. Como efeito da supremacia militar e tecnológica destes, aliado às suas técnicas modernas de administração estatal, produção de excedente e coerção civil, produziu-se uma transformação fundamental nas relações interestatais regionais do Oriente Médio. Face a esta nova configuração, os poderes locais passam a se inscrever, na condição de inferioridade, dentro das relações de poder de um sistema internacional não mais criado nem controlado por aqueles. Dito de outra forma, após o advento do período moderno europeu e, em particular, a era dos imperialismos, a ancestral rivalidade inter-regional do Oriente Médio passa a compreender também o jogo entre as grandes potências globais de fora da região pelo controle de seus recursos naturais, seus governos locais e suas rotas de passagem estratégicas para o comércio global das metrópoles imperiais. Como veremos a seguir, o Egito de Mohamed Ali é um exemplo do impacto imediato que a consolidação de uma nova ordem interestatal moderna e europeia irá produzir sobre a gestão dos territórios e do poder do Império otomano, justamente por encarnar um programa de renovação das técnicas de gerir a empresa estatal em acordo a um novo modelo operacional importado da Europa.

#### 2.1.6. As raízes modernas do expansionismo egípcio

No contexto da criação dos novos Estados árabes, após o fim do império Otomano, dois aspectos centrais, frutos de sua condição histórico-geográfica particular, diferiam o Egito dos demais países árabes: 1) a existência de uma estrutura administrativa do aparelho estatal moderna, dotada de instituições criadas a partir da reforma política dirigida por Mohamed Ali entre 1803 e 1849; 2) a existência de uma certa coesão social, facilitada pelos determinantes geográficos já mencionados e organizada em torno de um poder estatal historicamente centralizado, responsável pelo controle e segurança do manejo das áreas férteis para a agricultura.<sup>64</sup>

---

64 Sobre a estrutura de poder egípcia historicamente centralizada, o autor Yves Lacoste faz observar que: “La concentration du peuplement dans la vallée du Nil est aussi un grand avantage géopolitique pour ceux qui y exercent le pouvoir, celui de contrôler aisément une population paysanne et villageoise. Soumise aux mêmes rythmes agricoles et hydrauliques, celle-ci est depuis des siècles consciente de son unité. À cet égard, on peut dire que l'Égypte est sans doute la plus ancienne nation du monde et certainement le plus ancien État centralisé, le seul dont le territoire essentiel, la vallée du Nil, est resté identique durant des millénaires, ce qui n'a pas été le cas de la Chine ou en Asie du Sud ou du Sud-Est.”. Ver LACOSTE, Y. (2006) *Géopolitique de*

A zona de projeção natural do poder egípcio ao longo dos séculos foi o Sudão e a península arábica, em contraponto aos poderes rivais instituídos na península anatólica e no entorno dos vales do Tigres e Eufrates.<sup>65</sup> Ao longo dos últimos 600 anos, o Cairo foi a sede de dinastias árabes e islâmicas, tais como os fatímidas (969-1171), os aiúbidas (1171-1250) e os mamelucos (1250-1517). Sob o controle formal do Império Otomano (1517-1914) que lhe exigia um valor em imposto em troca de proteção militar, o Egito tem na chegada da expedição Napoleônica (1798-1801) um evento que irrompe novas dinâmicas dentro do funcionamento da estrutura de poder interno que, a médio prazo, o levará a transformar seu *status* político face a Sublime Porta. Isso porque, após a expulsão dos franceses pelos Otomanos, uma dinastia hereditária local passará a governar o país.

Mohamed Ali (1769-1849), albanês alçado à condição de Grão-Vizir do Egito para ali governar em nome da Sublime Porta a partir de 1805, provocará mudanças na estrutura econômico-social local, reivindicará autonomia face à Sublime Porta e montará as Forças Armadas mais poderosas do Oriente Médio durante seu mandato. É importante aqui ressaltar aspectos dessa empreitada modernizadora da máquina estatal egípcia, pois diversos autores observam semelhanças entre a projeção do poder egípcio através de Mohamed Ali na primeira metade do século XIX e a experiência nasserista do pós-Segunda Grande Guerra.<sup>66</sup>

Primeiro, cabe destacar o pioneirismo que caracterizava o projeto de poder de Mohamed Ali, antigo corsário albanês da Sublime Porta que se dirigiu ao Egito a mando daquela para combater a presença francesa naquela província Otomana. Após obter sucesso e assumir em definitivo o poder do Egito em 1805, tratará de submeter a economia e o poder local a um intensivo processo de centralização de onde irá retirar os meios para dirigir a transformação da administração pública e do exército, algo que, no contexto global extra-europeu, foi mesmo anterior às reformas Meiji do Japão e do Sultão Abdulhamid, no Império Otomano. Ao reinscrever o modo de inserção econômica egípcia no sistema internacional do início do século XIX através da produção e exportação em larga escala do algodão, ele irá “ocidentalizar” as instituições administrativas através de acordos de cooperação técnica e militar com franceses e ingleses. Será por intermédio de conselheiros franceses que Mohamed Ali se encarregará, na ocasião, de modernizar o aparelho militar, criar uma frota marítima própria, implementar o sistema de conscrição forçada, renovar o sistema de coleta de impostos, instalar fábricas de fiação e construir a primeira barragem de Assuã, o que lhe

---

*la Méditerranée*: 341.

65 HINNEBUSCH, R. (2002) The foreign policies of middle east states. In: HINNEBUSCH, R. & EHTESHAMI, A. (org.) *The foreign policies of middle east states*: 92.

66 Ver, por exemplo, AMIN, S. (2011) *Le monde arabe dans la longue durée -Le printemps arabe?*: 119-131.

permitirá dobrar a produção de algodão para duas colheitas por ano e assim gerar um excedente suficiente para exportar um produto de alto valor no mercado internacional no mesmo instante em que a revolução industrial inglesa demandava esse tipo de matéria-prima.

Havia ali o que posteriormente viria a ser chamado uma estratégia de desenvolvimento endógeno e planejado pelo Estado.<sup>67</sup> Na ocasião, as forças armadas serão reformuladas a partir da ajuda externa na formação e treinamento, além do fornecimento de armas. A veloz “ocidentalização” das Forças Armadas egípcias fortalece seu poder relativo frente a Istambul, e Mohamed Ali dá início a um movimento expansionista primeiro em direção ao interior do Sudão (quando cria a cidade de Cartum em 1821) e, num segundo momento, para dentro das possessões do Império Otomano, chegando a anexar Creta, invadir e controlar o Hejaz na península arábica (1812-1840) e a Síria (1831-1840), ameaçando com isso o poder da capital Otomana (ver fig. 2.7).<sup>68</sup> Isto é, Mohamed Ali ajudou o poder Otomano a expulsar os franceses, se fez reconhecer como Grão-Vizir do território egípcio, como tal reforçou sua capacidade militar, produtiva e de arrecadação para, em seguida, quando devidamente fortalecido, ameaçar a própria Sublime Porta.<sup>69</sup> Ao fim, uma coalizão internacional organizada entre França, Inglaterra e o Sultão impedirá o prosseguimento do projeto expansionista e irá impor multas, restrições à indústria e ao poderio militar, além da perda dos territórios conquistados, à exceção do Sudão. Em compensação, Mohamed Ali irá adquirir o título de Quediva<sup>70</sup> e sua dinastia passará a ter o direito de governar hereditariamente o território por ele controlado. O Egito, por sua vez, adquire um status semi-autônomo face o Império Otomano, devendo impostos ao Sultão sem que este tenha poder de interferir na administração interna daquele.

---

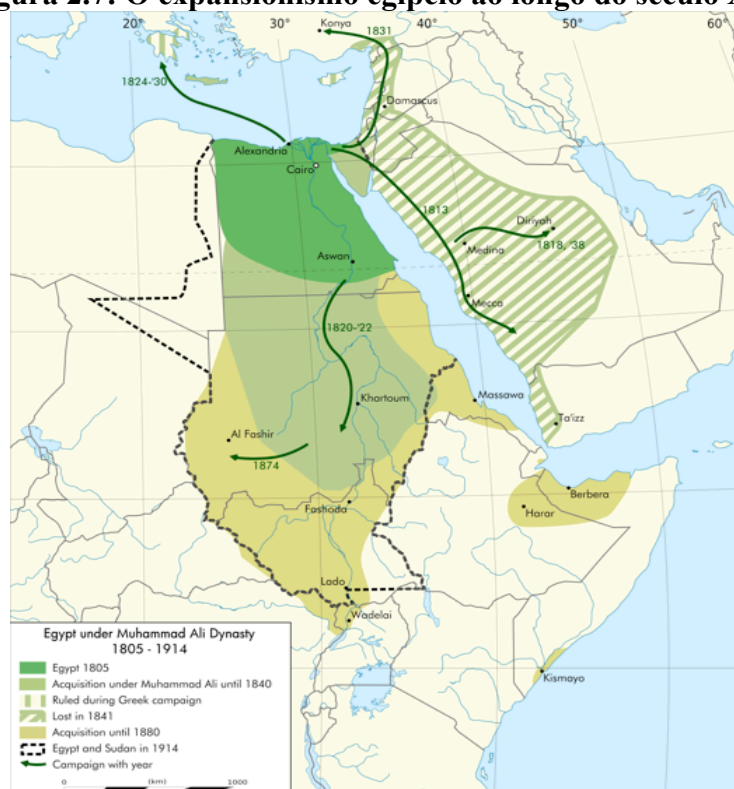
67 LACOSTE, Y. (2006) *Géopolitique de la Méditerranée*: 348.

68 Tal correlação entre o processo de transformação econômico-social e o empreendimento geopolítico foi fortemente marcado pelo caráter autoritário e centralizador do próprio poder de Mohamed Ali que a princípio tornou-se o único possuidor de terras em todo o Egito (posteriormente, após sua morte em 1848, certas partes de seu território seriam distribuídas à membros da aristocracia, formando uma classe latifundiária). É interessante observar que, para se financiar como projeto de transformação estrutural da ordem produtiva interna, implementaram-se métodos de trabalho forçado e corvéia sobre a população do Vale do Nilo e do Delta, elevando o índice de mortalidade naqueles que antes eram habituados ao manejo de subsistência da terra. Essa exploração do trabalho agrícola associada à estocagem de água tornada possível com a construção da primeira barragem de Assuã viabilizaram a produção de um excedente agrícola inteiramente voltado à exportação. Ver LACOSTE, Y. (2006) *Géopolitique de la Méditerranée*: 349. Ver também HANSEN, B. *The political economy of poverty, equity and growth -Egypt and Turkey* (1991): 48.

69 Khaled Fahmy traça alguns detalhes do processo de transformação da base econômico-social egípcia através de uma política estatal intervencionista e militarista. Ver FAHMY, K. (2003) *All the Pasha's men -Mehmed Ali, his army and the making of modern Egypt*: 112-159.

70 Quediva era o título de vice-Rei conferido pelo Império Otomano ao paxá do Egito.

**Figura 2.7: O expansionismo egípcio ao longo do século XIX**



Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Egypt\\_under\\_Muhammad\\_Ali\\_Dynasty\\_map\\_en.png](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Egypt_under_Muhammad_Ali_Dynasty_map_en.png)

O impacto posterior trazido pelas reformas empreendidas por Mohamed Ali é assunto de diversos estudos. O autor Yves Lacoste chama atenção para a novidade trazida pelo seu governo em função de ser ele um dos primeiros a pensar a sociedade do Nilo dentro de seu conjunto geopolítico, onde as zonas de projeção imediata eram o sul de Assuã (isto é, o atual Sudão) o Mashreq árabe (Crescente Fértil e península arábica) e a península turca.<sup>71</sup>

Essa herança será percebida por outros autores dentro da política externa nasserista como, por exemplo, é o caso do escritor Mohamed Heikal. Segundo este autor, que trabalhou no governo de Gamal Nasser<sup>72</sup> e foi um dos articuladores de sua política internacional, a correlação entre o posicionamento geopolítico do país e sua política externa reproduz tendências antigas que evidenciam a característica do território egípcio como espaço por onde impérios e civilizações se cruzaram ao longo do tempo. Mohamed Ali, nesse caso, viria a confirmar o espaço natural de projeção do poder egípcio que, pouco mais de um século depois, seria repetido pelo governo Nasser:

In the case of Egypt, the constants of geography and history have steered the main thrusts of its foreign policy toward two fronts: south and east.

<sup>71</sup> LACOSTE, Y (2006) *Géopolitique de la Méditerranée*: 351.

<sup>72</sup> Mohamed Heikal foi membro do Comitê Central da União Socialista Árabe entre 1957 e 1973. O organismo foi criado por pelo presidente Gamal Nasser e dissolvido pelo seu sucessor, Anouar Sadat.

Since Egypt's very existence depends of the Nile, the first consideration of any Egyptian government is to guarantee that these waters are not threatened. This means ensuring that no hostile power can control the headwaters of the Nile or interfere with its flow into Egypt. Fortunately, with the political conditions and technological limitations in Central and East Africa, this threat is unlikely to materialize. Politically friendly Sudan provides Egypt with an additional degree of security. Thus the southern prong of Egypt's foreign policy has tended to be passive and promises to remain so in the foreseeable future.

On Egypt's eastern front things are very different. To the northeast, its border region lies along the land bridge between Africa and Asia. Here the armies of great empires have marched and countermarched throughout history. It was through Syria and Palestine that Assyrians, Babylonians, Persians, Macedonians, Byzantines, Arabs and Turks marched towards the Nile Valley, and across the same land bridge that the armies of Thutmose III and Mohamed Aly moved to conquer or to defend.<sup>73</sup>

Pela descrição de Heikal, concluímos que a fronteira sul tinha o papel de fornecer recursos, em particular a água, enquanto na frente leste se situavam os grandes enredos geopolíticos, onde a rivalidade, a guerra, as conquistas, o comércio, a cultura e a diplomacia se faziam historicamente atuantes.

Seguindo a linha comparativa, o autor Samir Amin traça um paralelo entre dois períodos históricos onde o poder egípcio buscou desenvolver mecanismos para “emergir” como país dentro da hierarquia do sistema interestatal capitalista. Tais meios faziam referência a um amplo programa de reformas econômico-sociais aliados à uma estratégia de projeção geopolítica regional que visavam transformar simultaneamente a estrutura produtiva doméstica e seu modo de inserção na economia global. O primeiro período, justamente, diz respeito ao governo de Mohamed Ali e duraria até o reinado do Quediva Ismail, em 1882, quando os britânicos invadiriam o país e imporiam um interregno nas ambições modernizantes das elites nativas. Essa vertente seria retomada com a revolta nacionalista de Saad Zaghoul de 1919, dando início ao segundo “ciclo” da aplicação de programas voltados para a construção de uma potência estatal. Nesta nova fase, tais políticas seriam dirigidas por uma nova elite nacionalista associada não mais à aristocracia mas sim à burguesia latifundiária e industrial nativa. Este segundo período culminaria com a ascensão dos Oficiais Livres e do nasserismo (1952), enquanto a derrota na Guerra dos Seis Dias (1967) conformaria seu epílogo.<sup>74</sup>

Entretanto, foi Georges Corm que, de maneira mais explícita, comparou a experiência de governo de Mohamed Ali e Gamal Nasser. Além de verificar similitudes em aspectos na

---

73 HEIKAL, M. (1978) Egyptian foreign policy: 715-716.

74 AMIN, S. (2011) *Le monde arabe dans la longue durée*: 14-16.

política de desenvolvimento econômico e na política externa, Corm atribui em ambos os casos às hostilidades de ordem política e econômica impostas pelas grandes potências de sua época como a razão pela qual o projeto de poder egípcio haveria falhado duas vezes. Assim, Nasser seria uma espécie de “reencarnação” das mesmas ambições de desenvolvimento e independência que culminariam em semelhante fim trágico, tal como aquele vivido por Mohamed Ali.<sup>75</sup> Essa relação de semelhança entre os dois permitiria, segundo o autor, ler a experiência de um no outro:

C'est pourquoi, lorsqu'il nous faut apprécier les causes de la fragilité de l'oeuvre de Nasser, nous sommes aussi embarrassés que pour juger celles de l'échec de Mohammed Ali. Le premier semble d'ailleurs avoir repris l'oeuvre du second avec un parallélisme imparfait. L'amour des barrages, preuve de la maîtrise sur la nature, la fascination de l'industrie ou l'attirance vers l'avenir et le progrès technique, la marginalisation de la religion dans la vie socio-politique, qui ouvre la voie à la laïcité, indispensable à l'exercice de la liberté. en ce sens, les deux hommes sont incontestablement amoureux de l'idée de “développement”, et donc fils du siècle européen de lumières.<sup>76</sup>

Esta narrativa histórica coincide com o discurso oficialista sobre a história egípcia após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. O fato é que, a despeito de semelhanças verificáveis na forma de relacionar política externa com desenvolvimento interno em cada um dos períodos, persistem diferenças cruciais quanto aos objetivos e as estratégias de poder de cada um desses dois governos. Mohamed Ali era um albanês que governava a província egípcia do Império Otomano, sendo sua ambição expansionista para ocupar o lugar do Sultão contestada por certos historiadores, como Fahmy Khaled.<sup>77</sup>

Nessa linha, embora os paralelismos entre os dois governos possam ser feitos tanto naquilo que concerne o caráter geopolítico do projeto expansionista como das reformas econômico-sociais internas, persiste uma diferença crucial entre as duas experiências: enquanto Mohamed Ali liderava uma espécie de província rebelde dentro de um Império que terminou por ameaçar o poder central, Nasser buscava projetar a influência de um Estado independente sobre o conjunto de Estados do sistema regional ao mesmo tempo que se contrapunha ao domínio da região por potências exteriores a ela. Neste segundo caso, o conceito de nacionalismo e unidade árabe adquire uma importância significativa para a política externa porque passa a redimensionar o sentido próprio da ação estatal sobre as mencionadas “zonas geopolíticas de projeção natural do poder egípcio”. Estas, por sua vez,

---

75 CORM, G (2010) *Le Proche Orient éclaté*: 262

76 Idem, *Ibidem*.

77 O autor Khaled Fahmy via Mohamed Ali como um governante de província que buscava fortalecer-se dentro do Império Otomano sem destruí-lo ou tomar-lhe o poder. Ver FAHMY, K. (2003) *All the Pasha's men - Mehmed Ali, his army and the making of modern Egypt*: 278-305.

serão enquadradas dentro de uma nova orientação política adaptada a uma lógica expansiva própria de um Estado moderno inscrito dentro da dinâmica competitiva interestatal do sistema internacional.

Dito de outra maneira, diante da fragmentação da esfera regional entre os “mundos” turco, iraniano e árabe e, estando este último desintegrado em diversos Estados, o crescimento do movimento “arabista” entendido como programa político transnacional agia de maneira a limitar territorialmente e direcionar politicamente as prioridades da política externa evocando uma outra forma de integração regional que fosse adaptada à etapa de inserção internacional dos novos Estados do Oriente Médio.

## **2.2 O Egito e a formação do sistema de Estados do Oriente Médio**

Quando irrompe a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano já possuía grande parte de suas possessões provinciais ocupadas seja pela França, seja pela Grã-Bretanha. O fim do império junto ao término da guerra fez emergir a Turquia como Estado independente enquanto as duas mencionadas potências europeias repartiam o Oriente Médio em zonas de influência através dos acordos de Sykes-Picot (1916). A formalização desses acordos se daria na ocasião da Conferência de Paris (1919), quando foi definida a implementação do sistema de Mandatos, oficialmente apresentados como um controle territorial provisório enquanto uma estrutura de Estado nacional fosse criada em cada antiga província otomana. O movimento nacionalista Wafd egípcio, que reivindicava a independência do país, foi impedido pelos ingleses de participar da Conferência. Ao longo de todo o período do entre-Guerras, a disputa se daria sobretudo na esfera interna dos Estados árabes do Oriente Médio, com o crescimento político dos movimentos autonomistas nativos em oposição à presença estrangeira. Esse é um ponto importante quando comparamos as ambições políticas existentes entre os Estados árabes e os novos Estados turco e iraniano: ao contrário destes dois últimos, os movimentos nacionalistas dos países árabes estavam estreitamente associados à luta pela descolonização em função de estarem eles ainda parcialmente ocupados.

A organização e imposição de uma nova ordem regional definida a partir de potências externas à região contrastava com a emergência de movimentos autonomistas nativos originários de elites intelectuais e burguesas urbanas. No caso egípcio, a posição geopolítica do país fez emergir dentro de sua classe dirigente, ainda na primeira metade do século XX, a percepção da existência de uma “natureza” própria à política externa deste país. Esta estaria relacionada à sua condição de “ponte” entre o Oriente e a Europa, por um lado, e o mundo

árabe e a África, por outro. Nessa linha, a projeção em direção ao Oriente Médio era justificada em função da segurança territorial e do arabismo, enquanto ao sul destacava-se a importância do controle e gestão das águas do Nilo.<sup>78</sup>

Em oposição à imensa maioria dos Estados árabes da região, o Egito apresentava um alto nível de integração social e nacional, sem minorias relevantes. Segundo Sadat, esse fator dotou o país da capacidade de tomar decisões “firmes” em política externa justamente por não precisar passar por uma oposição interna potencializada por um quadro de fragmentação social em comunidades confessionais e/ ou tribais, como por exemplo ocorre em outros dos países do Oriente Médio.<sup>79</sup> Na mesma linha, Corm argumenta que a especificidade cultural egípcia em relação às demais nações de seu entorno regional estaria centrada no fato de ser o Egito o único país “totalmente arabófono e culturalmente homogêneo, que apresentaria uma compactividade de comportamentos e modos caracterizados pela densa justaposição da vida rural com a vida urbana”.<sup>80</sup>

Hinnebusch, por sua vez, enfatiza a relação entre os mencionados aspectos característicos à sociedade egípcia e uma política externa expansionista. Segundo este autor, a busca egípcia por uma liderança regional ocorre naturalmente em função de sua proeminência como centro civilizacional de toda a região, além de ser o mais homogêneo e demograficamente populoso Estado árabe. O posicionamento do país, ao centro geográfico do mundo árabe e islâmico terminaria por dotar-lhe de uma capacidade de influência incomum entre os demais Estados. Dito isso, verifica-se historicamente o repetido interesse das lideranças egípcias em buscar projetar seu poder sobre três esferas: o Sudão ao sul, o Crescente Fértil e a península arábica à leste.<sup>81</sup>

Em oposição às características internas da sociedade egípcia estava a fragmentada estrutura social do Crescente Fértil do sudoeste asiático. Neste caso, o autor Roger Owen, ao referir-se ao desenvolvimento dos movimentos políticos autonomistas daquela região, destaca o aspecto funcional próprio ao programa nacionalista árabe em um contexto onde a formação dos Estados locais incluía a integração de uma complexa colcha de filiações tribais, familiares e confessionais de comunidades transnacionais. Estas eram responsáveis por intensos fluxos

---

78 DESSOUKI, A. (2008) Regional leadership: balancing costs and dividends in the foreign policy of Egypt. In: KHORANY, B. & DESSOUKI, H. (2008): *The foreign policies of Arab states*: 170.

79 Idem 171.

80 No original: “l'Égypte, totalement arabophone et culturellement très homogène, présente une compacité de comportements et de mœurs caractérisée par une juxtaposition de vie rurale et de vie urbaine très dense, que l'on ne trouve guère dans les autres pays arabes de la région.” Ver CORM, G. (2007) *Histoire du Moyen Orient -De l'antiquité à nos jours*: 32-36.

81 HINNEBUSCH, R. (2002) The foreign policies of middle east states. In: HINNEBUSCH, R. & EHTESHAMI, A. (org.) *The foreign policies of middle east states*: 91-92.



de ideias, pessoas e mercadorias entre si que transcorriam à margem do processo de consolidação do poder e das fronteiras do novo Estado, representando assim um desafio a mais na tarefa deste de impor a obediência através do exercício do poder coercitivo. Seria justamente diante dessa necessidade do poder central de impor sua autoridade e legitimidade face um tecido social segregado que fez com que o nacionalismo árabe proliferasse no discurso político e nos círculos intelectuais de diferentes centros urbanos.<sup>82</sup> O autor cita como um bom exemplo a atitude do Rei Faisal do Iraque em 1932, ele mesmo um rei de origem Hashemita<sup>83</sup>, quando apelou à ajuda britânica para organizar um congresso árabe em Bagdá, argumentando que o apoio ao arabismo havia contribuído para evitar os riscos que ameaçavam a integridade da sociedade iraquiana.<sup>84</sup>

No entre-Guerras, Fred Halliday enfatiza sobretudo as mudanças internas aos Estados do Oriente Médio como fator fundamental de transformação na dinâmica política regional, à frente da crescente relação interestatal dentro da região ou das políticas de potência existentes no mesmo período.<sup>85</sup> Nessa linha, o autor distingue quatro processos em particular: 1) o primeiro, refere-se a criação da própria instituição estatal moderna, dentro da qual os novos Estados poderiam se desenvolver como instituição de poder e apropriação tanto para dentro como para fora de suas fronteiras. A herança dos aparelhos coercitivos e administrativos do período colonial, uma vez nacionalizados, serviam para impor o controle sobre o território no qual exerceriam sua autoridade. Além disso, é significativo observar o desenvolvimento da instituição das Forças Armadas nacionais durante esse mesmo período, usualmente associadas aos valores modernos de “nação” e núcleo corrente de agrupamentos com pretensões políticas; 2) junto às mencionadas instituições, criou-se por parte da nova administração pública a necessidade de forjar uma identidade nacional. Isso normalmente se dava tanto pela mistificação histórica do povo ali assentado como pela contestação da repartição territorial feita pelas potências europeias. As escolas e a educação pública eram o instrumento base para construção de um certo imaginário coletivo de nação; 3) a transformação da cultura e da ideologia associada à consolidação do próprio poder do Estado, que promovia em muitos casos a laicização e a ocidentalização dos valores estatais; 4) a aparição de movimentos populares que mesclavam riqueza social e econômica, em particular na Turquia, Irã e Egito, mas também no Iraque, Síria e Marrocos. Esses movimentos contestatários à presença

---

82 OWEN, R. (2005) *Stato, potere e politica nella formazione del Medio Oriente moderno*: 110.

83 Tribo natural da península arábica, herdeira direta da linhagem do profeta Mohamed.

84 OWEN, R. (2005) *Stato, potere e politica nella formazione del Medio Oriente moderno*: 110.

85 HALLIDAY, F. (2005) *Il Medio Oriente, potenza, politica e ideologia*: 132.

estrangeira possuíam forte caráter nacionalista e independentista.<sup>86</sup>

A crescente mobilização entre os Estados árabes por uma ação coletiva que reforçasse a independência dos Estados levou à criação da Liga Árabe em 22 de março de 1945, com sede no Cairo. Os Estados-membro fundadores eram Egito, Iraque, Transjordânia, Líbano, Arábia Saudita e Síria. Sua razão de ser original era promover a descolonização e a autodeterminação de todos os países de língua árabe. Sua importância é ligada ao fato de representar a primeira tentativa de constituir uma organização independente tanto das potências coloniais como das novas superpotências do pós-guerra, isto é, Estados Unidos e União Soviética. Com o passar dos anos, seu objetivo passa a ser anunciado inteiramente em termos de promoção da união e da colaboração política, econômica e cultural entre os países árabes.<sup>87</sup> Origem teórica do projeto de construção da Liga Árabe, o movimento político pan-arabista conheceria seu apogeu nas décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial.

### 2.2.1 O movimento nacionalista árabe

As origens do movimento nacionalista árabe encontram-se no final do século XIX, ainda sob o Império Otomano. A *Nahda*, isto é, o movimento de “renascença” da cultura árabe do final do século XIX, é um fenômeno sírio e, sobretudo, egípcio.<sup>88</sup> Trata-se de um movimento social de resistência à presença britânica (1882-1956) composto principalmente por clérigos, artesãos, mercadores, artistas e lideranças urbanas cujo maior objetivo era responder à ameaça colonial expressa tanto em termos comerciais como culturais com a reafirmação dos valores, da língua e da tradição árabe.<sup>89</sup> À diferença da experiência de Mohamed Ali, que aplicou um amplo programa de reformas econômico-sociais “pelo alto”, O *Nahda* representa uma ação política a partir da base da sociedade, em oposição direta à classe dirigente nativa que passava a sobreviver subordinada ao controle de potências exteriores à região. Embora não houvesse no *Nahda* um projeto de poder organizado em si, escritores como Samir Amin<sup>90</sup> e Jean Pierre Filiu<sup>91</sup> consideram este movimento amplo e de diferentes dimensões a origem de uma contestação que posteriormente levaria à formação de partidos nacionalistas egípcio e árabe. A força desses movimentos de contra-poder seria verificada com o passar dos anos, quando o nacionalismo árabe irá se difundir entre diferentes países do

86 HALLIDAY, F. (2005) *Il Medio Oriente, potenza, politica e ideologia*: 132-136.

87 Ver EMILIANI, M. (2012) *Medio Oriente, una storia dal 1918 al 1991*: 63.

88 AMIN, S. (1976) *La nation arabe, nationalisme et luttes de classes*: 39.

89 Idem: 41.

90 AMIN, S. (1976) *La nation arabe, nationalisme et luttes de classes*.

91 FILIU, J. (2013) *Le nouveau moyen orient, le peuple a l'heure de la revolution syrienne*.

Oriente Médio na condição de principal movimento político nativo de oposição à presença estrangeira.

Além da presença militar das potências europeias em territórios do Oriente Médio, um outro fator a impulsionar a afirmação de um movimento de identidade política “árabe” foram as reformas institucionais e administrativas do Império Otomano implantadas pelo governo dos Jovens Turcos no período precedente à Primeira Guerra Mundial, que buscavam “ocidentalizar” a estrutura administrativa do país ao mesmo tempo em que reforçavam o caráter “turco” como definidor da identidade coletiva otomana.

As políticas para modernização acelerada do Império Otomano consistiam em um projeto de construção da nação turca para todo o Império simultaneamente ao processo de centralização do poder e de reestruturação da máquina pública administrativa. A implementação autoritária de tais políticas através do Comitê para União e Progresso (CUP), provocou rápida deterioração nas relações entre turcos e diferentes comunidades de língua árabe.<sup>92</sup> Sob um contexto marcado pelo programa aberto de “turcanização” do Império, as lideranças árabes tornaram-se vulneráveis às reformas políticas ditadas pelo CUP, e viram-se desprovidas de suas posições de poder e influência com as quais estavam anteriormente garantidas sob o governo do antigo sultão Abdulhamid.<sup>93</sup> Como resultado, surgiram resistências localizadas. Em províncias não-árabes, como a região muçulmana dos Balcãs, também ocorreram reações.

As primeiras manifestações políticas em direção a um projeto pan-arabista vieram

---

92 DAWN, E. (1991) Origins of Arab nationalism. In: KHALIDI, R. (Org.) *The origins of Arab nationalism*: 16-18.

93 A questão se desvelaria no sentido de uma reação de lideranças regionais (tribais, provinciais ou clãs) à perda de autonomia, poder e riqueza que o violento processo de centralização e modernização administrativa e produtiva imperial traria à esfera de poder local. Dois exemplos são recorrentemente tratados para ilustrar este aspecto, um deles no Iraque, o outro na península Arábica. No Iraque, a insurgência das lideranças locais contra as reformas do Império teve como estopim um planejamento de redistribuição produtiva das zonas provinciais através de grandes projetos de infraestrutura. No caso, tratava-se propriamente de uma reestruturação espacial dos canais de irrigação que seria amparada pela *expertise* de uma consultoria inglesa. A ingerência direta não-consentida sobre os recursos naturais locais com participação estrangeira gerou a reação daqueles que antes controlavam diretamente o espaço e temiam o assédio das grandes potências. O mesmo ocorreu na península Arábica, quando os Jovens Turcos buscaram construir -sob consultoria alemã- uma ferrovia ligando Istambul à Mecca. A reação árabe, nesta ocasião, era fundamentada no temor pela natural projeção de influência política e econômica externa que tal empreendimento potencialmente traria ao local. O fato daqueles serem locais sagrados do Islã, onde existe forte tradição de peregrinação e rituais próprios -como cada peregrino trazer sua fonte de sustento-, serviu como instrumento de mobilização e instrumentalização das lideranças locais dos sítios sagrados para transformar a chegada do estrangeiro -turco e alemão- em algo blasfemo e impuro, próprio para um levante popular armado, uma manifestação coletiva de repulsa. O resultado é que a ferrovia sequer chegou à Medina. Cabe destacar aqui que o posicionamento destas lideranças árabes era principalmente associado à manutenção de seus privilégios como lideranças políticas locais, já que viam-se ameaçados pelo processo de centralização e modernização lançado pelo Império que, por sua vez, não tomava em consideração sua participação nas decisões sobre projetos destinados à sua esfera de controle local. Ver EMILIANI, M. (2012) *Medio Oriente -una storia dal 1918 al 1991*: 18-20.

durante o contexto da Primeira Grande Guerra, e diziam respeito às sublevações de lideranças árabes na península Arábica. Sob forte estímulo de armamentos britânicos, que por sua vez visavam enfraquecer internamente ao Império Otomano (um oponente de guerra), levantes localizados foram viabilizados e estimulados. Neste contexto, destaca-se a figura do Xerife Hussein de Meca. Em negociação direta com os britânicos, o Xerife conseguiu o apoio destes para o projeto de construção de um grande Califado árabe sob sua liderança, que idealmente substituiria o Império Otomano em caso de vitória militar contra estes últimos. Tal projeto representou o primeiro movimento na direção de independência e unidade genuinamente árabe, embora recuperasse instrumentos de legitimação do poder e de funcionamento da máquina estatal próprios do Império Otomano anteriores mesmo às reformas empreendidas pelos Jovens Turcos. Tal fato era melhor expresso no Manifesto político apresentado pelo Xerife, pautado no apelo religioso e sem haver propriamente uma teorização ou um programa político de reformas socioeconômicas modernizadoras. Como observou Lewis,<sup>94</sup> o programa era basicamente dinástico e separatista antes de nacionalista.

Assim, se por um lado o fracasso das reformas e a derrota na Primeira Grande Guerra puseram fim ao Império Otomano, por outro a agressividade própria do processo de “turcanização” do Império, onde buscou-se reconstituir a esfera de poder provincial e hierarquizar a língua e cultura turca frente aos demais povos, terminou por provocar como reação as primeiras manifestações de mobilização popular por uma “causa árabe”, como expresso na Revolta Árabe de 1916-1918. Grosso modo, portanto, dizemos que o uso político da identidade coletiva “árabe” possui sua matriz moderna na oposição tanto à presença ocidental representada pelo poder militar de França e Grã-Bretanha como à identidade coletiva “turca”.

O pós-Primeira Grande Guerra alterou significativamente os meios e as formas de fazer política no Oriente Médio.<sup>95</sup> De um lado, França e Grã-Bretanha dividiram a região em Estados controlados através de Mandatos internacionais<sup>96</sup> e, de outro, a Turquia era criada pelo general Mustafa Kemal, que havia conseguido manter seu país independente no pós-guerra e dava início a um amplo programa de reformas econômico-sociais. Com a Turquia posicionada na península anatólica e o Irã situado para além do golfo Pérsico, o dito “mundo

---

94 LEWIS, B. (2004) *From Babel to dragomans -interpreting the Middle East*:165.

95 EMILIANI, M. (2012) *Medio Oriente -una storia dal 1918 al 1991*: 21-24.

96 Os termos dessa divisão foram expressos no acordo de Sykes-Picot, em 1916. No que se refere o Oriente Médio, França manteria o domínio sobre Síria e Líbano enquanto Grã-Bretanha controlaria Egito, Transjordânia, Palestina e Iraque. A posse seria internacionalmente legitimada através do sistema de Mandatos aprovado pela Sociedade das Nações. Na ocasião, a França havia abdicado de maior presença territorial no Oriente Médio ao obter em troca uma participação na exploração do petróleo de Mossul. Ver CORM, G. (2007) *Histoire du moyen-orient*: 89.

árabe” percebia demarcada as fronteiras à leste e ao norte. Os dois mencionados países limítrofes, na ocasião, deram início a um amplo programa de afirmação nacional que incluía a distinção da cultura e de uma nação própria em oposição àquela dos árabes.<sup>97</sup> Tal cenário propenso à demarcação das diferenças contribuiu ao florescimento do movimento nacionalista árabe.

Entre 1918 e 1933, as províncias otomanas no sudoeste da Ásia permaneceram sob Mandato estrangeiro, britânico ou francês. Durante o período, foram gradualmente dotadas com mais ou menos instituições próprias do modelo de Estado europeu, próprio de um processo de *state-building* coordenado desde o exterior para organização da sociedade e do Estado em acordo aos interesses das potências mandatárias.<sup>98</sup> França e Grã-Bretanha impuseram inclusive sua fórmula de regime político formal: repúblicas nos territórios franceses, monarquias constitucionais nos territórios ingleses.

Outra influência própria do imediato pós-guerra foi aquela dos movimentos de esquerda, apoiados ou não pela União Soviética. Como observou Laqueur,<sup>99</sup> a ideologia comunista nestes casos buscava não se opor à espiritualidade islâmica. Havia neste ponto a vinculação teórica (expressa em panfletos do Partido) entre as possíveis semelhanças de ambas as ideologias, como por exemplo a exaltação do aspecto coletivista, e em alguns casos buscava-se justificar o stalinismo como filosofia monística que favoreceria os valores espirituais a partir de uma base materialista.<sup>100</sup> O Partido Comunista de maior expressão na região foi o egípcio, fundado em 1922. Tinha a particularidade de ser formado principalmente por estrangeiros ou minorias (como gregos, armênios, hebreus etc),<sup>101</sup> e em seus anos de atuação jamais obteve apoio na classe operária (organizações operárias existiam antes do Partido).<sup>102</sup> Sua relativa fraqueza política estava associada tanto à força de movimentos nacionalistas (que em alguns casos mantinham reivindicações semelhantes, como reforma agrária, leis trabalhistas e industrialização) como ao fato de ter se mantido restrito a grupos de elite minoritários.

No contexto de luta política por um Estado liberto da ocupação estrangeira, a tradicional identidade coletiva pan-islâmica era corriqueiramente utilizada como instrumento de mobilização e se mesclava ao projeto de Estado-nacional independente. Seguindo o

---

97 EMILIANI, M. (2012) *Medio Oriente -una storia dal 1918 al 1991*: 26-36. Ver Também BINDER, L. *The ideological revolution* (1966): 88.

98 OWEN, R. (2005) *Stato, potere e política nella formazione del Medio Oriente moderno*: 35-39.

99 LAQUEUR, L. (1959) *Comunismo e nazionalismo nel Medio Oriente*: 13-17.

100 Idem: 15.

101 Idem: 55-60.

102 Idem: 57.

fracasso das revoltas árabes contra o colonialismo e os sistemas de Mandatos entre 1919 e 1932, o cenário favoreceu a emergência de forças políticas nacionalistas entre a geração mais jovem. O fato de que certos países árabes ganhassem relativa independência política -Arábia Saudita, Iêmen do Norte, Iraque e Egito- encorajou esses novos partidos em direção a programas de ação, repercutindo no mundo árabe como um todo.<sup>103</sup>

A primeira manifestação pública deste novo contexto ocorreu em 1931, durante a convenção do Congresso pan-islâmico em Jerusalém.<sup>104</sup> O objetivo maior era discutir o futuro da Palestina e a crescente migração judaica vinculada à estratégia política sionista que incentivava o deslocamento da população. A maioria dos países árabes enviou delegados para o evento. Essa foi a primeira vez em que delegados do Egito, África do Norte, península Arábica e Crescente Fértil estiveram juntos para debater política. Na ocasião, diversos assuntos foram abordados, resultando na proclamação de um convênio pan-árabe baseado em três artigos principais: 1) os países árabes formam um todo integral e indivisível. Sendo assim, a nação árabe não aceita reconhecer divisões quaisquer seja sua natureza; 2) todos os esforços dos países árabes serão direcionados para o alcance de total independência e formação de uma única unidade. A luta deve, portanto, ser local e regional; 3) a nação árabe rejeita o colonialismo, visto como avesso aos seus valores e objetivos, e por isso se resguarda o uso de todos os instrumentos disponíveis para lutar contra. A chamada “questão palestina” tornava-se, assim, o terceiro pilar constitutivo do processo de afirmação do arabismo como ideologia estatal oficial para a maioria dos países do Oriente Médio.

Na ocasião, os delegados decidiram ainda realizar novos encontros e reconhecer o Rei Faisal<sup>105</sup> do Iraque como liderança financeira e política do novo programa pan-árabe de verniz islamista. Este, por sua vez, comprometeu-se a prover suporte material à causa. Entretanto, tanto sua morte prematura em 1933 quanto a reocupação do Iraque pelos britânicos por ocasião da Segunda Grande Guerra terminou por criar um novo cenário onde as formas de viabilizar o projeto tiveram de ser revistas.<sup>106</sup>

Embora os objetivos do nacionalismo árabe fossem minorados por eventos subsequentes que escapassem ao controle de seus militantes, o Congresso pan-islâmico manteve-se como um marco da integração pan-árabe, onde a plataforma programática para

---

103 YOUSSEF, C.(2000) *Arab nationalism -a History*:129.

104 Idem: 92

105 Rei Faisal é um dos filhos do Xerife de Mecca Hussein. Após lutar contra os Otomanos na Revolta Árabe de 1916, esteve com sua delegação na Conferência de Paris (1919) e foi indicado pelos Britânicos para ser o novo governador da Síria em 1920, como forma de recompensa. Após se desentender com os Franceses (donos do Mandato sobre a Síria), foi expulso de Damasco, sendo realocado pelos Britânicos como governador do Iraque em 1930. Morreu em 1933. Ver CORM, G. (2007) *Histoire du moyen-orient*: 89.

106 Idem, *Ibidem*.

formação de um Estado integral independente laico e industrial tomaria força. O primeiro partido assumidamente arabista a se organizar após a introdução do sistema de Mandatos ocorreu como resultado direto desse encontro. Trata-se do Partido Independente Árabe (PIA), fundado em 1932 por ativistas Palestinos que formalmente pertenciam à Sociedade *al-Fatah* (1919).<sup>107</sup> Embora as ações deste partido se restringissem à esfera Palestina, sua metodologia incluía o empenho na construção de uma unidade árabe e solidária que pudesse fortalecer seu poder frente a britânicos e assentamentos sionistas.<sup>108</sup> Desse modo, defendia a completa independência das terras árabes, sua unidade indivisível e o caráter árabe da Palestina como uma parte integral da Grande Síria (isto é, algo próximo ao que seria hoje a Síria, territórios Palestinos, Israel, Jordânia e Líbano). O objetivo consistia em manifestar repúdio tanto ao Mandato britânico sobre a região como à Declaração de Balfour,<sup>109</sup> e assim fundar um sistema parlamentarista árabe com governo na Palestina.

Em 1933, outro partido político pan-árabe, a Liga da Ação Nacionalista (LAN), é fundado em um encontro no Líbano. A maior parte de seus membros advinha da Síria e do Iraque e pertenciam a grupos de profissionais formados em universidades do Ocidente. Seu programa defendia uma política afirmativa dos países árabes frente às ameaças à sua integridade -isto é, ao colonialismo e a invasão sionista- através do fortalecimento de um sistema de cooperação organizado por meio de agentes e instituições colaboradoras. Seus dois objetivos centrais eram divididos entre a) a absoluta independência e soberania dos árabes e, b) a consolidação da unidade árabe.<sup>110</sup> O meio para tanto incluía um amplo programa de reforma e moral e socioeconômica. O projeto propunha ainda o fim das barreiras comerciais entre Estados árabes, a formação de um livre-mercado regional, a formação de uma forte base industrial, o boicote às companhias multinacionais e a não cooperação com as potências ocidentais.

Para Youssef,<sup>111</sup> havia um contexto de transformação social latente onde a aplicação de programas protecionistas e nacionalistas implicava o enfrentamento do governo central com as classes produtoras. Naquele período, observava-se em muitas regiões a quase autonomia de uma nova classe de latifundiários frente ao governo, já que utilizavam meios políticos locais para servir como intermediários diretos no trato com as potências

107 MUSLIH, M. (1991) The rise of local nationalism. In: KHALIDI, R. *The origins of Arab nationalism*: 175.

108 YOUSSEF, C.(2000) *Arab nationalism -a History*: 93

109 A “Declaração de Balfour” foi uma carta aberta assinada pelo ministro de relações exteriores britânico Arthur James Balfour e endereçada a Lionel Walter Rothschild, publicada no dia 2 de novembro de 1917. Nela, o Estado britânico se comprometia a contribuir para o estabelecimento de um “lar judaico” na Palestina.

110 DAWISHA, A. (2003) *Arab nationalism in the twentieth century -from triumph to despair*: 78

111 YOUSSEF, C.(2000) *Arab nationalism -a History*:94.

colonizadoras e o mercado internacional. Por essa razão, diante do excesso de poder dos latifundiários frente à escassez de poder do Estado, o partido propunha a reforma agrária, a “abolição do feudalismo” e a limitação do tamanho possível de propriedade, ações estas que buscavam promover o crescimento e o investimento nas áreas rurais. Como observou Youssef,<sup>112</sup> isso significava nutrir a “consciência nacional árabe” no campo cultural em oposição à lealdade coletiva familiar, sectária e provincial. Significava também incluir minorias e classes antes discriminadas, como mulheres, trabalhadores e beduínos nômades, proclamando a igualdade de direitos e permitindo a participação política. A LAN teve sua participação destacada na década de 1930, mas nos anos 1940 não suportou a concorrência do Bloco Nacionalista da Síria (BNS) e desapareceu. O BNS, por sua vez, possuía menos referência aos modelos parlamentaristas e mais atenção ao fascismo, em particular no que concerne a forma de conceber o nacionalismo e na maneira como o Estado estrutura seu poder político.

Vejamos alguns aspectos associados à diplomacia deste período. Diante das persistentes dificuldades em negociar os termos para o fim dos Mandatos e da presença estrangeira, os movimentos nacionalistas percebem no acirramento dos nacionalismos europeus um contexto internacional estimulante à sua causa nacional. Na ocasião, a Europa vivia um período de aprofundamento da disputa interestatal pela hegemonia mundial, com a ascensão de Hitler na Alemanha (1933), a invasão italiana na Etiópia (1936), a Guerra Civil espanhola (1936-1939) e a formação do países do Eixo (1939). Aos olhos dos nacionalistas árabes, o acirramento da rivalidade entre dois campos antagônicos favorecia sua margem de manobra para obter apoio às suas reivindicações autonomistas.

Com isso, no contexto da Guerra, alguns segmentos do pan-arabismo se aproximam dos países do Eixo buscando apoio para seus objetivos independentistas. Itália e Alemanha adotaram uma política especial para o Oriente Médio, buscando enfraquecer o poder e a influência britânica através do incentivo à resistência local, estratégia esta que resultou na aproximação com certos setores dos movimentos pan-árabes. Como política externa para a região, por exemplo, Alemanha e Itália direcionaram enorme propaganda, na qual buscavam disseminar sua própria forma de ideologia nacionalista e, com isso, sobrepor a posição dos países da Europa ocidental afim de estender sua própria zona de influência e dominação. Essa relação de aproximação entre setores do movimento pan-arabista e os países do Eixo, evocada de maneira eloquente pelo orientalista britânico Bernard Lewis,<sup>113</sup> deve ser relativizada.

---

112 Idem, *Ibidem*.

113 LEWIS, B. (2004) *From Babel to dragomans -interpreting the Middle East*: 167



Primeiro, como observa Monroe,<sup>114</sup> a ocupação italiana na Líbia fez com que o fascismo italiano encontrasse dificuldade em obter simpatias locais, à exceção de alguns partidos na Síria e no Levante. Em segundo lugar, como bem exposto por Hourani,<sup>115</sup> era evidente a influência que França e Grã-Bretanha exerciam em termos culturais sobre as elites locais do mundo árabe, em especial no que concerne ao modelo de sociedade e regime político liberal. A aproximação dos movimentos com os países do Eixo, quando existia, era expressamente funcional: tratava-se de buscar na esfera internacional potências dispostas a apoiar a luta interna por independência.

Entretanto, havia um aspecto comum à história de Itália e Alemanha que exercia verdadeira influência sobre as elites locais: este era o sucesso de seus respectivos modelos de integração territorial, entendido pelos teóricos e políticos do nacionalismo árabe como fruto de um projeto de poder e de Estado-Nação bem definido e coerente. Resultava disso a disputa interna ao movimento pan-arabista sobre qual Estado deveria realizar, no contexto regional, o papel que Piemonte desempenhou para a formação da Itália ou a Prússia no caso da Alemanha. No novo sistema de Estados árabes, haviam candidatos dispostos a assumirem o papel de agente unificador do “território nacional”.<sup>116</sup> O primeiro a buscar o objetivo foi o Iraque que, com a independência formal em 1932, obteve alguma autonomia para a ação política, embora a Grã-Bretanha permanecesse com tropas posicionadas em território nacional e enorme controle sobre o sistema financeiro. Uma vez tendo participado do já mencionado Congresso pan-islâmico de Jerusalém de 1931, o rei Faisal apoia-se sobre o novo *status* de país independente para promover Conferência árabe de Bagdá (1932), onde foi proposto criar uma organização transnacional e agendar uma sucessão de encontros pan-árabes. Novamente, o projeto estava associado ao financiamento e suporte do rei Faisal, e não obteve sequência após a morte deste em 1933.<sup>117</sup> A ascensão do Iraque como polo articulador de uma grande frente pan-árabe levou a monarquia egípcia a reagir redefinindo o mundo árabe à leste de seu território na sua ordem de prioridades externa.

Até 1936, o conflito palestino consistia na disputa entre os interesses do Mandato britânico na região, da liderança árabe Palestina e da Agência Judaica. Nos anos seguintes, diante do incremento do fluxo de imigrantes europeus sionistas ao Oriente Médio, outros países árabes decidiram também se envolver na contenda. Neste mesmo ano, os governos da Transjordânia, Iraque, Arábia Saudita e Iêmen fizeram uma intervenção junto aos ingleses em

---

114 MONROE, E. (1963) *Britain moment in middle east: 1914-1956*: 84-85

115 HOURANI, A. (2005) *O pensamento árabe na era liberal, 1798-1939*.

116 LEWIS, B. (2004) *From Babel to dragomans -interpreting the Middle East*: 168.

117 Idem, *Ibidem*.

favor da causa palestina. Embora não tenha participado nessa ocasião, o Estado egípcio passaria a atuar ativamente sobre a contenda Palestina nos anos seguintes, objetivando centralizar as demandas nacionalistas e com isso se tornar o porta-voz do movimento pan-árabe.

A primeira ação entre Estados árabes na Palestina ocorreu em nível não governamental, através de encontros organizados por movimentos civis, partidos de oposição e organismos não-oficiais. Comitês pró-Palestina foram formados em certo número de Estados árabes, e em setembro de 1937 o comitê de Damasco organizou uma conferência desses grupos em Bludan, na Síria, onde obteve o comparecimento de mais de 300 delegações de diferentes países árabes. Ali emitiu-se um manifesto onde os representantes das delegações árabes rejeitavam a partição da Palestina e o estabelecimento de um Estado hebreu.

Já a primeira Conferência inter-árabe em nível governamental ocorreu no Cairo, em outubro de 1938. Tratava-se de um Congresso interparlamentar entre países árabes e muçulmanos cujo assunto central era a causa Palestina. O Rei Farouk do Egito, na ocasião, ainda mantinha abertos dois programas político-ideológicos de projeção regional: o Califado Árabe e a liderança pan-árabe.

O encontro foi preparatório para definir uma pauta comum diante da proximidade da conferência organizada pelo governo britânico para discutir a questão Palestina, em fevereiro 1939. As delegações dos governos árabes, seguindo orientação da resolução adotada pelo Alto Comitê Árabe da Palestina, recusaram a negociação direta com os sionistas, conforme sugeriam os ingleses. O resultado foi que a Conferência consistiu em duas reuniões paralelas, uma entre ingleses e árabes, outra entre ingleses e sionistas. Nelas, nenhum acordo foi alcançado. Nos meses seguintes, com o início da Segunda Guerra, o diálogo foi suspenso. A anexação alemã da Boêmia e da Morávia em março de 1939 e a invasão italiana na Albânia em abril foram seguidas pela formação do eixo Berlim-Roma em maio do mesmo ano.

Durante o período da Segunda Grande Guerra, o Oriente Médio irá se tornar um campo de batalha para as ambições hegemônicas de potências europeias em conflito. Países do Eixo buscavam fomentar a rebelião de associações políticas nativas, para que estas se levantassem contra o que restava de presença militar e administrativa de França e Grã-Bretanha. Estes, por sua vez, reagiam reforçando sua ingerência militar sobre Estados até então em processo de autonomização do poder político. No contexto da guerra, a estratégia germânica buscava abrir caminho para as zonas petrolíferas do Cáucaso e do Oriente Médio através da África do

norte.<sup>118</sup> A batalha de El Alamein no Egito, que em particular contou com forças militares nativas sob comando britânico, foi um palco importante para a contenção do movimento expansionista germânico pela parte dos Estados aliados.<sup>119</sup>

Do ponto de vista do movimento nacionalista árabe, a guerra representava uma ocasião para extrair do lado ocidental um maior comprometimento à sua causa política. Foi assim que, ainda durante a guerra (mais precisamente, em junho de 1940), um “Comitê para Cooperação entre Estados Árabes” foi formado em Bagdá sob a liderança do Mufti de Jerusalém Haj Amin al-Husayni, e incluía lideranças políticas do Iraque, Síria e Arábia Saudita, contando ainda com a presença de alguns nacionalistas egípcios.<sup>120</sup>

O objetivo desse segmento do movimento nacionalista árabe era responder ao “convite” para o diálogo feito pelos países do Eixo para deles exigir comprometimento com a « causa árabe ». O Comitê decidiu iniciar contatos com oficiais de Alemanha e Itália e, já em 1941, uma missão inteira formada por delegados de Síria, Palestina e Iraque viajou à Berlim. Nas negociações, os representantes árabes ofereceram o reconhecimento de certas aspirações italianas e alemãs para, em troca, obter o apoio ao reconhecimento e a confirmação dos direitos e reivindicações árabes relacionadas à construção de um grande Estado independente que englobaria boa parte do Oriente Médio árabe (excluindo-se o Egito). Entre aqueles que estavam particularmente engajados no estreitamento das relações com os países do Eixo destacamos o breve governo de Rashid Ali do Iraque (até 1941, quando a Grã-Bretanha ocupa novamente o país) e a Síria, quando sob a ocupação francesa dirigida pelo governo colaboracionista de Vichy.<sup>121</sup> Ambos os citados governos nativos rivalizavam entre si quanto às suas próprias ambições hegemônicas sobre a região, mas concordavam ao ver nos países do Eixo um suporte para pôr fim à ameaça de ingerência política e militar exercida por Grã-Bretanha e França.

Em contrapartida à ofensiva dos países do Eixo por aliados regionais, e também durante o período de Guerra, a Grã-Bretanha atuou buscando intervir e modelar de modo conveniente o movimento pan-arabista, de maneira a evitar com isso uma colisão entre seus interesses na região e aqueles dos movimentos árabes. Esse posicionamento resultou no empreendimento paliativo de concessões em conformidade às demandas pan-árabes, como por exemplo à restrição de assentamentos sionistas na Palestina.

O mais importante passo nesta direção, entretanto, foi a criação da Liga dos Estados

---

118 YERGIN, D. (2010) *The prize, the quest for oil, money and power*: 322-332.

119 Idem: 322-326.

120 YOUSSEF, C. (2000) *Arab nationalism -a History*: 98.

121 LEWIS, B. (2004) *From Babel to dragomans -interpreting the Middle East*

Árabes em 1945. Fruto das orientações definidas durante o encontro de Alexandria um ano antes, o organismo foi concebido em acordo com os britânicos, que supervisionaram e orientaram sua construção de maneira a servir como apoio para a ação dos Aliados no Oriente Médio. A Liga, entretanto, rapidamente desenvolveu um caráter próprio, transformando-se em algo próximo à um instrumento da política externa egípcia.

### 2.2.2 O Egito como epicentro tardio do movimento pan-árabe

A identificação de associações políticas egípcias com o pan-arabismo adquiriu relevância num momento posterior aos eventos identificados com as origens do projeto nacionalista árabe. Durante os anos 1920 e 1930, os teóricos do nacionalismo egípcio<sup>122</sup> pensavam a si mesmos como herdeiros de outra sorte de tradições culturais, relacionada a uma herança faraônica ou vocação mediterrânea,<sup>123</sup> associadas à mistura das culturas helênicas e do Egito antigo. Assim, o envolvimento de nacionalistas egípcios com o pan-arabismo ocorreu de modo gradual ao longo da primeira metade do século XX, como uma resposta ao desenrolar de eventos de ordem política que implicavam a mobilização do conjunto dos Estados da região. Como já dito, nos anos de formação do pan-arabismo, não havia um movimento nacionalista árabe no Egito, mas sim movimentos nacionalistas egípcios. O pan-arabismo como um programa de Estado moderno -como aspiração e programa político- foi confeccionado em sua forma original na região do Crescente Fértil e da península Arábica, sendo esta última o território cujos habitantes eram identificados como “verdadeiros árabes”. Essa definição original excluía o Egito e os Estados arabófonos situados na África do Norte.

Na véspera da Primeira Grande Guerra, entretanto, os maiores centros do pan-arabismo, permaneciam sendo a Síria, a Palestina e o Iraque. Os primeiros clubes e revistas pan-árabes no Egito remetem à década de 1930.<sup>124</sup> Naquele contexto, possuíam ainda limitada influência e eram majoritariamente dirigidos por imigrantes sírios. A conversão ganharia impulso com o Tratado Anglo-Egípcio em 1936 e o apelo gerado pela questão palestina. No

---

122A resistência egípcia à concepção de pertencimento ao “mundo árabe” foi particularmente forte em alguns casos. Muitos líderes nacionalistas, como Mustafa Kamil, percebiam o tema do pan-arabismo como um *complot* Britânico contra os Otomanos. O escritor egípcio Lufti al-Sayyid, em 1938, descreveu a idéia pan-árabe como “pura fantasia”. Visões similares foram expressas pelo Sheik de Al-azhar e outros notáveis. Essas posturas encorajaram o Rei Farouk, que até o início da II Grande Guerra mantinha um programa mais voltado à construção de um Califado islâmico que uma liderança pan-Árabe.

123 Destaca-se nesse sentido o trabalho de Taha Husein, que alegava ser o Egito um país de tradição Ocidental e Mediterrâneo, cujas raízes estavam associadas ao período pré-islâmico. Era portanto avesso à consideração do Egito como parte da civilização Árabe. Ver DAWISHA, K. (2003) *Arab nationalism in the twentieth century -from triumph to despair*: 108-109.

124 LEWIS, B. (2004) *From Babel to dragomans -interpreting the Middle East*: 170

mesmo ano, Comitês pró-Palestina foram formados no Egito e em outros Estados de língua árabe, e delegados egípcios participaram de maneira extra-oficial da Conferência de Bludan, em 1937.<sup>125</sup> Em 1938, três novas conferências não-oficiais pan-árabes foram realizadas no Egito, e em 1939 o Egito participou da Conferência no St. James Palace com os britânicos.<sup>126</sup>

Nos anos 1940, por circunstância da guerra e seus reflexos no âmbito regional, o pan-arabismo tornou-se forte nacionalmente tanto como ideologia quanto programa de poder incorporado à diferentes movimentos políticos e partidos. Cabe ressaltar que o Cairo recebia intelectuais e militantes de outros centros do “mundo árabe”, que por sua vez buscavam envolver o Egito no projeto pan-árabe.<sup>127</sup> Em função do notável crescimento do apelo ideológico do pan-arabismo entre partidos regionais, o governo britânico decidiu reagir acenando às reivindicações do movimento arabista. Em março de 1941, o secretário britânico Anthony Eden emite um Manifesto onde garante o compromisso inglês com a “causa árabe”. O apoio da Grã-Bretanha às aspirações pan-arabistas foi descrito da seguinte forma:

This country has a long traditional of friendship with the Arabs, a friendship that has been proved by deeds, not words alone...The Arab world has made great strides since the settlement reached at the end of the last war, and many Arab thinkers desire for the Arab peoples a greater degree of unity than they now enjoy. In reaching out towards this unity they hope for our support. No such appeal from our friends should go unanswered. It seems to me both natural and right that the cultural and economic ties between the Arab countries, and the political ties too, should be strengthened. His Majesty's Government for their part will give their full support to any scheme that commands general approval.<sup>128</sup>

Assim, em 1942, uma organização chamada Sociedade Árabe era criada com apoio britânico. No mesmo ano, seus representantes apresentam um memorando ao Chefe do

---

125 A Conferência de Bludan foi concebida em resposta à Comissão *Peel* (1937), que recomendou a partição da Palestina entre um Estado Árabe e outro Judeu. Na ocasião, em função da substancial imigração judaica, ocorria a chamada Revolta Árabe (1936-1939) contra Britânicos e Sionistas na Palestina. A Conferência buscava então expressar o apoio dos demais países Árabes ao movimento anti-Sionista na Palestina, apresentando sua rejeição à proposta de divisão deste território. Na ocasião, o governo sob Mandato Francês no Líbano proibiu a participação de seus cidadãos ao evento. O Consulado Britânico de Damasco, por sua vez, emitiu nota demonstrando reticência ao encontro.

126 Na Conferência de St. James, em Londres, a proposta de partição da Palestina indicada pela Comissão Peel foi abandonada em favor da criação de uma Palestina independente governada por Árabes e Judeus Palestinos em acordo à sua proporção demográfica em 1939. Estabelecia ainda um número fixo de imigrantes judeus à ingressarem na Palestina pelos próximos cinco anos (75.000), havendo uma cota regular por ano (10.000) e uma cota extra para eventuais refugiados de emergência (25.000). O termo foi chamado de *White Paper*, e previa para 10 anos a criação de um Estado Palestino autônomo com estas características. Como resposta, o movimento Sionista passou a organizar formas de imigração ilegal. O desenrolar da II Grande Guerra faria a Grã-Bretanha abandonar o *White Paper*.

127 O Teórico do nacionalismo árabe Sati al-Hursi foi um desses que se mudam ao Cairo em 1947 afim de promover o pan-arabismo no Egito.

128 EDEN, A apud YOUSSEF, C.(2000) *Arab nationalism -a History*: 99

Gabinete Real Britânico, definindo os limites territoriais da unidade árabe, e explicando que as aspirações da Sociedade eram condizentes àquelas que já estavam expressas na declaração de Anthony Eden. O território árabe proposto incluiria o Egito e o Sudão, a península Arábica, o Iraque, a Síria, o Líbano, a Palestina, a Transjordânia e os territórios do norte da África. Ela excluiria países muçulmanos de língua não-árabe e também a proposta de construção do Califado. Essas ideias foram aprovadas pelo Rei Faruk do Egito e levadas diretamente às conversas preliminares com os britânicos. A Liga Árabe é fruto dessa negociação da Sociedade Árabe, e sua criação se deu em acordo com a Grã-Bretanha.

A criação da Liga Árabe no Egito em 1945 demarca tanto o comprometimento do governo egípcio com a “causa árabe” como expressa a sua ambição em liderar o movimento pan-arabista. De certa maneira, essa postura era esperada e desejada por diversos grupos nacionalistas dos Estados árabes do Sudoeste Asiático, onde o Egito era visto como único Estado capaz de viabilizar o projeto de integração árabe, dado sua posição geopolítica, seu peso demográfico e sua força cultural.<sup>129</sup>

O primeiro teste efetivo para o projeto de união pan-árabe ocorreu entre 1945 e 1948, e dizia novamente respeito à questão Palestina. À medida que a situação se aproximava de uma colisão direta entre sionistas e britânicos, a liderança palestina reforçava-se com o apoio dos governos árabes, enquanto mantinha promessas de suporte a sua causa por parte dos ingleses. Fundamentalmente, no imediato pós-Segunda Guerra, a situação na Palestina havia se transformado por ocasião de dois aspectos centrais: 1) a perseguição nazista contribuiu para a construção de simpatia pró-imigração judaica na opinião pública e governos dos países ocidentais, que resultou num ambiente de apoio massivo pela parte destes à criação de um Estado identificado ao judaísmo na Palestina; 2) Além do fluxo originado pela retomada da migração massiva de europeus judeus em direção à Palestina no pós-Guerra, associações armadas compostas por imigrantes sionistas com experiência militar passaram a promover atentados contra autoridades britânicas, buscando com isso pressionar pela criação de um Estado hebreu.<sup>130</sup>

Diante de pressões internas e externas, os britânicos iniciam uma aproximação diplomática para propor a formação de um consenso entre árabes e sionistas na Conferência

---

129 Um fator de alguma importância para o crescimento de alguma dessas ideias eram os escritos de Sati al-Hursi, preocupado em argumentar três pontos: 1) o indivíduo pode alcançar a liberdade somente dentro da nação, e não fora dela; 2) Egito é uma parte integral da grande nação árabe; 3) pan-arabismo é compatível com o islã, e não contrário a ele. Enquanto líderes como Nuri al-Said seguiam pensando em termos únicos de arabismo asiático, Sati al-Hursi defendia fortemente o Egito como parte da nação árabe, e devotou grandes esforços para convencer os egípcios disso.

130 CORM, G. (2007) *Histoire du moyen-orient*: 91.

de Londres (1947), não obtendo resultado significativo. Em 1948, as Nações Unidas oficializam a divisão do território palestino em dois Estados, Israel e Palestina. A criação do Estado de Israel ocorre sobre um espaço territorial ocupado majoritariamente por palestinos arabófonos. O reconhecimento da ONU foi seguido pela invasão do novo território israelense por forças armadas regulares de países árabes vizinhos que buscavam conquistar a área assinalada aos sionistas pelas Nações Unidas. Entre as razões para o fracasso árabe estavam, além da desorganização, os equipamentos obsoletos, a inexperiência em guerras e, particularmente, a ausência de uma liderança bem definida. Haviam entre os Estados árabes beligerantes objetivos nacionais conflitivos, como aqueles defendidos pelo Rei Abdullah da Transjordânia e o Rei Faruk do Egito, cada qual com seu próprio projeto expansionista.

Como resultado da derrota na guerra, cabe destacar o exílio de milhares de famílias palestinas<sup>131</sup> em direção à outros Estados árabes e países fora do Oriente Médio, a desmoralização e o enfraquecimento dos governos de ao menos dois Estados árabes, o Egito e a Síria, e a incorporação definitiva da sociedade civil como ator participativo no jogo político, através da multiplicação de movimentos sociais e a ampliação das mobilizações contestatárias em massa nas zonas urbanas. Nestes movimentos políticos opositores, reivindicava-se o fim dos tratados comerciais com as potências externas, o fim das bases militares, tropas ou técnicos estrangeiros alocados em seu próprio solo, aspectos estes entendidos como limitadores da capacidade de ação de governos e das Forças Armadas nativas.

Será neste contexto, no imediato pós-1948, que a produção de literatura pan-árabe atingirá seu momento de efervescência editorial. O pan-arabismo se torna virtualmente a doutrina oficial da maioria dos países de língua árabe e governadores e ministros adotam tanto a retórica como os objetivos gerais próprios do nacionalismo. O discurso e a prática pan-arabista haviam alcançado a hegemonia do espectro político e se tornado um instrumento de legitimação do poder, de coesão e mobilização interna contra a ameaça colonialista. Havia um contexto interno marcado pela maturidade política dos movimento sociais que era simultânea à deslegitimação de governos árabes tradicionais, desprestigiados pela sua associação aos interesses das antigas potências coloniais. No ambiente externo, a reconfiguração da Ordem Mundial em torno dos dois polos da Guerra Fria, o processo de reconstrução da economia mundial do pós-Guerra e a descolonização da África e Ásia ofereciam uma janela de possibilidades ao movimento nacionalista árabe até então inexistente.

---

131 A historiografia diverge quanto aos números, especialmente quando a versão está associada à defesa de algum dos lados. Uma versão numérica aceitável como meio termo entre as versões fala de uma redução de 900.000 Palestinos para 150.000 depois da Guerra. A população judaica antes da Guerra estaria em torno de 400.000 pessoas. Ver EMILIANI, M. (2012) *Medio Oriente -una storia dal 1918 al 1991*: 73.

Cabe reforçar aqui a inexistência de um consenso sobre a ideia de unidade no contexto de formação da ideologia e dos movimentos políticos do nacionalismo árabe. A partir do momento em que a ideologia, o programa e a terminologia são incorporados às elites que controlam o poder do Estado, cada governo fornecerá sua ideia própria de unidade árabe e pan-arabismo. A ideologia é, desse modo, pensada dentro do Estado como instrumento de legitimação, afirmação nacional e mobilização social a serviço do poder. Com a ascensão dos Oficiais Livres ao governo egípcio em 1952, e especialmente durante o governo de Gamal Abdel Nasser (1954-1970), o Egito irá se tornar o melhor exemplar prático de materialização dessa idealização teórica, redefinindo o termo “pan-arabismo” em acordo ao seu projeto de potência regional.

### **2.3 O Egito e a geopolítica subjacente ao pan-arabismo nasserista.**

Gamal Abdel Nasser, um dos líderes dos Oficiais Livres na ocasião do golpe de Estado, assumirá a presidência somente em 1954, após dois anos de governo do general Mohamed Naguib. Será a partir de seu governo, profundamente impactado pela derrota árabe na guerra de 1948 e a emergência da questão dos refugiados palestinos, que a doutrina pan-arabista se tornará oficialmente uma ideologia de Estado. Orientado tanto pela teoria pan-arabista importada do partido Baath sírio como pelo ambiente intelectual egípcio, então sob forte influência marxista desde os anos 1940,<sup>132</sup> Nasser irá promover a reapropriação do conceito do nacionalismo árabe dotando-o de um verniz egípcio, algo que já estava em voga nos círculos intelectuais do país.<sup>133</sup> Seu objetivo era servir-se deste como elemento orientador e legitimador para uma estratégia expansionista sobre a esfera regional.

É certo que a disputa pela liderança do mundo árabe já existia e estava presente na agenda do Rei Faruk que, por sua vez, via em Bagdá seu principal rival. Como já dito, a criação da Liga Árabe e a construção de sua sede permanente no Cairo, em 1945, evidenciava o peso do país diante do conjunto de Estados árabes, em boa medida ainda sob processo de consolidação e afirmação nacional e territorial. Ao utilizar o pan-arabismo como referência identitária maior ao seu projeto de poder, Nasser irá secundarizar no discurso oficial o próprio nacionalismo egípcio, fato que, na prática, irá legitimar e dotar um sentido teleológico ao movimento expansionista egípcio sobre o Oriente Médio. O fim último proclamado, uma

---

132 Anouar Abdel-Malek verifica essa ascensão da corrente de pensamento marxista na *intelligentsia* egípcia em harmonia ao descrédito crescente do partido Wafd, de inspiração democrático-liberal. O socialismo, portanto, seria um dos componentes ideológicos que influenciaram o pan-arabismo de Nasser, em particular no que se refere às reformas sociais. Ver ABDEL-MALEK, A.(1968) *Egypt: Military society*: 205.

133 ABDEL-MALEK, A.(1968) *Egypt: Military society*.



“nação árabe unida, desenvolvida, independente e livre do imperialismo” seria alcançado, segundo esta doutrina, a partir de um movimento integrador entre povos e territórios impulsionado por uma espécie de Estado-vanguarda, tal como ocorreu com a Prússia no caso alemão ou Piemonte no caso italiano.

O conjunto dos Estados árabes, portanto, conformam a base de atuação prioritária da política externa nasserista, justificada no discurso por fundamentos históricos, culturais e morais. Tal projeto será amplamente divulgado regionalmente, seja através da articulação do governo egípcio com associações políticas nacionais de outros Estados, seja através de uma ampla campanha publicitária, que incluía a criação de rádios e jornais de difusão regional. O autor Dawisha chega mesmo a apontar a propaganda como o maior instrumento de política externa egípcia entre 1955 e 1967.<sup>134</sup>

Diante disso, propomos aqui analisar a maneira como o próprio presidente Gamal Nasser definiu o conceito e o projeto pan-arabista. Dois livros assinados pelo presidente foram publicados ao longo de seus anos de poder. O primeiro, “A filosofia da revolução”, data de 1953. O segundo, “o povo no poder”, é mais conhecido como a “Carta de 1962”, ano este de sua publicação. Em “A filosofia da revolução”, Nasser explicita uma orientação de política externa relacionada à fatores morais, civilizatórios e geopolíticos. De acordo com o presidente, o Egito é não somente constrangido pela história e pela geografia a direcionar sua política externa prioritariamente ao entorno árabe, mas também carrega consigo o destacado papel de agente histórico transformador da sorte de todos os povos da região. Como descreve o próprio autor,

Há heróis que desempenham papéis importantes no teatro da História. Por outro lado, vemos a História rica em papéis grandiosos e heróicos para os quais não encontra atores à altura, não sei porque, mas parece-me que na nossa zona existe um papel importante que procura um ator para interpretá-lo. O que é evidente é que, depois de tantas buscas infrutíferas esse papel se oferece enfim ao nosso país. Porque não há outro, exceto nós, que possa interpretá-lo.

Devo declarar que este papel consiste em coordenar os fatores que põem em movimento as forças imensas e latentes que possuímos, para formar uma potência capaz de reerguer a nossa zona, e confiar-lhe o papel positivo e real, que lhe cabe na humanidade amanhã.

É evidente que a zona árabe é a mais importante de todas, e que os laços que a elas nos unem são de um solidez a toda prova. Sua história junta-se à nossa. Enfrentamos as mesmas dificuldades. Atingiram-nos as mesmas crises. Quando fomos espezinhados pelos conquistadores, montados em seus cavalos, os outros países estavam caídos ao nosso lado. Também a religião nos uniu a eles, sendo os principais centros religiosos Meca, e depois o Cairo.

---

134 DAWISHA, A. (1976) *Egypt in the Arab World: The Elements of Foreign Policy*: 171

Além disso, um mesmo firme laço une fortemente todos esses históricos, intelectuais e materiais, que constituem o nosso passado comum. Lembro-me ainda dos sentimentos que se apossaram de mim, quando, na escola secundária, tomei consciência da existência real do mundo árabe.

Lembro-me também das greves que meus camaradas e eu fazíamos todos os anos, no dia 2 de dezembro, para protestar contra a declaração de Balfour, pela qual os ingleses deram aos judeus um lar nacional, lar que fora roubado de seus proprietários legais.

Quando perguntei a mim mesmo, nessa época, porque ao sair da escola me sentia tão exaltado, e porque tantas vezes me entusiasmei ou me irritei, a propósito de um país que jamais vira, não obtive resposta senão o eco dos meus sentimentos profundos. Quando frequentei o colégio militar e estudei mais de perto as diversas batalhas que foram travadas na Palestina, e nas condições impostas a esse país, que foi no século passado presa de diversos invasores, comecei a compreender a situação. E quando se deu a crise da Palestina, já estava persuadido de que não se tratava de uma guerra por um país estrangeiro, mas sim para nossa própria defesa.

Recordo-me que um dia, depois de ter sido decidida a partilha da Palestina, em setembro de 1947, os Oficiais Livres promoveram uma reunião durante a qual decidiram levar ao povo árabe desse país um auxílio rápido e eficaz.

...Todos os exércitos árabes entraram em guerra para salvar a palestina. Não tenho a intenção de tecer considerações sobre a guerra da Palestina, que exigiria um exame profundo, e muitos pormenores. Mas recebemos, daquela forma, uma grande lição, que quero mencionar: os povos árabes entraram todos em guerra com o mesmo entusiasmo; tinham os mesmos sentimentos; e todos saíram da guerra com a mesma amargura. Cada um deles se defrontou, no retorno aos seus respectivos países, com as mesmas causas e foi dominado pelas mesmas amarguras.

...Também via lá embaixo os nossos irmãos de armas da grande Nação Árabe, que se tinham lançado na batalha pela Palestina. Esses exércitos dos países irmãos estavam tão prejudicados quanto os nossos e sentiam-se avassalados pelos mesmos problemas que nós, isto é, pela situação política em que se encontravam os respectivos governos. Sentiam que não passavam de peões num jogo de xadrez e que só podiam mover-se pela vontade dos jogadores.

Os nossos povos, na retaguarda, eram vítimas de uma verdadeira intriga. Foram enganados constantemente e não lhes foi mostrado a situação sob o seu verdadeiro aspecto.

De vez em quando, deixava os céus para voltar à terra. Tinha, então, o sentimento de que defendia meu lar. Esse sentimento reforçou-se pelo contato com os filhos dos refugiados que tinham tido suas casas destruídas e que tinham perdido todos os seus haveres.

...Depois do cerco e dos combates, ao regressar à pátria, via claramente que toda zona árabe constituía, na verdade, uma só unidade e que não devíamos mantê-la separada e dividida em diversas seções. A evolução dos acontecimentos reforçou a minha convicção de que o Cairo, Amã, Beirute e Damasco constituíam uma só zona, que sofreu os mesmos acontecimentos, e que tem o mesmo obstáculo a transpor: o imperialismo.<sup>135</sup>

Vê-se nesta passagem que Nasser recorre não somente à referências históricas e culturais que justificariam a solidariedade e projetariam um ideal de nação que ultrapassa os

---

135 NASSER, G. (1963) *A revolução no mundo árabe*: 103-110.

limites territoriais do Estado egípcio, como também reforça o papel da guerra de 1948 como evento catalisador dessa tomada de consciência para si do potencial e da força desta coletividade árabe. O primeiro parágrafo, por sua vez, é claro sobre o papel proeminente e auto-proclamado pelo próprio Egito como ator à altura de sua “missão heróica” no teatro da história. Importante ressaltar como a criação de Israel reforça e aprofunda, ao longo do discurso, a urgência do projeto nacional árabe como sistema de defesa à agressão externa. Essa justificativa de ordem securitária será melhor detalhada em outra passagem do texto, onde Nasser tece sua visão sobre a importância da articulação entre essa coletividade árabe face a cobiça estrangeira sobre o Oriente Médio, evocando o papel do nacionalismo árabe como instrumento de contra-poder à ordem imposta desde potências globais externas à região:

Fazemos mal em pensar que a força consiste em gritar que somos fortes. A força significa a capacidade de agir de maneira prática, utilizando todos os fatores que concorrem para aumentar, ainda mais, a força que se dispõe.

Para compreender isso, é necessário levar em consideração três fatores principais:

Primeiro, é preciso saber que formamos um grupo de povos vizinhos ligados por laços culturais, materiais, mais sólidos do que todos os laços que possam unir outro grupo de povos. Os nossos povos possuem as qualidades, os caracteres e a cultura que criaram a atmosfera indispensável ao nascimento das três religiões sagradas. Não se pode desprezar esse elemento se quiser garantir a paz no mundo.

Quanto ao segundo fator, é nossa situação geográfica. No mapa mundial, ocupamos uma posição estratégica, e estamos na encruzilhada dos caminhos.

O terceiro fator é o petróleo, nervo da vida, e sem o qual nenhuma potência pode existir. É utilizado em toda parte e para todos os fins, na terra, no mar e no ar. Em tempo de guerra e em tempo de paz.<sup>136</sup>

Neste ponto, Nasser acentua a importância do peso geopolítico de toda a região para o funcionamento da economia internacional, assim como sua importância na condição de um local de referência espiritual e civilizacional. Seriam estes, para o autor, os principais atributos disponíveis à “nação árabe” para serem explorados em prol da defesa de seus interesses no sistema internacional. Sua viabilidade e eficácia estaria, no entanto, condicionada a uma espécie de concerto entre as nações árabes que, por sua vez, deveriam aceitar marchar em direção a um mesmo sentido. Neste ponto, caberia ao Egito o papel de agente articulador dessa integração entre diferentes atores políticos para o interesse geral do projeto nacional árabe. Essa projeção externa revestida de um espírito missionário seria acompanhada por outros dois engajamentos paralelos: um na esfera da coletividade

---

136 Idem: 113.

muçulmana e o outro da africana. A proposta central da dita “Teoria dos três círculos” nasserista era reforçar o peso geopolítico do país como centro de referência não só de seu alvo prioritário, o mundo árabe, mas também como uma espécie de representante internacional dos interesses da África e do mundo islâmico. Essa teoria foi definida da seguinte forma:

...Podemos, portanto, considerar-nos fortes -não gritando que o somos- quando nos reunimos em torno de uma mesma mesa, mas tomando consciência dos fortes laços que nos unem e que fazem de nós (os povos árabes) uma unidade indivisível.

Não se pode separar de uma entidade nenhum dos seus membros e aliás, nenhum deles pode subsistir sozinho, como uma ilha. Cada membro está indiscutivelmente unido aos outros.

Este é o primeiro círculo dentro do qual devemos mover-nos na medida do possível. Este círculo chama-se zona árabe.

Se nos referimos ao segundo círculo, diremos que ele é o Continente Africano. Não creio que exagere afirmando que em caso algum podemos ficar alheios -quer o queiramos ou não- à luta sangrenta e terrível que se desenrola, neste momento, no continente, entre 5 milhões de colonos, de um lado, e 200 milhões de africanos, do outro. A razão principal é que nós próprios nos encontramos na África, e que os povos da África continuarão a depender de nós, porque guardamos a porta setentrional do continente e lhes servimos de ligação com o mundo exterior. Em nenhuma circunstância podemos deixar de lado o compromisso formal que assumimos, de ajudá-los a todos na medida do possível, mesmo aqueles que habitam lugares remotos das selvas.

Há ainda uma outra razão importante. O Nilo é a arte do nosso país e sua nascente está situada no centro do continente. Quanto ao Sudão, nosso querido irmão, suas fronteiras vão até o centro da África.

Não há dúvida de que, neste momento, existe na África uma efervescência muito forte. Novamente o homem branco tenta dividir o continente. Não devemos pensar que isso não nos diz respeito, e que podemos assistir passivamente a todas as tentativas de divisão, sem interferir nelas.

Sonho com o dia que existir no Cairo um Instituto encarregado de pesquisas africanas, que auxiliará o progresso do Continente Africano, auxiliado pelos diversos institutos que existem no mundo.

Falta-me examinar o terceiro círculo. Estende-se para lá dos continentes e oceanos. Chamarei a este o círculo dos nossos irmãos que, onde quer que se encontrem, se voltam, como nós, na direção da Meca, e rezam as mesmas orações.

É minha convicção que a unidade dos povos do islã é realizável.

...Quando imagino que há 80 milhões de muçulmanos na Indonésia, 50 milhões na China, outros tantos milhões na Malásia, Sião e Birmânia, 100 milhões no Paquistão, mais de 100 milhões no Oriente Médio, 40 milhões na Rússia e alguns milhões em outras regiões do mundo; quando imagino as centenas de milhões de homens unidos por sua fé, cresce a minha confiança nas possibilidades consideráveis de uma atividade comum, colaboração que não priva da fidelidade a seus respectivos Estados e lhes confere uma força ilimitada.

Sinto que esse papel gigantesco precisa agora de um ator que esteja pronto para assumi-lo. Vêdes o papel a ser interpretado; vêdes o palco no qual ele deve aparecer.

É a nós, e a nós somente, que o passado designa para desempenhar esse

papel. Somos os únicos qualificados para interpretá-los.<sup>137</sup>

Escrito em 1953, a “Filosofia da revolução”, como visto, resume as prioridades da política externa em termos gerais e desvela a “missão” auto-proclamada do governo dos Oficiais Livres não somente com o restante do mundo árabe, mas também o universo muçulmano e o continente africano. Define-se com isso um objetivo relativamente amplo e uma estratégia pouco clara sobre os meios a serem utilizados para que possa ser implementada. Ao mesclar referências do passado, da cultura, do sagrado e noções de progresso e potência, o texto explicita o viés por onde o discurso do governo nasserista buscará legitimidade para fundamentar sua política externa ativa na periferia mundial a partir dos anos vindouros. É importante ressaltar que a ressonância deste apelo não encontrava eco apenas no público interno egípcio, mas também em sociedades de diferentes Estados árabes do Oriente Médio. Após a crise de Suez, o projeto nasserista adquire credibilidade regional, e multiplicam-se movimentos e quadros políticos pan-arabistas de vertente “nasserista” em países como Jordânia, Iraque, Iêmen, Síria, Líbano, Arábia Saudita entre outros.

Tal conjuntura era possível porque o discurso nasserista se inscrevia dentro de uma corrente nacionalista que alcançava sua hegemonia entre membros da classe política e intelectual de diferentes Estados árabes. Para ser crível, o discurso pan-arabista de Nasser deveria se adaptar e se remodelar conforme a evolução dos eventos e as transformações dentro da própria conjuntura regional. O segundo grande livro de referência de autoria do presidente Gamal Nasser, a Carta de 1962 intitulada “O povo no poder” dedicava um capítulo inteiro à noção de união árabe para redefini-la sob o impacto do fim da união entre Egito e Síria (1961). Ali, os círculos africano e islâmico praticamente desaparecem face a atenção devotada aos rumos do nacionalismo árabe. Este torna-se agora indissociável de um socialismo “sem luta de classes”<sup>138</sup> e de amplas reformas sociais. A noção de “união árabe”, por sua vez, é redefinida afim de atualizar a estratégia regional nasserista, situando-a em seu momento histórico através da interpretação da conjuntura presente: a tese central defendia que os Estados árabes viviam o pleno período de passagem da revolução política, iniciada no Egito com os Oficiais Livres em 1952, para a revolução social, sendo esta última o objetivo maior da sociedade árabe. Para que a dita revolução social pudesse se realizar em sua total plenitude, era preciso reorientar a estratégia regional aprofundando a militância: o apoio direto aos movimentos revolucionários simpáticos ao nasserismo em outros Estados árabes deveria ser a prioridade adotada pelo Egito em função da contingência histórica na qual este

---

137 Idem: 115-118.

138 Idem:181

agora estava inscrito, o que necessariamente acarretava na postergação de uma nova proposta de união orgânica entre Estados como aquela que existiu entre Egito e a Síria. Vejamos o que diz a Carta de 1962 com relação à união árabe:

A realização do desenvolvimento, sua consolidação e proteção da Nação Árabe, como um todo que é, integra as responsabilidades da República Árabe Unida. A unidade árabe não mais precisa ser provada, pois identifica-se com a própria existência árabe. É suficiente a existência de um mesmo idioma, fundamento da unidade mental e espiritual. É suficiente a unidade histórica da Nação Árabe, que solda a consciência e sentimentos. É suficiente a comunhão de esperança num mesmo futuro e num mesmo destino.

Laboram em erro, aqueles que pretendem minar a base do conceito da unidade árabe, mencionando a diferença entre os governos árabes. Essas diferenças têm suas raízes mergulhadas na luta social do mundo árabe contemporâneo. O fato de sua existência é, ao contrário, a comprovação da unidade árabe. Toda a Nação Árabe está hoje dividida entre as forças populares e progressistas, de um lado, e os elementos da reação e do oportunismo, do outro. Isso indica que as mesmas correntes sociais passam por toda a Nação Árabe, coordenando o seu comportamento através das barreiras artificiais impostas pelo imperialismo.

O conceito superficial de unidade está superado pela fase da revolução social que unifica num mesmo objetivo o povo árabe. A identidade de objetivos é o fato substancial que congrega todas as energias espirituais dos povos, a despeito da disparidade dos objetivos dos seus governantes. Os velhos regimes do mundo árabe estão em franco desespero, com os nervos abalados, enquanto não muito distante dos seus palácios, ouvem-se os passos das massas que avançam no caminho de seus objetivos sociais. A unidade de objetivos deve ser divisa da unidade árabe na fase de passagem da revolução política para a revolução social. A simples luta política contra o imperialismo já não resolve, embora tenha sido útil em períodos anteriores da luta nacional. O imperialismo hoje mudou de tática, tornando-se incapaz de enfrentar o povo de forma direta. Seu esconderijo natural é dentro dos palácios da reação.

Involuntariamente o imperialismo antecipou a revolução social, a partir do momento em que procurou refugiar-se atrás das forças da exploração que dirige. O imperialismo desmascarou-se quando ostensivamente associou-se à reação interna de cada país árabe. Ao realizar a revolução anti-imperialista, o povo ao mesmo tempo realiza a revolução social.

A unidade árabe não pode ser imposta. Os objetivos essenciais da Nação Árabe devem ser honrados em suas finalidades e significação. Qualquer tipo de coação é contrário à unidade nacional de cada povo árabe comprometendo o conceito de unidade da Nação Árabe como um todo.

O conceito de unidade árabe não implica no estabelecimento de um sistema constitucional uniforme de aplicação inevitável. É mais um caminho a ser percorrido com vários estágios até o atingimento do objetivo máximo. No mundo árabe, todo governo que representa verdadeiramente a vontade popular no nível da luta de independência nacional, já constitui um passo no sentido da unidade. Toda e qualquer união parcial do mundo árabe, expressando a vontade popular e nacional de dois ou mais povos árabes, já constitui um passo a mais no sentido da unidade total.

A República Árabe Unida considera sua a iniciativa e a mensagem em prol da unidade árabe completa, através da doação de uma política precisa, que

compreenda o estágio da luta árabe.<sup>139</sup>

Como observado, o texto identifica uma diferença fundamental entre regimes revolucionários e reacionários. É certo que a menção contra o imperialismo e a ameaça de Israel continuavam a existir em outras partes do livro<sup>140</sup>, em termos parecidos com aqueles encontrados na “Filosofia da Revolução”, mas a novidade fundamental da “Carta de 1962” é a identificação interna ao mundo árabe dos Estados inimigos do “pan-arabismo”. Contra estes, a luta deveria ser na esfera nacional, através do estímulo às forças progressistas internas. Existe aí, portanto, uma indicação consistente sobre o tipo de estratégia adotada para a região em nome da “união árabe”, que refletia o contexto histórico onde a rivalidade inter-árabe adquiria profundidade em diferentes agendas políticas nacionalistas e terminava por impactar tanto na reorientação do próprio sistema de alianças entre os Estados do Oriente Médio como na relação com as potências da Guerra Fria. Isto é, aprofundava-se a pressão competitiva inter-regional, o que resultava na sobreposição de estratégias de poder em diferentes níveis. A partir de então, formava-se uma complexa teia de relações interestatais onde o “pan-arabismo” passava a estar associado à “caça” também dos Estados árabes não identificados com a definição nasserista de “união árabe”.

Diante das transformações no conceito, o que seria, então, o pan-arabismo e qual sua importância para a estratégia egípcia de projeção regional? O exemplo de um conceito que se transforma com o tempo visto no discurso nasserista também se reproduzia em outros governos e partidos políticos afinados com tal ideologia: a dificuldade em definir um único significado era corrente especialmente dentre aqueles que se proclamam pan-arabistas. Se remontamos historicamente à origem do conceito criado por intelectuais e políticos árabes do entre-Guerras, verificamos a permanente adaptação da noção de nacionalismo árabe a sua realidade histórica imediata. Para Gamal Nasser, o nacionalismo árabe significa algo em 1953, mas já não possuía o mesmo significado em 1962. A utilização do pan-arabismo e sua própria evolução como conceito estava, portanto, submetida às transformações na estratégia nasserista de projeção sobre o sistema de Estados árabes e assim se produzia justamente para que nele pudesse melhor se inscrever.

O nacionalismo árabe, adotado como o programa e a ideologia oficial do Estado egípcio, era portanto maleável para poder se redefinir permanentemente a partir do confronto com a realidade do jogo político regional que o situava no tempo e no espaço. Sua função era

---

139 Idem: 229-232.

140 Tais referências são encontradas ao longo de todo o livro, e sistematizadas de modo particular no capítulo dedicado à política externa. Ver NASSER, G. (1963) *A revolução no mundo árabe*: 234-240.

de servir não como uma utopia fria, mas como a criação de uma imaginação concreta que operava sobre uma determinada população transnacional dispersa sobre o “mundo árabe” para nela organizar uma determinada ação coletiva através da sistematização dos sentidos em torno de um ideal de unidade. Nicolau Maquiavel, no capítulo VI do livro “O príncipe”, nos ajuda a compreender esse fenômeno quando aborda o campo das aparências na política, assim como o peso da dimensão simbólica constitutiva ao próprio exercício do poder. Segundo este autor, ao prognosticar uma nova ordem, o Príncipe é incapaz de construí-la apenas pela sua vontade, estando a factibilidade do projeto dependente de fatores concretos dispostos para além de seu poder efetivo. Entretanto, a despeito desta limitação da ação prática, é fundamental ao Príncipe encenar seu papel de líder imitando as virtudes dos grandes homens do passado mistificados pela história, mesmo que não as possua, afim de *parecer* capaz de realizar sua projeção política justamente a partir da manipulação de referências simbólicas que apelam à imaginação da coletividade. A instrumentação do simbólico, do apelativo, da narrativa mitológica é, portanto, de uso fundamental ao exercício do poder.<sup>141</sup> A força da política pan-arabista nasserista estava na sua capacidade de mobilizar diferentes forças nacionais dispostas fora do Egito em torno do projeto de poder egípcio, apresentado no discurso como único legítimo representante da vontade geral “árabe”, traduzida, grosso modo, pela luta por prosperidade e independência face a ameaça comum do imperialismo.

Por fim, resta destacar a maneira como os dois maiores textos literários do nasserismo se reportavam ao neutralismo. O texto “Filosofia da revolução”, de 1953, não faz qualquer menção explícita ao neutralismo mas se articula perfeitamente à Carta final da Conferência de Bandung, que seria realizada dois anos depois, em particular no que se refere à cooperação Sul-Sul como meio de alavancar o peso geopolítico e o desenvolvimento dos Estados no sistema internacional. Isso porque a definição nasserista dos “Três círculos” de projeção da política externa egípcia condiz com a distribuição geográfica dos países adeptos do movimento Afro-Asiático. No caso da “Carta de 1962”, o “Afro-Asiatismo” que originou a Conferência de Bandung já passa a ser explicitamente apresentado como uma das vertentes por onde se direciona a política externa nasserista.

O neutralismo atuante de Bandung face as potências da Guerra Fria seria, no caso egípcio, complementado por um abrangente programa pan-arabista na esfera regional, sendo um fator de reprodução do outro. Isto é, a própria legitimidade do poder arabista estava condicionada ao não-alinhamento porque, na condição de corrente independentista, não

---

141 MAQUIAVEL, N. (1977) : 57-60. Essa interpretação do texto de Maquiavel é desenvolvida em LEFORT, C. (1972) *Le travail de l'oeuvre de Maquiavel*: 399-400.



poderia estar subordinada aos interesses de um dos blocos do conflito bipolar. Diante disso, uma relação de complementariedade entre ambos se produziria da seguinte forma: o neutralismo de Bandung rejeitava sua participação no grande jogo da Guerra Fria para que assim pudesse nele melhor se inscrever. O “pan-arabismo”, por sua vez, legitimava e apontava a esfera regional como zona natural por onde essa inserção forçada dentro da rivalidade bipolar se daria. Em outras palavras, ao projetar-se como Estado não-alinhado sobre o Oriente Médio e o conjunto de Estados árabes, o Egito reforçava sua condição de *objeto* da disputa sistêmica entre Estados Unidos e União Soviética para melhor poder agir como *sujeito* de sua relação com as duas superpotências.

No capítulo seguinte, propomos examinar com maior atenção o papel exercido pelo expansionismo regional egípcio para o desenvolvimento das relações deste país com as duas superpotências da Guerra Fria.

### 3 NEUTRALISMO E EXPANSIONISMO REGIONAL

*One must never consider Egypt as an independent entity; it must be seen within the framework of the Arab world, for there is no hope for her to pull through alone.*

(Boutros-Ghali, 1971: 35)

O presente capítulo irá analisar a política externa do Egito durante o período entre 1955 e 1967. Nosso objetivo é evidenciar a relação entre a política externa egípcia para o Oriente Médio e sua política neutralista face os dois blocos da Guerra Fria. Por um lado, buscaremos a distinção entre a ação do Estado sobre a esfera regional e aquela sobre o conflito bipolar global e, por outro lado, enfatizaremos o impacto de uma esfera de ação sobre a outra. O objetivo com isso será ler a política externa egípcia a partir da relação de complementariedade existente entre uma estratégia estatal para o entorno regional e a condição de Estado “neutro” no jogo da Guerra Fria.

Nessa linha, a hipótese que defendemos aqui acentua tanto o aspecto instrumental do neutralismo para a estratégia expansionista do poder egípcio como o inverso, isto é, a importância da política regional para a sustentação e viabilidade do neutralismo. Para que este último pudesse se mostrar efetivo como meio de projeção de poder do Estado egípcio, era preciso que houvesse um quadro de confrontação entre as duas superpotências sobre a esfera regional. O expansionismo egípcio, dessa forma, agia sobre o subsistema do Oriente Médio de maneira a provocar consigo o acirramento da competição entre Estados Unidos e União Soviética. Seria como resultado de um neutralismo militante associado à um programa expansionista regional que o Egito conseguiria maximizar a extração de acordos de cooperação militar e econômica com as duas potências da Guerra Fria.

Seguindo esta mesma perspectiva, afirmaremos igualmente que a projeção egípcia sobre o Oriente Médio existiu enquanto pôde se equilibrar sobre o conflito bipolar, isto é, atuar no confronto, na fricção dos interesses de Estados Unidos e União Soviética sobre o Oriente Médio. Para reafirmar esta condição, dependia de uma contínua projeção sobre a esfera regional, que por sua vez lhe permitia agir redefinindo a cena política regional através da sistemática promoção de eventos desencadeadores de novas orientações próprias à dinâmica das relações interestatais regionais.

Como resultado, o Egito lograva acentuar sua estatura internacional como agente indissociável do conflito bipolar na esfera regional justamente por agir contrapondo-se à

simples transposição daquele para a dinâmica das relações interestatais locais. Por conferir na prática um caráter autônomo ao seu expansionismo “arabista”, o Egito lograva assegurar um *status* privilegiado para a negociação de acordos de cooperação de ordem militar e econômica no ritmo conforme se dava o agravamento da rivalidade entre as superpotências por zonas de influência dentro do Oriente Médio. Neste aspecto, a formalização desses acordos de “cooperação ao desenvolvimento”, expressão máxima da parceria entre uma superpotência e um Estado cliente regional, representava, aos olhos das lideranças egípcias, um meio de retificar o neutralismo por fortalecer a dupla dependência externa do país no jogo da Guerra Fria. A “ajuda externa” provinda dos dois lados do conflito serviria a dois objetivos: 1) cumprir com uma demanda de política econômica doméstica, 2) dotar o Estado de meios econômicos, militares e políticos para que pudesse se viabilizar como uma potência regional.

Afim de evitar a sobreposição de assuntos, decidimos nos concentrarmos neste capítulo nos aspectos geopolíticos das relações interestatais que evidenciam a trama na qual a política externa egípcia esteve envolvida, deixando a análise pormenorizada sobre a “cooperação ao desenvolvimento” para o capítulo seguinte.

Desejando facilitar a análise, o presente capítulo irá dividir os anos entre 1955 e 1967 em quatro períodos a serem discutidos por ordem cronológica. São eles: a) 1955-1957; b) 1958-1961; c) 1962-1964; d) 1965-1967. Os períodos são divididos entre si por determinados eventos de caráter político que serviram para redirecionar ou romper com a política externa levada adiante no período precedente. Em cada um dos períodos, buscaremos explicitar os conflitos e as coincidências entre a projeção regional egípcia e os interesses de ambas as superpotências no Oriente Médio. Ao final, será feita uma discussão sobre o significado da política externa neutralista para o poder estatal egípcio entre 1955 e 1967.

### **3.1 Revolução, nacionalismo e neutralismo: uma breve contextualização do período pré-Bandung.**

Ao longo dos anos 1950, em pleno fortalecimento do processo de descolonização que viria caracterizar as duas décadas subsequentes, Estados Unidos e União Soviética buscavam arregimentar o máximo de governos aliados na região do Oriente Médio através de seus programas de “cooperação ao desenvolvimento”. A aproximação entre a União Soviética e o governo do primeiro ministro nacionalista iraniano Mohamed Mosadeq, somado à nacionalização da *Anglo-Iranian Oil Company* em 1952 fez com que os Estados Unidos intervissem junto ao Xá Reza Pahlavi para a confecção de um golpe de Estado. Uma

administração de orientação abertamente pró-ocidental assumiu o poder iraniano em 1953.<sup>142</sup>

Será portanto diante de um contexto de alto grau de intervencionismo das superpotências nas agendas dos Estados nacionais do Oriente Médio que eclodirá o golpe de Estado egípcio, em 1952. Ali, uma facção dissidente do exército chamada Oficiais Livres toma o poder, dissolve a monarquia do Rei Faruk, instaura a república e proclama uma nova constituição inspirada naquela da Turquia de Atatürk. Liderado inicialmente por Mohamed Naguib (entre 1952 e 1954), para, posteriormente, ser definitivamente governado por Gamal Abdel Nasser (1954-1970), o novo governo dos Oficiais Livres era profundamente nacionalista, anticolonialista e desenvolvimentista no sentido próprio de sua época, isto é, adepto a um amplo programa doméstico de transformação estrutural da economia e da organização social. Isso se daria, conforme apregoavam os economistas de seu período, através de um processo de industrialização acelerado que servisse para forjar uma nova inserção econômica no sistema internacional.

Na esfera regional, embora a Síria já possuísse um governo nacionalista árabe desde 1946, este não possuía nem a força nem a expressão que viria a ter o movimento egípcio, dado que a ascensão deste transformará profundamente a dinâmica das relações interestatais regionais nos anos subsequentes.

Entre os primeiros anos de governo e a conferência de Bandung, os objetivos maiores do novo poder nacional egípcio se dividiam fundamentalmente em três: 1) Consolidar o poder internamente eliminando toda forma de oposição. Desde o início, o governo buscou o apoio de movimentos de massa para enfraquecer antigas elites socioeconômicas vinculadas ao período da monarquia; 2) Terminar com o processo de independência do Estado-nacional, iniciado em 1922 mas jamais finalizado de fato pois mantinham-se tropas britânicas estacionadas no Canal de Suez. A presença britânica era legitimada por acordos (como o Tratado Anglo-Egípcio de 1936) assinados pela antiga monarquia; 3) A busca por uma parceria internacional com os Estados Unidos, vistos então como um Estado não imperialista e sem histórico negativo sobre a região. Com isso, o Egito buscava um meio seguro para financiar seus ambiciosos programas de desenvolvimento, cuja maior expressão era a represa de Assuã, concebida para a ser a maior do mundo. Os contatos entre os Estados Unidos e os Oficiais Livres aconteciam desde antes da tomada do poder, embora não exista até o presente momento nenhuma evidência concreta de que aqueles tenham auxiliado o grupo de oficiais no momento do golpe de Estado.

---

142 MONIZ BANDEIRA, L. (2005) *A formação do império americano*: 181.

As relações de proximidade com os Estados Unidos marcarão a política externa egípcia pré-Bandung, assim como explicam o caminho ao neutralismo. Ao que tudo indica, nos dois primeiros anos da revolução (1952-1954), as relações inter-árabes não estavam entre as prioridades da política externa.<sup>143</sup>

Quando assumem o poder, os Oficiais Livres têm como primeiro objetivo liberar o território das tropas inglesas presentes no país. Em 1952, os ingleses possuíam 80.000 soldados estacionados em terras egípcias enquanto o Tratado anglo-egípcio de 1936 autorizava apenas 10.000.<sup>144</sup> Este Tratado será revisto em 1954 através do um novo Tratado anglo-egípcio, quando a Grã-Bretanha se comprometeria a realizar uma retirada gradual de suas tropas do Canal de Suez em 20 meses, contanto que mantivesse garantido seu direito de utilizar a base militar ali existente durante sete anos, sempre que o Egito se encontrasse sob ameaça de ataque.<sup>145</sup> Esse Tratado foi alcançado depois de massiva pressão política e popular, tendo o governo egípcio financiado extra-oficialmente grupos armados para que bombas explodissem em postos onde situavam-se tropas britânicas.<sup>146</sup>

Um outro ponto sensível da relação com a Grã-Bretanha durante os primeiros anos do governo dos Oficiais Livres era o controle sobre o Sudão. Sendo este controlado por um condomínio anglo-egípcio formalizado a partir do acordo de 1899, a disputa egípcia girava em torno do interesse de anexar o território sudanês como parte de seu território nacional. A resistência inglesa, somada à ação de grupos sudaneses independentistas (financiados e armados pela Coroa britânica), resultou na separação do Egito e Sudão em dois países. Em 1 de janeiro de 1956, um acordo anglo-egípcio terminou por oficializar a independência do Sudão.<sup>147</sup>

Neste período inicial (1952-1954), enquanto desenrolavam-se as negociações para pôr fim definitivo à presença britânica no país, o Egito mantinha na sua relação privilegiada com os Estados Unidos e na ajuda econômica e militar fornecida por este o principal recurso para levantar fundos para seus projetos internos de desenvolvimento econômico e incremento das Forças Armadas. A economia egípcia era então fundamentalmente agrária, com grande parte da população iletrada, e uma transformação estrutural da economia, tal como defendia o novo governo, dependia necessariamente de ajuda técnica e econômica externa. Nasser também declarou oficialmente o interesse de seu país em receber ajuda militar americana para se

---

143 TOROBIN, A. (1967) *Egyptian policy towards the Arab world 1955-1958*: 1.

144 LAURENS, H (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*: 113.

145 SELAK, C. (1955) *The Suez Canal Base Agreement of 1954*: 1. Ver também LAURENS, H.(2002) *Le moyen-orient au 20e siècle* : 114.

146 HAIL, J. (1996) *Britain's foreign policy in Egypt and Sudan, 1947-1956* :79-100.

147 Idem: 17.

defender contra uma possível agressão do exterior. Havia na ocasião uma certeza da vulnerabilidade das Forças Armadas cuja estrutura, herdada do período monárquico, mantinha-se reduzida em número de contingentes e dotada de equipamentos obsoletos. Ainda no âmbito militar, mas voltado para a arena regional, o presidente egípcio buscou consolidar seu papel de liderança regional utilizando a Liga Árabe para propor um pacto de defesa entre seus Estados-membros, tendo como razão evocada o perigo representado pelo inimigo soviético.

A questão securitária, neste contexto, continuava a ser o grande elemento articulador de alianças regionais. O Egito, para que pudesse ser capaz de liderar um sistema de Defesa regional, deveria primeiro construir uma Forças Armadas respeitável. Havia, no entanto, alguns problemas de ordem material e logística. Com relação ao aspecto militar, havia um embargo de armas imposto pela ONU aos países do Oriente Médio em função da não existência de um acordo de paz pós-1948, o que complexificava os meios legais para conseguir provimento de material bélico. Quando a demanda por armas de guerra foi feita aos Estados Unidos, estes responderam com a oferta para a venda de armamentos e equipamentos associados aos procedimentos para a segurança interna, inúteis portanto para fazer a guerra contra Forças Armadas regulares de outro Estado.

É verdade que, fora Israel e Grã-Bretanha, o Egito não possuía inimigos que ameaçassem suas fronteiras e soberania neste primeiro momento de governo dos Oficiais Livres. A União Soviética não representava em si uma ameaça, pois estava relativamente distante e suas relações históricas com o país eram insipientes. Por outro lado, essa não era a percepção de países do Oriente Médio situados na borda da fronteira com os russos, como era o caso da Turquia e Irã (pós-Mossadeq). A percepção da ameaça soviética por parte da Turquia, em especial, ocorria por ocasião do manifesto interesse soviético na expansão de sua influência sobre os países fronteiriços. Essa política expansionista russa havia sido inaugurada assim que terminada a Segunda Grande Guerra (1945), em particular com o desenvolvimento de relações próximas com a república do Azerbaijão. A aproximação de Irã e Turquia aos pactos de defesa ocidentais foi assim explicado em função da vulnerabilidade que seu posicionamento no mapa trazia em termos de uma potencial ingerência russa sobre sua política doméstica.<sup>148</sup>

A política expansionista soviética, por sua vez, buscava garantir uma rota segura de acesso aos mares quentes, e para tanto pretendia apoiar governos abertos ao comunismo no

---

148 UZER, U. & UZER, A. (1960) Diverging perceptions of the cold war: Baghdad pact as a source of conflict between Turkey and the Arab countries: 109.

seu entorno regional sul. Por outro lado, os *policymakers* americanos já se preparavam para se contrapor a um possível movimento expansionista soviético em direção ao Oriente Médio, que poderia representar a perda da influência ocidental sobre aquela região. Por esta razão, já desde 1946, os Estados Unidos começaram a prover ajuda econômica à Grécia, Turquia e Irã dentro de uma lógica de manter aliados regionais para conter a projeção soviética ao sul.<sup>149</sup> Estas ações contribuíram significativamente para que, em 1947, a Doutrina Truman fosse lançada oficializando a liderança americana no combate global contra o comunismo, assim como o subsequente *Point 4* de 1949 (ver capítulo 1), que previa a utilização da ajuda econômica e militar como instrumento de política externa dentro do jogo da Guerra Fria.

No caso das demandas por armamentos egípcios, a original reticência americana em aceitar em sua totalidade as demandas do governo dos Oficiais Livres ocorria por ver no Egito um aliado ocidental que não representava risco à política externa americana no jogo da Guerra Fria, tanto em função do caráter profundamente anti-comunista do nacionalismo árabe como também pelo histórico de ausência de relações concretas entre os países árabes e os russos. Derivava disso a conclusão, por parte dos estrategistas americanos, de que o Egito não representava um papel de maior importância para o conflito da Guerra Fria. Tal “indisposição” americana, para além do âmbito militar, se estendia para a esfera da ajuda econômica. Em particular, as ofertas do governo estadunidense para o financiamento do projeto de construção da barragem de Assuã eram inferiores àquelas demandadas pelos egípcios. Este cenário criava uma situação de impasse entre os dois países, pois o Egito dependia da cooperação externa para viabilizar tanto seus programas de reformas econômicas como militares. Até 1954, a ajuda econômica alcançada com os Estados Unidos se limitava ao financiamento de técnicos para incrementar a produção em cooperativas de médio porte no meio rural. A sensação dentro da cúpula do poder egípcio era de que os Estados Unidos não valorizavam o país como um parceiro estratégico.

Assim, o presidente Nasser, descontente com a forma displicente como os Estados Unidos negociavam suas demandas por cooperação militar, técnica e financeira, irá valer-se da conjuntura criada com o aprofundamento da disputa bipolar por zonas de influência no Terceiro Mundo para direcionar sua política externa rumo a um posicionamento neutro face a Guerra Fria. Somando-se ao movimento Afro-Asiático liderado então por Nerhu e Sukarno, o Egito irá oficializar seu neutralismo e, com isso, buscar ampliar o universo de possibilidades para sua política externa. Busca-se ampliar o universo de possibilidades para a política

---

149 Idem: 110.

externa e incluir, na esfera de ação estatal, novas parcerias políticas e econômicas.

A Conferência de Bandung de 1955 é, também, um momento de ruptura na forma como o Egito buscará consolidar sua projeção sobre a esfera regional. A partir de então, o tênue equilíbrio entre Estados Unidos e União Soviética se desenvolverá ao ritmo da capacidade egípcia de agir como agente desencadeador de novas dinâmicas interestatais sobre a esfera regional. Será a implementação de uma estratégia expansionista pan-arabista que reforçará a capacidade arbitral do Estado egípcio sobre a projeção dos interesses americanos e soviéticos no Oriente Médio e o permitirá sustentar a ambiguidade neutralista variando sua condição entre o “obstáculo” e o “útil” aos olhos das superpotências.

### **3.2 O engajamento na luta contra o colonialismo entre 1955 e 1957.**

O período entre 1955 (Conferência de Bandung) e 1958 (criação da República Árabe Unida -RAU) coincide com a consolidação dos três eixos orientadores da política externa nasserista que irão prevalecer até 1967. São eles: a) o engajamento na luta pela descolonização, que se traduzia concretamente na expulsão da presença francesa e, principalmente, britânica tanto do Oriente Médio e Magreb como também de todo o mundo colonizado; b) a defesa incisiva do pan-arabismo como projeto coletivo de toda a imaginada nação árabe. Tendo sido impulsionado pela popularidade alcançada por Gamal Nasser após a crise de Suez, o pan-arabismo, na prática, servia como um colchão legitimador aos olhos da opinião pública para que o Egito, com sua autoproclamada missão unificadora, interviesse sobre a política doméstica de outros Estados árabes; c) o neutralismo e a manutenção de um via diplomática aberta para a cooperação econômica com ambas as superpotências da Guerra Fria, o que exigia um complexo jogo de compensações a cada movimento de aproximação com uma ou outra.

É evidente a complementariedade entre estes três eixos, articulados por uma explícita estratégia de liderança egípcia sobre a região que dependia, por um lado, do enfraquecimento do poder de ingerência das antigas potências e, por outro, do impedimento a um novo poder externo de substituí-las. Neste âmbito, o pan-arabismo era a resposta ao vácuo de poder deixado pelo gradual declínio da hegemonia regional compartilhada entre Grã-Bretanha e França.

#### **3.2.1 O impacto do Pacto de Bagdá na política regional egípcia**



Em 1953, o secretário de Estado americano John Foster Dulles havia imaginado um sistema de defesa no chamado *Northern Tier* (Turquia, Síria, Iraque e Irã), que estaria em linha com a estratégia global americana de *containment* da expansão soviética, sem que jamais tenha sido oficialmente posto em prática. Dois anos depois, a criação do *Middle East Treaty Organization* (METO), conhecido também como Pacto de Bagdá, seria uma tentativa de retomar aquele projeto, mas dessa vez sob a liderança da Grã-Bretanha. O primeiro ministro inglês Anthony Eden, que levou a frente o projeto, estava particularmente interessado em proteger o Canal de Suez de uma possível penetração soviética no Oriente Médio.<sup>150</sup> Cabe lembrar aqui que, até a assinatura do Pacto de Bagdá, a política externa do Egito estava centrada na retirada das tropas britânicas do Canal de Suez. Será a criação do pacto, portanto, que irá destampar a nova política externa egípcia para o mundo árabe, voltada para o combate a todo Estado desejoso de se inscrever dentro de um sistema de defesa organizado por uma potência externa à região.<sup>151</sup>

O Pacto de Bagdá também contribuiu para tornar consideravelmente conflitivas as relações entre Egito e Turquia.<sup>152</sup> Como já dito, esta última percebia a União Soviética como uma ameaça concreta à soberania de seu território, o que a levava a se interessar por participar de sistemas de defesa propostos pelo bloco ocidental. Sob uma diferente perspectiva, estavam países como Egito e Síria, defensores do não-alinhamento e para quem a expansão soviética não representava real perigo. Por outro lado, a persistente presença das antigas potências coloniais era sim percebida como verdadeiros impedimentos à independência de fato.<sup>153</sup>

Quando a Grã-Bretanha anunciou as primeiras iniciativas na direção de criar o Pacto de Bagdá, Nasser se transformou no principal opositor ao novo tratado. O primeiro ministro britânico, Anthony Eden, originalmente acreditava poder fazer Nasser abandonar o neutralismo e se juntar ao pacto em troca de ajuda militar para a desejada reforma das Forças Armadas, proposta esta recusada pelo presidente egípcio. Ao denunciar o tratado idealizado pelos britânicos acusando-o de ser um novo instrumento do imperialismo e condenando simultaneamente os governos que a ele aderissem, Nasser reforçou a base de interesses comuns que anteriormente já o haviam conduzido a uma aproximação com a União Soviética, na ocasião das negociações para a compra de armamentos por intermédio da Checoslováquia, iniciada em 1954. Configurou-se assim um quadro onde a política anticolonialista de Nasser,

---

150 TURKIYE, S. & GUÇLER, O. (2012) Turkey-Middle East relations in the Cold War Era and the Great Powers: 394.

151 TOROBIN, A. (1967) *Egyptian policy toward the Arab World 1955-1958*: 16.

152 Idem: 17.

153 UZER, U. & UZER, A. Diverging perceptions of the cold war: Baghdad pact as a source of conflict between Turkey and the Arab countries: 103.

associada ao boicote ao Pacto de Bagdá, estava estreitamente associada a um “convite” para a participação soviética no Egito que, conseqüentemente, representaria para aqueles a porta de entrada para estabelecer sua presença na região do Oriente Médio.

Nesse contexto, o arregimento soviético de Estados clientes que respondessem positivamente às suas demandas geopolíticas correspondia ao mesmo mecanismo já utilizado pelo lado do bloco ocidental, isto é, seria feito através da oferta de acordos de cooperação econômica e militar vantajosos para os países que facilitassem sua penetração. O objetivo egípcio, com seu “convite” aos soviéticos, era usar o conflito bipolar para criar um contrapeso à histórica influência ocidental na região, expressa tanto nas esferas econômicas como militares por países como França, Grã-Bretanha e, mais recentemente, Estados Unidos.

A transformação do Iraque no pilar central do Pacto de Bagdá fez crescer a rivalidade entre o governo nasserista e aquele de Nuri Said. A pretensão iraquiana de projetar-se como potência árabe chocava-se frontalmente ao projeto de poder egípcio pós-1952, tanto na forma como nos meios. A oposição nasserista ao Pacto de Bagdá era também uma forma de contraposição à política externa iraquiana como potência árabe rival. Como dito anteriormente, o objetivo egípcio, como alternativa à proposição britânica, era criar um pacto de defesa coletivo da Liga Árabe (que já vinha sendo negociado em reuniões dessa instituição desde 1950). A Grã-Bretanha, por sua vez, se opunha à elevação da estatura regional egípcia, uma vez que este pretendia reduzir a preponderância britânica na esfera securitária do Oriente Médio. Nesse contexto de confronto aberto, Anthony Eden tratou de definir uma estratégia para o Oriente Médio apoiada em dois dos aliados britânicos tradicionais: as monarquias da Jordânia e do Iraque.

Em 24 de fevereiro de 1955, o Iraque assina o Pacto de Bagdá com a Turquia. Por parte do discurso oficial iraquiano, sua criação foi justificada como sendo o único meio de romper o embargo de armas proclamado aos países árabes desde a Guerra de 1948, sendo assim necessário para o poder iraquiano se organizar como um contraponto à Israel. Ao longo do ano, Grã-Bretanha, Irã e Paquistão se juntam à organização. Neste contexto, a Síria passava a representar um papel central para a ampliação da projeção egípcia. Ali, o movimento nacionalista árabe sírio liderado por Sabri al-Asali e Akram Hurani havia assumido o poder em fevereiro de 1955 e desde então manifestava-se como um defensor e aliado do neutralismo egípcio.<sup>154</sup> Um Tratado de Defesa militar entre os dois países será, como consequência, assinado no dia 2 de março do mesmo ano, naquilo que seria a primeira

---

154 DAWISHA, A. (1979) *Soviet foreign policy towards Egypt*: 10

articulação concreta para contrapor o Pacto de Bagdá.<sup>155</sup> A Arábia Saudita, por sua vez, se juntará em seguida a esta aliança forjada às pressas em oposição ao Iraque e à Grã-Bretanha.<sup>156</sup>

A expansão das alianças soviéticas também iria impactar sobre a dinâmica interestatal regional. Ainda em 1955, a Síria estabelece seu primeiro acordo para compra de armamentos soviéticos, também através da Checoslováquia. Em Bandung, em abril do mesmo ano, Nasser se apresenta como líder do mundo árabe. Seu neutralismo era justificado como um meio de buscar o que havia de melhor no capitalismo e no socialismo sem precisar se comprometer com nenhum dos blocos da Guerra Fria.<sup>157</sup>

A não participação da Arábia Saudita no Pacto de Bagdá se deveu tanto a sua rivalidade com a monarquia Hashemita do Iraque,<sup>158</sup> como ao fato da Arábia Saudita ser contrária ao incremento da presença inglesa na região, pois via as bases militares britânicas estacionadas em Aden e Omã como uma ameaça a sua soberania.<sup>159</sup> Isso permitiu uma aliança de conveniência entre Nasser e o rei Saud da Arábia Saudita contra o Pacto de Bagdá. As pressões sauditas e egípcias explicam por que os Estados Unidos, evitando se indispor com duas peças centrais do tabuleiro geopolítico regional, decidem não participar do Pacto.

Como já dito, a assinatura do Pacto de Bagdá também impulsionou Nasser na sua aproximação com a União Soviética com o objetivo de contrapor a influência ocidental no Oriente Médio e, ao mesmo tempo, abrir um canal externo para o provimento de armas e ajuda econômica. O argumento primeiro havia sido a provisão de armamentos, dado a tensão entre a fronteira do Egito com Israel, a vulnerabilidade das Forças Armadas como um todo e a recusa de diferentes países do Ocidente, e em particular os Estados Unidos, em atender as demandas egípcias por determinados tipos de arsenais de guerra.

O desenrolar dos eventos no Oriente Médio seriam, portando, profundamente transformados não apenas pela decisão egípcia de partir em direção ao mercado soviético para suprir sua demanda por melhores armas e capacidade de defesa, mas também porque aquele movimento representou o início de uma parceria em diferentes esferas que, em última instância, permitiu à União Soviética furar a estratégia organizada pelo bloco Ocidental de *containment* de seu território através da utilização dos portos egípcios e sírios no mar Mediterrâneo. A percepção do significado que tal aproximação representava foi

---

155 LAURENS, H (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*: 114.

156 TOROBIN, A (1967) Egyptian policy towards the Arab world 1955-1958: 178.

157 LAURENS, H (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*:115.

158 UZER, U. & UZER, A. (1960) Diverging perceptions of the cold war: Baghdad pact as a source of conflict between Turkey and the Arab countries: 112.

159 TOROBIN, A (1967) Egyptian policy towards the Arab world 1955-1958.

imediatamente reconhecida por Washington, que em resposta pressionou o Banco Mundial e o FMI a suspenderem a ajuda econômica de duzentos milhões de dólares direcionadas para a construção da barragem de Assuã. A sequência dos eventos levará à crise de Suez de julho de 1956 (ver capítulo 1), evento do qual resultam dois fatores importantes: 1) o Egito adquire uma estatura internacional incomparável entre os demais governos árabes, o que transforma o evento numa plataforma de propaganda da revolução nasserista como nenhum outro; 2) a derrota militar efetiva evidencia a carência de material bélico assim como de um corpo de comando militar treinado adequadamente.<sup>160</sup>

A solução para este último ponto seria uma prioridade durante as negociações para a formalização de acordos de cooperação militar que fossem capazes de capacitar técnica e em armamentos as Forças Armadas egípcias. Essa necessidade aliada à dependência externa para conseguir incrementar seu complexo militar-industrial seria negociada ao ritmo de sua capacidade de agir como uma liderança árabe regional. Este *status* de liderança, dotado de uma rede de articulação política transnacional que incluía financiamentos e transferência de armas foi observado por diversos analistas da região. O autor User, por exemplo, assim descreveu a projeção da influência egípcia,

National independence was primary concern for Nasser. Other radical statesmen, who had similar opinions with Nasser, were very much under his influence. Even people in the moderate Arab states were under Nasser's influence, which prevented leaders such as Jordan's King Hussein and King Faisal of Iraq, as well as Saudi Arabia from following a pro-Western policy. The former King of Jordan, Hussein in his memoirs complains that the Jordanian Prime Minister Suleyman al-Nabulsi was constantly praising Nasser and was clashing with King Hussein on policy issues.<sup>161</sup>

Imediatamente após o conflito, a política externa egípcia se apropriará de um amplo sistema de propaganda que irá incluir: a) a criação de uma rádio transnacional pan-arabista (chamada “A voz dos árabes”) responsável por difundir as ideias e os objetivos do governo nasserista como um projeto da totalidade do mundo árabe e servindo, dessa maneira, como um canal de comunicação entre Nasser e as sociedades árabes não egípcias; b) a imprensa escrita, apoiada no fato de ser o Cairo o centro da imprensa jornalística do mundo árabe. Nesse âmbito, vale ressaltar que, em 1956, Nasser criou o *Mid East News Agency*, formado por um *pool* dos seis principais jornais egípcios e dedicado a imprimi-los e distribuí-los em toda a região de língua árabe. Isso levou o Iraque, a Jordânia, a Arábia Saudita e o Líbano a proibirem oficialmente sua venda, o que não o impediu de ser distribuído massivamente na

---

160 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 40

161 UZER, U. & UZER, A. (1960) Diverging perceptions of the cold war: Baghdad pact as a source of conflict between Turkey and the Arab countries: 115-116.

clandestinidade;<sup>162</sup> c) a exportação de um corpo técnico e profissional qualificado egípcio aos demais países árabes, dentro de acordos bilaterais formatados no âmbito da política externa, especialmente no que concerne o ensino superior, já que o Egito dispunha dos principais centros de pesquisa e ensino entre os países árabes. Um exemplo disso é visto no âmbito da exportação de professores, que triplicou durante os primeiros cinco anos de governo dos Oficiais Livres a partir do programa “missão cultural”. Uma vantagem dos técnicos egípcios em relação àqueles oferecidos pelas superpotências era o fato de dominarem o idioma árabe e terem pouca dificuldade para se integrarem à comunidade que os acolhia;<sup>163</sup> d) o financiamento de atividades subversivas através do contato e da coordenação de ações políticas com grupos dissidentes (normalmente associados às Forças Armadas) em países árabes considerados adversários pelo governo egípcio.<sup>164</sup>

A crise de Suez (1956), por esta razão, será o evento-alavanca do projeto egípcio em termos de publicidade e mobilização de quadros internos em outros Estados. Será a partir de então que uma rede ampla de apoio político, logístico e material será erigida para impulsionar a ação de diferentes movimentos nacionais árabes assumidamente associados ao nasserismo.

É importante notar como a influência regional egípcia será justamente seu trunfo para constranger os Estados provedores de ajuda externa de ambos os lados da Guerra Fria a suprir suas carências domésticas em termos militares e econômicos. O evento subsequente à crise de Suez serve para ilustrar a capacidade do governo egípcio de fazer pesar sua estatura regional para aprofundar o conflito bipolar sobre o Oriente Médio e assim satisfazer objetivos próprios à agenda doméstica. Quando França e Grã-Bretanha anunciaram um bloqueio econômico contra o Egito por ocasião da nacionalização de Suez e das empresas estrangeiras situadas no Egito, os Estados Unidos decidem apoiar o bloqueio levantado por ingleses e franceses. Reconhecendo em Nasser um obstáculo aos seus interesses dentro do Oriente Médio, os Estados Unidos desejavam puni-lo por haver escapado ao controle do bloco ocidental.

Como resultado do cerco econômico, o governo egípcio buscou expandir sua parceria com o bloco soviético para as esferas da cooperação comercial e financeira, alcançando em 1958 um acordo com este para financiar e viabilizar a barragem de Assuã. O pagamento seria feito em algodão, dado a escassez de divisas no orçamento do Estado. Após a nacionalização do Canal de Suez, a assinatura de acordos de ajuda externa para a viabilização da construção da barragem representavam o segundo objetivo de relevância alcançado pelo governo egípcio

---

162 TOROBIN, A. (1967) *Egyptian policy towards Arabs countries 1955-1958*: 35.

163 CREMEANS, C.: (1963) *The Arabs and the world: Nasser's arab nationalist policy*: 40-41.

164 TOROBIN, A. (1967) *Egyptian policy towards Arabs countries 1955-1958*: 38.

em três anos de neutralismo.

### 3.2.2 A resposta americana à projeção egípcia

Como resposta à escalada da projeção egípcia, entendida pelo então secretário de Estado americano John Foster Dulles como sinônimo do expansionismo soviético, os Estados Unidos lançam a doutrina Eisenhower. Proposta pelo presidente Dwight Eisenhower no congresso americano no dia 5 de janeiro de 1957, esta responde à necessidade de um quadro jurídico para a intervenção americana na região. Com ela, os Estados Unidos se comprometem a fornecer ajuda econômica e militar a todos os países do Oriente Médio que lhes permitissem, como contrapartida, assegurar seus interesses e combater a ofensiva do comunismo internacional. A ajuda econômica e militar deveria ser destinada à todo país que a demandasse, e a possibilidade de intervenção para defesa de um Estado-cliente incluía o emprego das forças armadas. O objetivo da doutrina Eisenhower era priorizar a defesa dos interesses estadunidenses no Oriente Médio, algo como uma Doutrina Truman fortalecida e centralizada sobre uma região do mundo.<sup>165</sup>

O autor Salim Yaqub, no livro *“Containing Arab nationalism”*, classifica a doutrina Eisenhower como uma resposta à manifesta incapacidade britânica de controlar os eventos centrais no Oriente Médio após a crise de Suez e o fracasso gerado pelo Pacto de Bagdá que, no olhar de Washington, parecia pôr a região sob o risco de ser dominada pelos soviéticos em conluio com expansionismo nasserista. Dito de outra maneira, face à incompetência do governo britânico, era preciso que os próprios Estados Unidos agissem incisivamente sobre a região para salvaguardar seus interesses. E diante da possibilidade de formação de uma aliança entre Nasser e Khrushchev, a proposta de Eisenhower para conter o expansionismo russo se estendia à contenção do nacionalismo árabe egípcio.

Inicialmente, a administração Eisenhower esperava que Nasser revisse sua aproximação com Moscou através de pressão exercida pela adesão estadunidense ao bloqueio econômico de França e Grã-Bretanha pós-Suez. Entretanto, ao dar-se conta do efeito contrário desta medida, isto é, do fortalecimento das relações entre Egito e União Soviética evidenciado pelo financiamento fornecido por esta última à construção da barragem de Assuã, Eisenhower sofisticou sua estratégia regional buscando o apoio dos governos árabes conservadores como Arábia Saudita, Iraque e Jordânia. O fato dos regimes destes países serem monarquias por

---

165 UZER, U. & UZER, A. (1960) Diverging perceptions of the cold war: Baghdad pact as a source of conflict between Turkey and the Arab countries: 114.

princípio avessas ao comunismo tornava-os atrativos aos olhos de Washington. Assim, a doutrina Eisenhower buscou na prática unir Estados conservadores árabes numa coalizão pró-ocidental e anti-Nasser<sup>166</sup>. Na ocasião, John Foster Dulles propôs uma “força tarefa secreta” da CIA orientada a entregar armas, dinheiro e inteligência americana às lideranças da Arábia Saudita, Jordânia, Líbano e Iraque.<sup>167</sup>

Para cumprir com a já mencionada manifesta intenção de isolar Nasser, a doutrina Eisenhower objetivava fomentar um rival interno ao mundo árabe para opor-se ao projeto de hegemonia regional egípcia. O escolhido para tanto foi a Arábia Saudita. Entre as ideias do presidente Eisenhower, estava o desejo de instrumentalizar o poder do rei Saud para promover uma *jihad* islâmica contra o comunismo ateu.<sup>168</sup> É importante ressaltar que a adesão saudita à doutrina Eisenhower significou o rompimento das relações até então cordiais do Rei Saud com o Egito, anteriormente construída graças à rejeição mútua ao Pacto de Bagdá. O Egito reagirá com uma propaganda massiva de oposição através de seus instrumentos de comunicação a partir de março de 1958.

Como observou Adeed Dawisha, a tentativa dos Estados Unidos de trazer a Guerra Fria para o interior das relações interestatais inter-árabes aliando-se a lideranças impopulares como o Rei Saud teve como efeito catapultar a capacidade de Nasser de agir sobre a cena política regional. Segundo as palavras do próprio autor,

The Cold War resurrected and nourished latent local rivalries, thus creating the conditions for the political dominance of Nasser and Egypt. Perhaps more importantly, Nasser might have not been able to achieve this dominance had he not had access to other pole of the Cold War relationship.<sup>169</sup>

### 3.2.3 O Egito e o entorno árabe: a Jordânia e o Iraque.

Com relação à Jordânia, a sublevação política interna contra a monarquia do Rei Hussein tinha sua origem na formação de grupos opositores palestino-jordanianos a partir do processo de anexação da Cisjordânia à Jordânia em 1949. Parte da resistência organizada palestina foi, naquela ocasião, alocada em território jordaniano e, ao constituir-se como movimento político para derrubar a monarquia do Rei Hussein e proclamar a república,

---

166 YAQUB, S. (2004) *Containing Arab nationalism, the Eisenhower doctrine and the Middle East.*: 270.

167 WEINER, T. (2008) *Legado das cinzas -uma história da CIA*: 164.

168 Idem: 163-164.

169 DAWISHA, A. (2003) *Arab nationalism in the twentieth century -From triumph to despair*: 34.

passou a contar com suporte egípcio em armamentos e logística.<sup>170</sup> A incorporação da Cisjordânia ao mando da monarquia Hashemita havia sido responsável por integrar ao Estado uma população com nível médio educacional superior ao dos jordanianos e uma experiência prática de organização política e militar forjada a partir de anos de conflito, seja com os britânicos, seja com o movimento sionista. Por consequência, havia entre os palestinos integrados à Jordânia um forte sentimento autonomista e independentista.<sup>171</sup>

Os refugiados palestinos na Jordânia tornaram-se uma significativa fração da população local, sendo que suas organizações políticas se destacavam pela aproximação às teses do marxismo e do nacionalismo árabe em oposição ao caráter mais conservador dos jordanianos.<sup>172</sup> Da divisão social que passou a existir na Jordânia, os nativos dos centros urbanos e tribos beduínas, grosso modo, compunham a base de apoio político do Rei Hussein enquanto a camada social de palestinos representava a base econômica e militar do Estado. É fato conhecido que Glubb Pasha, militar britânico incorporado ao exército jordaniano e que controlava as Forças Armadas do país em nome do Rei Hussein recorria aos palestinos refugiados para formar a Guarda Nacional.

Em fevereiro de 1957, diante de um quadro de incremento da contestação social de rua, Hussein anuncia a formação de um novo governo com base na ideologia nacionalista árabe e renuncia definitivamente à possibilidade de adentrar ao Pacto de Bagdá com a Grã-Bretanha, assim como demite Glubb Pasha do exército e o expulsa do país. Dois pontos devem ser destacados aqui com relação a este evento: 1) este marcava a primeira manifesta derrota no processo de extensão do Pacto de Bagdá a todo o Oriente Médio; 2) a “conversão” do Rei Hussein ao nacionalismo árabe explicitava não somente uma estratégia de contensão dos movimentos contestatários internos, mas também a força da projeção egípcia e do programa de Estado nasserista que constrangia o poder jordaniano a rever seu posicionamento

---

170 A origem da oposição de grupos políticos palestinos ao monarca jordaniano tem sua origem na política do Rei Abdalah (1949-1951) de “jordanizar” a identidade dos palestinos integrados à Jordânia após a Guerra árabe-israelense de 1948. Na ocasião, cerca de 440 000 palestinos haviam sido incorporados ao Estado jordaniano. A cidadania conferida aos palestinos, neste caso, implicava no reconhecimento da autoridade do Rei e de sua tutela sobre a Cisjordânia. Este, por sua vez, ainda bloqueava a representação política de organizações palestinas. Aos jordanianos, em particular, a assimilação dos palestinos resultava numa ameaça em termos econômicos e demográficos. Em 1951, o rei jordaniano Abdalah foi morto por um militante palestino contrário à autoridade do Rei. Quando Rei Hussein assume o poder em agosto de 1952, havia um contexto político caracterizado pela oposição interna palestina e uma fratura social onde uma fratura considerável da população se recusava a ser assimilada como “jordanianos” e, assim, submeter-se à ordem da monarquia. A Cisjordânia terminaria sendo controlada pela Jordânia entre 1949 e 1967. Ver FROMMENT, D. (2013) Les palestiniens en Jordanie. In: <http://www.lesclesdumoyenorient.com/Les-Palestiniens-en-Jordanie.html> (acesso 12/03/2014) Ver também BRAND, L. (1995) Palestinians and Jordanians: a crisis of identity.

171 BRAND, L. (1995) Palestinians and Jordanians: a crisis of identity.

172 LAURENS, H. (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*: 124.



face à Guerra Fria e aos demais Estados árabes.

Essa aproximação entre Egito e outros países árabes como a Jordânia é reforçada pela resposta da Grã-Bretanha, que pune o governo Hashemita declarando um bloqueio econômico ao país. As carências financeiras jordanianas dali surgidas acabariam sendo supridas pela ajuda econômica fornecida por Egito, Síria e Arábia Saudita.<sup>173</sup> Em abril de 1957, Hussein propõe a criação de um Estado federativo com Síria e Egito, assim como pela primeira vez abre um canal diplomático com a União Soviética, com quem passa a ter relações estáveis. Ainda assim, as manifestações contra seu governo persistem e, com o agravamento das tensões internas, o Rei Hussein decide manter o controle do país adotando medidas para centralizar o poder e destituir opositores que faziam parte da cúpula do governo. Embora o monarca jordaniano buscasse atenuar o conflito com os maiores representantes regionais do pan-arabismo no plano internacional, internamente o Rei ampliava as perseguições às associações políticas e representantes intelectuais associados ao republicanismo e ao nacionalismo árabe.

Será neste contexto que ocorrerá a primeira tentativa de golpe de Estado financiado pelo Egito: as forças pró-nasseristas, alocadas principalmente no meio dos oficiais palestinos dentro das Forças Armadas jordanianas, buscam replicar o crescente autoritarismo do Rei Hussein através de uma insurreição popular. Esta fracassa graças à manutenção do apoio ao monarca por parte do setor jordaniano das Forças Armadas.

O Iraque viveu experiência parecida, no que diz respeito à crescente impopularidade do governo de Nuri Said após a crise de Suez. Embora o primeiro ministro da monarquia iraquiana houvesse condenado o ataque tripartite organizado por França, Grã-Bretanha e Israel, chegando a cortar relações com a França e se negar a receber os representantes britânicos do Pacto de Bagdá, sua legitimidade interna foi progressivamente contestada por movimentos de massa que se multiplicavam em diferentes cidades do país, como Bagdá, Basra, Mosul, Kufa, Najaf e al-Hillah.<sup>174</sup> Tal situação levou o governo a decretar lei marcial e reprimir os movimentos com violência.<sup>175</sup>

Assim, a vitória de Nasser não havia sido apenas pelo símbolo que consistia a nacionalização de Suez, mas também porque com isso contribuía para tornar profundamente impopular o Pacto de Bagdá e todo país que mantivesse relações cordiais com a Grã-Bretanha. O Iraque de Nuri Said, por sua vez, era o maior representante árabe de uma política

---

173 LAURENS, H. (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*: 124.

174 DAWISHA, A. (2003) *Arab nationalism in the twentieth century -From triumph to despair*

175 BOZARSLAN, H. (2008) *Une histoire de la violence au moyen orient*: 62-65.

de adesão ao sistema de defesa proposto pelos britânicos. Diante desse quadro, a oposição interna iraquiana passou a se organizar: em fevereiro de 1957 foi estabelecida a Frente de União Nacional, composta por diferentes setores da oposição local à monarquia, tais como comunistas, membros do partido Baath local, nacionais democratas e independentes. Um processo similar ocorreu entre os oficiais do exército, onde um grupo dissidente cria o Comitê Supremo dos Oficiais Livres, financiados pelo governo egípcio de onde também importavam o nome e o modelo de inspiração revolucionária. Ao contrário da experiência jordaniana, os Oficiais Livres iraquianos irão obter sucesso na tentativa de golpe de Estado, como será visto posteriormente.

Sobre o processo criação da República Árabe Unida (RAU -a união orgânica entre os Estados do Egito e da Síria), ela é acelerada após o desembarque de tropas egípcias em Lattaquié, no norte do território sírio, quando este reivindica o Tratado de Defesa assinado entre os dois países. Na ocasião, tratava-se de ajuda para assegurar o controle territorial sírio diante de um quadro de crescimento das tensões e risco de guerra com a Turquia na zona de fronteira. Na origem do conflito, estava a aliança entre Síria e União Soviética. Vejamos como ocorreu.

### 3.2.4 A Síria e o Plano Chepilov

Em fevereiro de 1957, como resposta à doutrina Eisenhower, os soviéticos criam o plano Chepilov para o Oriente Médio. Este previa, sem aparente contradição, a resolução pacífica dos conflitos da região, o apoio à independência dos países árabes, a não ingerência nos assuntos internos dos Estados árabes, a supressão de alianças militares e a provisão de armas.<sup>176</sup> O plano ainda propunha a neutralização da região com zonas de influência soviéticas e americanas mutuamente reconhecidas, tendo sido este último aspecto recusado pelos estadunidenses.<sup>177</sup>

Ao vislumbrar o governo nacionalista e neutralista sírio como uma via de entrada para a região do Crescente Fértil, a União Soviética reforça sua provisão de armas para este país afim de fortalecer um aliado estratégico contra o pacto de Bagdá e a doutrina Eisenhower. Neste quadro se inscreverá o acordo de cooperação técnica e econômica entre soviéticos e sírios assinado no dia 6 de agosto de 1957. Washington, por sua vez, busca responder através de operações encobertas da CIA e da fomentação de um complô interno por um golpe de

---

176 MINASSIAN, T. (1991) Les avatars du “grand dessein” russe: 71.

177 LAURENS, H. (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*: 118.

Estado que, ao fim, fracassa. O governo sírio decide então romper relações com os americanos e expulsa diversos de seus diplomatas do país.<sup>178</sup>

Neste contexto, como reação à aproximação entre soviéticos e sírios, tropas turcas (país membro da OTAN) decidem se posicionar na fronteira com a Síria no mês de setembro. A União Soviética anuncia ser a Síria um país sob sua proteção militar, comprometendo-se a adentrar no conflito armado em caso de agressão turca. No fim do mesmo mês, a Arábia Saudita buscará uma mediação do conflito junto a Damasco, sem consultar Nasser. Este então decide responder ao pedido do governo sírio e desembarca suas tropas na cidade fronteiriça de Lattaquié no dia 13 de outubro.

O partido Baath sírio, que governava o país e vinha tendo seu poder ameaçado por movimento contestatários internos, mostra-se satisfeito com o comprometimento egípcio e apresenta à Nasser um projeto de união entre Egito e Síria. Com isso, o governo sírio esperava reforçar seu peso político interno já enfraquecido, em particular, pelo partido comunista sírio apoiado pela União Soviética. Em outras palavras, o partido Baath esperava assegurar com a união o reforço de seu poder sobre a sociedade síria, assim como sua capacidade de manobrar o fim das disputas políticas e militares internas. Nasser responde ao projeto de união apresentado pelo Baath condicionando-o a uma fusão total e orgânica que incluísse a dissolução de todos os partidos existentes e a criação de um partido único, o União Nacional, que seria dirigido pelo próprio Gamal Nasser. Acreditando poder com isso reforçar sua posição interna, exterminar a oposição comunista e influenciar sobre as decisões de Nasser e do Egito, o partido Baath aceita as condições mencionadas.<sup>179</sup> Na ocasião, Michel Aflaq, uma dos teóricos históricos do pan-arabismo e, ao mesmo tempo, uma das lideranças do Baath sírio, declarou:

We hoped that the party (Baath) would have a basic and responsible share in the governing of the new nation which we helped to create. We hoped our role would be both practical and theoretical since it was we who began preaching Socialist ideas at least fifteen years before Nasser assumed power.<sup>180</sup>

Entretanto, como será discutido mais adiante, o papel das lideranças do partido Baath na esfera política da RAU foi menor do que elas esperavam. Originalmente berço teórico do nacionalismo árabe republicano e laico, a Síria tornava-se a primeira etapa concreta do projeto expansionista de Nasser, numa anexação voluntária onde a elite governante nativa aceitou ter

---

178 LAURENS, H. (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*: 118.

179 JABER, A. (1966) *The Arab Ba'th socialist party -history, ideology and organization*: 47.

180 AFLAQ, M. *apud* JABER, K. (1966) *The Arab Ba'th socialist party -history, ideology and organization*: 48.

sua soberania subordinada a um poder exterior.

A proclamação da união entre a Síria e o Egito é feita no dia 1 de fevereiro de 1958. Um referendo organizado nos dois países anuncia o apoio popular à consumação da fusão entre os dois Estados com 99,98% dos votos. De imediato, a RAU cria uma federação com o Iêmen, que se associa formalmente a este no dia 8 de março de 1958. No entorno árabe, a união era vista como a consolidação da ameaça representada por uma potência regional egípcia tanto aos olhos da Jordânia de Hussein como do Iraque de Nuri Said ou da Arábia Saudita do Rei Saud. Esta última chegou a buscar interromper essa união apoiando financeiramente certas lideranças sírias da oposição não-comunista ao presidente egípcio. Nasser irá então viajar à Síria para ser aclamado como presidente do país.

### 3.2.5. A reação iraquiana

O Iraque de Nuri Said, ainda que combalido pela instabilidade política interna, liderou a reação à união entre Egito e Síria proclamando, poucos meses depois (14 de fevereiro de 1958), a criação de um Estado federativo entre as monarquias Hashemitas do Iraque e da Jordânia (embora a monarquia do Kwait desejasse participar, acabou impedida pelos britânicos).<sup>181</sup> Nuri Said foi imediatamente reconhecido como o primeiro ministro da nova federação que poucos meses duraria. Ao eclodir a crise do Líbano, em julho de 1958, onde a oposição nativa apoiada pela RAU tentava um golpe de Estado contra o governo pró-ocidental de Camille Chamoun, a Jordânia decide solicitar ao Iraque o envio de tropas para conter a rebelião. Uma vez reunidas as tropas iraquianas, então lideradas pelos generais Abdul Karim Qasim e Abdul Salam Arif, no lugar de partirem ao Líbano como ordenado, se voltam ao palácio do governo e ali executam toda a família real. O primeiro ministro Nuri Said busca ainda escapar, mas é aprisionado e morto no dia seguinte. Poucos meses após Nasser ser aclamado presidente na Síria, o cadáver de seu principal oponente árabe, Nuri Said, é exibido pelas ruas de Bagdá, queimado em praça pública e mutilado por uma massa em júbilo. A república é proclamada no Iraque, o projeto de Estado federativo deste com a Jordânia é dissolvido, e o Pacto de Bagdá, por sua vez, encaminha seu rumo ao desaparecimento.<sup>182</sup>

Se a criação da RAU foi um golpe egípcio contra a crescente força dos partidos comunistas sírios, o apoio logístico de Nasser aos Oficiais Livres iraquianos representava a oposição de Nasser a um governo tradicionalmente aliado do bloco ocidental. Nos anos

---

181 HOWARD, H. (1972) *The regional pacts and the Eisenhower Doctrine*: 91.

182 Em 1959, o Central Treaty Organization (CENTO), irá substituir o Pacto de Bagdá, e contará com Turquia, Irã, Paquistão e Grã-Bretanha. O fim desde será em 1979, por ocasião da Revolução Islâmica no Irã.

subsequentes, a política regional egípcia estará concentrada sobre o Crescente Fértil.

### 3.3 A projeção egípcia sobre o Crescente Fértil entre 1958 e 1961

O período entre 1958 e 1961 representa a experiência prática de união orgânica entre Egito e Síria, que redefiniu a política externa de Nasser para as novas prioridades em termos de segurança da República Árabe Unida. Com a expansão territorial do Estado, foi priorizada a consolidação do poder tanto sobre o aparelho estatal sírio como nas zonas do entorno do novo território. Isso significava dedicar especial atenção aos demais Estados árabes do Crescente Fértil, como a Jordânia, o Iraque e o Líbano.

Como já dito, a crise do Líbano havia desencadeado indiretamente a revolta e o golpe de Estado que extinguiu a monarquia iraquiana, mas seus efeitos sobre a geopolítica da região tiveram também repercussões outras. Vejamos brevemente a situação prévia de Camille Chamoun, o presidente libanês cristão-maronita que governava o país desde 1952. Seu governo era reconhecido por empregar uma política externa pró-ocidental e se manifestar de modo hostil ao nacionalismo árabe como ideologia de Estado. Em 1957, em função de crescentes distúrbios sociais desencadeados por grupos muçulmanos sunitas portadores de reivindicações reformistas, o presidente decidiu eliminar do parlamento a participação da oposição através de uma eleição fraudada, num movimento de progressivo autoritarismo visando a centralização do poder.<sup>183</sup>

Como consequência, cresceram movimentos de rua contrários ao governo que, por sua vez, eram apoiados por associações políticas marginalizadas. Tal situação foi galvanizada com o advento da República Árabe Unida, dado ter sido este o evento desencadeador da ação de setores insurrecionistas contra o poder estatal libanês: em maio de 1958, os bairros muçulmanos sunitas de Beirute entravam em greve enquanto ao norte do país se produziam levantamentos populares contra o governo de Chamoun. Diante da fragilidade deste, Gamal Nasser insuflava a oposição libanesa fazendo adentrar armamentos tanto pela fronteira síria como diretamente pelo Egito.<sup>184</sup> O presidente Chamoun, temendo por um complô organizado e apoiado por Nasser, decide reivindicar a doutrina Eisenhower. Logo em seguida, a revolução iraquiana, que derruba o governo de Nuri al-Said o substituindo pela junta militar liderada pelo nacionalista árabe general Qasim, trata de acentuar ainda mais a pressão sobre o governo libanês.

---

183 LAURENS, H. (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*: 118.

184 HOWARD, H. (1972) *The regional pacts and the Eisenhower Doctrine*: 91.

A perspectiva de Estados Unidos e Grã-Bretanha, diante deste quadro, era de perda eminente de um segundo aliado após o Iraque em um curto espaço de tempo, fenômeno que aparentava poder produzir um efeito em cadeia sobre toda a região. O poder do Estado jordaniano, como já dito, havia recentemente sobrevivido à um golpe de Estado mas mantinha-se vulnerável porque impopular e sem o controle total sobre as Forças Armadas. Estado Unidos e Grã-Bretanha decidem, então, intervir militarmente e de maneira sincronizada, atuando numa contra-ofensiva regional para proteger todos seus clientes locais: enquanto os Estados Unidos desembarcam 15.000 soldados apoiados por 70 navios em Beirute no dia 15 de julho de 1958<sup>185</sup> (a primeira intervenção militar da história dos Estados Unidos na região), a Grã-Bretanha aterrissa em Amã, através de seus comandos aéreos.

Todos os países do Pacto de Bagdá, à exceção do Iraque, apoiam a intervenção estadunidense no Líbano e aquela britânica na Jordânia.<sup>186</sup> Com o apoio militar americano, novas eleições libanesas ocorrem em julho do mesmo ano e levam Fouad Chebab ao poder. Este buscou conter a ameaça de um levante interno ao declarar seguir uma linha de política externa mais sensível ao pan-arabismo.<sup>187</sup>

O Iraque, por sua vez, após a revolução de julho, busca se aproximar da RAU, mas as forças comunistas que compunham a base de apoio do general Qasim o impedem. Conforme Qasim gradualmente logra se tornar a única liderança a governar o país, sobrepondo-se aos demais grupos nacionalistas revolucionários,<sup>188</sup> passa a se aproximar da União Soviética e com ela firma importantes acordos de cooperação econômica e militar. A revolução iraquiana, originalmente percebida como uma vitória do pan-arabismo nasserista, converte-se em poucos meses em um Estado aliado ao bloco Soviético que governa com apoio do partido comunista iraquiano e persegue nasseristas e baathistas na esfera política doméstica.<sup>189</sup> Nasser acusa então o comunismo de ser contrário ao projeto de união árabe, e recrudesce a política doméstica de “caça” aos agrupamentos comunistas clandestinos. A União Soviética reage apoiando as forças comunistas no Iraque e na província síria da RAU. Será neste contexto que os Estados Unidos irão restabelecer sua proximidade com o Egito e, como consequência,

---

185 Idem: 92.

186 A presença do Iraque no Pacto restará meramente formal até sua saída oficial, em marco de 1959. Ver HOWARD, H (1972) *The regional pacts and the Eisenhower Doctrine*: 92.

187 LAURENS, H. (2002) *Le moyen-orient au 20e siècle*: 118.

188 O Coronel Abdel al-Salam Arif, que liderou o golpe junto à Qasim para depor a monarquia, foi recebido por Nasser em Damasco logo após a revolução em cerimonial de reconhecimento. Sua ligação ao nacionalismo árabe nasserista era estreita, ao mesmo tempo que possuía uma posição respeitável dentro da junta. Três meses após a revolução, num golpe político orquestrado por Qasim, Arif é preso e condenado à morte por traição. Ver KERR, M. (1965) *The Arab Cold War*: 23.

189 KERR, M. (1965) *The Arab Cold War*: 25.

renovar acordos de cooperação econômica e ajuda alimentar. Antes de adentrar os detalhes dessa nova relação, importa aqui ressaltar o papel central exercido pelo Iraque na definição, por parte da RAU, da política externa para o entorno árabe durante os anos de fusão entre Egito e Síria.

### 3.3.1. A RAU e o novo governo iraquiano

É interessante, neste aspecto, notar como a “revolução” iraquiana não extinguiu a rivalidade secular inter-árabe entre Cairo e Bagdá. Malcom Kerr chamou essa nova dinâmica competitiva entre os Estados “progressistas” do Crescente Fértil, e em especial entre Nasser e Qasim, de a “Guerra Fria árabe”.<sup>190</sup> O autor descreveu o afastamento de Nasser para com a revolução iraquiana acentuando como razão central o temperamento pessoal de Qasim, isto é, ressaltando o caráter do indivíduo que logrou centralizar em suas mãos o poder do Estado no Iraque:

The problem for the UAR government was that Qasim was an Arab revolutionary whose behavior defied conventional expectations and explanations. He failed to cooperate in the march towards Arab unity, or even to pay President Abd al-Nasir any of the respect that other revolutionary leaders did; he threw Nasir's suspected admirers into jail by the thousands; thus he made himself an open enemy, and had had somehow to be countered. But this was difficult. Had he been just another reactionary, like King Husayn or Nuri al-Sa'id, he would have posed no serious threat to Nasir's moral prestige, and the line of counter-attack would have been clear and familiar. But the course he was no reactionary: he was a flaming radical, a hero to the slum-dwellers of Baghdad, the enemy of Nasir's presumed imperialist enemies and a friend of Nasir's presumed friend, the Soviet Union.

...Because Qasim was the man he was, and followed the policy he did, he posed a threat to the integrity of Syrian-Egyptian union. Syrians could not very well feel that he was conspiring with King Husayn or the Israelis or the American Central Intelligence Agency to undermine their nationalist virtue. They had joined the Egyptians partly for protection against the Baghdad monarchy; now the Baghdad monarchy was gone, and the need for protection with it. They had also joined Egypt in order to stimulate the overthrow of conservative regimes and bring such countries as Iraq into an Arab union. They could now see that the regime indeed fallen, but that union was not the result.<sup>191</sup>

Anouar Sadat, antigo membro dos Oficiais Livres e presidente do Egito após a morte de Nasser (isto é, entre 1970 e 1981) apresenta uma perspectiva diferente, associada ao temor gerado por uma nova superpotência egípcia capaz de ameaçar todos os demais poderes árabes,

---

190 KERR, M. (1965) *The Arab Cold War*, 58-64.

191 Idem: 24

fosse derrubando aqueles ditos “reacionários”, fosse impondo através de uma escala hierárquica a subordinação daqueles ditos “progressistas”:

Muitos países árabes não se mostraram satisfeitos com a fusão (entre Egito e Síria). A Arábia Saudita, particularmente, desejava que a Síria se mantivesse neutra, já que os sauditas compartilhavam a fronteira com aquele país. A Arábia Saudita tinha, efetivamente, pago, com regularidade, “salários” a alguns líderes partidários sírios, dirigentes governamentais e ministros para a manutenção do *status quo*. E agora que a Síria se unia ao Egito, outros países árabes sentiam aumentar seu receio de que Nasser viesse a fazer com eles o que tinha feito em relação à Síria. Essa foi a reação experimentada pelo Rei Hussein da Jordânia, o general Qasim do Iraque e o presidente Chamoun do Líbano. Todos começaram a recear que o novo poder emergente da união egípcio-síria viesse a perturbar o equilíbrio da região. Essa apreensão não era sentida só pelos países árabes, mas também por Israel e os representantes do imperialismo ocidental.<sup>192</sup>

Sob a ótica de Sadat, a oposição ao poder egípcio potencializada por sua associação com a Síria não advinha apenas do caráter individual do homem que rivalizava com Nasser pela liderança dos Estados “progressistas”, mas sim representava a percepção generalizada entre lideranças locais de diferentes ideologias que uma potência egípcia regional significava, efetivamente, o enfraquecimento de todos os demais poderes árabes. Diante da tensão despertada com a união, certo apaziguamento entre a RAU e os demais Estados árabes aconteceu após a reunião da Liga Árabe em abril de 1959. Na ocasião, Jordânia e Arábia Saudita buscavam garantias egípcias para com a integridade de seus territórios. A partir de agosto de 1959, acordos são firmados e as relações com a Jordânia e a Arábia Saudita serão normalizadas numa espécie de trégua que durará até 1961.<sup>193</sup>

### 3.3.2. Nasser e os últimos anos do governo Eisenhower

Já com os Estados Unidos, embora houvesse um conflito de interesses a respeito do Líbano, a crescente influência do partido comunista no governo iraquiano e os consequentes desentendimentos de Nasser com a União Soviética serviram como base para a reaproximação entre os dois Estados. O peso da presença soviética no Iraque, assim como a continuidade das atividades do partido comunista sírio na clandestinidade faziam Nasser perceber o “espectro do comunismo” como o principal modelo de Estado concorrencial ao nacionalismo árabe.<sup>194</sup> Além disso, o fato de haver um Estado árabe disposto a recusar a neutralidade para se aliar tacitamente ao bloco soviético, como era o caso do Iraque revolucionário pós-1958, criava um

192 SADAT, A (1978) *Autobiografia*: 139.

193 FERRIS, J. (2013) *Nasser's gamble*: 27.

194 KERR, M. (1965) *The Arab Cold War*: 27.



precedente que, em última instância, impactava sobre o neutralismo nasserista pois reduzia sua capacidade de barganha frente o governo de Moscou.

Diante do desafio iraquiano, a orquestração da diplomacia egípcia visava, portanto, um movimento de aproximação com Estados Unidos e seus dois Estados-clientes, Arábia Saudita e Jordânia, objetivando com isso isolar o governo iraquiano no plano regional ao mesmo tempo que criaria internamente um ambiente propício para dedicar-se a contrapor a “ameaça comunista”. Como resultado, cresceram as críticas internas do partido Baath sírio, que acusava Nasser de aliar-se aos governos reacionários e imperialistas e, assim, deturpar os valores do nacionalismo árabe.<sup>195</sup> Dito de modo breve, o período experimental de fusão entre Egito e Síria foi marcado pela rivalidade entre a RAU e o Iraque numa escala que mobilizava as alianças regionais a favor de um ou outro. Como consequência dessa rivalidade, a diplomacia egípcia se afasta da União Soviética e se reaproxima dos Estados Unidos durante todo o período de vigência da RAU (1958 a 1961), enfraquecendo a percepção americana, contida na doutrina Eisenhower, de que o Egito seria uma ameaça aos seus interesses na região. Na esfera interna, a aproximação entre Nasser e monarquias árabes como a Jordânia e a Arábia Saudita serve para enfraquecer seu prestígio junto ao partido Baath e movimentos sociais “progressistas” apoiadores do regime.

Em junho de 1961, Nasser buscará reafirmar sua liderança sobre o mundo árabe enviando tropas e armamentos à recém independente monarquia do Kuwait,<sup>196</sup> ameaçada pelo projeto expansionista do governo Qasim que pretendia anexá-la a força. Este chegou a anunciar o Kuwait como a “província iraquiana do sul” ao mesmo tempo em que preparava suas tropas para a tomada do palácio do Sheik Abdulah III al-Salim al-Sabah e a “liberação” do país. A ação militar egípcia para conter a ameaça iraquiana sobre o Kuwait reforçou a posição do país ao lado do bloco ocidental na Guerra Fria e das monarquias árabes da Arábia Saudita e da Jordânia dentro da dinâmica geopolítica interna ao Oriente Médio. O fato de que, nesta ocasião, as tropas egípcias atuaram ao lado de tropas britânicas aterrissadas a pedido do Sheik do Kuwait suscitou novas críticas de opositores dentro da RAU, que novamente acusavam Nasser de aliar-se às potências imperialistas.

Entretanto, esta aliança de conveniência com o bloco ocidental na esfera árabe era contrabalançada pela participação egípcia em outros tabuleiros. Ainda em 1961, o Egito irá expandir a intervenção militar em nome do Terceiro-mundismo para o Congo, afim de

---

195 Idem: 26

196 O Principado do Kuwait fora um protetorado britânico desde 1899 até junho de 1961. A independência se deu por um acordo entre Grã-Bretanha e a monarquia local. Em 1961, a produção de petróleo do Kuwait era uma das maiores do mundo e sua população, uma das menores entre os Estados árabes.

proteger o governo de Patrice Lumumba contra o risco de um golpe de Estado apoiado pelo bloco ocidental. Neste caso, não terá sucesso, e o presidente congolês será assassinado e substituído por um governo pró-ocidental.<sup>197</sup> A reação do Egito será vigorosa, condenando toda presença européia e estadunidense na África e no Oriente Médio.<sup>198</sup> Ao mesmo tempo, o Egito intensificava o fornecimento de treinamento e armas aos grupos rebeldes argelinos que lutavam contra a ocupação francesa.<sup>199</sup> O Egito buscava ainda exercer influência sobre as elites africanas adotando um programa de estímulo ao acolhimento de profissionais oriundos de diferentes regiões da África dispostos a aprofundar sua formação nas instituições egípcias. O mesmo acolhimento era também dado aos refugiados políticos nacionalistas e anticolonialistas.

### 3.3.3. O esfriamento das relações entre Cairo e Moscou.

Independentemente da postura abertamente anticolonialista na esfera africana, o termômetro da relação entre Egito e União Soviética mantinha-se ancorado no desenvolvimento dos acontecimentos sobre o tabuleiro do Oriente Médio. Ali, os anos de união com a Síria terminaram por significar a retração das relações com a União Soviética iniciadas desde o estabelecimento de acordos para transferência de armas, em 1955. De início, em função da imposição do sistema político de partido único e a consequente supressão dos então expressivos partidos comunistas sírios, a União Soviética questionava o modo como era feita a união. O líder do partido comunista sírio, Khaled Baqdash, partiu ao exílio na Europa do leste e dali multiplicou os ataques verbais contra a RAU a partir da imprensa comunista. Todo este contexto serviu para que Nasser passasse a ser visto como um obstáculo ao avanço da política soviética na região. Como reação, os soviéticos decidem adotar como estratégia o apoio aberto aos agrupamentos e partidos comunistas dentro do mundo árabe, acreditando com isso serem capazes de impulsionar a ascensão de uma nova liderança confiável e capaz de rivalizar com Nasser dentro do bloco de líderes regionais “progressistas”.

Certos eventos explicitam a tensão na maneira como se conduziu a relação entre Egito e União Soviética durante este período. Na ocasião da assinatura do acordo técnico e financeiro soviético-iraquiano, em 16 de março de 1959, Nikita Khrushchev declarou que o Iraque havia ganho o apoio de todas as potências “progressistas” do mundo, e criticou a

---

197 BAULIN, J. (1962) *The arab role in Africa*: 50

198 Idem: 98

199 Idem: 109-117

política anticomunista de Nasser na República Árabe Unida enfatizando que isto não significava uma mudança nas relações entre os dois países. Nasser, na ocasião, respondeu que a União Soviética não tinha o direito de interferir nos assuntos internos da República Árabe Unida.<sup>200</sup> O avanço das perseguições impulsionadas pelo governo nasserista na província síria contra os comunistas locais contribuía ainda mais para o estremecimento das relações diplomáticas, com condenações mútuas de ambas as partes. Entretanto, embora o conflito existisse na esfera verbal, a ajuda econômica dos soviéticos à RAU continuou a ser mantida, em particular no que diz respeito ao financiamento da barragem de Assuã e no apoio técnico para construção de uma indústria pesada.

### 3.3.4. O fim da República Árabe Unida

A duração da RAU foi, entretanto, curta, sem se prolongar para além do ano de 1961. A crescente rejeição interna de importantes setores econômicos e políticos sírios deveu-se ao arbitrário processo de centralização do poder egípcio, onde os quadros sírios foram paulatinamente marginalizados, a começar pela instituição das Forças Armadas.<sup>201</sup> Uma vez tornado presidente do Estado unificado, Nasser havia dado início a um processo gradual de “egipcianização” da economia síria, antes fortemente fundada na exportação de produtos alimentares organizada por uma burguesia mercantil nativa.

De início, mesmo setores importantes da economia síria, como a burguesia industrial, foram favoráveis à união, em função das possibilidades que o acesso ao mercado consumidor egípcio poderia oferecer. Mas o governo da RAU comandado por Nasser não abriu o mercado egípcio às mercadorias produzidas na Síria. Por outro lado, a estratégia de nacionalização dos principais setores estratégicos da economia síria começou a ser empreendida a partir de 1960 e seguiu o mesmo modelo então já existente no Egito. Como a Síria não possuía homens em quantidade formados para certos tipos de função na crescente burocracia da máquina pública local, uma migração de mão-de-obra técnica e qualificada ocorre a partir do Egito em direção à Síria para gerenciar as novas empresas estatais da “província norte”. Dado que não existiu contrapartida no aparelho de Estado egípcio para os sírios, verificou-se ali um processo gradual de “egipcianização” do aparelho administrativo da província síria que, por sua vez, se

---

200 MANSFIELD, P (1967) *Nasser e a Revolução Egípcia*: 89.

201 Uma das primeiras medidas de Nasser foi substituir o antigo general das Forças Armadas sírias, o general Afif al-Bizri, por um homem de sua confiança. O presidente egípcio temia em particular uma revolta comandada pelas Forças Armadas devido ao histórico de golpes na Síria. Ver JABER, K. *The Arab Ba'th socialist party -history, ideology and organization* (1966): 48.

alargava e passava a controlar a base da economia local.<sup>202</sup>

O processo de transformação estrutural da economia da província repercute negativamente entre as elites associadas à antiga organização socioeconômica. Tal fenômeno, por sua vez, impulsiona o crescimento de associações sírias de cunho político contrárias à RAU. A dissolução dos antigos partidos políticos locais para formação do partido único “Unidade Nacional”, onde os egípcios eram preponderantes, afastava os canais de influência tradicionais que o setor produtivista sírio anteriormente possuía para resguardar seus interesses de classe na esfera política. Isso é particularmente nítido quando observamos o processo de secundarização dos membros do partido Baath das funções de administração da máquina pública.

Ainda em 1959, quando pela primeira vez líderes do partido Baath como Akham Hourani e Salah al-Din Bitar decidem elevar as tarifas de importação dos produtos egípcios de maneira independente, acabam imediatamente convocados ao Cairo para serem repreendidos ao mesmo tempo em que suas medidas são revogadas pelo poder central.<sup>203</sup> Os dois membros históricos do partido Baath e teóricos do pan-arabismo decidem pedir demissão de seus postos públicos, em evidente sinal de desagravo. Pouco depois, Nasser declarou que a mesma lei marcial que já vigorava no Egito também valeria na Síria. Abdul Hakim Armer, um dos Oficiais Livres egípcios próximos ao presidente Nasser, foi enviado do Egito à Síria para governar a província com plenos poderes.<sup>204</sup> Como consequência, em 1959, o partido Baath viu seu último ministro, Khalil al-Kallas, se demitir. O partido havia com isso perdido sua legitimidade e relevância interna, mas manteve seu apoio à Nasser. Este último deu prosseguimento à prática de impor a detenção e prisão de centenas de comunistas e demais opositores ao governo nos anos seguintes, entre 1959 e 1960.<sup>205</sup>

A partir de 1961, o processo de centralização do poder nas mãos do governo egípcio atinge seu apogeu. No verão deste mesmo ano, Nasser faz passar uma série de medidas como parte de uma “reforma socialista”, que incluía a estatização de uma série de empresas e bancos privados que termina por acentuar o já grande descontentamento na classe empresarial.<sup>206</sup> No dia 28 de setembro de 1961, como consequência de um crescente movimento contestatário sírio, uma facção das Forças Armadas síria promove um golpe de Estado na província norte e assume o poder. A Síria volta a ser independente e a RAU se

---

202 KERR, M. (1965) *The Arab Cold War*: 32.

203 JABER, K. (1966) *The Arab Ba'th socialist party -history, ideology and organization*: 49.

204 *Idem. Ibidem*.

205 MANSFIELD, P. (1967) *Nasser e a Revolução Egípcia*: 90.

206 JABER, K. (1966) *The Arab Ba'th socialist party -history, ideology and organization*: 58.

dissolve. O movimento separatista vitorioso, grosso modo, tinha um caráter político conservador e era composto fundamentalmente por latifundiários, mercadores e uma camada de oficiais militares que viam na separação a única forma de preservar seus interesses. Algumas antigas lideranças do partido Baath descontentes com Nasser, como era o caso de Akham Hourani, também apoiaram o golpe.<sup>207</sup>

As razões para a criação da RAU, assim como aquelas que explicam sua dissolução, são portanto de cunho fundamentalmente interno à dinâmica política de funcionamento dos Estados. A geopolítica regional, entretanto, seria fortemente redesenhada a partir do primeiro sinal claro de recuo do “pan-arabismo” nasserista. Se por um lado o peso da estatura regional de Nasser e suas implicações para o jogo da Guerra Fria voltava a ser relativizado, por outro, as rivalidades regionais tornariam a se acirrar a partir de uma relação de maior igualdade. A segunda fase da política externa nasserista, que começou com a unificação com a Síria, termina com a dissolução da República Árabe Unida e um acúmulo de adversários regionais alocados tanto no campo de Estados “progressistas” como entre os “conservadores”. Dado o desgaste causado pelo fim da RAU, Nasser redireciona a zona de prioridade da política externa do Crescente Fértil para a península arábica. Simultaneamente à radicalização da ação estatal no âmbito das reformas econômico-sociais “socialistas” na esfera doméstica, o Egito ampliará seus esforços com o objetivo explícito de “exportar a revolução” nacionalista/neutralista para o entorno árabe, priorizando desta vez a investida sobre o “eixo reacionário”. Estados Unidos e União Soviética, mais uma vez, buscarão se adequar à nova tendência no jogo das relações interestatais regionais.

### **3.4 A projeção egípcia sobre a península Arábica entre 1962 e 1964**

Na Síria pós-RAU, o partido Baath irá ser capaz de superar as divisões internas (entre aqueles pró e contra Nasser), se reorganizar e voltar ao poder, após um breve período de crise entre 1961 e março de 1963, quando um novo golpe de Estado na Síria o recolocará no governo de forma absoluta e duradoura. Um mês antes, no dia 8 de fevereiro de 1963, um outro golpe de Estado havia posto fim ao governo do general Qasim no Iraque para que a vertente local do partido Baath assumisse o poder. Ao governar dois Estados, a Síria e o Iraque, e ainda contar com movimentos atuantes no Líbano e Jordânia, o partido Baath, ao mesmo tempo rival e parceiro do nacionalismo árabe nasserista, alcançará seu período de

---

207 Idem: 61-63.

maior expressão regional. O Egito, neste contexto, retomará durante o período inicial relações diplomáticas ativas com a Síria e negociará um acordo para a formação de Estados federativos, sendo o tema de uma nova união orgânica descartado.<sup>208</sup> No entanto, após o fim da RAU, a atenção maior de Nasser sobre a esfera regional será voltada aos países da península arábica, sendo o engajamento militar na Guerra do Iêmen (1962-1967) o acontecimento maior a definir essa nova fase na política externa nasserista pós-1961.

Com relação ao fim da RAU, Nasser reagiu à sua dissolução adotando a dupla medida de amplificar os esforços para “exportar a revolução” ao mesmo tempo em que aprofundava as reformas sócio-econômicas na esfera doméstica. Internamente, as semanas subsequentes ao fim da RAU presenciaram a adoção de uma série de medidas como a nacionalização de empresas, expropriações de propriedades latifundiárias e perseguição a opositores.<sup>209</sup> Quanto ao contexto regional, este tampouco lhe era favorável. No ano de 1962, o Egito mantinha relações diplomáticas tensas com Iraque, Jordânia, Tunísia, Marrocos, Síria e Arábia Saudita.<sup>210</sup> Em todos os mencionados países haviam agrupamentos políticos de oposição ativos que agiam como representantes locais do nasserismo, sendo que sua ação política era sistematicamente reprimida por ondas de perseguições e aprisionamentos impulsionados pela repressão do Estado no qual atuavam. O único país árabe verdadeiramente próximo ao Egito naquele contexto era a Argélia, onde o exército rebelde da Frente de Libertação Nacional (FLN) vinha há anos recebendo apoio logístico e financeiro do Egito para a guerra civil travada contra os franceses e terminada em 1962 com a independência do país. Ben Bella, liderança maior do FLN, era amigo pessoal de Nasser e um de seus poucos aliados incondicionais.

Esse relativo isolamento egípcio foi evidenciado em agosto de 1962, durante o encontro anual entre os presidentes da Liga Árabe, realizado em Beirute. Ali, a evidente tensão entre as lideranças tornou ineficiente a até então eficaz capacidade do poder egípcio de instrumentalizar a organização para fortalecer sua liderança na confecção de acordos de cooperação e solidariedade.<sup>211</sup> Essa evidente perda da capacidade política do Egito de

---

208 O golpe militar que levou ao poder o governo Baath sírio em 1963 era originalmente pró-Egito. No 17 de abril de 1963, acordaram a formação de uma federação entre Síria, Iraque e Egito tendo a Nasser como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. No dia 28 de abril, entretanto, o Comitê Militar sírio, dominado por Baathistas, decide abandonar a federação e expurgar cerca de cinquenta oficiais nasseristas de alta patente e lança campanha anti-Egito. Embora significativa, essa medida não foi capaz de abolir a influência de oficiais nasseristas nas Forças Armadas e, em 18 de julho de 1963, estes organizam um golpe de Estado apoiado com apoio dos ervíço secreto egípcio. O golpe fracassa e todos os 27 oficiais participantes são executados. Ver MUFTI, M (1996). *Sovereign creations: Pan-arabism and Political Order in Syria and Iraq*: 157.

209 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 28.

210 *Idem*, *Ibidem*.

211 *Idem*: 29.

influenciar a política interna dos demais governos árabes fez reforçar internamente a percepção de existir um ambiente regional hostil à experiência egípcia, o que gerava a necessidade de acirrar o combate contra os Estados “reacionários”. Estes últimos eram percebidos pelos estrategistas egípcios como os principais agentes contra-revolucionários de dentro do “mundo árabe”, e provocar a extinção desses governos seria a principal forma de garantir a sobrevivência dos objetivos políticos, sociais e integradores da revolução. Afinal, embora os demais governos árabes se mostrassem hostis ao projeto expansionista e unionista egípcio, Nasser ainda permanecia como o único líder popular a gozar de um reconhecimento e apelo transnacional dentro do mundo árabe. Além disso, sua influência mantinha-se considerável entre movimentos rebeldes atuantes em diversos dos países governados por dirigentes adversários, especialmente dentro das Forças Armadas. Dito de modo breve, as duas maiores armas da influência nasserista permaneciam sendo a propaganda e as articulações secretas com grupos dissidentes internos ativos nos demais países árabes.

Até 1962, a rivalidade entre o Egito e a Arábia Saudita se resumia às intrigas associadas às agências de inteligência e propaganda. Durante este período, o momento de maior tensão ocorreu em 1958 e às vésperas da união com a Síria, quando Nasser acusou o Rei Saud de financiar um complô para assassiná-lo. A partir de 1962, a tensão recrudescer e atinge uma nova escala. A razão para tanto foi o golpe de Estado no Iêmen, onde um grupo de oficiais ascende ao poder ao destituírem o Imanato governado por Mohammed al-Badr, declarando com isso a formação da república. Uma semana antes, o regime do Iêmen vinha de passar pela sucessão do trono após a morte do Imã Ahmed bin Yahya, que havia governado o país durante quatorze anos (1948-1962), sendo Mohammed al-Badr seu filho e o sucessor no trono. Um grupo dissidente do exército autônomo Oficiais Livres do Iêmen, liderado pelo general Abdel Allah al-Sallal, havia então aproveitado a vulnerabilidade característica ao processo de transição do poder hereditário próprio ao regime do Imanato para assaltar o palácio do governo na noite de 16 de setembro de 1962.

Tratava-se de mais um golpe de Estado de inspiração nasserista. Representantes do governo egípcio mantinham contatos com oficiais iemenitas desde a metade da década de 1950. A presença das Forças Armadas egípcias em solo iemenita também remonta a este período, quando eram promulgados acordos de cooperação militar e técnica onde o Egito fornecia treinamento aos soldados nativos para que estes pudessem lutar contra os britânicos. Outro fator importante a mencionar é a participação do Iêmen junto à RAU para a constituição de um Estado federativo chamado União dos Estados Árabes (UEA) em 1958. Este federação, composta por um Estado de “revolucionários” (a RAU do Baath e de Nasser)

e um outro profundamente conservador (o Imanato do Iêmen), teve uma existência formal sem maiores implicações na política doméstica para além dos já mencionados acordos de cooperação técnica e militar. As relações entre Nasser e o Imã começaram a se agravar definitivamente quando este último apoiou o general Qasim na sua investida para anexar o Kuwait. Após o fim da RAU, a UEA ainda perdurou algumas semanas até ser oficialmente dissolvida baixo declarações oficiais hostis entre Nasser e Ahmed bin Yahya.

Na ocasião do golpe do Iêmen, o Egito conhecia o planejamento da ação do grupo dissidente e estava preparado para apoiá-lo com financiamento e armamentos,<sup>212</sup> embora não tenha tido papel ativo na execução do golpe.<sup>213</sup> A família real Hamid al-Din do Imã Mohamed al-Badr, expulsa do palácio real, se refugia no interior do país, onde é acolhida em sua zona de filiação tribal, o território dos Zaidi. De lá, começará a organizar um movimento armado para retomar o poder. A vulnerabilidade do novo poder militar que controlava a capital Sana, assim como o recrudescimento do conflito com a participação de outros Estados fez com que Nasser progressivamente ampliasse a ajuda militar em armas e tropas ao Iêmen. De poucos comandos no início de outubro de 1962, a força expedicionária egípcia chegará a contar com 70.000 homens no verão de 1965.<sup>214</sup>

A Arábia Saudita, temendo o contágio do golpe em seu território, reage apoiando de diversas maneiras a restauração do antigo Imã. Originário de uma guerra civil de dimensões locais, a Guerra do Iêmen irá se transformar numa guerra regional pela hegemonia sobre o Oriente Médio que implicará na participação das duas superpotências da Guerra Fria além de outros Estados da esfera regional. Entre outubro de 1962 e dezembro de 1967, Egito e Arábia Saudita irão buscar por meios militares, políticos e financeiros controlar a guerra civil iemenita, sendo esta percebida por ambos como um evento decisivo para o futuro da região.

#### 3.4.1. O engajamento soviético na Guerra do Iêmen

Por que a União Soviética decidiria se engajar no Iêmen se o país, ao contrário de Cuba ou Alemanha Oriental, não apresentava interesse dentro da dinâmica do confronto com os Estados Unidos? Primeiro, deve-se tomar em conta o papel central do Egito como “porta de entrada” para um planejamento soviético que buscava projetar-se sobre o Oriente Médio, rompendo com uma tradicional zona de influência do bloco Ocidental onde repousavam

---

212 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 35.

213 Idem: 31.

214 Idem: 3.



interesses de ordem energética cruciais para a economia europeia. Havia, desta maneira, um certo consenso entre os *policymakers* soviéticos de que a derrota de Nasser poderia implicar negativamente sobre os objetivos soviéticos na região. Como disse Mikhail Gorbachev, na ocasião de uma conversa gravada para o livro de Karen Brutents, “...*during the Nasser's time, we all (the soviets) left the development of Soviet-Arab relations to him... even after the victory of the Lybian revolution, we went to Nasser and through him -to Moscow*”.<sup>215</sup>

Em segundo lugar, existia o real interesse do governo Khrushchev de reforçar sua política de penetração no Terceiro Mundo via os movimentos de libertação nacional em voga com a descolonização. Essa estratégia global, como já dito no primeiro capítulo, teve como marco o ano de 1955 e o surgimento do movimento dos não-alinhados de Bandung. Sob a perspectiva soviética, o apoio a Nasser, um dos líderes do “terceiro-mundismo”, era também uma forma de propaganda para expor o engajamento soviético ao lado dos países “libertados” do jugo colonial e que advogavam a “libertação” dos demais. Apoiar o “modelo expansionista egípcio” era, sob essa ótica, um meio de cimentar o caminho para a projeção soviética. Por razão de cálculos estratégicos-militares, o suporte ao projeto expansionista e desenvolvimentista egípcio era tomado como objetivo regional prioritário, o que ajuda a explicar a pronta adesão russa ao pedido de ajuda militar egípcia para a Guerra do Iêmen.

Por outro lado, do ponto de vista do Egito, o engajamento na guerra do Iêmen era fundamental para manter sua legitimidade e respeitabilidade como vanguarda do movimento pan-arabista. Além disso, essa estratégia permitia, de forma derivativa, reforçar sua estatura internacional diante das superpotências da Guerra Fria. A União Soviética, neste caso, era vista por Nasser como o canal pelo qual o Egito poderia se tornar uma potência militar.

Assim, a guerra do Iêmen também serviu para marcar a reaproximação entre Egito e União Soviética após o período da RAU. A relação pessoal entre Nasser e Khrushchev jamais deixou de existir mesmo durante o período entre 1958 e 1961, dado que sua manutenção sempre fora de interesse estratégico mútuo, de modo que transcendia eventuais fricções produzidas por ocasião da perseguição interna de Nasser aos comunistas ou o apoio da URSS ao general Qasim. Nasser precisava da União Soviética, assim como de um canal aberto com os Estados Unidos, para utilizar o neutralismo como alicerce para seus objetivos de potência regional. Sua projeção sobre o sistema de Estados do Oriente Médio, ao mesmo tempo, era sustentável enquanto mantivesse sua neutralidade face a rivalidade da Guerra Fria.

Ao estudar os arquivos disponíveis da diplomacia soviética, Ferris ressalta a

---

215 GORBACHEV, M. *apud* FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 72.

constatação russa das fragilidades existentes na preparação militar do corpo dirigente das Forças Armadas egípcias, problemas estes que iam desde a forma como funcionava a cadeia de comando da instituição até a falta de conhecimento sobre como utilizar os armamentos modernos transferidos pela União Soviética ao Egito. Além disso, o Egito possuía dificuldades consideráveis para atuar na guerra do Iêmen, a começar pela ausência de domínio sobre materiais essenciais para a preparação para a guerra. Nos primeiros meses de guerra, faltavam mapas topográficos que cobrissem a totalidade do território iemenita. Não havia embaixada egípcia no país até 1961 e, de maneira geral, as informações sobre a disposição da população no território e a geografia eram insuficientes.<sup>216</sup> As Forças Armadas eram comandadas desde 1955 pelo Oficial Livre Mohamed Armer, amigo pessoal de Nasser e considerado incompetente e despreparado pelos soviéticos para exercer a função da qual era encarregado. Os russos já mantinham acordos para o treinamento das tropas egípcias desde 1955, e estes foram profundamente ampliados após 1962.

Após o início da guerra do Iêmen, conforme avança a aquisição de equipamentos para a guerra, os treinamentos organizados pelos soviéticos mantinham atenção especial sobre as técnicas de manutenção e pilotagem de caças. Uma vez que o treinamento tomava semanas e a guerra já acontecia, acordos de cooperação emergenciais foram feitos, que incluíam o envio de militares soviéticos experientes no uso dos aparelhos militares e na logística do transporte de tropas e armas, para que estes pudessem atuar na guerra sob o comando de Nasser até que pilotos egípcios estivessem aptos a substituí-los. Entretanto, novos acordos como este aconteceram após o fim do treinamento e ao longo de todo o período de conflito, em função da crescente demanda por armas e da necessidade de renovação das tropas, dado que a guerra se desenvolvia para além do que originalmente esperava o governo egípcio.<sup>217</sup> É importante ressaltar que a participação soviética com comandos, transportes (os soviéticos chegaram a enviar técnicos nacionais para a construção de um aeroporto em Rabah, no norte do Iêmen, em 1963) e armamentos sempre esteve subordinada ao comando egípcio ao longo de todo o período, o que evidenciava uma forma de parceria não subordinada entre Estado-provedor e Estado-cliente, diferente da tradicional relação existente entre as superpotências e seus países satélites que integravam os respectivos blocos no jogo da Guerra Fria.<sup>218</sup>

Por outro lado, esse apoio militar sistemático da parte da União Soviética reforçaria a dependência egípcia para com este país. Essa condição tornar-se-ia patente com a queda de

---

216 ABOUL-ENEIN, Y. (2004) *The egyptian-yemen war: egyptian perspectives on guerrilla warfare*.

217 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 80-88.

218 *Idem*: 98.

Khrushchev em 1964, quando os oficiais egípcios não possuíam segurança sobre o posicionamento do governo sucessor em relação aos financiamentos e fornecimentos de armas. Esta vulnerabilidade punha em questão a própria validade do não-alinhamento nasserista, que em última instância iria repercutir no estremecimento das relações com Washington. A crise na relação entre os dois países atingiria o auge em 1965.

### 3.4.2. A relação conflitante entre o Egito e os Estados Unidos

Após a secessão entre Egito e Síria, Nasser passou a ser visto como um líder enfraquecido e, portanto menos apto a influenciar nos acontecimentos da esfera regional, tonando-se mais cômodo aos interesses americanos. Por outro lado, do ponto de vista de Washington, o nacionalismo árabe passou a ser percebido, depois de um período inicial no qual era subestimado, como uma arma ideológica a qual os Estados Unidos eram incapazes de se opor. Como a expectativa americana mantinha-se centrada em assegurar a provisão do petróleo e afastar a influência soviética, Nasser passou a ser visto como alguém com quem se poderia trabalhar visando interesses comuns. Durante o período em que o conflito interno ao mundo árabe estava centrado na rivalidade entre comunistas e nacionalistas, materializado na disputa Nasser-Qasim, Washington buscava evitar que o foco do confronto fosse redirecionado à dicotomia entre Estados revolucionários árabes e os Estados conservadores.

A administração americana também mudou durante o período da RAU. Em maio de 1959, morreu John Foster Dulles, antigo desafeto pessoal de Nasser. Por outro lado, John Kennedy (1961-1963), estabelecerá uma relação próxima à Nasser, defenderá a “força do nacionalismo árabe” em seus discursos<sup>219</sup> e multiplicará os acordos de cooperação econômica. Para a política externa do novo governo americano, o Egito estava inscrito dentro da nova política estadunidense orientada para o Terceiro Mundo, que seria um contraponto à política soviética em prol dos movimento de libertação nacional. Nessa nova visão, ao contrário do que havia sido feito com a doutrina Eisenhower, os nacionalistas populares não deveriam ser temidos mas sim abraçados caso manifestassem o desejo de estabelecer relações.<sup>220</sup>

As ações de Kennedy para mostrar interesse na aproximação com Nasser foram: 1) fez circular uma carta aos líderes árabes prometendo apoio à Comissão de Conciliação das Nações Unidas para resolver o problema dos refugiados palestinos, baseando-se na reparação e compensação por perda de propriedade; 2) os Estados Unidos ainda votariam contra Israel

---

219 LITTLE, D. (1988) *New frontier on the Nile: JFK, Nasser and Arab nationalism*: 501.

220 *Idem*: 502.

nas Nações Unidas a respeito do míssil lançado de Jerusalém em retaliação à Síria; 3) Kennedy nomeou John Badeau como novo embaixador dos Estados Unidos no Egito. John Badeau era um respeitado arabista que havia sido presidente da American University of Cairo e conhecia Nasser pessoalmente. A equipe de *policymakers* de Kennedy acreditava que as relações entre-Estados podiam ser manejadas de maneira científica.<sup>221</sup>

A relação entre Egito e Estados Unidos nos anos 1960 se baseou na cooperação econômica fundada na importação de alimentos (especialmente trigo, mas também outros produtos alimentares) a baixo custo. Os termos da cooperação eram estabelecidos pelo programa estadunidense *Agricultural Trade Development and Assistance Act* de 1954, também conhecido como *Public Law 480* (PL 480), uma forma encontrada pelo Departamento de Estado americano de usar a venda do excedente da produção de alimentos nacional como instrumento de política externa voltada para atrair o Terceiro Mundo para sua esfera de influência. Os termos incluíam facilidades como pagamento em moeda local do país importador e importantes benefícios sob a forma de empréstimos e doações.

A dependência egípcia dos alimentos americanos estava baseada na coincidência de três fatores: um vertiginoso crescimento demográfico, a posse de um número limitado de terras agricultáveis e reduzidas reservas internacionais. Evidentemente, os alimentos vendidos com os preços abaixo do mercado tornavam o produto americano mais interessante quando comparado a outros, mas para além das facilidades com a forma de pagamento e o baixo preço, a consolidação de canais diplomáticos e comerciais abertos com os Estados Unidos era um pré-requisito fundamental para a funcionalidade do neutralismo como instrumento à serviço de uma agenda doméstica do governo egípcio.

Diante do ambicioso programa de desenvolvimento posto em prática a partir de 1960-1961, a cooperação econômica americana na forma do comércio de alimentos teve um valor de significativa importância. Em 1962, o Egito importava 50% dos produtos alimentares consumidos no país, sendo que praticamente dois milhões de toneladas anuais do trigo vinham dos Estados Unidos. Um dado que permite ilustrar a importância dessa ajuda era o fato do Egito ter como receita anual, em 1962, em torno de 500 milhões de dólares, e a ajuda americana o permitia poupar cerca de 180 milhões (pouco mais de um terço) de dólares caso fosse comprar os mesmos produtos a preço de mercado.<sup>222</sup>

A premissa para uma ajuda externa massiva como esta por parte do governo Kennedy estava sustentada pela expectativa de solidificar uma parceria de longa duração que atendesse

---

221 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 216.

222 Idem: 103. Ver também SADAT, A. (1977) *Autobiografia*.

a interesses mútuos. O privilégio egípcio na estratégia americana não era devido ao fato do país possuir petróleo em quantidade significativa para o mercado internacional, como era o caso da Arábia Saudita, mas sim por sua representatividade e influência sobre a política regional, onde sua projeção e comportamento poderiam ser melhor controlados quanto maior a relação de dependência entre um crescimento saudável da economia nacional e a manutenção de boas relações diplomáticas com os Estados Unidos.

É importante aqui sublinhar a relação pessoal desenvolvida entre Nasser e Kennedy, que acontecia em alto nível, com trocas de cartas pessoais entre ambos. Estrategistas estadunidenses acreditavam que essa aproximação poderia trazer o Egito para o caminho do desenvolvimento socioeconômico e da modernização. Segundo Little, Kennedy pensava poder construir com Nasser uma relação modelo para a relação dos Estados Unidos com os outros Estados não-alinhados.<sup>223</sup> O enfoque de Kennedy era o “progresso” e o “desenvolvimento”, e todo governo nacionalista e neutralista que manifestasse este interesse, deveria ser apoiado. Como disse o próprio presidente, “...if neutrality is the result of a concentration of internal problems, raising the standard of living of the people and so forth, particular in the underdeveloped countries, I would accept that”.<sup>224</sup> Os estrategistas americanos esperavam que, em prol da parceria por uma política ajustada ao desenvolvimento, o contencioso árabe-israelense pudesse ser “congelado”.

Efetivamente, a questão palestina permaneceu em segundo plano, talvez não apenas pela cooperação ao desenvolvimento, mas especialmente em virtude dos acontecimentos na península arábica. A capacidade dos Estados Unidos de influir sobre os dois principais atores externos à guerra do Iêmen, isto é, Egito e Arábia Saudita, estava associada à importância dos acordos de cooperação econômica e militar mantidos com ambos os países, cujas demandas tornavam-se crescentes conforme ampliavam-se os custos do conflito. A Arábia Saudita, ao contrário do Egito, era abastecida com armamentos e treinamento americano. Essas relações de cooperação importantes, entretanto, não eram capazes de controlar o comportamento de ambos os Estados face à dinâmica das rivalidades interestatais regionais, evidenciando novamente o alto grau de autonomia da política regional face a relação entre Estado-provedor e Estado-cliente.

O limite do alcance da estratégia de ingerência do poder americano sobre o Egito e a Arábia Saudita, no caso da guerra do Iêmen, era melhor exemplificado no processo de reconhecimento do novo governo revolucionário que controlava Sana. Nasser esperava obter

---

223 HEIKAL, M. (1971) *Nasser, les documents du Caire*: 169-204

224 KENNEDY, J. apud LITTLE, D. (1988) *New frontier on the Nile: JFK, Nasser and Arab nationalism*: 503.

apoio americano para exercer pressão sobre Riad.<sup>225</sup> A estratégia americana consistia em usar a cooperação econômica para acabar com o conflito no Iêmen. Havia o temor de que o prolongamento do conflito pudesse causar instabilidade na política doméstica das monarquias da Arábia Saudita e da Jordânia, em particular por conta do impopular financiamento desses Estados aos monarquistas do Iêmen. Egito e Arábia Saudita eram, naquele contexto, os dois maiores parceiros americanos na sua estratégia para o Oriente Médio. Ao mesmo tempo, engajavam-se em lados opostos no Iêmen numa guerra que reproduzia um conflito entre os interesses hegemônicos regionais dos dois países.

Nas negociações com a Arábia Saudita, os Estados Unidos aceitaram transpor um esquadrão da aeronáutica para conter os ataques egípcios. Já os britânicos pressionavam para que os EUA apoiassem, como eles já faziam, os exércitos tribais monarquistas. Entretanto, a despeito da pressão de dois de seus aliados, os Estados Unidos reconheceu a República do Iêmen no dia 19 de dezembro de 1962, sem condicionar esse gesto à retirada total das tropas egípcias, o que foi visto como uma vitória diplomática do nasserismo. Em seguida, foi a vez da Organização das Nações Unidas reconhecer o novo poder de Sana como o legítimo governo do país.<sup>226</sup>

A guerra, entretanto, prosseguiu com períodos de acirramento da violência e outros que mais assemelhavam-se a uma guerra de baixa intensidade. O envio de tropas e armas por parte do Egito cresceu conforme sofisticava-se a guerra. Neste ponto, o território saudita passou também a ser visado: ataques do Egito eram feitos no sudoeste da Arábia Saudita, em particular nas cidades de Najran e Jizran. Ali permaneciam as principais bases de apoio saudita à guerrilha monarquista iemenita, e os ataques egípcios eram realizados para prevenir o transporte de armamentos.<sup>227</sup> A ameaça ao território saudita passou a incomodar Washington, atento em garantir a segurança do acesso às reservas de petróleo que naquele país existiam.

Em janeiro de 1963, a guerra se intensifica e atinge altos níveis de violência. As tribos monarquistas armadas pela Arábia Saudita haviam cercado a capital Sana. Isso fez dobrar o número de soldados e armamentos egípcios na região em relação ao período do reconhecimento do governo americano, no mês anterior. A contraofensiva egípcia dos meses seguintes conseguiu afastar o risco de perda da capital, mas aprofundou gastos no orçamento do Estado egípcio.

---

225 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 106.

226 SCHMIDT, D. (1968) *Yemen: the unknown war*: 186.

227 JONES, C. *Britain and the Yemen civil war, 1962-1965*: 65. Ver também: ABOUL-ENEIN, Y. (2004) *The Egyptian-yemen war: Egyptian perspectives on guerrilla warfare*.

Retomaram-se então as iniciativas para o desarmamento e desengajamento de Arábia Saudita e Egito na guerra do Iêmen, sob intermediação dos Estados Unidos. Como observa Ferris, o conflito foi o assunto predominante na maioria das cartas trocadas entre Nasser e Kennedy.<sup>228</sup> Entretanto, embora houvesse um compromisso formal assumido por Arábia Saudita e Egito para o fim do engajamento na guerra, havia o temor de que isso resultasse no colapso da própria república, em função da diversidade de grupos armados atuando no território.<sup>229</sup>

O fracasso nas negociações mediadas pelos Estados Unidos para o fim do conflito fizeram com que Egito e Arábia Saudita ampliassem sua força em território iemenita. Em outubro de 1963, o Egito já contava com cerca de 30.000 militares atuando na região. Isso fez com que no congresso americano, já no fim do governo Kennedy, uma parte dos deputados comesse a pressionar pela retração da ajuda econômica ao Estado egípcio. A duração da guerra passava a ameaçar a estabilidade de toda a região do Golfo, e em particular a sobrevivência do governo saudita.

No dia 22 de novembro de 1963, morre John Kennedy. Lyndon Johnson, seu substituto, tinha posicionamentos de certa forma contrários ao seu antecessor: não nutria particular simpatia por Nasser, era abertamente pró-Israel, tinha suas preocupações internacionais objetivamente voltadas para a Guerra do Vietnã e os interesses sobre o petróleo do Oriente Médio. Assim, foram diversos os fatores que contribuíram para o estremecimento das relações entre Nasser e o governo Johnson. Em 1963, Nasser decide apoiar o movimento independentista de Aden, chamado Frente Nacional de Libertação (FNL). Aden, ao sul do Iêmen, era oficialmente um protetorado britânico desde 1937, embora já fosse desde 1839 controlado pela Companhia Britânica da Índia Oriental. Após a expulsão britânica do canal de Suez, tornara-se a principal base inglesa remanescente no Oriente Médio. A independência de Aden em 1967 (seria renomeado “Iêmen do Sul”) irá significar a segunda expulsão de uma base militar britânica de relevância estratégica no Oriente Médio na qual Nasser estaria engajado.

Entretanto, o efeito de apoiar os rebeldes de Aden não se resumia a uma nova campanha publicitária do pan-arabismo: com o desenrolar do conflito, o Egito passou a ver também a libertação de Aden como essencial para a salvaguarda da revolução iemenita, dado que os britânicos apoiavam as forças monarquistas. A partir daí, a ajuda na forma de financiamento, armas e treinamento militar, que antes era fornecida pelo Egito ao governo que

---

228 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 121.

229 Idem: 122.

controlava Sana, passou a se estender também para o FNL de Aden. A Grã-Bretanha, em resposta, pressionou os Estados Unidos a cortarem definitivamente a ajuda econômica do Egito. A cidade portuária de Aden era essencial para o sistema anglo-americano de defesa do Golfo Pérsico, dado a importância da base militar britânica ali instalada. Em meio a um clima de crescente tensão entre Egito e Estados Unidos, a embaixada americana no Cairo é incendiada por populares em janeiro de 1964. Em novembro do mesmo ano, os Estados Unidos retiram a oferta de 20 milhões de empréstimos em *commodities* ao Egito, em parte porque Nasser não reduziu seu contingente militar no Iêmen.<sup>230</sup>

Em dezembro de 1964, ocorre a ruptura: os Estados Unidos decidem suspender a ajuda econômica (fundada sobre a transferência de produtos alimentares) ao Egito a partir do ano seguinte. A projeção da influência egípcia passou a ser vista como uma ameaça intolerável aos interesses dos Estados Unidos na região. O desgaste com os Estados Unidos no Iêmen se somava aos posicionamento contrário do Egito em outros tabuleiros dos quais ambos os países haviam atuado em lados opostos, como ocorreu no Congo e na Argélia.

O histórico recente de conflito de interesses geopolíticos ainda incluía o fornecimento de armas por parte de Nasser ao movimento rebelde do Sudão, que por sua vez lutava contra o governo apoiado pelos Estados Unidos. Nada, entretanto, era mais significativo que os riscos para os interesses americanos no Oriente Médio gerados com a guerra do Iêmen.

Em momentos de crise externa com uma ou outra superpotência, a arma do governo egípcio tornava-se a propaganda anti-imperialista associada ao neutralismo. Uma vez anunciada a redução da ajuda ao Egito pelos Estados Unidos, Nasser proclamou o seguinte discurso:

Our policy is an independent one; we say that we deal with the world powers on the basis that no one intervenes in our affairs. But if the Americans understood that they give us aid so that they could come and dominate us and dominate our policy, I tell them, (we are) sorry! We are prepared to forego a little tea... (and to) reduce our consumption of certain products to preserve our independence...I tell (US Ambassador Battle) here: He who does not like our behavior can drink from the sea, and if the water of the Mediterranean is not enough for him, we offer him the Red (Sea) as well!...We are not prepared to accept (that kind of) talk from anyone. Anyone who (so much as) says a word to us, we shall cut his tongue... We have honor...and we are not prepared to sell that honor for a billion pounds.<sup>231</sup>

A ocasião é vista por especialistas da história diplomática egípcia como a justificativa final para a suspensão total da ajuda americana, assim como a ruptura das relações

---

230 Idem: 135.

231 Idem: 138.



diplomáticas.<sup>232</sup> Suas consequências para a esfera econômica foram imediatas: nos anos 64-65, o Egito estava envolvido com uma crescente despesa com gastos militares, déficit comercial, dívidas em pagamentos no exterior. Os gastos com defesa subiram de 7.1% do PIB em 1961-1962 para 21.2% m 1964-65. Em 1964, a déficit na balança comercial atingiu 175 milhões de libras egípcias, isto é, quase 9% do PIB excluindo-se a importação de armas. As receitas do Canal de Suez possuíam papel crucial para o pagamento de déficits.<sup>233</sup>

É preciso aqui ressaltar a transformação do posicionamento americano face o engajamento egípcio na guerra ao longo dos anos. De início, poucos meses após o envio das primeiras tropas egípcias, Kennedy reconheceu o novo governo iemenita apoiado por Nasser. Três anos depois, as relações entre Egito e Estados Unidos são suspensas temporariamente. A questão a esclarecer, portanto, diz respeito ao porquê dessa mudança na política estadunidense. Como já dito, a partir do início da guerra do Iêmen, a questão principal nas relações entre estes dois países passou a girar em torno do desenrolar do conflito.<sup>234</sup> Quanto mais a guerra se aprofundou, maior se tornou a dependência egípcia em materiais e técnicos para a empresa militar. Como consequência, os *policymakers* americanos passaram a ter a impressão de estarem subsidiando, do lado egípcio, uma guerra de libertação nacional armada pela União Soviética.<sup>235</sup> Os anos entre 1962 e 1963 foram de crescente tensão entre Egito e Estados Unidos, em particular quando a guerra começou a ameaçar a integridade territorial da Arábia Saudita, com bombardeamentos egípcios no sudoeste do país. A Arábia Saudita era o Estado vital na hierarquia dos interesses regionais estadunidenses, e o risco da guerra do Iêmen terminar por produzir o fim da monarquia saudita passou a ser visto como a principal ameaça a ser contida.

### 3.4.3. A ascensão da Arábia Saudita como potência árabe rival ao nasserismo

Quanto à Arábia Saudita, seu posicionamento contra o nacionalismo árabe e o nasserismo se consolida ao longo da guerra do Iêmen, impulsionado pelo crescimento da renda petroleira em função da criação de mecanismos para o controle dos preços a partir da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Sua contrapartida para um projeto de projeção regional rival ao nasserismo consistia na construção de uma rede de influência transnacional de movimentos e organizações políticas vinculadas à propagação da ideologia

---

232 BURNS, W. (1985) *Economic aid and american policy toward Egypt, 1955-1981*: 6.

233 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 140.

234 Idem: 104.

235 Idem: 106.

de Estado sunita-wahabita. Além disso, o considerável aumento das rendas do petróleo, impulsionado pela criação da OPEP,<sup>236</sup> dotava o Estado saudita de recursos materiais para implementar uma política externa mais agressiva, organizando encontros internacionais pan-islâmicos, financiando empréstimos a diferentes Estados, construindo alianças e projetando-se como uma liderança do “mundo islâmico”.

Ao integrar a OPEP, a Arábia Saudita mudava de estratégia em relação à região e ao nacionalismo árabe, repudiando seus irmãos árabes “pobres”, porque não produtores, e criando com isso a cisão político-ideológica interna ao mundo árabe na forma como desejavam Estados Unidos e Grã-Bretanha. Como observou Ferris, *...the postwar petroleum order was therefore secure following a decade of severe challenges from Arab nationalism, but it was falling prices and Arab antagonism, rather than Anglo-American diplomacy, that finally fulfilled American and British goals.*<sup>237</sup>

Diante desse quadro, o conflito do Iêmen se prolongava enquanto a Arábia Saudita via sua renda petroleira crescer consideravelmente ao mesmo tempo em que o Egito via os custos da guerra comprometerem seus programas internos de desenvolvimento econômico, fator este ainda acentuado a partir do estrelecimento das relações com os Estado Unidos. Neste contexto, as investidas de Nasser contra a Arábia Saudita incluíram a cooperação com o grupo dissidente saudita “Príncipes Livres”, liderado pelo príncipe Talal ibn Abd al-Aziz, próximo ao nasserismo e que reivindicava reformas econômicas ainda mais drásticas que aquelas programadas por Faisal, já que incluíam a modernização da esfera política, com a criação de uma constituição e uma Assembléia Nacional Representativa. Os Príncipes Livres tentam um golpe de Estado e o assassinato do Rei Faisal em 1964, mas fracassam e são executados.

O rei saudita, envolto em uma crise política interna, decide assumir oficialmente também a condição neutralista, de modo que isso pudesse lhe permitir controlar a pressão de setores internos simpáticos ao nasserismo. Ao mesmo tempo, decide adotar medidas internas que fizessem progredir reformas econômicas recomendadas pelo FMI para estabilizar o orçamento, como as restrições à importação de bens de luxo por parte da família real. O

---

236 Sobre a OPEP, seu surgimento é crucial para compreender um dos mecanismos de arranque das rendas da Arábia Saudita. A tentativa dos EUA de assegurar petróleo suficiente para a reconstrução do pós-segunda guerra levou a uma produção que ultrapassava a demanda. Como resposta, certos Estados árabes colaboraram entre si na tentativa de estabilizar os preços, mas ao invés de formular suas demandas no contexto do nacionalismo árabe, A Arábia Saudita e outros produtores árabes buscaram parceria com Venezuela e Irã para obter preços mais favoráveis no mercado global. Esse movimento levou à formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que refletia a estatura menor dos governos produtores na era da superabundância de petróleo assim como a retração voluntária da agenda nacionalista árabe do início da década de 1960. Ver YERGIN, D. (2010) *The prize*.

237 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 146.

“neutralismo” de Faisal não incluía a manutenção de relações consistentes com a União Soviética e tampouco se reivindicava parte do “nacionalismo árabe” ou aliado a Nasser.

### **3.5. A crise do neutralismo entre 1965 e 1967**

Como consequência da suspensão da ajuda americana, a partir de 1965, o Egito passou a depender quase exclusivamente da União Soviética. Uma tentativa de diversificação dessa dependência ocorria na intensificação de parcerias com a Alemanha Oriental e, principalmente, com a França, que assumia uma nova política externa para os países árabes com a volta à presidência do general De Gaulle. O impacto da suspensão da ajuda americana, entretanto, não foi superado. O Egito não possuía uma produção importante de petróleo, suas terras disponíveis para agricultura eram limitadas, sua população crescia a um ritmo acelerado e era, em considerável porcentagem, iletrada. A margem de manobra do Estado egípcio era, portanto, extremamente limitada, e o governo buscava superá-las através da ação externa. Isto é, como contraponto à estas restrições, Nasser apelava à localização geoestratégica do Egito e ao peso deste nos rumos da política regional para constranger a União Soviética e os Estados Unidos a incorporarem as demandas de ordem doméstica do Estado egípcio nas suas agendas de política externa para a região.

O caminho para a crise de 1965 foi cimentado pela morte de John Kennedy (novembro de 1963) e pelo afastamento de Nikita Khrushchev do alto comando soviético (dezembro de 1964)<sup>238</sup>, pois ambos os presidentes mantinham contatos frequentes e em alto nível com o presidente egípcio e demonstravam engajamento no apoio aos programas de desenvolvimento nasseristas. Lyndon Johnson e Leonid Brejnev, os respectivos presidentes substitutos dos Estados Unidos e da União Soviética, mostraram um olhar menos condescendente com a autonomia das ações egípcias sobre o Oriente Médio. A ruptura ensaiada por Lyndon Johnson serviu como instrumento de chantagem para Brejnev, que buscou extrair vantagem da relação de dependência quase exclusiva na qual o Egito se viu face à União Soviética. Sem o contraponto americano e diante de uma crescente crise econômica interna, a capacidade de manobra da política neutralista egípcia foi imensamente reduzida.

É preciso aqui reforçar o peso que a ajuda externa exercia sobre o equilíbrio das finanças egípcias. A estratégia do governo mantinha-se ancorada no desejo de superar as

---

<sup>238</sup> Nikita Khrushchev acumulava os cargos de primeiro secretário do Partido Comunista (de 1952 à 1964) e de presidente do Conselho de Ministros (de 1958 à 1964). Aposentado à força após o golpe de Estado organizado por Leonid Brejnev em 1964, Khrushchev irá morrer no dia 11 de setembro de 1971.

deficiência internas com ajuda externa, mas a perda da eficácia da política neutralista para maximizar esse elemento mantendo os princípios nacionalistas e independentistas terminou por impactar decisivamente sobre a eficácia deste modelo de projeção exterior. Antes, a dependência do provimento de armas soviéticas acontecia paralelamente à cooperação econômica com base em produtos alimentares com os Estados Unidos. A obtenção de armas estava atrelada ao relacionamento com os soviéticos, dado que, em virtude do conflito de interesses na região, os Estados Unidos se negavam a vender armas aos egípcios desde que estes haviam decidido comprar armas russas, em 1955. A ajuda militar soviética, embora fornecida com enormes vantagens de preço e pagamento, não era gratuita.

Nos anos 1960, além das já mencionadas divergências de ordem geopolítica e interna, já que Nasser se opunha frontalmente ao comunismo, um outro aspecto a friccionar as relações entre União Soviética e Egito dizia respeito à cobrança soviética sobre os prazos para o pagamento de dívidas contraídas nos anos 1950. O autor Ferris cita a coincidência entre o fim do prazo para o pagamento de algumas dívidas de ordem econômica com a União Soviética justo no ano de 1965, quando crescia o engajamento egípcio na guerra do Iêmen e os Estados Unidos rompiam os acordos estabelecidos de cooperação, o que criou uma sobrecarga no orçamento egípcio e ampliou a vulnerabilidade externa face aos soviéticos. Em 1965, o pagamento à União Soviética das dívidas contraídas nos anos anteriores atingiu a cifra de 80 milhões de dólares, o que equivalia a aproximadamente 12% do PIB daquele ano.<sup>239</sup> No final de 1964, o ministro da economia egípcio, Abdel al-Qaysuni, viajou a Moscou afim de negociar o atraso no pagamento de 47 milhões de dólares e foi recusado, evento este que a princípio foi interpretado como uma nova política de Brejnev para o Egito.

Ao que parece, o novo papel que o Egito teria para a política externa soviética estava em fase de definição durante os primeiros momentos do governo de Brejnev. Ao mesmo tempo em que União Soviética desejava o fim da ajuda americana ao Egito para evitar a competição direta por influência, havia o problema de ter de sustentar praticamente só a dependência financeira em que vivia um Estado que, para além dos custos da guerra, implementava internamente um ambicioso projeto de modernização da infra-estrutura produtiva através da industrialização e reformas nas técnicas de produção agrícola. Para os *policymakers* soviéticos, a não suspensão da dívida egípcia pela União Soviética poderia significar o fim do governo Nasser. A política externa soviética decidiu então manter seu programa de ajuda ao Egito, mas cobraria uma contrapartida afirmativa por parte deste.

---

239 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 145.

Dito de modo breve, os soviéticos aproveitaram o estado de fragilidade em que se encontrava o poder egípcio e passaram a exigir vantagens relacionadas ao uso de navegação por parte de sua frota naval nos portos de Alexandria e Port Said por 24 horas e sem necessidade de aprovação diplomática, além da possibilidade de armazenar cargas, suporte logístico, ambiente para reparação navios e o estabelecimento de um sistema de prevenção, onde uma frota de caças sob o comando soviético ficaria estacionada em território egípcio.<sup>240</sup> Essa proposição já havia sido feita em situações anteriores, como em 1958, 1959 e 1961, tendo sido sempre recusada.

A questão sobre a implantação de uma frota naval e de caças de uma potência mundial em solo egípcio era particularmente sensível em função dos acontecimentos de Suez e da própria retórica do governo nasserista pela independência e soberania. Um acordo foi assinado no verão de 1965, permitindo pela primeira vez a visita de cargueiros soviéticos ao porto de Alexandria.<sup>241</sup> No ano seguinte, quando a dívida externa com os soviéticos atingia seu ponto máximo e os custos da guerra se multiplicavam exponencialmente, Nasser permite mais três visitas suplementarias ao porto de Alexandria, mantendo-se contrário a toda e qualquer presença permanente. Essa relação entre a vulnerabilidade orçamentária egípcia e a chantagem soviética é feita pelo autor Dragnich, que sem o acesso aos documentos egípcios, observa o crescimento da presença naval russa nos portos de Alexandria e Port Said. Apesar da resistência dos representantes do governo nasserista, como Nasser e Mohamed Armer, as negociações prosseguiram com enviados soviéticos ao Egito, como era o caso das frequentes viagens do Premier soviético Alexei Kosygin.<sup>242</sup> Dragnich sugere que acordos extra-oficiais para utilização de bases navais no Egito ocorriam sem serem anunciados oficialmente, em função dos danos que poderiam causar à imagem do governo:

Egypt was suffering from a more serious hard currency shortage than usual, and needed relief from its debts, as well as additional economic assistance. Contemporary press accounts reported Nasser and Kosygin locked in hard bargaining, with Soviet access to Egyptian naval facilities as one of the possible issues at stake.

...A simple, but clever, face-saving gesture for Egypt cleared the way for the visit. On June 27, 1966, two Egyptian Soviet-built destroyers arrived at Sevastopol for a three day goodwill visit -the first, and only, such visit in Egyptian history. Thus, the USSR's first official naval visit to Egypt was made less than two months later "...to return a friendly visit".<sup>243</sup>

---

240 Ver DRAGNICH, G. (1974) *The Soviet Union's quest for access to naval facilities in Egypt prior to June war of 1967*: 50.

241 LAURENS, H. (1999) *Paix et guerre au moyen-orient*: 228.

242 Alexei Kosygin foi Premier da União Soviética entre 1964 e 1980.

243 DRAGNICH, G. (1974) *The Soviet Union's quest for access to naval facilities in Egypt prior to the June War of 1967*: 32-33

Nos anos seguintes e até 1967, o Egito continuou a viver sob pressão de déficits na balança comercial potencializados pelos juros de dívidas contraídas nos anos anteriores, o que reforçava a dependência de ajuda econômica externa. Anouar Sadat, em seu livro de memórias, relatou a primeira viagem em que a comitiva egípcia composta por ele, Nasser e Zakaria Mohieddin fizeram à União Soviética para negociar a dívida, em 1965:

(Após a suspensão da ajuda econômica dos EUA) Nossos planos ficaram seriamente ameaçados, já que vínhamos apoiando bastante nas importações de trigo americano, pelo qual pagávamos em moeda corrente, economizando assim cerca de 80 milhões em libras que podiam ser aplicadas em outros projetos.

...Com a suspensão da ajuda americana, não tínhamos outra alternativa senão nos aproximarmos da União Soviética.

...O objetivo de nossa viagem a Moscou era o de persuadir a União Soviética a protelar, por algum tempo, o prazo de pagamento de algumas dívidas que havíamos contraído com a URSS. Necessitávamos de numerário para fazer frente ao corte da ajuda dos EUA e assim levarmos adiante nossos desejados planos. Os russos corresponderam aos nossos pedidos de modo que nunca havíamos imaginado. Decidiram cancelar 50% de nossas dívidas, que totalizavam 400 milhões de libras. Só teríamos de pagar 200 milhões. Era um corte pela metade.<sup>244</sup>

Sadat narra o sucesso do encontro como um fruto da boa vontade da União Soviética, sem necessidade de concessões ou constrangimentos ao governo egípcio. Como já dito, não existem documentos oficiais disponíveis ao público que confirmem a existência de qualquer tipo de concessão por parte do governo egípcio, a despeito das pressões soviéticas existentes.<sup>245</sup> Havia, no entanto, uma crise econômica concreta que se apoiava principalmente nas dívidas com pagamentos no exterior e nos custos da guerra. Esta última teve seu custo estimado para o Egito em torno de 480 a 600 milhões de dólares em cinco anos, excluindo-se a ajuda soviética.<sup>246</sup> Embora houvesse uma inegável situação de dependência crescente de ajuda externa da União Soviética, o grau de sujeição da política doméstica egípcia às novas exigências soviéticas permanece incerto. Entre 1964 e 1965 acontece a ruptura das relações entre China e União Soviética, e o Egito se recusa a assumir um posicionamento em prol de um dos lados, buscando com isso maximizar os benefícios de ajuda externa a partir da nova rivalidade criada dentro do bloco de países comunistas. O resultado é a obtenção de um empréstimo de 80 milhões de dólares com os chineses, além da provisão de trigo e milho.<sup>247</sup>

Em janeiro de 1966, isto é, após um ano de suspensão dos acordos de cooperação,

244 SADAT, A (1978) *Autobiografia*: 150-151.

245 Ver, por exemplo, o trabalho produzido por DRAGNICH, S. (1974) *The soviet union's quest for access to naval facilities in Egypt prior to the june war of 1967*.

246 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*:196.

247 DAWISHA, A.(1979) *Soviet foreign policy towards Egypt*.

Estados Unidos e Egito acordaram a retomada da PL-480 para o Egito com um montante de 55 milhões de dólares, modesto em relação ao que vinha sendo feito antes da ruptura, para evitar tanto a escassez de certos produtos alimentares no mercado egípcio como o término total da relação entre os dois países. Dito de outra forma, existia a preocupação americana de que o retraimento da ajuda econômica significasse o fim do neutralismo egípcio e sua consequente conversão em um país satélite do bloco soviético. Em fevereiro deste mesmo ano, o governo britânico declarou a intenção de retirar suas tropas de Aden. Neste mesmo contexto, Nasser perdeu dois grandes aliados do não-alinhamento terceiro-mundista: Kwame Nkrumah foi removido do poder de Gana em fevereiro e o indonésio Sukarno, por sua vez, em março, restando pouco aliados entre as lideranças históricas do movimento dos não-alinhados. Antes, Patrice Lumumba havia sido assassinado no Congo em 1961 e Jawaharlal Nerhu, figura chave para a “conversão” de Nasser ao neutralismo, havia morrido em maio de 1964. Ben Bella, por sua vez, sofreu um golpe de Estado e perdeu o poder da Argélia no dia 19 de junho de 1965, apenas três anos após a independência do país. Entre os principais nomes da conferência de Bandung, restava o iugoslavo Tito, além de Nasser. O isolamento do presidente egípcio era consideravelmente amplificado com a perda de cada um de seus aliados históricos. Com isso, a conjuntura que favoreceu a emergência do neutralismo como uma política externa viável para o Terceiro Mundo se transformava.

Restava o engajamento sobre a esfera regional. Ali, a Síria voltaria a assumir papel central na política externa egípcia no ano de 1966. Isso porque um golpe de Estado em março deste ano levou ao poder a facção mais radical e nacionalista do partido Baath, e as relações com o Egito melhoraram consideravelmente. Egito e o novo governo sírio haviam assinado um novo acordo para a criação de um sistema de defesa árabe com validade de cinco anos em novembro de 1965, que comprometia o engajamento de ambos os integrantes do acordo quando um de seus membros fosse atacado. Vale lembrar que o Egito mantinha-se fortemente implicado no conflito armado ao sul da península arábica e, no final de 1966, 40.000 dos melhores homens da força militar egípcia permaneciam no Iêmen. Ao mesmo tempo, greves operárias ocorriam internamente, assim como o crescimento do descontentamento popular e a organização ainda não significativa de movimentos contestatários ao nasserismo.

No início de 1967, a União Soviética explora a carência de trigo e a crise interna egípcia gerada pela falta de alimentos para repor sua demanda por facilidades na utilização dos portos e bases militares situadas em solo egípcio. Em determinado momento, Mohamed Armer, então o ministro da Defesa, aceita os termos exigindo como contrapartida que a União Soviética se comprometa a prover ao Egito uma quantidade de trigo a curto prazo que seja

capaz de aliviar a crise interna na provisão de alimentos.<sup>248</sup> Entretanto, Nasser, assim que toma conhecimento do acordo, o interdita. Os soviéticos persistiram exigindo o aceite de suas demandas em troca de soluções ao agravamento da crise interna. O tema dominava as relações de alto nível entre os países.

O autor Ferris esmiúça os mecanismos de pressão soviética utilizados para chantagear o Egito. Ao descrever a situação do poder egípcio no final de 1966, termina por explicitar a incapacidade da política neutralista de seguir produzindo os mesmo efeitos de antes:

As 1966 drew to a close, Nasser's painstakingly constructed edifice of neutralism lay in shambles. When added to the existing crisis in US-Egyptian relations, the tensions with Moscow in late 1966 represented a fundamental break in Egypt's relations with both superpowers at one of the most critical points in its history. Nasser had entered Yemen in late 1962 with the economic and military needs of his regime guaranteed by bountiful, string-free aid from both superpowers eagerly competing for his favors. Now, largely as a result of Egypt's continued involvement in Yemen, he stood on the verge of losing aid from one and was busy staving off assaults on Egypt's sovereignty by the other. Meanwhile, his people were fast approaching starvation.<sup>249</sup>

Com relação à Arábia Saudita, os termos para o fim do conflito do Iêmen começaram a ser definidos sem a intermediação de qualquer potência exterior a partir da primeira Conferência de Chefes de Estados árabes realizada no Cairo entre os dias 13 e 16 de janeiro de 1964. O encontro serviu para que Nasser recuperasse algo do prestígio perdido nos últimos dois anos e reforçasse sua condição de liderança sobre o conjunto de Estados árabes. O encontro permitiu uma nova dinâmica para a resolução do conflito, com encontros diretos entre os dois chefes de Estados. Apesar disso, a discórdia persistiu sobre alguns temas centrais: a Arábia Saudita se negava a reconhecer a República Árabe do Iêmen enquanto as Forças Armadas egípcias ainda estivessem lá. O Egito, por sua vez, se recusava a sair enquanto não fossem oferecidas garantias de sobrevivência para o governo republicano ali instalado.

Na ocasião, Nasser tinha duas frentes de guerra abertas no sul da península arábica: a primeira com a Arábia Saudita, relativa ao Iêmen, e a segunda com a Grã-Bretanha, em torno de Aden. Nasser tratava ambos os casos isoladamente.

Em setembro de 1964, ocorreu o segundo encontro de Chefes de Estados Árabes em Alexandria, onde a questão Palestina era evocada como razão para reunir as lideranças e assim manifestar a solidariedade árabe, mas as reuniões também serviam para que Faisal e

---

248 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 171.

249 Idem: 173.



Nasser negociassem diretamente os termos para pôr fim ao conflito. Na ocasião, ambos decidiram trabalhar juntos para a obtenção de um cessar-fogo no que ficou conhecido como o acordo *Jiddah*.<sup>250</sup>

Entretanto, o conflito persistiu sem respeito ao acordo. Em fevereiro de 1966, Nasser anunciou que as forças egípcias não sairiam do Iêmen até que um governo de transição fosse criado. No mesmo dia, Grã-Bretanha comunicou a manutenção de tropas em Aden mesmo após fim do processo de independência, previsto para levar ao poder um governo independente em 1967 ou 1968.<sup>251</sup> Este era mais um agravante que forçava a permanência das tropas egípcias na região, baixo o entendimento dos estrategistas egípcios.

A proposta de Faisal para a criação da primeira Conferência Islâmica, onde o Irã teria papel eminente, aparentava aos olhos dos *policymakers* egípcios uma tentativa de esvaziar o Encontro dos Chefes de Estado Árabes criado e organizado pelo Egito. A estratégia de Faisal era formar uma aliança de Defesa mútua contra a ameaça de Nasser opondo a liderança saudita para os Estados islâmicos contra a liderança egípcia para os Estados árabes. Com isso, o príncipe Faisal abria uma frente de ação política internacional e apresentava-se como principal rival regional face a liderança nasserista.

Em janeiro de 1966, um acordo anglo-saudi-americano definiu a quantia de 400 milhões de dólares em ajuda militar à Arábia Saudita.<sup>252</sup> O objetivo era isolar Nasser. A diminuição da ajuda econômica americana ao Egito entre 1965 e 1966, entretanto, havia reduzido a capacidade dos Estados Unidos de influenciar na política externa de Nasser. A persistência do conflito sem resolução evidenciava o crescimento do poder saudita na esfera regional e sua capacidade de fazer frente à centralidade do Egito no sistema de Estados árabes do Oriente Médio.

### 3.5.1. Da Guerra dos Seis Dias à Conferência de Cartum.

Sob a ótica da reavivamento da eficácia da política externa neutralista, Nasser buscava atrair a atenção americana através do “descongelamento” da questão palestina, forçando o engajamento estadunidense para voltar a normalizar as relações com aquele país e com isso escapar da dependência soviética. A Guerra dos Seis Dias será aqui explicada sob essa perspectiva, isto é, como uma última carta jogada para reavivar um modelo de inserção

---

250 Idem. *Ibidem*

251 Idem. *Ibidem*.

252 BARRET, R. (2007) *The Greater Middle East and the Cold War*.

diplomática externa cuja eficácia era condicionada ao balanceamento das relações internacionais entre os dois blocos. Como durante todo o período de política externa “neutralista” egípcia, esse equilíbrio acontecia quando o Estado egípcio se postava sobre o conflito bipolar, acirrando o engajamento de ambas as superpotências a partir de sua capacidade de produzir e multiplicar zonas de fricção na dinâmica da Guerra Fria, valendo-se para tanto de sua projeção sobre o tabuleiro regional.

Henry Laurens destaca dois fatores importantes para a eclosão da guerra dos Seis Dias. O primeiro, estava associado à afirmação do nacionalismo palestino a partir dos anos 1960. O segundo, ligado à Guerra Fria, dizia respeito à vontade soviética de se contrapor à presença da VI Frota Naval americana no Mediterrâneo com a instauração da V *Eskadra*, dependendo para tanto da obtenção do aceite de Egito ou Síria para a utilização dos portos. Diante desse quadro, sob a perspectiva soviética, o acirramento das tensões árabes-israelense tornariam Egito e Síria ainda mais dependentes de sua ajuda militar, fator este que poderia ser usado durante as futuras negociações para o uso dos portos de ambos os países.

A crescente condição soviética de Estado provedor massivo de armas aos nacionalistas árabes assim como de agente animador do conflito árabe-israelense, efetivamente, conduz o presidente Lyndon Johnson a abandonar a política de aproximação com os Estados árabes herdada do período Eisenhower e Kennedy e o conduz ao apoio concreto militar ao Estado de Israel, erodindo com isso todo o potencial egípcio de retomar as antigas bases de sua política externa neutralista. Embora os Estados Unidos dessem prioridade a um acordo diplomático para evitar a guerra, como era a vontade de Nasser, aqueles irão no entanto considerá-la legítima da parte de Israel, pois o fechamento do estreito de Tiran pelo Egito, do ponto de vista de Washington, caracterizava um *casus belli*.<sup>253</sup> A postura soviética pró-conflito explica em parte por que a última estratégia nasserista para retomar o neutralismo falhou.

Na literatura especializada sobre a guerra dos Seis Dias (junho de 1967), dentre a qual destacamos o historiador Michael Oren,<sup>254</sup> verifica-se a tendência em apresentar uma perspectiva referente unicamente à segurança do Estado israelense face a crescente tensão sobre seu entorno regional como elemento ao mesmo tempo explicativo e justificador para o início da guerra. No entanto, é importante lembrar que, do ponto de vista securitário de Síria e Egito, Israel continuava a representar a maior ameaça a suas respectivas integridades territoriais, fator potencializado desde a agressão de Suez (1956) em função da massiva militarização do Estado israelense somado ao pujante desenvolvimento econômico do país

---

253 LAURENS, H. (1999) *Paix et guerre au moyen-orient*: 234.

254 OREN, M. (2002) *Six days of war*.

durante esse mesmo período. Além disso, em função do armistício estabelecido entre Egito e Israel no pós-Suez,<sup>255</sup> o Sinai, que era uma zona desmilitarizada e semi-povoada, representava, da parte do governo egípcio, tanto a ausência de uma soberania territorial total como uma real vulnerabilidade fronteiriça em caso de guerra contra Israel.

É certo, entretanto, que o fator desencadeador do confronto foi ocasionado pelo crescimento das tensões entre Israel e Síria. Sobre a questão da retomada da aliança entre Egito e Síria, é preciso observar o contexto no qual se produziu o golpe de Estado de fevereiro de 1966 onde, imediatamente após o golpe, o novo governo sírio decidiu buscar legitimidade e poder interno acentuando sua pressão sobre Israel pela questão palestina e reforçando sua aliança com Nasser.<sup>256</sup> Prevenindo-se contra uma retaliação israelense, a Síria passou a financiar a OLP para sabotar alvos israelenses a partir das bases do rio Jordão. Isso provocou a reação de Israel contra o vilarejo de As-Samu, controlado pela Jordânia, onde cerca de 20 soldados jordanianos foram mortos.<sup>257</sup> O Rei Hussein acusou Nasser de omissão ao não disponibilizar ajuda à Jordânia contra Israel, “escondendo-se” atrás do contingente da ONU no Sinai.<sup>258</sup> Com o crescimento da tensão nas fronteiras com Israel e mantendo-se ainda frágil internamente, o novo governo de Damasco buscou apoio no Egito e na União Soviética, que de início se mostraram reticentes quanto à possibilidade do acirramento das posições levar a uma nova guerra.

O desenrolar dos eventos, entretanto, terminou por impor uma tomada de posição clara de todos os atores envolvidos. No dia 7 de abril de 1967, um incidente nas colinas de Golan deu origem a uma batalha aérea onde a frota israelense derrubou seis caças sírios de fabricação soviética. Esse evento foi percebido como uma humilhação na esfera política interna síria e provocou nova onda de protestos contra o governo.<sup>259</sup> O crescimento dos movimentos políticos e sociais contestatários levaram o governo sírio, com o apoio da

---

255 A península do Sinai era ocupada pela Força de emergência das Nações Unidas desde 1956, como estabelecido nos acordos do Armistício pós-crise de Suez. De acordo com estes, além da ocupação do Sinai pelos capacetes azuis, o estreito de Tiran deveria permanecer aberto à circulação de navios israelenses.

256 No caso da Síria, o que ocorreu foi um golpe organizado por um setor do partido Baath (liderado por Salah Jadid) sobre aquele que governava (liderado por Hafiz). No final de 1965, Hafiz buscou limitar a influência no governo das minorias alauítas e e druzos, o que significou a remoção de Jadid do posto de Chefe das Forças Armadas e do Conselho presidencial formado por cinco homens escolhidos pelo Chefe de Estado. Ao mesmo tempo, o primeiro ministro Zuayyin foi destituído do cargo. Zuayyin e Jadid se uniram então para organizar um golpe de Estado com apoio de um setor das Forças Armadas leal a Salah Jadid. Na ocasião do golpe, Hafiz foi ferido e preso. Michel Aflaq e Salah al-Din al-Bitar, líderes históricos e fundadores do partido Baath sírio, foram expulsos do país e exilados no Líbano (Aflaq se mudou posteriormente ao Brasil, onde morou até 1968). Embora Yusuf Zuayyin assumisse formalmente o posto de presidente da república, o poder na prática estava concentrado nas mãos de Jadid, o líder do partido. Ver DISHON, D. (1973) *Middle East Record*: 735.

257 POLLACK, K. (2004). Air power in the Six-Day War: 471-503.

258 OREN, M. (2002) *1967 and the making of modern middle east*: 312

259 FERRIS, J. (2013) *Nasser's Gamble*: 274.

imprensa interna, a incrementar a retórica belicista contra Israel e a conspiração sionista-imperialista. Neste contexto, no dia 14 de maio, o Egito exigiu a retirada das tropas da ONU da península do Sinai para ocupá-la com suas próprias Forças Armadas. Ao mesmo tempo, bloqueou a passagem de navios israelenses no estreito de Tiran.

Outro fator importante, no entanto, estava associado à busca do governo egípcio para cobrir a crise econômica interna através da obtenção de ajuda externa. A crise doméstica, precipitada especialmente pelos custos da Guerra do Iêmen e o retraimento das relações entre Estados Unidos e Egito, influenciou diretamente sobre a sucessão de acontecimentos que terminou por produzir a Guerra dos Seis Dias. Nessa linha, Ferris argumenta,

...it is hard to resist the conclusion that in moving to flood the demilitarized Sinai Peninsula with military forces in broad daylight, Nasser, far from reacting to a threat, was exploiting an opportunity. Faced with worsening economic crisis at home and a deteriorating political situation abroad, the Egyptian president seized upon the pretext afforded by Syrian-Israeli tensions to launch a bold public relations gambit designed to transform Egypt's international position. For Nasser, the remilitarization of the Sinai offered a silver bullet with which to kill several acute problems at once: first, by going on the offensive against Israel, he would restore Egypt's battered prestige in Arab arena at a minimal risk of war; second, by withdrawing combat troops unilaterally from Yemen so as to confront a greater enemy, he would mitigate the potentially fatal acknowledgment to failure that compromise through the peace process entailed; and third, by taking "Palestine" out of the icebox, he would grab the slackening attention of the United States and extort the resumption of aid so desperately needed to avoid economic collapse and vassalage to an increasingly aggressive Soviet Union. When the Soviets, for their own reasons, supplied Nasser with what seemed like actionable intelligence, he seized on it as a pretext to roll his armies into Sinai. Then events spun out of control.<sup>260</sup>

Nasser havia decidido retirar suas tropas do Iêmen apenas após a partida das tropas britânicas de Aden, garantindo com isso a implementação de um governo pró-Egito no sul da Arábia. A estratégia de Nasser ao avançar as tropas sobre o Sinai consistia em recuperar sua legitimidade como liderança do mundo árabe, aumentando a tensão face a Israel e, com isso, ampliando a provisão de armamentos da União Soviética. Ao mesmo tempo, implicava também a participação dos Estados Unidos no conflito por ameaçar ali interesses expressos. A preocupação americana girava em torno do alcance que uma nova guerra árabe-israelense poderia ter tanto no engajamento de diferentes Estados como no reordenamento das forças estatais regionais, em particular no papel que Estados próximos à União Soviética poderiam assumir. Além disso, temia-se os efeitos que um conflito de dimensão regional pudesse

---

260 Idem, *Ibidem*.

acarretar no preço internacional do petróleo.<sup>261</sup>

Dito de outra maneira, Nasser buscava abrir uma nova “zona de fricção” da Guerra Fria dentro do Oriente Médio, constringendo as duas superpotências a se engajarem no conflito. Ao fomentar o estado de confrontação entre ambas, o presidente egípcio buscava reafirmar sua condição de liderança regional e ampliar seus canais de comunicação tanto com União Soviética com os Estados Unidos. Assim, ao criar um fato novo para ameaçar o equilíbrio que então caracterizava a dinâmica política da região, Nasser consequentemente instrumentalizava seu poder regional para atingir o conflito bipolar, reforçando seu papel de “sócio indispensável” para harmonização dos interesses externos que se cruzavam sobre o Oriente Médio. O objetivo era manter próximo a si ambas as superpotências e, através dessa circunstância de mútua dependência forçada, extrair dessa relação triangular meios materiais para responder às demandas de urgência interna, tais como: a crise no abastecimento de alimentos, a crise da dívida externa, a obtenção de meios para a continuidade dos projetos de desenvolvimento de envergadura, o fortalecimento das Forças Armadas para o engajamento militar no Iêmen e em diferentes frentes de batalha.

Ao “descongelar”<sup>262</sup> a questão Palestina depois de anos (mais propriamente, depois do armistício assinado em 1957 para resolução da crise de Suez) para então fazer avançar as tropas sobre o Sinai, Nasser reaquecia o conflito com Israel, algo que mobilizava o conjunto dos Estados árabes do Oriente Médio e, por consequência, o engajamento de Estados Unidos e União Soviética na região. Nenhum outro conflito regional, aos olhos de ambas as superpotências, poderia produzir maior capacidade de mobilização e engajamento militar dos Estados locais, fenômeno este cujo desencadeamento dos eventos seria capaz de gerar consequências imprevisíveis para o jogo de alianças regionais existentes, assim como ameaçava a permanência de lideranças governamentais em seus cargos e a consequente capacidade estadunidense e soviética de fazerem perdurar seus interesses estratégicos sobre a região.

O acirramento das tensões regionais acaba por levar a uma nova guerra árabe-israelense que termina seis dias após Israel lançar, no dia 5 de junho, um ataque preventivo contra Egito, Síria e Jordânia. A prioridade definida pela estratégia israelense visava sobretudo abater a frota de caças egípcios, a maior dentre os países árabes. Aqueles foram destruídos em sua maior parte sem alçar vôo, atacados de surpresa ainda no primeiro dia.

---

261 BARRET, R. (2007) *The Greater Middle East and the Cold War*.

262 O termo “descongelar” foi usado originalmente para se referir à política árabe (síria e egípcia) para pôr fim ao período de 10 anos de “trégua” entre árabes e Israel entre 1957-1967. Ver OREN, M. (2002) *Six days of War*: 22-25.

Cerca de 25.000 homens do contingente militar egípcio estavam no Iêmen no momento em que a guerra eclodiu.<sup>263</sup> Como resultado desta, Israel sairá o vencedor indiscutível e triplicará sua extensão territorial: do Egito irá anexar a Faixa de Gaza e a península do Sinai, da Síria as colinas de Golã e da Jordânia a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. O Egito ainda perde o controle sobre o Canal de Suez, uma das principais fontes de renda para o orçamento do país.

A conferência da Liga Árabe de Cartum aconteceu poucos meses após o fim da guerra, entre os dias 29 de agosto e 1 de setembro de 1967, e serviu para redefinir a hierarquia de forças dentro do mundo árabe pós-Guerra dos Seis Dias.<sup>264</sup> Famosa pelo comunicado final que anunciava a recusa coletiva árabe em reconhecer, negociar ou propor a paz com Israel,<sup>265</sup> a reunião também permitiu o acerto de questões pendentes dentro das relações inter-árabes. Ali, Nasser viu-se constrangido pela Arábia Saudita a aceitar a retirada unilateral das forças egípcias do Iêmen. Em compensação, a Arábia Saudita, mas também o Kuwait e a Líbia, três monarquias petrolíferas e “conservadoras”, iriam financiar o Egito e a Jordânia pelas perdas da guerra: o Egito receberia 95 milhões de libras anuais, o equivalente ao montante de renda perdido com o fim do controle sobre o Canal de Suez.<sup>266</sup> Como observou Feiler,

The Khartoum conference was a landmark in the history of aid relations between the AOC (Arab Oil Countries) and Egypt. It is true that Egypt did benefit from loans and grants before the Khartoum resolutions, but there were innovations: a) At the Khartoum conference only grants were discussed; b) Saudi Arabia joined the group of Arab states assisting Egypt; c) a permanent basis was created for institutionalized financial aid from the Arab oil countries to Egypt “until the elimination of the results of Israeli aggression”. The conference created an explicit commitment on the part of the oil countries to render assistance to the confrontation states, without written conditions.<sup>267</sup>

No acordo entre Nasser e o Rei saudita, a partida das tropas egípcias deveria acontecer em três meses, mas o regime de Salal recebia garantias de continuar no poder iemenita. A evacuação das tropas egípcias, que na ocasião contavam cerca de 25.000 homens no terreno de combate, começou a acontecer no dia 10 de setembro de 1967.

### **3.6. O neutralismo a serviço de uma política de potência**

---

263 FERRIS, J. (2008) Soviet support for Egypt's intervention in Yemen, 1962-1963.

264 Estiveram presentes na conferência de Cartum de 1967 os seguintes países: Egito, Iêmen do Norte, Síria, Argélia, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita, Kuwait, Líbia, Marrocos, Omã e representantes da monarquia iemenita destituída do poder.

265 MEITAL, Y. (2000) The Khartoum conference and Egyptian policy after the 1967 war: a reexamination: 1.

266 FEILER, G. (2003) *Economic relations between Egypt and the Gulf oil states, 1967-2000* :7

267 Idem. *Ibidem*.

O não-alinhamento nasserista termina com a Guerra dos Seis Dias. Trata-se de um evento-ruptura na história moderna egípcia que abala consideravelmente seu *status* de liderança maior entre os Estados árabes. O período subsequente responderá a um quadro de dependência vital a certas alianças, que em última instância irão solapar a capacidade de ação autônoma do Estado: com parte de seu território ocupado e exército enfraquecido, o Egito tornou-se dependente regionalmente do financiamento de monarquias petrolíferas e, dentro do jogo da Guerra Fria, vinculado quase exclusivamente ao bloco soviético. A Guerra dos Seis Dias serviu também para demarcar a definitiva ascensão da Arábia Saudita como potência árabe propagadora de uma certa ideologia e sistema político concorrentes, tanto na forma como na própria concepção de poder, ao nacionalismo árabe nasserista. Sem a mesma capacidade de influir sobre a geopolítica regional como antes, Nasser será constringido a aceitar imposições soviéticas em troca de cooperação para remontar suas Forças Armadas e amortizar dívidas. Os Estados Unidos, por sua vez, definirão uma estratégia de longo prazo para o Oriente Médio apoiada, sobretudo, nas alianças com a Arábia Saudita, o Irã e Israel. As circunstâncias históricas que viabilizaram o uso do neutralismo para permitir maior mobilidade e liberdade de ação sobre as esferas interna e externa se dissiparam dentro do universo de possibilidades existentes para a ação do Estado egípcio.

Uma conversa entre Nasser e Tito permite ilustrar essa percepção no próprio presidente árabe. Na ocasião da derrubada do presidente da Checoslováquia Alexander Dubcek pelas forças soviéticas em 21 de agosto de 1968, Nasser evita a condenação direta à União Soviética. Tal postura discreta chama a atenção do presidente iugoslavo, que lhe critica por ser tão moderado na condição de não-alinhado. O diálogo entre os dois foi testemunhado por Mohamed Heikal:

*Tito*: Nous sommes les non-alignés, nous devons tenir fermes nos positions sur ces genre de problèmes.

*Nasser*: Il faut voir la situation sous un jour réaliste. Une partie de mon territoire est occupée. Je ne puis être tout à fait non-aligné. Aucune nation en partie occupée ne peut se prétendre tout à fait indépendante. Qu'arriverait-il si mes relations avec l'Union soviétique se détérioraient? Qu'arriverait-il si j'attaquais les Russes à propos de la Tchecoslovaquie? Cela entraînerait la perte complète de ma position dans le Moyen Orient, car l'Union soviétique est mon seul espoir d'obtenir les armes dont j'ai absolument besoin pour reconquérir le territoire que j'ai perdu. Et si cela arrivait, qui tirerait bénéfice de la situation? ...Les Américains. Voulez-vous qu'ils soient les gagnants au Moyen-Orient?<sup>268</sup>

Se a guerra dos Seis Dias é um marco do retraimento do poder regional egípcio,

---

268 HEIKAL, M. (1972): *Les documents du Caire*: 354-355.

sacramentado pelo reordenamento da hierarquia dos Estados árabes estabelecido extra oficialmente na Conferência de Cartum, resta ressaltar aqui alguns aspectos que caracterizaram a política externa nasserista no período efetivamente orientado pelo neutralismo face a Guerra Fria, entre 1955 e 1967. Nossa proposição ao longo dessa exposição foi focalizar a política externa egípcia na sua atuação direta sobre a esfera regional enfatizando como esta condicionou a relação desenvolvida com Estados Unidos e União Soviética. Vejamos este aspecto em maiores detalhes.

O autor Rashid Khalid defende uma visão do Oriente Médio durante a Guerra Fria que enfatize o papel da atuação das potências globais na promoção dos conflitos interestatais regionais. Lembra para tanto o legado do papel exercido pelas políticas coloniais no que concerne a promoção dos conflitos interétnicos e confessionais, que permitiam maior capacidade de controle por parte da potência colonizadora em função de enfraquecer os atores políticos regionais.<sup>269</sup> Numa perspectiva similar, Fred Halliday defende que o impacto da Guerra Fria sobre o Oriente Médio seja observado dentro das análises sobre a dinâmica interna das relações entre os países da região.<sup>270</sup> Através destas análises poderíamos verificar a forma como o conflito bipolar serviu para moldar a região. Como diz o próprio autor, *...the impact of the Cold War on the Third World and on the Middle East in particular was pervasive and fundamental.*<sup>271</sup> De acordo com esta visão, mesmo o que não dizia respeito originalmente ao conflito da Guerra Fria, como é o caso do conflito árabe-israelense, esteve associado ao conflito bipolar a partir do momento em que cada potência passou a apoiar um dos dois lados beligerantes. A rivalidade interestatal adquiriu uma dimensão de Guerra Fria não somente no conflito entre árabes e Israel, mas também naquele entre Egito e Arábia Saudita, Turquia e Síria, Iêmen do Norte e do Sul.

É certo que o impacto da Guerra Fria nas relações interestatais regionais é algo concreto e visível quando observamos o jogo dos acordos de financiamentos, transferências de armamentos e assistência técnica e militar. Do nosso ponto de vista, entretanto, a bipolaridade inescapável do conflito global, com sua justa simplicidade dicotômica, não se verifica transposta automaticamente para as relações interestatais de uma região que forma um sistema semi-integrado, onde a disputa por poder se dá em múltiplos tabuleiros e diferentes níveis.

Assim, se nos anos 1960 os Estados Unidos definiram Israel como aliado quase

---

269 KHALID, R. (2009): *Sowing crisis*: 102.

270 HALLIDAY, F. (1997) Introduction. In: SAYIGH, Y. & SHLAIM, A. *The cold war and the middle east*: 12.

271 Idem, *Ibidem*.



incondicional, também o era a Arábia Saudita já desde a década de 1950, sendo que os dois Estados do Oriente Médio fazem oposição entre si no que concerne a questão palestina. Ao mesmo tempo, as relações desenvolvidas pelo Egito simultaneamente com Estados Unidos e União Soviética não permitiam o situar em nenhum dos dois blocos, ao menos até 1967. Nasser, por sua vez, manteve relações com os soviéticos que variavam de intensidade mas que mantinham-se relativamente fortes mesmo sendo ele um líder regional que agia de maneira a eliminar internamente e regionalmente toda forma de partido ou organização comunista que alcançasse alguma relevância política, o que evidentemente era contrário aos interesses soviéticos. Dito de modo breve, os exemplos de confrontação regional para os quais a transposição sistemática do conflito bipolar global não se aplica são múltiplos, e encontram sua explicação justamente no alto grau de autonomia que caracterizava o modo como as relações interestatais locais se construíam e se transformavam sem ter relação direta com a Guerra Fria.

Ao longo dessa análise, foi nossa intenção ressaltar em particular a importância de três tabuleiros regionais dinâmicos e interconectados, sendo eles, grosso modo, definidos: a) o conflito árabe-israelense; b) a rivalidade entre os Estados “progressistas” árabes; c) o conflito entre Estados árabes “revolucionários” e aqueles “conservadores”. Sobre esse esquema simplificado, é importante lembrar que as distinções político-ideológicas representavam uma consequência em segundo grau do conflito: o caráter “conservador” da Arábia Saudita não impediu que esta se transformasse em um aliado egípcio contra o Iraque e o pacto de Bagdá, assim como o posterior caráter “revolucionário” do governo iraquiano, longe de aproximá-lo de Nasser, aprofundou a rivalidade entre os dois Estados. Para ficarmos nestes dois exemplos, a fricção político-ideológica servia sobretudo para que os Estados regionais envolvidos no conflito pudessem se legitimar face a seu público interno e mobilizar suas respectivas sociedades, Forças Armadas e aliados internacionais para o engajamento no confronto. Enfim, aqui defendemos que todos esses três conflitos centrais regionais discutidos ao longo do capítulo obedeciam a uma lógica associada, acima de tudo, às rivalidades geopolíticas regionais pois expressavam a luta competitiva por poder entre os principais lados envolvidos. Nesse contexto de massiva militarização de todos os Estados do Oriente Médio, a estratégia expansionista egípcia expressa na busca por uma supremacia regional definitiva se nutria do não-alinhamento que, por sua vez, reforçava-se como política externa viável conforme o Estado alcançava projetar seu próprio poder sobre o entorno regional.

Se, por um lado, é certo que o conflito bipolar global impactou sobre o poder dos Estados individualmente em termos políticos, diplomáticos e militares, assim como no jogo

de alianças interestatais locais de maneira geral, por outro lado é também claro que o resultado dessa influência externa na conformação da dinâmica regional não correspondia às projeções originalmente concebidas pelas próprias superpotências. Isso acontecia efetivamente porque o subsistema regional, isto é, a dinâmica própria que caracterizava as relações interestatais do Oriente Médio impactava, no sentido inverso, sobre a ação de ambas as superpotências que, não raramente, encontravam-se adotando políticas contraditórias e apoiando frentes antagônicas de um conflito local. Longe de ser o fator principal a definir as relações interestatais regionais, as ações políticas de Estados Unidos e União Soviética eram não raramente sugadas e absorvidas pela dinâmica própria das relações entre os Estados da região, dado que ali o sistema de alianças transformava-se a um ritmo próprio e sem obedecer à ordem dicotômica do conflito bipolar. Em suma, uma boa parte do que aconteceu em termos de confrontação por poder no Oriente Médio durante este período foi produzido independentemente da Guerra Fria, tendo ambas as superpotências a necessidade de adaptar suas estratégias de ação às transformações desencadeadas a partir de eventos que elas não controlavam.

Como visto ao longo do texto, todas as grandes crises do período, como a crise do Suez, a formação e o fim da República Árabe Unida, a crise do Líbano, a formação da república iraquiana, a crise do Kuwait, a guerra do Iêmen, a independência de Aden, os sucessivos golpes de Estados, fracassados ou não, e a guerra dos Seis Dias, enfim, todos os principais eventos locais de impacto regional durante o período analisado tiveram suas origens seja dentro da dinâmica política interna dos Estados locais, seja dentro da lógica das relações inter-regionais, fator que evidencia o alto grau de autonomia do sistema de Estados do Oriente Médio, entendido como um conjunto de relações interestatais e para-estatais que se reproduzem por uma dinâmica que obedece uma lógica própria.

Por essa razão, nossa proposta ao tratar do estudo sobre o neutralismo nasserista foi inverter a ordem de análise sistêmica clássica do conflito bipolar, que predica a transposição dos conflitos entre as superpotências para os conflitos regionais da periferia global, para então desvelar uma outra perspectiva: aquela que privilegia o modo como um Estado, o Egito, uma vez imerso na dinâmica das relações interestatais locais, foi capaz de instrumentalizar o conflito da Guerra Fria para maximizar simultaneamente sua capacidade de projeção regional e a acumulação do poder interno.

No caso egípcio, dois fatores potencializaram essa condição “especial” de *sujeito* de sua própria relação com União Soviética e Estados Unidos: 1) o fato de ambas as superpotências fornecerem programas de cooperação econômica e militar em troca de aliados

regionais na Guerra Fria, o que criava margem de negociação para os atores regionais, em particular entre aqueles que se declarassem neutros; 2) o fato dos estrategistas americanos e soviéticos desconhecerem ou desprezarem o peso da dinâmica das relações interestatais locais nos seus programas de ajuda especialmente voltados à região, concebidos unicamente dentro da lógica da Guerra Fria. O resultado foi não somente o fracasso do Pacto de Bagdá, da Doutrina Eisenhower e do Plano Chepilov, mas também das iniciativas concretas adotadas por Eisenhower, Kennedy e Khrushchev para definir suas peças aliadas no tabuleiro regional.

Do ponto de vista da capacidade da ação estatal regional do Egito, ela se deu pela soma de um conjunto de fatores que relacionados produziram uma circunstância histórica favorável. O processo de descolonização, a emergência dos nacionalismos, o neutralismo terceiro-mundista, a importância do Oriente Médio para a Guerra Fria e a importância do Egito para os demais Estados árabes, todos foram fatores de alta relevância para construção de bases materiais e subjetivas para a ação estatal egípcia. Dado ser o Egito o Estado com maior projeção global entre os demais Estados árabes da região, este pôde ser capaz, em certo grau, de servir-se do conflito bipolar porque, na condição de peça-chave do sistema de Estados do Oriente Médio, mobilizava o conjunto da região, impactando sobre os sistemas de alianças e constringendo sistematicamente as potências da Guerra Fria a readaptarem as estratégias de defesa de seus interesses em função das transformações na conjuntura local.

A eclosão da guerra do Iêmen liderada por Nasser é um exemplo da dimensão reativa da política dos Estados Unidos e União Soviética face o desenrolar dos eventos no Oriente Médio, dos quais ambos já não possuíam qualquer controle. De início, Kennedy e Khrushchev reagiram apoiando Nasser e reconhecendo o novo governo iemenita. Entretanto, conforme a guerra persistia, Kennedy volta atrás e esfria as relações com o Egito quando este passa a ameaçar a integridade do território saudita, assim como a sobrevivência do próprio regime monárquico wahabita.

Essa ótica também permite interpretar o direcionamento das ações do governo egípcio no período de maior crise. Com mostrado no texto, o neutralismo que permitiu a Nasser se projetar sobre o Oriente Médio ao ritmo do acirramento do conflito da Guerra Fria na região deixou de ser eficaz quando o equilíbrio na relação entre o Egito e as duas superpotências foi rompido em 1965, com a suspensão da ajuda econômica americana. Ali, Nasser perdeu o alimento que nutria seu programa expansionista, fundado sobre uma ação regional desenvolvida para agir sobre o cruzamento dos interesses contrários de Estados Unidos e União Soviética, justamente para dali extrair os meios de multiplicar o universo de possibilidades para a ação do Estado egípcio. Sem o contraponto estadunidense, os dois anos

subseqüentes à suspensão da ajuda americana foram de crescente vulnerabilidade externa e crise doméstica ocasionada por uma série de fatores que incluíam o custo da guerra, o crescimento demográfico, crise da dívida, falta de alimentos e a falta de verbas para os programas de desenvolvimento.

Diante de um quadro de crise, o governo egípcio buscou recuperar sua antiga relação de equilíbrio entre as duas superpotências que lhe havia permitido projetar-se sobre a esfera regional nos anos precedentes. Nessa perspectiva, o “descongelamento” da questão palestina era um instrumento do qual Nasser poderia se valer para, simultaneamente, reforçar sua condição de liderança incontornável do mundo árabe e impor o retorno dos Estados Unidos a sua mesa de negociação através da ameaça de uma nova guerra de dimensões regionais e com impactos imprevisíveis.

É evidente que o golpe sírio de 1966, assim como o acirramento das tensões entre este país e Israel, pressionaram Nasser a reforçar o compromisso com o pacto de defesa mútuo entre os Estados árabes em nome da “solidariedade árabe”. Conseqüentemente, este foi um fator que contribuiu também para que o presidente egípcio “escolhesse” a opção de reavivar o conflito com Israel. Entretanto, como já dito, a história quando vista unicamente pela importância de tais fatores externos, como por exemplo o faz Michael Oren,<sup>272</sup> termina por evidenciar um caráter permanentemente reativo do presidente Nasser sem observar qual era a perspectiva da estratégia egípcia para a Guerra Fria tendo em vista o papel que ambas as superpotências desempenhavam na provisão de ajuda externa, assim como qual era o papel que uma nova guerra árabe-israelense poderia ter para o reordenamento da relação triangular entre Egito, Estados Unidos e União Soviética para um estágio similar àquele anterior à crise egípcio-estadunidense de 1965. Do nosso ponto de vista, como mostrado no texto, o aprofundamento da “crise” entre árabes e israelenses mostrava-se um excelente instrumento para que o Egito retomasse sua posição de equilíbrio na disputa entre Estados Unidos e União Soviética. Entretanto, a estratégia falhou. Como resultado da guerra, o neutralismo tal como era tornou-se impossível pois desapareceram as bases tanto materiais como subjetivas necessárias para sua reprodução como política eficaz para a projeção de poder. De um lado, um quadro interno onde as Forças Armadas estavam destruídas e parte do território ocupado. De outro, o “nacionalismo árabe”, projeto maior que dignificava a ação internacional do Estado egípcio, vivia sua mais profunda crise de credibilidade.

Ao longo do período analisado, Nasser não buscou se contrapor diretamente aos

---

272 OREN, M. (2002) *Six days of War*.

Estados Unidos ou à União Soviética ou à ambos. Seu alvo de atuação é a zona de atrito entre os dois, não sob a forma de um “mediador da paz”, como argumenta Allison<sup>273</sup>, mas sim na condição de um animador da disputa. A política externa nasserista e neutralista funciona a partir do momento em que a rivalidade bipolar se faz presente e opõe a ambas as superpotências no que diz respeito a um objeto específico do confronto. A capacidade do Egito de arbitrar sobre o objeto da disputa, espacialmente e temporalmente demarcado dentro de sua esfera de influência regional imediata, é o que lhe rende meios para redimensionar seu próprio poder dentro do sistema internacional e extrair da Guerra Fria melhores condições de “ajuda” ao seu projeto doméstico de desenvolvimento.

Nesse ponto, ao assumirmos que a política externa egípcia neutralista utilizava seu peso regional para maximizar suas vantagens face a Guerra Fria, é preciso entender que, para além do aspecto da projeção geopolítica, as “vantagens” se traduziam na capacidade do Estado de arregimentar recursos para os pesados programas de desenvolvimento e transformação econômico-social internos que, em concomitância à razão “desenvolvimentista” predominante em seu período, deveriam levar a sociedade egípcia à modernidade industrial e tecnológica em um curto espaço de tempo. O exercício do poder interno na sua relação com a sociedade representa, portanto, a terceira esfera da política neutralista, sendo aquela por onde suas vantagens apareceriam expressas de modo concreto. O modelo de desenvolvimento egípcio tinha como espinha dorsal a ajuda econômica, militar e técnica externa extraída através de sua política neutralista face a Guerra Fria. Essa dimensão interna da política neutralista é o que propomos analisar no próximo capítulo.

---

273 O autor Roy Allison defende que o objetivo dos países não-alinhados era escapar do conflito bipolar atuando como um agente redutor das tensões entre ambas as superpotências. Ver ALLISON, R. (1988) *The Soviet Union and the strategy of non-alignment world in the third world*: 79.

#### 4 NEUTRALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Como abordado no capítulo anterior, a política externa neutralista do governo Nasser, em sintonia a um movimento de projeção do poder estatal sobre a esfera regional, resultou numa relação contínua ao mesmo tempo tensa e cooperativa com ambas as superpotências da Guerra Fria entre 1955 e 1967. Em acordo aos seus respectivos programas de recrutamento de Estados aliados na periferia global, Estados Unidos e União Soviética cobravam fidelidade política do governo egípcio em troca da oferta de meios financeiros e materiais para realização das ambições desenvolvimentistas deste governo. Este, por sua vez, buscava amplificar sua capacidade de obter ajuda externa conforme alcançava reforçar seu peso geoestratégico no mapa global do conflito bipolar a partir de sua projeção sobre a esfera regional. Com isso, agia como agente bloqueador de qualquer ambição hegemônica externa ao mesmo tempo em que esboçava a construção de uma supremacia própria sobre o Oriente Médio. Tal encadeamento de fatores, entretanto, estava sujeito à determinados condicionantes domésticos e regionais que desaparecem após a Guerra dos Seis Dias e a nova ordem árabe implícita na Conferência de Cartum de 1967.

Se, por um lado, o expansionismo regional foi importante para viabilizar a política neutralista, por outro lado resta averiguar como a obtenção da ajuda externa a partir do não-alinhamento impactou na política econômica do governo nasserista. Já mencionamos as ambições do governo em industrializar o país, reforçar a máquina de guerra estatal e transformar, de maneira geral, a estrutura econômico-social do Estado. Nosso objetivo para este capítulo será, portanto, relacionar as pressões domésticas pela modernização do aparelho estatal e do sistema produtivo com a política externa neutralista e arabista. Propomos assim analisar o impacto doméstico da ajuda externa obtida ao longo do período neutralista (1955-1967), em particular na forma como a política externa serviu para moldar a estratégia de desenvolvimento do governo nasserista ao mesmo tempo em que, de maneira inversa, foi impactada pelas demandas emergenciais internas e próprias ao processo de industrialização e transformação econômico-social. Como se sabe, o sistema autocrático nasserista buscou um amplo programa de reformas sociais orquestradas *de cima para baixo*, isto é, pela imposição de políticas dirigistas decididas pela cúpula do governo egípcio.

Dito isso, buscaremos responder a duas questões interconectadas de maneira complementar: 1) Afinal, a “ajuda externa” obtida junto às superpotências da Guerra Fria desempenhou papel importante para a viabilização do projeto egípcio de tornar-se uma potência regional econômica e militar? 2) Por sua vez, é possível estabelecer uma correlação

entre o processo interno de “industrialização acelerada” e a política externa voltada para o expansionismo regional?

Ao longo do texto, desenvolveremos como argumento a centralidade do papel da ajuda externa para a viabilização dos grandes programas de reformas sócio-econômica nacionais e do aparelhamento das Forças Armadas, sendo estes dois fatores cruciais para a própria sobrevivência do sistema político egípcio erigido após o golpe de 1952. A partir de 1955, com a compra das armas soviéticas via Checoslováquia, o governo egípcio impulsiona uma nova forma de inserção política nas relações internacionais cujo comportamento dúbio face à Guerra Fria irá refletir tanto na própria estratégia interna para a viabilização dos principais programas de industrialização, como também desencadeará meios para a formação interna de uma base social e econômica de sustentação e apoio ao regime político.

O texto estará dividido em três partes, onde buscaremos analisar aspectos do desenvolvimento econômico e da estrutura do poder político em relação à já discutida política neutralista do governo Nasser. Não será nossa intenção realizar uma análise pormenorizada sobre cada um desses dois pontos da dimensão doméstica do Estado, mas sim evidenciar a correlação existente entre a política econômica doméstica e a política externa. Dito isso, na primeira parte do capítulo, objetivaremos analisar o papel da ajuda externa obtida junto aos dois blocos da Guerra Fria para a viabilização dos programas-chave de desenvolvimento econômico do governo. Para tanto, propomos sistematizar a divisão de funções desempenhadas por Estados Unidos e União Soviética na provisão de insumos ao desenvolvimento; na segunda parte, observaremos a formação do sistema político nasserista na sua relação com o processo de transformação econômica da estrutura produtiva do Estado egípcio; na terceira parte, será discutida a relação entre a política externa voltada para o expansionismo regional e o processo interno de industrialização acelerada. Ao final, propomos alguns comentários sobre os condicionantes internos da política neutralista.

#### **4.1 O desenvolvimento egípcio a partir da dupla dependência externa: a divisão de funções nas ofertas de Estados Unidos e União Soviética.**

A compra de armas da Checoslováquia em 1955 desencadeou uma aproximação entre Egito e União Soviética que rapidamente se estendeu à cooperação pelo desenvolvimento de setores não-militares. Fora do Pacto de Varsóvia, o Egito foi o primeiro país do Terceiro Mundo a efetivamente receber esse tipo de atenção da política externa de Moscou, que rapidamente multiplicaria suas relações com a periferia global ofertando apoio financeiro,

técnico, político e militar aos governos nacionalistas que, em contrapartida, servissem de algum modo aos interesses geoestratégicos da União Soviética no contexto da Guerra Fria.

Na ocasião, esse fenômeno significou o fim do monopólio do bloco Ocidental como agente único da “promoção” ao desenvolvimento no Terceiro Mundo, tornando a “ajuda externa” de diferentes naturezas um instrumento efetivo também para o bloco soviético quando este buscasse a conquista de aliados e clientes nos novos Estados africanos e asiáticos emancipados do jugo colonial. Essa competição entre as duas superpotências da Guerra Fria por novas e maiores zonas de influência permitiu com que um grupo de países não-alinhados a qualquer um dos dois blocos buscasse suavizar sua dependência externa às demandas internas de desenvolvimento multiplicando seus provedores de “ajuda externa”. Dentre os países neutralistas, o caso do Egito porta a singularidade de ter inaugurado essa via de desenvolvimento “multi-dependente” ao estabelecer a compra de armas soviéticas em 1955.

Até então, os principais “parceiros” em termos de fornecimento de material bélico e ajuda econômica eram a Grã-Bretanha e a França. Os principais mercados importadores da produção nacional egípcia eram igualmente estes dois países, mais os Estados Unidos. Este último, durante os primeiros anos de governo Oficiais Livres ao poder, manteve sua condição de principal parceiro da política externa egípcia para a obtenção de créditos e apoio técnico a certos programas-chave do planejamento estatal. Em função do forte caráter anti-colonialista do movimento dos Oficiais Livres, as tensões com a França e, principalmente, a Grã-Bretanha, logo se fizeram acentuar. O contrário ocorria com os Estados Unidos, já que este não portava consigo o peso de um passado colonialista. Além disso, este país era dotado de um atrativo a mais: os programas de ajuda inscritos no *Point Four* de Harry Truman, que representavam a incorporação da “cooperação ao desenvolvimento” à política externa estadunidense para o Terceiro Mundo no contexto da Guerra Fria.

Antes de adentrar o aspecto próprio da “cooperação” ou “ajuda” externa, cabe destacar aqui a diferença entre “ajuda” e o comércio internacional propriamente dito, uma vez que obedecem a lógicas distintas nas relações econômicas internacionais. Enquanto o comércio reflete o modo de inserção internacional da produção de um determinado país e responde às especializações comerciais destinadas à exportação e importação, a “ajuda” técnica ou econômica é permeada por um forte caráter político e se afasta das diretrizes próprias à lógica do mercado, oferecendo uma série de condições especiais e vantajosas ao Estado receptor. Não existe “cooperação econômica” oferecida em escala significativa sem forte envolvimento político.

Na literatura especializada, são conhecidas as vantagens em termos de cooperação



econômica que países na linha de frente do conflito da Guerra Fria, como a Europa ocidental, Alemanha ocidental e Japão, de um lado, e os países do leste europeu, de outro, receberam de Estados Unidos e União Soviética, respectivamente. O investimento americano, assim como as facilidades para o desenvolvimento do comércio entre Estados Unidos e Japão, por exemplo, foi fortemente determinado pela significância estratégica deste último para a contenção da expansão soviética rumo às águas do Pacífico, inscrevendo-se assim dentro dinâmica geopolítica do conflito bipolar. Neste caso, a “ajuda” massiva americana estava condicionada tanto ao distanciamento japonês da União Soviética como da subordinação daquele face à presença militar americana em seu próprio território.<sup>274</sup>

No caso do Egito, sua importância geoestratégica não foi dada de imediato pela sua posição no conflito global, mas forçada pelo seu próprio governo ao “convidar” a União Soviética a cooperar com seus programas de desenvolvimento econômico e aparelhamento militar. O desenrolar das relações egípcias com ambas as superpotências seguiu, a partir daí, um equilíbrio tênue montado sobre um jogo de compensações estreitamente dependente do modo de inserção egípcia dentro da dinâmica das relações interestatais do Oriente Médio. Na divisão de funções que Estados Unidos e União Soviética passariam a exercer nos projetos internos do Estado egípcio, propomos começarmos com uma análise sobre a ajuda técnica e econômica americana.

#### 4.1.1. Os Estados Unidos e o Egito nos primeiros anos de governo dos Oficiais Livres (1952-1955)

Começamos, portanto, pelas relações entre Egito e Estados Unidos. Como já dito, havia o interesse inicial por parte do novo governo egípcio em fazer das relações de seu país com os Estados Unidos uma alavanca para a viabilização dos planos de construção de uma nova sociedade industrial egípcia. As demandas referiam-se às esferas econômica, técnica e militar, que por sua vez foram cada uma delas respondidas de maneira diferente. Neste primeiro momento de governo, as lideranças egípcias buscavam seguir modelos de desenvolvimento capitalistas relativamente ortodoxos.<sup>275</sup>

A principal preocupação do novo regime dizia respeito à reforma agrária, promulgada seis semanas após o golpe de Estado. Este programa, além de servir como um meio para

---

274 Ver MEDEIROS (2004) A economia política da internacionalização sob a liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, J. (2004) *O poder americano*: 147-153.

275 ALTERMAN, J. (2002) *Egypt and American Foreign Assistance, 1952-1956*: 15.

redistribuir riqueza e poder, fazia parte do planejamento governamental para potencializar a produção agrícola, que incluiria novos sistemas de irrigação e a construção da barragem de Assuã. As principais discussões dentro da cúpula do governo diziam respeito aos meios de alavancar capital para viabilizar projetos-chave de infra-estrutura e modernização das técnicas de produção agrícola. A estimativa original em valores girava em torno de um bilhão e meio de dólares, bastante acima do montante passível de ser extraído pela economia doméstica.<sup>276</sup> O papel do investimento externo era, desde o início, fundamental.

No período pré-Bandung, os Estados Unidos mantinham-se confortáveis na condição de principais parceiros do desenvolvimento militar e econômico egípcio. Será a insatisfação do governo egípcio com as respostas dadas pelos Estados Unidos às suas demandas que provocará a mudança de orientação de política externa do governo nasserista. Destacaremos quatro pontos da ajuda americana até 1955, sendo os dois primeiros orientados para cooperação técnica, o terceiro para o financiamento da barragem de Assuã e o quarto, para o aspecto militar.

Vejamos o primeiro programa de ajuda técnica. Visando a atração de capitais externos, o governo busca o entendimento com o departamento egípcio do *Technical Cooperation Administration* (TCA). O TCA era uma instituição criada pelo departamento de Estado americano em 27 de outubro de 1950 para servir à avaliação e designação da assistência econômica ao Terceiro Mundo prevista pelo *Point Four* de Harry Truman. Executado a partir da assinatura de acordos bilaterais, o TCA previa em seu programa o envio de “missões” formadas por um corpo técnico e científico dotadas do objetivo de modernizar as técnicas de produção agrícola locais e transmitir *know-how* associado à técnicas produtivistas de maneira geral.

Na ocasião do pedido de ajuda feito pelo governo dos Oficiais Livres, John Nichols, então coordenador do TCA responsável pela pasta egípcia, preparou um memorando onde apontava a necessidade do Egito buscar explorar as potencialidades econômicas do país, acrescentando uma lista de 19 áreas de trabalho passíveis de transformarem-se concretamente em acordos de cooperação técnica entre Egito e Estados Unidos. Quanto ao conteúdo dos programas, estes variavam entre a instalação de latrinas no campo à construção de uma potente indústria do turismo.<sup>277</sup>

Em resposta ao memorando apresentado por John Nichols, o governo egípcio cria o Conselho Permanente para o Desenvolvimento da Produção Nacional (CPDPN, que irá durar

---

276 Idem: 44.

277 Idem: 46.

até 1957) cujo objetivo era impulsionar a economia oferecendo condições favoráveis ao investimento privado interno e externo afim de viabilizar a implementação de programas-chave ao desenvolvimento econômico. Com isso, o governo egípcio assumidamente orientava sua política econômica em acordo às exigências estadunidenses ancoradas nos programas de ajuda do *Point Four*.

Assim, as primeiras iniciativas governamentais por parte dos Estados Unidos relacionavam-se ao provimento de alimentos (em especial, frangos e galinhas capazes de produzirem maiores quantidades de ovos que as nativas egípcias). Assim, o *Technical Cooperation Administration* ofereceu a importação ao Egito de 100 000 galinhas americanas trazidas em cargas de 25 000 ou 35 000 que seriam trocadas, através de intermediação do Estado, com produtores agrícolas cuja produção de ovos fosse baixa.

Esse tipo de iniciativa, embora tenha obtido resultados úteis de certa maneira, representava um envolvimento do governo estadunidense com os programas de desenvolvimento egípcio bastante aquém do que aquele esperado por estes últimos. Alterman escreve que os Estados Unidos arcaram com algo entre 100 e 150 mil dólares gastos por ano com o programa (que durou até 1955), que envolvia também a transferência simples do *know-how* americano para a produção de ovos.<sup>278</sup>

O segundo programa de cooperação técnica se refere à implementação do *Egyptian-American Rural Improvement Service* (EARIS), um acordo entre os governos dos dois países que envolvia a participação de engenheiros e cientistas para incrementar a produção agrícola e redistribuir as terras sequestradas pela reforma agrária de 1952. O programa durou igualmente até 1955, quando a parceria foi desfeita e o programa continuou sob unicamente a tutela do governo egípcio. Inicialmente, a iniciativa incluiu também o fornecimento de 10 milhões de dólares para serem gastos na compra de trigo americano. O governo egípcio, por sua vez, poderia revender o trigo e assim levantar recursos para financiar projetos de desenvolvimento doméstico.

O programa funcionou com contratemplos em função do ministério das finanças egípcio querer direcionar os recursos da ajuda econômica diretamente aos programas de incremento da capacidade produtivas das terras adquiridas pela reforma agrária e doadas às mãos de cooperativas da produção agrícola.<sup>279</sup> As divergências com relação à implementação do programa de transformação da estrutura produtiva agrícola entre os representantes dos dois governos, como bem demonstrado por Alterman, contribuíam para reduzir a eficácia e a real

---

278 Idem: 52.

279 Idem: 64.

capacidade de mudança prevista no planejamento do programa.<sup>280</sup>

Com relação ao papel estadunidense para a construção da barragem de Assuã, cabe ressaltar a importância estratégica deste projeto às ambições industriais egípcias, além de ser ele uma espécie de símbolo do Egito moderno pós-1952. Entretanto, havia a reticência de estrategistas do Estado americano para aprovar o pacote de financiamento do projeto. Os argumentos contrários usados por influentes congressistas estadunidenses faziam menção à manutenção do impasse árabe-israelense e, principalmente, da real importância egípcia para o jogo da Guerra Fria.

Foi a uma velocidade lenta que, no dia 6 de novembro de 1954, o governo americano aprovou o primeiro esboço do pacote de ajuda à construção de Assuã, que incluiria o financiamento no valor de 40 milhões de dólares. O pagamento seria feito através da CIA para que não necessitasse passar pela aprovação do congresso americano. Cerca de 5 milhões deste total seriam ainda destinados à uma transação secreta para a compra de armamentos militares, que nunca ocorreu.<sup>281</sup> O pacote de ajuda oficial, no entanto, viria a ser mesmo aprovado mais de um ano depois, e contava com a participação da Grã-Bretanha e do Banco Mundial. Aprovada em dezembro de 1955, a cooperação técnica-financeira americana se baseava em 134 milhões de dólares, a Grã-Bretanha pagaria 66 milhões de libras esterlinas e o Banco Mundial pagaria 200 milhões de dólares (a demanda do Egito em ajuda externa, na ocasião, era de 400 milhões de dólares). O programa, no entanto, foi definitivamente abortado em 1956 a partir da sucessão de eventos desencadeados após a compra de armas da Checoslováquia por parte do Egito que, por sua vez, terminou por resultar na crise de Suez. A decisão tomada por Nasser de usar os recursos do Canal nacionalizado para construir a represa terminou com as negociações sobre a participação técnica e financeira americana que existiam desde 1952.

Por fim, resta comentar o curto período de cooperação militar entre o Egito dos Oficiais Livres e os Estados Unidos. Já mencionamos que o interesse do novo governo egípcio, dado a vulnerabilidade factualmente provada de suas Forças Armadas, era também incrementar o aparelho militar do Estado abastecendo-o de armamentos modernos e desenvolvendo um complexo militar-industrial próprio. As demandas por facilidades de compra e transferência de tecnologia eram dirigidas, neste caso, principalmente aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha. Estes, por sua vez, evocavam o bloqueio da venda de armas ao Oriente Médio aprovado pela ONU até que o conflito árabe-israelense fosse resolvido. Os

---

280 Idem: 64-95.

281 Idem: 110.

armamentos oferecidos ao Egito eram, neste caso, de uso doméstico, normalmente usado para produzir obediência civil interna e sem eficácia para o caso de uma guerra. As negociações prosseguiram sem resultados satisfatórios até a decisão do governo egípcio de buscar comprar armamentos de guerra com o bloco soviético, em 1955. Um pouco antes, a Grã-Bretanha havia aceitado vender secretamente armamento militar aos Oficiais Livres caso o Egito adentrasse o Pacto de Bagdá (1955). Como já visto, tal oferta foi recusada.

Com a compra de armamentos soviéticos em 1955, os Estados Unidos estarão ausentes de qualquer participação no aparelhamento das Forças Armadas egípcias pelos próximos vinte anos. Os acordos de cooperação econômica e técnica para projetos específicos de desenvolvimento também foram reduzidos durante os três anos subsequentes, com exceção de alguns programas ligados ao *Point Four* associados ao manejo e usufruto das terras expropriadas pelo Estado nas leis de reforma agrária. A ajuda americana em larga escala passaria a ocorrer de fato a partir de 1958, através de um programa não militar, chamado *Food for peace*.

#### 4.1.2. “Food for peace”

Durante a crise de Suez, uma série de consultores e técnicos americanos que trabalhavam em projetos de desenvolvimento no Egito saíram do país.<sup>282</sup> Após o conflito, e com a aproximação entre Egito e União Soviética para níveis de cooperação além da esfera militar, o governo dos Estados Unidos reagiu à perda de influência direta sobre o governo egípcio inaugurando a Doutrina Eisenhower (1957). O objetivo implícito desta era conter a expansão do nacionalismo árabe identificado ao neutralismo nasserista e, conseqüentemente, isolar o governo egípcio (ver capítulo 3). Assim, toda proposição de ajuda externa ao Egito foi temporariamente suspensa ao mesmo tempo em que os Estados Unidos adentravam ao bloqueio econômico criado por França e Grã-Bretanha para retaliar a nacionalização de Suez e das companhias estrangeiras britânicas e francesas instaladas no Egito. Com a Doutrina Eisenhower, uma promessa de apoio militar ainda era fornecida aos governos árabes que se sentissem ameaçados pelo nasserismo. A relação entre os dois países seria retomada com o desenrolar dos acontecimentos tanto dentro do sistema regional, quando a união entre Egito e Síria passaria a representar um “freio” às ambições expansionistas soviéticas ancoradas na revolução iraquiana do general Qasim (1958), como dentro da política doméstica da RAU,

---

282 BURNS, W. (1985) *Economic aid and American policy toward Egypt, 1955-1981*: 108.

onde Nasser perseguia toda organização política de esquerda identificada ou não com o comunismo. É importante lembrar neste contexto que a ascensão de Qasim no Iraque implodiu a arquitetura do Pacto de Bagdá organizado pelos britânicos.

Assim, em maio de 1958, os termos da nova relação de “cooperação” dos Estados Unidos com o desenvolvimento econômico egípcio passaram a estar encarnados na *Public Law 480*, conhecido por “*Food for peace*”. Essa relação foi amplificada com a eleição de John Kennedy para a presidência americana em 1960, em sincronia com o lançamento pelo governo egípcio de seu primeiro Plano Quinquenal e, paradoxalmente, da aprovação interna das novas “leis socialistas”. O governo Kennedy concedia especial atenção ao não-alinhados, como Nkhrumah, Sukarno, Ben Bella e Gamal Nasser. Com relação a este último, a mudança de percepção da cúpula do governo americano era radical: o nacionalismo árabe, longe de ser um canal para a entrada do comunismo, passava a ser visto como uma forma de bloquear o expansionismo do mesmo.<sup>283</sup> É evidente que o ambiente de 1961, quando Nasser mantinha seu conflito aberto com o general Qasim do Iraque e perseguia comunistas internamente, contribuiu para a redefinição da estratégia estadunidense em relação ao Egito.

Pela PL 480, navios americanos repletos de trigo e alimentos passaram a descarregar em portos egípcios, contribuindo de maneira significativa para que o país mantivesse seu balanço de pagamentos em ordem. Entre janeiro de 1961 e fevereiro de 1962 a administração americana assinou três acordos dentro do programa *Food for Peace* com o governo egípcio, onde se comprometia a prover 170 milhões de dólares de excedente em commodities ao Egito.<sup>284</sup> Esses acordos iniciais foram suplementados por uma segunda rodada de acordos onde estava prevista a ajuda de 24 milhões de dólares a mais e, numa terceira rodada, \$ 43 milhões. Em 1961, o provimento de trigo americano (no quadro da PL 480) ao mercado egípcio contabilizava 77% do total de importações egípcias daquela commodity. Em 1962, este montante chegou a atingir 99% das importações nacionais do mesmo produto.<sup>285</sup> Fatores externos como a morte de Kennedy, a ascensão de Lyndon Johnson à presidência americana e o engajamento egípcio cada vez mais profundo na guerra do Iêmen coincidiram para esfriar novamente as relações entre Egito e Estado Unidos em 1965. Em 1966 o programa de ajuda seria retomado, mas dessa vez em menor escala.

O programa “*Food for peace*” representou assim o coração da “cooperação ao desenvolvimento” entre Egito e Estados Unidos, que através da PL 480 do Estado americano,

---

283 Idem: 123.

284 Idem: 126.

285 Dados encontrados em BURNS, W. (1985) *Economic aid and American policy toward Egypt, 1955-1981*: 126.

cobriu o período total entre 1954 e 1966, tendo sido particularmente relevante entre 1958 e 1964. Durante esse período total, cerca de 643 milhões de dólares foram enviados ao Egito por navio na forma de grãos e alimentos que serviam em grande parcela para o consumo urbano.

Com relação ao comércio propriamente dito entre os dois países, os Estados Unidos jamais deixaram de ser um parceiro comercial importante do Egito. Em 1954, os Estados Unidos representavam 11% das importações egípcias e 5% das exportações. Em 1962, em pleno processo de implementação do Plano Quinquenal, o Egito importava 25% da soma de todos os seus produtos dos EUA e à eles exportava 6%. Já em 1965, a relação era 36% de importações egípcias dos EUA e 3% das exportações direcionadas para os mesmos. O superávit americano se devia, em parte, ao pagamento egípcio em moeda nacional pelos grãos e alimentos americanos enviados ao país.

É importante ressaltar o impacto direto da ajuda americana em alimentos e grãos para o investimento estatal em projetos de desenvolvimento estratégicos do governo nasserista. A dependência externa de importação de alimentos para suprir uma população em pleno crescimento demográfico representava um fardo ao orçamento do Estado que, além disso, ainda subsidiava equipamentos e matérias-primas necessárias à produção agrícola. A provisão de alimentos e grãos americanos, em um montante significativo como aquele que foi oferecido, permitia ao governo egípcio redirecionar a parcela do orçamento estatal normalmente destinada a comprar tais commodities para efetivamente investi-los nos projetos-chave de seu programa de industrialização e modernização das técnicas de produção agrícola. Isso é particularmente relevante quando lembramos que, entre 1960-1965, vigorava um ambicioso Plano Quinquenal cujo objetivo anunciado era industrializar massivamente o país em um curto espaço de tempo.

Em outubro de 1962, tendo o governo Kennedy mantido uma avaliação positiva das relações construídas com Nasser a partir da PL 480 (mesmo existindo algumas desavenças, como no caso do apoio de cada um dos dois países à grupos armados antagônicos no Congo), decide-se pela continuidade da cooperação externa com o anúncio do comprometimento americano de aportar \$431.8 milhões em ajuda em alimentos e grãos para o triênio 1963, 1964 e 1965.<sup>286</sup>

Durante esses últimos três anos, entretanto, o agravar da guerra do Iêmen terminou por iniciar um atrito nas relações entre Nasser e Kennedy. A despeito do reconhecimento da

---

286 BURNS, W. (1985) *Economic aid and American policy toward Egypt, 1955-1981*: 134.

legitimidade da república iemenita feita pelo presidente Kennedy em 1962, o prolongamento da guerra civil interna e, principalmente, o crescimento das tensões entre Egito e Arábia Saudita, fez com que os estrategistas estadunidenses revisassem sua posição original face ao conflito em função da crescente ameaça que este trazia à segurança dos poços de petróleo sauditas. Esta posição foi confirmada pelo sucessor de Kennedy, Lyndon Johnson, que também temia o engajamento das Forças Armadas egípcias em território iemenita porque isso contribuía para reforçar os laços de dependência militar deste país com a União Soviética.

O governo Johnson, por sua vez, insatisfeito com o desenrolar da participação egípcia nos eventos da região e sem nutrir pessoal afeição à figura de Nasser, passou a atuar na estrutura interna do poder estadunidense para derrubar os acordos que comprometiam os Estados Unidos a prover ajuda em alimentos e grãos ao Egito para o triênio 1963-1964-1965. O autor Burns narra as discussões internas dentro do congresso e o peso da participação do lobby judeu para interromper a ajuda externa.<sup>287</sup> Como resultado, em 1965, a ajuda externa americana é interrompida.

Em 1966, quando estimava-se a necessidade do governo egípcio de importar cerca de \$300 milhões de dólares em alimentos e grãos, o governo americano volta a oferecer ajuda externa nos mesmos marcos que no período anterior afim de reiniciar suas relações com o Egito, mas dessa vez o montante oferecido é bem inferior aos anteriores: \$55 milhões ao longo de seis meses. A ideia dos estrategistas americanos era acrescer este valor progressivamente e periodicamente conforme avaliassem positivamente as reações do governo egípcio. Nasser, na ocasião, aceita a oferta e, ao mesmo tempo, inicia uma campanha interna para perseguir agentes infiltrados da CIA e desencadeia uma campanha publicitária radiofônica extremamente crítica à política externa americana para o Oriente Médio.<sup>288</sup>

Como observou Mabro, o grande sucesso da política externa nasserista em relação à Guerra Fria foi assegurar a ajuda americana em períodos-chave de grande investimento ao mesmo tempo em que ampliava com a União Soviética o comprometimento desta com os programas para a industrialização egípcia.<sup>289</sup> Isso explica, em parte, a alta taxa de crescimento econômico egípcio entre 1957 e 1964. Este crescimento contínuo foi enormemente financiado por ajuda externa advinda dos dois blocos. Os Estados Unidos mantinham ajuda se comprometendo a comprar parte da produção egípcia, principalmente entre 1959 e 1962.<sup>290</sup>

A ajuda americana, para além da PL 480, oferecia leve cooperação técnica para certos

---

287 Idem: 149-173.

288 Idem: 166.

289 MABRO, R. (1975) Egypt's Economic Relations with Socialist Countries: 303.

290 Idem: 303.



setores da produção agrícola. Durante todo o período pós-Bandung até a 1967, os Estados Unidos não estiveram envolvidos com o financiamento de determinados projetos ou oferecendo créditos especiais para importação de equipamentos necessário à formação de capital e a manutenção de maquinário. Fora os Estados Unidos, a ajuda externa advinda do bloco ocidental tomou a forma de empréstimos a taxas pouco abaixo daquelas do mercado. A Alemanha ocidental, em particular, participou de alguns projetos de industrialização do setor militar, como veremos mais adiante.<sup>291</sup>

#### 4.1.3. A ajuda soviética

Quanto à relação egipto-soviética, começemos pelo aspecto militar. A cooperação soviética com o Egito começa com a venda de armas militares através da Checoslováquia em 1955 e se inscreve dentro da nova estratégia do governo Khrushchev orientada para disputar zonas de influência com o bloco ocidental no Terceiro Mundo, valendo-se para tanto do uso de programas de ajuda militar, técnica e financeira como contra-peso às ofertas do bloco Ocidental. O Egito irá possuir, desde o início, um papel de destaque nessa nova estratégia internacional soviética, e o eventual sucesso da relação entre o governo Nasser e a União Soviética passa a ser percebido por estes últimos como um ativo portador de diferentes vantagens: 1) primeiramente, tratava-se de uma forma de adentrar sobre zonas de influência tradicionalmente ocidentais (como o Oriente Médio); 2) reduzia a capacidade de arbitragem dos Estado Unidos sobre uma região próxima à fronteira sudoeste do território russo, rompendo localmente com a política externa estadunidense do *containment*; 3) facilitava a saída da frota soviética pelos mares quentes do Mediterrâneo através do potencial acesso aos portos de Estados mediterrâneos “amigos”, como era o caso do Egito; 4) o possível sucesso da ajuda soviética na transformação do Egito numa potência militar e industrial era não somente uma imensa plataforma de propaganda das potencialidades que poderiam acarretar eventuais alianças entre governos nacionalistas não-alinhados e a União Soviética, como também expunha uma imagem positiva dos soviéticos para todo o Terceiro Mundo de modo geral. A percepção dos estrategistas soviéticos dessas potencialidades significou na prática uma atenção especial, assim como uma certa tolerância às divergências, com o governo nasserista. Essa condição pode ser averiguada no papel destacado do Egito em termos de ajuda militar quando comparado aos demais países do Terceiro Mundo (incluindo os não-alinhados) fora

---

291 Idem: 331.

do Pacto de Varsóvia (ver tabela 4.1).

**Tabela 4.1 A provisão de armas da União Soviética para o Egito entre 1954 e 1966 (em milhões de dólares)**

	1955-1959	1960-1966
Total de armas exportadas pela URSS para o Terceiro Mundo	\$ 777	\$ 3.115
Para o Oriente Médio	\$ 546	\$ 987
Para o Egito	\$ 223	\$ 536
Total do valor em armas importadas pelo Egito	\$ 3.185	\$ 556

Fonte: DAWISHA, K. (1979) *Soviet Foreign policy towards Egypt* : 180.

A transformação das Forças Armadas egípcias em um potência militar regional era um objetivo declarado dos Oficiais Livres desde sua ascensão ao poder. Assim, o mercado de armas soviético serviu, a partir de 1955, aos propósitos imediatos voltados para o incremento do potencial militar do país. De fato, o Egito tornou-se o principal comprador de material militar russo fora do bloco soviético, o que exprime algo sobre a importância dada ao Egito pela política soviética para o Terceiro Mundo (para valores, ver tabela 4.2). Segundo Henry Laurens, somente a Índia possuía números comparáveis ao Egito em termos de ajuda militar soviética.<sup>292</sup>

**Tabela 4.2 Valor gasto pelo Egito na compra de armamentos junto a todo o bloco soviético (ano /valor)**

1955	\$336 milhões
1956-57	\$170 milhões
1963	\$500 milhões
1965	\$310 milhões

Fonte: Waterbury, J. (1983) *The Egypt of Nasser and Sadat*: 397.

No que diz respeito à ajuda econômica soviética (e do bloco socialista), esta teve início em 1958 após os acordos assinados entre os dois países em 1957. Na ocasião, a União Soviética havia oferecido 700 milhões de rublos em empréstimos à baixos juros para financiar

<sup>292</sup> LAURENS, H. (2007) *Orientales*: 262.

o primeiro plano trienal de industrialização egípcia (1957-1960). Os créditos seriam usados para importar equipamentos e contratar técnicos soviéticos.<sup>293</sup>

Os termos dos acordos de cooperação econômica propostos pela União Soviética datam de 1958 e eram uniformes de maneira geral. Créditos eram cobertos em rublos afim de serem pagos com 2.5 de juros em um período de dez a vinte anos. A União Soviética ainda se comprometia a comprar 50% da produção de algodão à preços acima do mercado, como forma de pagamento. O segundo acordo de ajuda ocorreu em dezembro 1958 e estava relacionado ao financiamento da primeira etapa de construção da barragem de Assuã (cerca de 400 milhões de rublos). Em agosto de 1960, um novo empréstimo para o financiamento da segunda etapa de construção da barragem foi acordado, dessa vez no valor de 900 milhões de rublos. Os valores dos empréstimos nos anos seguintes foram enquadrados no primeiro e segundo Planos Quinquenais (1960-1965 e 1965-1970), e expressavam o progressivo engajamento soviético no financiamento dos programas de industrialização egípcios (ver tabela 4.3).

**Tabela 4.3: Ajuda econômica soviética ao Egito (em milhões de dólares)**

Ano	Estimativa de montante cumulativo da ajuda soviética desde 1954 até o ano em questão	Acréscimo anual
1961	\$ 681	-
1962	\$ 711	\$ 30
1963	\$ 765	\$ 54
1964	\$ 1.282	\$ 517
1965	\$ 1.408	\$ 126
1966	\$ 1.415	\$ 7
1967	\$ 1.535	\$ 120

**Fonte:** MABRO, R. (1975) *Egypt's Economic Relations with Socialist Countries*: 310.

Não havia oferta de ajuda do lado ocidental que se aproximasse dos termos vantajosos oferecidos pelos soviéticos. O Banco Mundial, por exemplo, era na maior parte do tempo reticente em empreender empréstimos ao setor público dos países “subdesenvolvidos”<sup>294</sup>. Nos termos dos acordos para créditos oferecidos pelos soviéticos, estes se comprometiam a avaliar o custo dos projetos, a expedição de equipamentos, os salários dos técnicos soviéticos e as despesas com suas viagens. O Egito era obrigado a cobrir todos os gastos dos técnicos soviéticos enquanto estes estivessem alocados em solo egípcio, assim como deveria prover

293 MABRO, R. (1975) *Egypt's Economic Relations with Socialist Countries*: 310.

294 WATERBURY, J. (1983) *The Egypt of Nasser and Sadat -the political economy of two regimes*: 397.

materiais e condições de trabalho à eles. A União Soviética também permitia a opção de estabelecer subcontratos para projetos de desenvolvimento econômico com outros países da Europa do leste.<sup>295</sup>

Segundo a ótica soviética, era mais vantajoso apoiar os programas de desenvolvimento domésticos do Terceiro Mundo com financiamentos à projetos específicos do que adotar amplos programas de ajuda, dado estarem estes normalmente destinados a cobrir os custos da importação de material do país receptor. Grosso modo, existiam três razões centrais para a preferência pelo financiamento de projetos específicos: 1) serviam bem para fins de propaganda; 2) para fins logísticos e organizacionais: era mais fácil estimar os fundos necessários quando obedecem a projetos específicos, o mesmo valendo para o planejamento do número de técnicos a serem empregados; 3) a ajuda à projetos específicos estimulava o desenvolvimento do setor estatal no país receptor, o que era em si um objetivo da parte dos soviéticos.<sup>296</sup>

É importante ressaltar o papel da ajuda soviética para cobrir os gastos do Estado egípcio empreendidos no esforço de industrialização. Entre 1955 e 1967, a União Soviética contribuiu com cerca de 826 milhões de dólares em ajuda não militar. Os demais países do bloco soviético contribuíram com mais 709 milhões de dólares no mesmo período.<sup>297</sup> Mais da metade da ajuda soviética não-militar foi direcionada às duas fases de construção da barragem de Assuã (ver tabela 4.4).

**Tabela 4.4 Créditos soviéticos ao Egito, 1955-1964.**

Data	valor (em milhões de dólares)	Razão	Taxa de juros	Prazo para o pagamento
Janeiro de 1958	\$175	Plano trienal (1958-1960)	2.5%	12 anos
Dezembro de 1958	\$100	Primeira fase de Assuã	2.5%	12 anos
Agosto de 1960	\$225	Segunda fase de Assuã	2.5%	12 anos
Junho de 1963	\$44	Plano quinquenal	2.5%	12 anos
Mai de 1964	\$282	Plano quinquenal	2.5%	12 anos

Fonte: FERRIS. J. (2011) *Guns for cotton?*: 13.

A barragem de Assuã foi o principal projeto isolado do qual participaram os

295 DAWISHA, K. (1979) *Soviet Foreign policy towards Egypt*: 169.

296 Idem: 170.

297 MABRO, R. (1975) *Egypt's Economic Relations with Socialist Countries*: 310.

soviéticos, como também foi o principal programa de infraestrutura de todo o governo Nasser. Em 1958, isto é, dois anos após o abandono da participação estadunidense das negociações para a viabilização da construção da represa de Assuã, os soviéticos finalmente chegaram a um acordo com as autoridades egípcias para participarem da execução do projeto. Durante o processo de implementação, mais de 300 fábricas soviéticas participaram da manufatura de cerca de 500 000 toneladas de equipamentos a serem utilizando ao longo da construção da represa. Assim, enquanto os soviéticos proviam a *expertise* técnica e os equipamentos, os egípcios se responsabilizavam em financiar o projeto, que seria ao final custeado em 27,8% pelos soviéticos.

Em 1964, quando Khrushchev realiza uma visita de dezesseis dias ao Egito para a inauguração da barragem de Assuã, a política soviética para o Egito era altamente satisfatória: a antes total influência ocidental sobre o Oriente Médio havia sido neutralizada, tendo a política soviética progredido por etapas sucessivas (para valores, ver tabela 4.5). Isso contribuiu para que Moscou, em função do peso acordado à relação com o governo nasserista, julgasse de maneira positiva sua política de apoio aos movimentos nacionalistas do Terceiro Mundo.<sup>298</sup>

**Tabela 4.5 Contribuição financeira soviética para a construção da barragem de Assuã (em milhões de dólares)**

	Custo total	Parcela soviética	Porcentagem soviética
Primeira etapa	614	100	16.2
Segunda etapa	515	225	40.8
Total	1.165	325	27.8

Fonte : DAWISHA, K. (1979) *Soviet Foreign policy towards Egypt*: 171.

Como o Egito pós-1957 adotara como modelo o planejamento e a estatização dos setores econômicos estratégicos, tornou-se possível negociar o preço e o volume dos produtos a serem trocados com a União Soviética, dado ser esta última uma economia planificada. Existia a tendência que o preço das exportações egípcias fosse marcado a um valor acima do mercado.<sup>299</sup> Em particular, o preço do arroz e do algodão egípcio exportado que serviam como forma de pagamento aos programas de ajuda eram não raramente marcados a um preço acima do mercado em 40% e 20% respectivamente.

Os soviéticos estabeleceram também significativos acordos de cooperação na esfera

298 KAMINSKY, C. & KRUK, S. (1988) *La stratégie soviétique au moyen-orient*: 19

299 MABRO, R. (1975) *Egypt's Economic Relations with Socialist Countries*: 229.

cultural, em particular no que diz respeito à educação. Soviéticos recrutavam estratos da elite tecnocrática egípcia para viabilizar a formação de quadros técnicos capacitados à determinadas funções administrativas. Como observa a autora Dawisha,

The construction of technical centers had the most immediate effect on the educational system in Egypt. Between 1956 and 1975, the Soviet Union helped to build and equip 43 such centers from which over 85.000 Egyptians have graduated. Emphasis in the centers has been on providing basic vocational skills but has also dealt with raising standards of literacy and with providing management skills.<sup>300</sup>

Um fator externo dentro da esfera comunista contribuiu ainda para que a União Soviética ampliasse seu engajamento para a promoção ao desenvolvimento no Terceiro Mundo. No início dos anos 1960, os soviéticos foram constrangidos a fazer avançar rapidamente seu programa terceiro-mundista por crer existir uma concorrência entre-comunistas advinda da China popular. Esta, após a ruptura com a União Soviética (oficialmente em 1963, após anos de crescentes tensões diplomáticas), passou a acusar abertamente a União Soviética de ser um Estado tão imperialista como os Estados Unidos e de fazer uso de teses revisionistas para legitimar internamente a política apoiada na “coexistência pacífica” com o bloco ocidental. No lado soviético, o efeito dessa competição entre-comunistas foi impulsionar uma política de demarcação de suas zonas de influência no Terceiro Mundo, ampliando o volume de ofertas para manutenção de relações privilegiadas com certos Estados-chave para sua estratégia de projeção geopolítica. O Egito, nesse novo contexto onde as opções de barganha se estendiam também dentro da própria fricção do bloco comunista,<sup>301</sup> fortaleceu sua condição de objeto prioritário da política assistencialista soviética. Como se verá, o crescente volume de ajuda soviética irá terminar por pressionar por uma maior participação americana nos programas de desenvolvimento egípcio. Isso porque, como observam Kaminsky & Kruk, o Egito mantinha sua condição de Estado-referência incontornável para a disputa levada adiante entre as duas superpotências por zonas de influência sobre o Oriente Médio.<sup>302</sup>

Na política soviética, essa “condescendência” com os movimentos nacionalistas terceiro mundistas, expressos de maneira singular na figura do Egito nasserista, representava algo mais profundo, como uma revisão das próprias teorias que até então orientavam a

---

300 DAWISHA, K. (1979) *Soviet Foreign policy towards Egypt*: 195.

301 Embora Nasser tenha obtido certo volume em ajuda alimentar da China, especialmente após a suspensão da PL 480 pelos Estados Unidos em 1965, o fato é que o governo de Mao não possuía meios nem econômicos nem militares de fazer concorrência com à União Soviética por zonas de influência “comunistas” no Terceiro Mundo.

302 KAMINSKY, C. & KRUK, S.(1988) *La stratégie soviétique au moyen-orient*: 16-19

política externa daquele país. Como já dito no capítulo 1, a ideia soviética de promover revoluções socialistas foi, neste período, definitivamente abandonada em proveito de uma outra tática política, esta da construção de uma frente unitária que reagrupasse todos os elementos partidários nacionais de um país periférico para com isso fomentar sua “revolução democrática”. Buscando usar o exemplo de sua relação com o Egito para projetar sua influência sobre novos governos, os instrumentos de propaganda soviética reforçaram a ideia do Egito de Gamal Nasser ser ele um modelo para os países do Terceiro Mundo, assim como classificaram a política econômica do Cairo como o melhor exemplo de um sistema político-social orientado para o “desenvolvimento não-capitalista”.

Assim, ao compararmos a ajuda externa oferecidas por Estados Unidos e União Soviética durante o neutralismo nasserista, é preciso ter em conta o quanto a relação com o Egito significava para cada uma das superpotências em termos regionais e globais, dado o contexto da Guerra Fria. Quando observamos uma propensão maior do lado soviético em arcar com os custos de uma massiva ajuda externa ao Egito, devemos tomar em consideração que o significado geoestratégico daquela “aliança” para a política soviética era sensivelmente superior e mais profundo que aquele definido pelos estrategistas estadunidenses, no que concerne à relação própria destes com o Egito. No caso dos Estados Unidos, após um período inicial de leniência com relação às demandas nacionais dos Oficiais Livres, acabaram constrangidos a redefinirem o peso de seu interesse sobre o Egito quando este “convidou” a União Soviética para participar de seus programas de desenvolvimento militar e econômico. Embora o Egito mantivesse papel central na elaboração da estratégia estadunidense para o Oriente Médio durante o período 1955-1967, seu peso era contrabalançado pela existência de outros aliados regionais, tais como a Arábia Saudita e, num momento posterior, Israel. Em suma, na estratégia regional americana, o peso do arabismo egípcio, embora considerável, era menor em função de sua capacidade de ação regional estar ancorada também sobre outros atores regionais. No caso soviético, o apoio regional existente para além do Egito nasserista, como visto temporariamente na Síria e no Iraque, era mais fluido e instável.

#### 4.1.4. O comércio internacional entre o Egito e os dois blocos da Guerra Fria

Afim de mesurar o impacto dos acordos de “cooperação ao desenvolvimento” alcançados junto aos dois blocos da Guerra Fria, enfatizaremos aqui o papel decisivo desempenhado pela ajuda externa para a saúde financeira do regime. Em particular, destaca-se o papel exercido na cobertura dos déficits no balanço de pagamentos, permitindo com isso

que o período “neutralista” fosse marcado por uma média significativa na taxa de crescimento econômico mesmo tendo em consideração as despesas com os programas de desenvolvimento, industrialização, militarização e expansão do setor público (ver tabela 4.6). Ao viabilizar em parte a implementação de certos programas-chave do “desenvolvimentismo” nasserista, a “ajuda externa” advinda de ambos os lados da Guerra Fria reforçava as próprias bases do poder egípcio que, internamente, ancorava-se num ambicioso programa de transformação estrutural da sociedade egípcia, fundamental tanto como plataforma legitimante à sua própria existência como sistema político frente às massas como também para a formação da base sócio-econômica na qual se apoiaria o governo dos Oficiais Livres (voltaremos a este aspecto mais adiante).

**Tabela 4.6: A balança comercial egípcia ente 1955 e 1963 (em milhões de libras)**

Ano	Importações	Exportações
1955	187,2	146,0
1956	186,1	142,3
1957	182,6	171,6
1958	240,1	166,3
1959	222,1	160,5
1960	232,5	197,8
1961	238,5	161,2
1962	301,0	158,3
1963	398,4	226,8

Fonte: MANSFIELD, P. (1967) *Nasser e a Revolução Egípcia*: 164

Entre 1952 e 1960, o Produto Interno Bruto egípcio cresceu à uma média de 3.8%. Já durante o período do primeiro Plano Quinquenal 1960-1965, o crescimento médio foi de 5.6%,<sup>303</sup> mesmo tendo em conta o volume considerável de gastos incorporados ao orçamento do Estado já mencionados anteriormente. Nosso argumento é que as condições favoráveis obtidas com os diferentes acordos de cooperação com os dois blocos da Guerra Fria são cruciais para a compreensão da performance satisfatória da economia egípcia, em especial quando observamos o caráter continuamente deficitário na balança comercial. É importante ainda ressaltar que o critério empregado no planejamento para o período de investimentos estatais massivos do primeiro Plano Quinquenal (1960-1965) era exportar somente aquilo que

303 Os dados estão em HANSEN, B. (1991): *The political economy of poverty, equity, and growth -Egypt and Turkey*: 16.



a demanda interna não fosse capaz de absorver. Existia com isso uma produção manufatureira e agrícola destinada à suprir o mercado interno sem que o planejamento oferecesse uma explícita política de estímulo à exportação.<sup>304</sup>

Entre 1950 e 1970, o algodão continuou a dominar pauta de exportações egípcias (variando anualmente entre 150 e 107 milhões de libras egípcias anuais), seguido pelos bens industriais não têxteis, pelo arroz, frutas e vegetais e, por fim, os produtos têxteis (ver tabela 4.7). Todos os quatro últimos itens aqui citados obtiveram crescimento significativo nas exportações a partir dos anos 1960, impulsionados pelo processo de industrialização, transformação da produção agrícola e os acordos de cooperação com o bloco soviético que aceitava parte do pagamento em commodities (como algodão e arroz, especialmente).

**Tabela 4.7: Principais itens de exportação egípcio entre 1950 e 1970 (em milhões de Libras egípcias)**

Ano	Algodão	Arroz	Frutas e vegetais	Têxteis	Bens industriais	Porcentagem das exportações para a configuração do PIB
1950	149.8	7.6	2.3	4.0	11.7	19.1%
1955	107.4	7.3	4.5	7.4	11.7	13.3%
1960	134.7	9.8	9.5	18.9	18.7	13.5%
1965	146.7	19.8	12.4	47.0	37.6	11.3%
1970	147.8	34.2	29.0	53.7	66.5	11.0%

**Fonte:** HANSEN, B. (1991): *The political economy of poverty, equity, and growth -Egypt and Turkey*: 138.

Enquanto a balança comercial do Egito com o bloco ocidental era profundamente deficitária, o inverso ocorria com o bloco soviético. A gradual migração do cliente importador da produção egípcia durante o período nasserista (do Ocidente para o bloco soviético) não resultou entretanto numa variação significativa da pauta de exportação em si. Este fator é particularmente observado no que concerne a produção de algodão, que manteve-se como principal artigo exportado do Egito e, com relação ao bloco soviético, servia como forma de pagamento pela ajuda externa por ele fornecida. Como se observa na tabela 4.8, a tendência de crescimento no volume de comércio foi acentuada a partir de 1957. Naquele ano, por conta do bloqueio econômico americano entre 1957 e 1958, a União Soviética expandiu tanto a importação de produtos egípcios quanto a exportação de seus produtos para o mercado

304 HANSEN, B. (1991) *The political economy of poverty, equity, and growth -Egypt and Turkey*: 130.

egípcio. A importação massiva do bloco soviético de algodão egípcio serviu para que este último conseguisse superar as piores crises do período, como por exemplo o já mencionado embargo econômico do ocidente (França, Grã-Bretanha e Estados Unidos) sofrido após a crise do Suez.<sup>305</sup>

**Tabela 4.8: A participação do bloco soviético na exportação egípcia de algodão (porcentagem do total exportado).**

Ano	Exportação para o bloco soviético	Exportação para a União Soviética
1952	12	7
1954	12	2
1955	23	5
1956	11	4
1957	55	11
1958	67	28
1959	69	30
1960	58	19
1961	69	24
1962	66	20
1963	66	29
1964	43	22
1965	64	29
1966	62	30
1967	68	24

**Fonte:** MABRO, R. (1975) *Egypt's Economic Relations with Socialist Countries*: 308.

Diante da distribuição das funções exercidas por União Soviética e Estados Unidos já verificados ao longo do texto, é inegável o papel decisivo representado pelos soviéticos no processo interno de desenvolvimento industrial do Egito nasserista. Cabe ainda lembrar nesse caso que a União Soviética era um parceiro comercial menor do Egito até 1955.

A partir de 1961, passou a existir na economia egípcia um crescente déficit no balanço de pagamentos, impulsionado principalmente 1) pelas demandas de importação para os programas do Plano Quinquenal; 2) pelo vencimento do prazo para pagamentos contraídos em

---

305 DAWISHA, K. (1979) *Soviet Foreign policy towards Egypt*: 176.

anos anteriores; 3) pela expansão do setor público; 4) pelos custos extraordinários com armamentos e equipamentos importados para suprir as demandas do envolvimento na guerra do Iêmen e da própria militarização do Estado.<sup>306</sup> Segundo Rivlin, o sistema de substituição de importações reduzia a dependência de importações por um lado mas a fazia crescer por outro. Isso acontecia porque as novas indústrias desenhadas nos anos 1960 eram destinadas a suprir o mercado interno e requeriam equipamentos importados, mas não estavam ao mesmo tempo aptas a financiar uma produção própria destinada à exportação.<sup>307</sup>

Neste quadro, vale lembrar ainda que o exaurimento das reservas internacionais em 1962 resultou na adoção de medidas para a desvalorização da moeda e a revisão das orientações originais do Plano Quinquenal, readmitindo com isso a importância de haver uma política exportadora.<sup>308</sup> Este setor, entretanto, foi incapaz de progredir da mesma maneira como crescia a demanda por importações, que em particular eram destinadas a abastecer o setor militar e de bens de capital.

Ainda no ano de 1962, a concentração das exportações estava no arroz, algodão e produtos têxteis. A dificuldade em diversificar pauta de exportações de manufaturados para além dos têxteis era aprofundada pela carência de fontes energéticas no país.<sup>309</sup> Além disso, cabe lembrar que, como o sistema econômico não estava anteriormente voltado para a exportação, esta era vista apenas como uma forma de pagar as importações. As exportações não foram estimuladas pelo planejamento estatal do Plano Quinquenal, mas foram tomadas em consideração no decorrer da implementação do Plano, com as sucessivas crises de 1962, 1964 e 1965 no balanço de pagamentos. Entretanto, os resultados obtidos com os estímulos adotados foram incapazes de cobrir os gastos com as importações, ampliando ainda mais a dependência de ajuda externa para manter o equilíbrio das contas internas.

O gráfico 4.1 a seguir mostra os destinos das exportações egípcias entre os dois blocos. Ela evidencia como, no contexto das demandas do Plano Quinquenal e da crise nas relações com os Estados Unidos pós-Kennedy, o comércio internacional egípcio passou a trilhar o caminho de uma dependência crescente do bloco soviético, reduzindo significativamente as relações comerciais e de ajuda externa com a Europa ocidental e os Estados Unidos. Embora o governo egípcio se prontificasse a negociar com os Estados Unidos formas de reatar as antigas relações e assim manter sua condição neutralista, as demandas emergenciais oriundas do contexto de crise econômica interna, somadas aos custos do engajamento militar e a

---

306 HANSEN, B. (1975) Foreign trade regimes and economic development: 127.

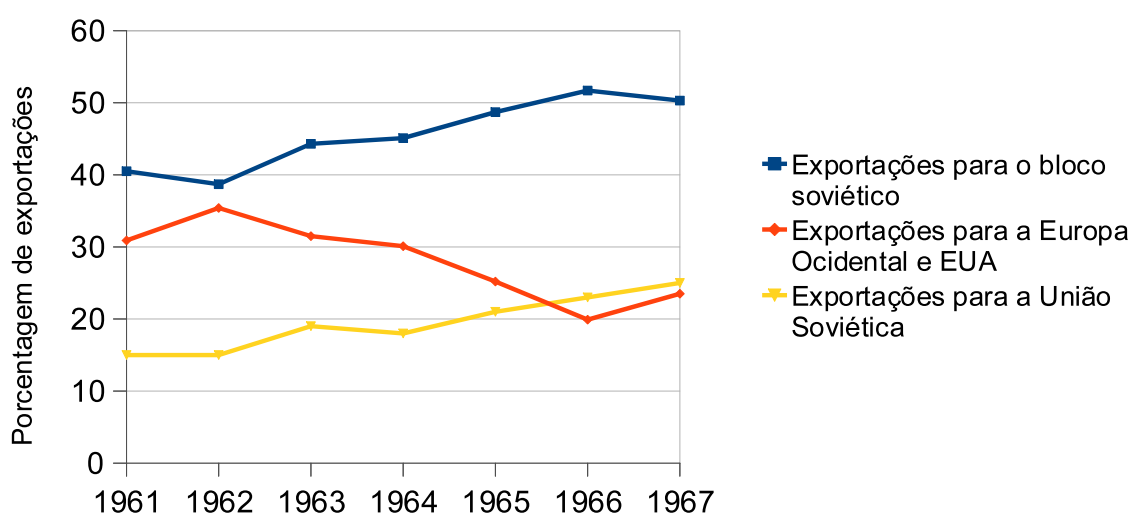
307 RIVLIN, P. (2004) Nasser's Egypt and Park's Korea, a comparison of their economic achievements: 275

308 HANSEN, B. (1975) Foreign trade regimes and economic development: 129-130.

309 Idem: 130.

insistência do governo americano em condicionar o comportamento egípcio para uma reaproximação acabaram por “empurrar” o governo Nasser à uma dependência cada vez maior da União Soviética. Esta, por sua vez, aproveitou-se da vulnerabilidade egípcia nos anos que antecederam a guerra de Suez para exigir novas compensações, como facilidades na utilização dos portos egípcios para as frotas soviéticas, além de possíveis bases militares terrestres.<sup>310</sup>

Gráfico 4.1: Destino das exportações egípcias

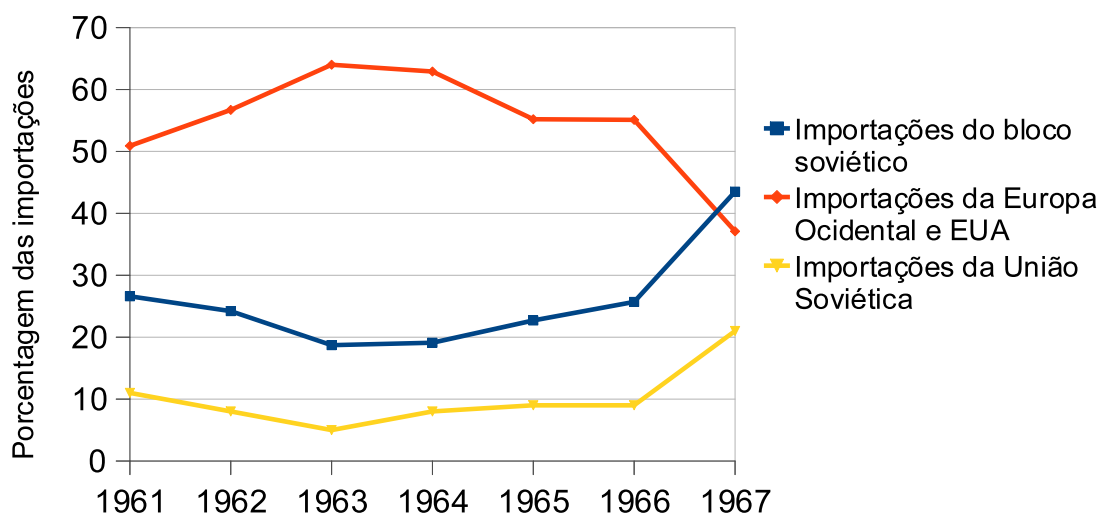


**Fonte:** Os dados referentes às exportações para o bloco soviético e para os Estados Unidos e a Europa Ocidental foram retirados de HANSEN, B. (1975) *Foreign trade regimes and economic development*: 120. Os dados referentes à porcentagem das exportações egípcias para a União Soviética foram retirados de MABRO, R. (1975) *Egypt's Economic Relations with Socialist Countries*: 305. Neste quadro estão somadas tanto as exportações advindas do comércio internacional como aquelas direcionadas como forma de pagamento aos programas de ajuda externa.

Assim como no caso das exportações, as importações egípcias também evidenciam o crescimento da dependência da produção nacional ao mercado soviético, seguindo o desenvolvimento das relações políticas construídas entre os dois países. Este quadro é observado no gráfico 4.2:

310 FERRIS, J. (2011) Guns for cotton? Aid, trade and the Soviet Quest for Base Rights in Egypt, 1964-1966 : 16-22.

Gráfico 4.2: Origem das importações egípcias



**Fonte:** Os dados referentes às importações do bloco soviético e dos Estados Unidos e a Europa Ocidental foram retirados de HANSEN, B. (1975) *Foreign trade regimes and economic development*: 120. Os dados referentes à porcentagem das importações egípcias da União Soviética foram retirados de MABRO, R. (1975) *Egypt's Economic Relations with Socialist Countries*: 305. Neste quadro estão somadas tanto as importações advindas do comércio internacional como aquelas direcionadas pelos programas de ajuda externa.

É evidente que, dentro de uma estratégia que busca o equilíbrio entre os dois blocos, o crescimento do comércio com o bloco soviético era esperado tendo em vista sua existência inexpressiva antes da ascensão dos Oficiais Livres ao poder egípcio. Entretanto, o que deve ser tomado em conta aqui é que este comércio foi em grande medida impulsionado por compensações aos acordos de “cooperação ao desenvolvimento” oferecidos pelo bloco soviético, sendo que a importação dos produtos egípcios não necessariamente correspondia às reais demandas internas do mercado russo. Isso acarretou situações onde o algodão egípcio importado pelos russos fosse revendido no mercado à um preço abaixo daquele definido internacionalmente, prejudicando as vendas egípcias do mesmo produto no mercado internacional.

Com relação ao comércio com o bloco ocidental, a carência de alimentos no mercado interno egípcio criou um sistema de dependência interna da provisão de alimentos estadunidenses (no quadro da PL 480) para que o governo pudesse redirecionar recursos para seus principais programas de desenvolvimento. Em 1965, a suspensão da ajuda americana, somada aos altos encargos decorrentes da guerra do Iêmen e dos programas de industrialização, leva o Egito à primeira grande crise econômica do nasserismo, quando a contestação interna passou a incluir greves de operários e passeatas de movimentos estudantis.

Este quadro será aliviado no momento seguinte por uma maior inversão soviética na economia egípcia. Este fenômeno, por sua vez, contribui para acentuar a dependência egípcia da ajuda soviética de maneira a ameaçar sua política de equilíbrio neutralista. Estados Unidos e Egito continuarão as negociações para a retomada dos acordos de cooperação, intercalados sempre por temas como a guerra do Iêmen e o “processo de paz” com Israel. O desenrolar dos eventos levará à guerra dos Seis Dias que inviabilizará, simultaneamente, a capacidade de ação neutralista do Estado egípcio na Guerra Fria e sua própria ambição hegemônica sobre a esfera regional.

Evidentemente, a observação dos meios com os quais a ajuda externa serviu para compensar e cobrir déficits no balanço de pagamentos e, ao mesmo tempo, viabilizar o processo de industrialização e militarização do Estado, ajuda a elucidar um aspecto importante da dimensão interna do desenvolvimento econômico egípcio durante o período neutralista. Entretanto, a esfera política interna do Estado não está circunscrita simplesmente a um produto da política externa neutralista, como numa relação de causa e efeito linear, pois ela é também o agente em última instância que elabora e executa a própria política externa. Embora seja possível sustentar que os constrangimentos externos e sistêmicos existam e sejam determinantes para o comportamento dos Estados, não existe uma estrutura sistêmica que determine sozinha as decisões políticas tomadas por determinado governo, decisões estas que respondem a contingentes históricos e levam em consideração tanto fatores externos como a relação Estado-sociedade além de, eventualmente, representarem projetos de potência. Dito de outra maneira, a “escolha” pelo neutralismo, no caso egípcio, responde a uma decisão política da cúpula do poder nasserista, e seu efeito é estruturante sobre o programa de desenvolvimento interno posto em prática a partir de então.

A abordagem discutida neste capítulo até aqui procurou examinar os frutos de uma estratégia de política externa naquilo onde ela seria funcional à realização das pretendidas reformas sócio-econômicas explicitadas no discurso oficial do Estado egípcio. Sendo o resultado da ação estatal, o exame sobre o montante obtido com a ajuda externa não revela a razão da própria ação estatal, isto é, por quais motivos a ajuda externa obtida daquela maneira era importante às ambições “desenvolvimentistas” do projeto de poder estatal. A análise dos ganhos em ajuda externa obtidos com o neutralismo ajudam a evidenciar o resultado dessa estratégia, mas não explicitam o confronto entre as forças políticas e econômicas internas cuja síntese contribuiu para produzir tal orientação política. Fazemos referência aqui às transformações na estrutura do poder estatal que, como num movimento circular, eram condicionadas e redefinidas pelo próprio processo de transformação econômico-social

viabilizado pela ajuda externa obtida com o neutralismo.

O governo dos Oficiais Livres possuía dois objetivos maiores, a industrialização e a transformação do Estado numa potência militar. O neutralismo foi uma política externa que se mostrou útil para viabilizar tais ambições. Disso resultam algumas questões. Como, por exemplo, o neutralismo e o equilíbrio entre os dois “mundos” do conflito bipolar impacta sobre o programa de industrialização interno? E como, num movimento inverso, a política neutralista é impactada pelas demandas próprias ao processo interno de militarização e industrialização? E de que maneira este processo de transformação da estrutura econômico-social do Estado redefine as bases de sustentação do próprio sistema político do Estado nasserista? Considerando o neutralismo um fator estruturante não somente para as orientações externas do Estado mas também uma política que se reflete nos próprios programas internos de desenvolvimento, propomos destacar dois fatores interconectados que configuram meios de pressão interna à ação estatal, isto é, as reformas no sistema de produção e na estrutura do poder do Estado. Com isso, pretendemos averiguar o impacto do neutralismo quando submetido a um programa político específico, orientado pelo ideal de fazer do Egito a potência militar e industrial do Oriente Médio.

#### **4.2 A industrialização e a nova estrutura do poder egípcio**

O processo de industrialização moderna egípcio, após seu período original na primeira metade do século XIX, foi retomado no entre-guerras. Naquele contexto, com a independência formal do país em 1922, a relação de forças dentro da estrutura interna do poder egípcio era reconfigurada por conta da adoção de uma política de substituição de importações pós-1929, pelo forte crescimento demográfico e por um processo de urbanização. A base econômica do Estado estava entregue a uma incipiente indústria urbana e aos latifundiários das terras agricultáveis do rio Nilo.

Até 1929, a economia egípcia baseava-se na atuação de grandes conglomerados privados associados às finanças e à produção agrícola. Após a Primeira Grande Guerra, o setor bancário era inteiramente controlado pelo exterior, e concentrava suas atividades nos empréstimos de curto prazo à produção rural organizada pelo setor privado. Nos anos 1920, começaram a surgir as primeiras instituições concretamente dedicadas ao desenvolvimento de um setor industrial nacional. Neste contexto, o banco Misr (1920) foi fundado pelo empresário Talat Harb com o objetivo de fornecer empréstimos à indústria nascente, sendo esta última, grosso modo, um fruto da diversificação dos investimentos privados da classe

latifundiária, sem o suporte de uma política de Estado. Tal banco exercerá, ao longo das décadas seguintes, um papel crucial na criação e implementação de um parque industrial egípcio. Já entre 1922 e 1929, o banco expandirá suas funções para a fundação e gestão de nove empresas industriais (associadas majoritariamente ao setor têxtil), entre elas a principal fábrica do país, chamada *Misr Spinning and Waving Company*.<sup>311</sup>

A crise de 1929 fez com que o preço internacional do algodão caísse e o Estado passasse a proteger certos setores industriais com tarifas protecionistas (esse foi o caso especialmente das indústrias têxteis e de refinamento de açúcar). Junto à queda das exportações pós-1929 e ao crescimento do nacionalismo como movimento político, surgiram as primeiras demandas entre investidores e empresários por leis que estimulassem tanto a construção de um parque industrial nacional como uma atuação preponderante do Estado na condição de gestor deste movimento. Como a base econômica de sustentação do poder monárquico estava na classe latifundiária, um amplo projeto de reforma agrária permanecia impraticável. Igualmente levado em consideração era o projeto de ampliação da barragem de Assuã, cujo objetivo era permitir o cultivo das terras férteis em períodos normalmente de seca, além de ampliar o perímetro das terras cultiváveis. No ano de 1927-1928, a extensão da terra cultivável no país alcançava 8.245.689 *feddans* (aproximadamente 34.631.890 km<sup>2</sup>),<sup>312</sup> dos quais somente 5.554.126 *feddans* (23.727.330 km<sup>2</sup>) eram produtivos. Os principais produtos agrícolas de exportação eram o milho (40%), o trigo (29%) e o algodão (27%). A produção de açúcar, vinho, azeite, laranjas e mandarinas era absorvida pelo mercado interno.<sup>313</sup>

Por volta de 1929, a indústria mineradora ainda participava com uma produção em baixa escala, seja no que diz respeito ao petróleo, manganésio ou fósforo bruto. No mais, a indústria existente processava determinados produtos agrícolas, estimulava a fiação e a tecelagem, a transformação do tabaco e a fabricação do açúcar. Dessa maneira, era comum que os membros da nascente burguesia industrial viessem do setor agrícola, em particular da elite latifundiária, o que contribuía enormemente para impedir que houvesse conflito entre os dois setores ao mesmo tempo em que impedia a classe industrial de seguir interesses próprios e autônomos.<sup>314</sup>

Entre 1930 e 1950, a economia egípcia desenvolverá um sistema de substituição de importações voltado principalmente para consolidação de uma indústria de bens de consumo.

---

311 COTTENET-DJOUFELKIT, H. (2001) *L'industrialisation de l'Égypte au XXème siècle*: 4.

312 Um *feddan* equivale a 0.41 hectare, 1.038 acres e 4.200 metros quadrados.

313 LUTHI, J. (1997) *L'Égypte des rois, 1922-1953*: 34.

314 Idem: 31.



Protegida por altas tarifas de importação, desenvolveram-se setores manufatureiros associados ao processamento de alimentos, açúcar, álcool, cigarro, sal, flores, têxteis, sapatos, mobiliário, cimento e outros materiais de construção. Embora o número de empregados na indústria tenha dobrado, ela não chegava a representar uma porcentagem significativa da Produto Interno Bruto às vésperas da revolução de 1952 (cerca de 15%).<sup>315</sup> Como observou Alterman, o apelo à industrialização não penetrou no grosso da classe empresarial e financeira, tendo apenas uma pequena parcela da burguesia nacional engajado-se a investir nas atividades industriais.<sup>316</sup>

A presença britânica no país, e sua influência sobre a administração da máquina pública, impedia a ampliação de medidas protecionistas que impulsionassem a diversificação da produção industrial para além de determinados bens de consumo. A especialização da economia egípcia na venda de algodão para o mercado industrial europeu contribuía para fortalecer a dependência dos tradicionais mercados importadores ao mesmo tempo em que restringia a margem de manobra do governo, caso este buscasse impulsionar um processo de industrialização mais robusto.

Após o fim da segunda guerra mundial, o Egito vivenciou uma multiplicação dos períodos de crise social no país. Uma taxa crescente de desemprego e inflação, aumentos das desigualdades na distribuição de renda, inabilidade política do partido Wafd (que dominou a política nativa entre 1923 e 1952) para obter completa independência da Grã-Bretanha, e a inabilidade das elites econômicas em aprofundar o processo de industrialização para além da fase inicial caracterizada pela produção de bens de consumo terminaram por fragmentar as forças sociais e políticas internas. Partidos de diferentes matrizes ideológicas, do fascismo (como o partido *Young Egyptians*) ao comunismo, passando pela criação do movimento social de ambições políticas “Irmandade Muçulmana”, surgiram no entre-guerras.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi decretada em 1947 a primeira legislação explicitamente voltada para um processo de “egipcianização” da produção industrial nacional, visando tanto estimular seu desenvolvimento como condicionar o reinvestimento de seu lucro. Nela estava definido que ao menos 40% de todos os membros de uma empresa deveriam ser egípcios, além de 51% do capital da empresa prover de agentes nacionais. Quanto aos salários, 65% deveriam ser destinados à funcionários egípcios e 90% dos trabalhadores deveriam ser, eles mesmos, nacionais.<sup>317</sup>

---

315 VATIKIOTIS, P. (1978) *Nasser and his generation*: 203.

316 ALTERMAN, J.(2002) *Egypt and american foreign assistance, 1952-1956*: 40.

317 Idem: 41.

Na esfera política, a pressão de movimentos contestatários contra o governo monárquico atingia igualmente novos níveis após a derrota egípcia na primeira guerra árabe-israelense de 1948. Uma série de atentados contra a presença britânica, a monarquia e o partido Wafd se sucederam nos anos subsequentes. Diante deste contexto de crise política prolongada, os Oficiais Livres,<sup>318</sup> um grupo dissidente das Forças Armadas, decidem promover um golpe de Estado contra a monarquia. Na ocasião, são apoiados tanto por grupos islamistas como a Irmandade Muçulmana como também movimentos políticos de filiações comunistas e fascistas. A própria composição do grupo dos Oficiais Livres era representativa quanto a esta mistura de concepções políticas e ideológicas. Assumem o poder em julho de 1952.

Um Conselho Revolucionário é formado, do qual o general Mohamed Naguib assume o comando. De imediato, o novo governo anuncia seus seis objetivos maiores: 1) a liquidação do imperialismo, 2) a abolição do feudalismo e o fim dos monopólios privados, 3) a constituição de uma Força Armada poderosa; 4) a reforma agrária; 5) a justiça social; 6) a democracia.<sup>319</sup> Se, por um lado tais orientações pressionavam o próprio novo governo a apresentar resultados, por outro serviriam para justificar o paulatino processo de centralização do poder que tomaria forma sob o novo regime, com a supressão dos partidos e de antigas instituições. A justificativa para a levar ao ostracismo toda oposição política era o cumprimento das reformas sociais prometidas, já que reformas de tal envergadura “não tinham chance de serem realizadas a partir de uma via parlamentar”.<sup>320</sup> De fato, os objetivos políticos, militares e econômicos anunciados pelos Oficiais Livres haviam feito parte da agenda política do partido Wafd nos 40 anos em que este liderou o parlamento durante o regime monárquico, sem que jamais houvessem sido realizadas.<sup>321</sup>

#### 4.2.1. As primeiras reformas político-econômicas do período pré-Bandung (1952-1955)

Na perspectiva de abolir o “feudalismo”, a primeira reforma agrária foi promulgada em setembro de 1952. A nova lei estipulava um limite de 200 *feddans*. Três alvos eram visados: 1) Servir para redistribuir a terra, historicamente concentrada, entre as famílias

---

318 Além de Gamal Nasser, participavam do grupo golpista Abdel Hakim Armer, Abdel el-Boghadi, Kamel Hussein, Hassan Ibrahim, Khaled Mohiedine, Zakaria Mohiedine, Mohamed Naguib, Anuar Sadat, Gamal Salem, Salah Salem, Hussein el-Shafei, Sarwat Okasha, Kamal Rifaat, Tewfik Fatah, Mohamed Mahmud Nasser, Abas Radwan, Fathi Rizk, Hussein Sabri. Ver ABDEL-MALEK, A. (1968) *Egypt, military society*: 210.

319 BOZARSLAN, H. (2008) *Une histoire de la violence au Moyen-Orient*: 58.

320 Idem: 58.

321 FARAH, N. (2009) *Egypt's political economy, power relations in development*: 32.

camponesas; 2) Enfraquecer o poder da classe latifundiária, uma vez ser esta a principal base de sustentação econômica do *ancien régime*; 3) Forçar a migração do capital tradicionalmente investido na agricultura para a indústria.

A situação fundiária às vésperas da revolução de 1952 era extremamente concentrada. Cerca de 0,1% da população detinha 20% da superfície agricultável do país. Alguns latifundiários tinham terrenos que alcançavam 7.000 *feddans*. A família real, às vésperas de sua abdicação, mantinha posse privada sobre cerca de 100.000 *feddans* de território cultivável.<sup>322</sup> Como observou Blanc, Em um sociedade fundada numa economia de renda fundiária, o poder político estava normalmente associado aos grandes proprietários de terra que, por sua vez, estavam ligados à Grã-Bretanha.<sup>323</sup>

A perspectiva do governo era, portanto, que a reforma agrária servisse simultaneamente para reduzir o poder classe latifundiária e direcionasse o investimento privado para a indústria. Nesse período inicial, o regime buscava estimular o crescimento econômico através do suporte ao setor privado e medidas para encorajar o investimento externo. O já mencionado Conselho Permanente para o Desenvolvimento da Produção Nacional (CPDPN) foi criado em 1952 para orientar o setor privado e viabilizar eventuais projetos. Esta instituição exerceu papel importante para planificação dos projetos de desenvolvimento entre os anos 1954 e 1956, além de estar na origem da construção de um setor industrial público, dado que serão seus projetos os responsáveis por direcionar os primeiros investimentos diretos do Estado ao setor industrial.<sup>324</sup>

Outro fator a estimular a indústria visando atrair capital externo foi o decreto de Lei 120 de 1952, que abolia a antiga exigência (desde 1947) de haver ao menos 51% de capital egípcio na indústria. Uma nova lei em 1953 reforçava essa estratégia primeira do Conselho Revolucionário de construir um setor industrial em associação ao capital externo: as empresas estrangeiras que decidissem investir no Egito estariam autorizadas a repatriar até 10% do capital ali investido nos seis primeiros anos, sendo que depois desta data a percentagem subiria para 20. Além disso, o capital externo poderia se apropriar de até 100% das ações das novas indústrias (Lei 26 de 1954).

Outras medidas adotadas incluíam o incremento das taxas de importação para produtos manufaturados que competiam com a produção nacional e para bens de consumo não essenciais. O aumento das tarifas de importação também servia para proteger a indústria.

---

322 BLANC, P. (2012) *Proche-Orient, Le pouvoir, la terre et l'eau*: 141.

323 Idem. *Ibidem*.

324 RIVIER, F. (1979) *Industrie et politiques industrielles em Egypte*: 84.

Medidas que conduziam a uma estabilidade macroeconômica incluíam a promoção de exportações através da formalização de diferentes acordos bilaterais e a atração de capitais estrangeiros através de incentivos e concessões, principalmente entre 1953 e 1954, e em particular para a indústria petroleira. Ao mesmo tempo, o recém-criado Conselho de Produção Nacional preparava projetos multi-setoriais que cobriam uma ampla gama de atividades. Como exemplo destes projetos, estavam o desenvolvimento da agricultura para criar novas comunidades rurais, o incremento dos transportes, das estradas, de eletricidade e de fábricas capazes de manufaturar matérias-primas como o ferro, o aço, o papel e fertilizantes, que posteriormente iriam contribuir para a expansão do setor público industrial.<sup>325</sup> Neste contexto onde o governo buscava criar mecanismos para estimular uma rápida industrialização, a construção da nova barragem de Assuã ressurgiu na agenda política como projeto de relevância maior para a multiplicação do excedente extraído da produção agrícola.

Cabe aqui reforçar, neste primeiro período, o duplo papel da reforma agrária. Esta serviu tanto para restringir o poder econômico da elite latifundiária como para redistribuir riqueza. Ghomeny defende que a primeira lei criada para reduzir a desigualdade e a pobreza foi a lei de reforma agrária de 1952.<sup>326</sup> Substituída pelas leis reformistas de 1961, ela redistribuiu 13% do total das terras agricultáveis entre pequenos arrendamentos, em unidades familiares de dois *feddans* em média, representando 10% do total da terra. As terras da família real, assim como de estrangeiros e certas famílias latifundiárias foram confiscadas, produzindo uma mudança fundamental na estrutura sócio-política do poder egípcio. Com a perda da base econômica de sustentação de seu poder político, a classe dos grandes proprietários de terras agricultáveis teve sua capacidade de influir sobre a esfera política bruscamente reduzida.

Ao mesmo tempo, as terras confiscadas eram redistribuídas nas mãos de famílias de agricultores associados às novas cooperativas do campo. Cada cooperativa possuía um representante do governo que intermediava a demanda ao setor público por fertilizantes, sementes e pesticidas subsidiados. Combinado aos outros recursos que juntos permitiram o crescimento da renda, como a transferência em dinheiro da parte de trabalhadores emigrados e o subsídio de outros bens de consumo básicos, a reforma agrária conseguiu reduzir a desigualdade através da redistribuição da propriedade de terras e da ampliação do potencial de consumo médio de cada egípcio. A base de apoio popular do regime nasserista começou a ser

---

325 GHONEMY, R. (2004) As assessment of Egypt's Development strategy, 1952-1970. In: PODEH, E. & WINCKLER (Org.) *Rethinking nasserism, revolution and historical memory in modern Egypt*: 253-254.

326 Idem: 255.

construída com a reforma agrária, e logo se estendeu para o trabalhador urbano, com as leis trabalhistas proclamadas no contexto das “reformas socialistas” de 1961.

Entretanto, voltando aos primeiros anos de governo dos Oficiais Livres, é preciso considerar os frágeis resultados obtidos com relação à participação do setor privado interno e externo. Este foi um fator de crucial importância para a transformação da política industrial que se realizaria após a crise de Suez. Dados evidenciam, a despeito das iniciativas, o declínio dos investimentos privados entre 1950 e 1956.<sup>327</sup> Como observa Farah, o investidor privado era reticente em participar das políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado em função de não estar representado no novo sistema político, o que implicava na desconfiança de seus interesses não estarem assegurados, independentemente dos incentivos do governo. A própria forma como o Estado geriu a reforma agrária contribuiu para a relutância do setor privado de investir na indústria, pois a imensa maioria do empresariado industrial urbano tinha sua origem, ou ao menos mantinha fortes laços, com a elite latifundiária. Assim, temiam as intenções reais do governo, em especial aquelas associadas à futuras nacionalizações do setor industrial.<sup>328</sup>

Quanto às transformações na esfera política, é importante lembrar algumas datas relevantes. No dia 18 de junho de 1953, a república foi proclamada, e a monarquia oficialmente destituída. No mesmo ano, o parlamento foi suspenso, a Constituição banida e os partidos políticos, dissolvidos. A Irmandade Muçulmana, movimento social que forneceu suporte ao golpe de Estado dos Oficiais Livres, teve suas atividades proibidas a partir de 1954. No mesmo ano, em função de uma greve geral e divergências dentro do Conselho Revolucionário, o general Mohamed Naguib, presidente desde a ascensão dos Oficiais Livres, foi destituído por um golpe organizado a partir de dentro da cúpula “revolucionária” e enviado para prisão domiciliar. O general Gamal Nasser assume o poder em 1954.

De imediato, em Junho de 1954, o Conselho Revolucionário consegue um acordo com os britânicos para que a base militar do Canal de Suez, então a mais importante base inglesa do Oriente Médio, fosse devolvida de forma gradual ao Egito. Este evento é particularmente importante, pois significava simbolicamente a libertação do país da ingerência política e econômica britânica. Ao mesmo tempo, Gamal Nasser, considerado por muitos o cérebro articulador do golpe contra o Rei Faruk, empregaria um duplo redirecionamento nos eixos externo e interno da política egípcia.

---

327O investimento privado bruto em 1950 constava 112 milhões de libras egípcias, enquanto em 1956 essa soma alcançava apenas 39 milhões. Ver FARAH, N. (2009) *Egypt's political economy, power relations in development*: 33.

328 Idem, *Ibidem*.

O sistema econômico egípcio dos anos Nasser irá consistir na adoção de um programa de substituição de importações liderado pelo Estado que buscava simultaneamente mobilizar capital, expandir a capacidade produtiva de suas empresas e impulsionar um novo modelo de acumulação. O setor industrial era a peça central para tanto.

#### 4.2.2. A expansão do setor público pós-Suez

Desde o início, havia a preocupação do regime revolucionário em concentrar poder para garantir sua governabilidade e implementar reformas estatais. Uma vez controlado o poder, Nasser começa a trabalhar na organização das massas e na criação de uma nova Constituição. Esta última, promulgada em 1956, proclamava a criação do partido único “União Nacional”, oficializado em maio de 1957. O partido era liderado por Anouar Sadat e reunia os líderes maiores da junta militar, como Abdul Latif al-Baghdadi (ministro do planejamento), Zakaria Muhiyddin (ministro do interior), e Abdel al-Hakim Armer (Chefe da equipe). A “União Nacional” servia para integrar as lideranças provinciais ao novo regime.<sup>329</sup> O processo de tomada de decisão, com isso, era restrito à estrutura do comando nacional formada pelos ministros de Estado.

É importante aqui ressaltar o impacto da guerra de Suez na concepção das prioridades do governo egípcio. Tratava-se da segunda guerra que o país perdia militarmente em 8 anos, e somava-se ao contexto internacional de aproximação com a União Soviética e de fadiga da tentativa de fomentar a industrialização com base no setor privado e no capital externo. Na nova lógica utilizada para a reformulação da política econômica, a industrialização do país necessariamente deveria estar associada à empresa da guerra e da construção de um complexo militar que, simultaneamente à nova inserção econômica na economia internacional, permitisse tornar o Egito uma potência apta à defender o território e seus objetivos geopolíticos. A industrialização, assim, associava-se umbilicalmente à política externa e à empresa expansionista. Como observou Hansen,

The War (Suez) seems to have convinced the government that, if Egypt was to be able to defend herself, economic development was imperative. The new regime had, it is true, favored development in general terms all along and plans for the Aswan Dam were cornerstone of Nasser's developmental seriously embarked upon a development policy.<sup>330</sup>

Iliya Harik sublinha ainda o impacto de Suez em termos de apoio popular. Segundo

---

329 HARIK, I. (1973) The single Party as a subordinate movement: the case of Egypt: 82.

330 HANSEN, B. (1975) Foreign trade in the Egyptian economy: 8.

este autor, antes de 1956, o sistema de poder mantinha-se baseado no controle da burocracia, das Forças Armadas, das forças de segurança e no apoio das massas sem um nível significativo de organização. Suez possibilitou ao governo nasserista obter o apoio da elite intelectual e universitária do país, ao mesmo tempo em que ele estendia seus contatos com o mundo exterior através da conferência de Bandung. Foi neste período em que Nasser definiu as três orientações político-ideológicas do seu governo: nacionalismo árabe, socialismo e não-alinhamento.<sup>331</sup>

Dois eventos marcam a mudança de estratégia do governo com relação à política de industrialização: 1) primeiramente, o abandono de países do Ocidente em 1955, em particular Estados Unidos e Grã-Bretanha, além do Banco Mundial, em continuar com o financiamento da barragem de Assuã. Esta desistência fazia parte da retaliação ao fato do Egito não aceitar certas condições, como aderir a pactos militares regionais organizados por potências ocidentais e a evitar o mercado de armas soviético; 2) Em segundo lugar, e como consequência do primeiro, a nacionalização do canal de Suez (junho de 1956), originalmente apresentado pelo governo egípcio como meio de levantar fundos para a construção de Assuã. Em resposta à invasão do Suez e ao bloqueio econômico levantado por França e Grã-Bretanha, Nasser amplifica seu programa de nacionalização de empresas de grande porte estrangeiras incorporando à mando do Estado todas as propriedades britânicas e francesas no Egito (representavam principalmente bancos e companhias do setor financeiro, além de seguradoras).<sup>332</sup>

Somado à isso, existia o já mencionado quadro de insatisfação governamental com a resposta para os estímulos fornecidos ao setor privado, onde a expectativa era que este redirecionasse seus investimentos para um nascente setor industrial. Na linha das já mencionadas nacionalizações, a estratégia do Estado passaria a se voltar totalmente para a construção de um setor público capaz não somente de orientar os investimentos econômicos, tornando-se um investidor em primeiro grau do programa de industrialização, mas que fosse também ele o responsável por gestionar a base do sistema produtivo. Ao mesmo tempo em que a barragem de Assuã permanecia sendo o empreendimento-chave para viabilizar a futura sociedade industrial egípcia, centenas de grandes e médias empresas passaram a ser incorporadas aos sucessivos programas de nacionalização lançados pelo Estado que objetivavam o controle quase absoluto do sistema produtivo egípcio.

É interessante, neste aspecto, notar como o desencadeamento de eventos de ordem

---

331 HARIK, I. (1973) *The single Party as a subordinate movement: the case of Egypt*: 83.

332 HANSEN, B. (1991) *The political economy of poverty, equity and growth, Egypt and Turkey*: 125.

externa, como a decisão com base neutralista do Egito de buscar a compra de armas com o bloco soviético, irá terminar por abrir um novo ciclo de acumulação interna fundado num capitalismo de Estado orientado para um programa de industrialização acelerada.

Assim, o sucesso com a nacionalização do canal de Suez, a reforma agrária e a expropriação das terras britânicas e francesas foram os principais fatores externos e internos que serviram para viabilizar a estratégia nasserista de estender o controle estatal sobre a economia. As características maiores dessa expansão do controle foram o planejamento na alocação dos investimentos, o controle dos preços, o controle do comércio exterior, o controle da produção agrícola, a orientação para um sistema de bem-estar social onde os setores público e privado coexistissem sobre bases pré-estabelecidas. O padrão de desenvolvimento com isso deveria passar por uma transformação gradual partindo de um sistema capitalista liberal para um sistema de bem-estar social orientado para a distribuição de riqueza, além de um modelo de crescimento econômico que beneficiasse todas as classes, com maior atenção às classes menos estabelecidas.<sup>333</sup>

Todos os novos projetos eram discutidos com o grupo Misr de indústrias e a Federação de Indústrias Egípcias. Apesar de existirem tentativas governamentais orientadas para incluir o setor privado no processo de tomada de decisão dos projetos, estes não respondiam conforme esperava o governo. De fato, os investimentos privados foram reduzidos em 25% entre 1953 e 1957.<sup>334</sup> A disputa com o setor privado estava centrada na forma como seria financiada a barragem de Assuã, o que terminou por acentuar a criação de um núcleo responsável pela gestão das empresas nacionalizadas dentro do setor público.

Todas essas empresas nacionalizadas foram somadas aos novos projetos estratégicos de desenvolvimento organizados pela Agência Econômica (AE), criada em 1957 em substituição ao antigo Conselho Permanente para o Desenvolvimento da Produção Nacional, e voltada para organizar o processo de expansão do setor público sobre a economia a partir das nacionalizações. Esta instituição irá formular o primeiro projeto de industrialização planejada, com previsão de três anos (1957-1960), e que irá direcionar os investimentos para a produção de manufaturas. Com isso, no prazo de apenas três anos, os investimentos industriais passarão de 2 milhões de libras egípcias em 1957 para 49.3 milhões de libras egípcias em 1960.<sup>335</sup> O principal nome por detrás da Agência Econômica era Aziz Sidqi, doutor em economia formado em universidade estadunidense e responsável maior pelo

---

333 GHONEMY, R. (2004) An assessment of Egypt's Development strategy, 1952-1970. In: PODEH, E. & WINCKLER (Org.) *Rethinking nasserism, revolution and historical memory in modern Egypt*: 255.

334 RIVLIN, P. (2004) Nasser's Egypt and Park's Korea, a comparison of their economic achievements: 274.

335 FARAH, N. (2009) *Egypt's political economy, power relations in development*: 34.



processo de industrialização egípcio. Aziz Sidqi acabou por se tornar o principal responsável por planejar o programa de desenvolvimento econômico entre 1958 e 1965, em estreita cooperação com os soviéticos.<sup>336</sup>

A união entre o aparelho militar e o capital financeiro e industrial se transformou na base do poder estatal egípcio, que crescia a partir da expansão do setor público sobre os setores produtivos estratégicos. A Agência Econômica, por sua vez, tornou-se o principal instrumento de domínio do Estado sobre a economia. Como observou Abdel-Malek:

In its dual role of successor and initiator, the EA (Economic Agency) emerged clearly as the representative of state capitalism in the period under study: instead of the former owners and managers, it held in full ownership, in both instances employing a large force of paid workers under the same conditions as those in private firms.<sup>337</sup>

Aos olhos do governo, a insatisfatória performance do setor privado no Plano Trienal, somado aos efeitos políticos da curta experiência de unificação com a Síria, contribuíram para que uma estratégia de aprofundamento das nacionalizações fosse posta em prática a partir do primeiro Plano Quinquenal (1960-1961 até 1965). Para elaboração deste, o governo Nasser criou instituições dedicadas exclusivamente à formulação do planejamento econômico, tais como o *National Planning Commission*, o *Institute of National Planning* e o *Ministry of Planning*, todos equipados com economistas, estatísticos, sociólogos e engenheiros. O resultado foi a preparação, pela primeira vez na história do Egito, de uma ampla arquitetura institucional destinada a apoiar um programa de investimentos de dez anos, que começaria com o primeiro Plano Quinquenal de 1960-1965, e que posteriormente seria seguido por um segundo plano 1965-1970. Ainda em 1960, o Banco Misr, que controlava a maioria das empresas industriais no país, principalmente têxteis, foi nacionalizado. Cerca de 1/5 da produção industrial egípcia deste período passou a estar concentrado nas empresas públicas.

No que concerne à união com a Síria, os primeiros decretos de lei “socialistas” de 1960 encontraram forte resistência das elites comercial e industrial locais que, somada à já desgastada relação egípcia com o setor militar sírio, terminou por resultar no golpe de Estado e no fim da união em 1961.

#### 4.2.3. O “socialismo árabe”

O partido único “União Nacional”, em vigor desde 1954, foi dissolvido em 1961 e

---

336 WATERBURY, J. (1983) *The Egypt of Nasser and Sadat -the political economy of two regimes*: 397.

337 ABDEL-MALEK, A (1968) *Egypt, military society*: 111.

recriada em 1962 sob o nome de “União Socialista Árabe” (USA). Até 1962, a base do governo mantinha-se estruturada sob três pilares: 1) uma densa base social; 2) ideologia eclética, 3) posição de subordinação ao poder executivo do Estado. No plano discursivo, Nasser mantinha a defesa da elevação do padrão de vida das classes de baixa renda como justificativa primeira para o formato de seu sistema político. Nessa linha, a União Socialista Árabe era definida como uma coalizão ou aliança entre todas as forças trabalhadoras: camponeses, operários, intelectuais, soldados e capitalistas nativos, que incluía comerciantes varejistas, industriais, artesão, produtores agrícolas e prestadores de serviços.<sup>338</sup> Enquanto o partido único existente na China ou União Soviética proclamava-se o representante de uma classe social, o proletariado, o regime egípcio se pretendia representante de todas as classes da nação, sendo o conflito de classes uma concepção em si a ser combatida.

As reformas direcionadas para erigir o novo Egito industrial expressavam o objetivo central da segunda leva das “reformas socialistas” de 1961, dessa vez aplicadas à um contexto pós-RAU. Antes, entre 1956-1960, a produção industrial cresceu a uma taxa de anual de 10%. Já em 1960, o setor industrial passou a representar 20% do PIB. A indústria egípcia estava distribuída em poucas cidades, tais como Cairo, Alexandria, Mahalla al-Kubra, Suez e algumas cidades menores do Delta do Nilo. Grandes conglomerados industriais concentravam o grosso da produção nacional. Quanto à estrutura de produção, a indústria egípcia era dominada por bens de consumo, que representavam dois terços da produção total. A indústria têxtil continuava a ser a principal atividade, seguida da indústria agroalimentar e da indústria química não petroleira.

O Plano Quinquenal 1960-1965 estava orientado para acelerar a expansão do setor público, reduzindo o papel do investidor privado e buscando, com isso, impulsionar o processo de industrialização. Em julho de 1961, após uma série de leis e decretos presidenciais, a metade da indústria nacional, a totalidade das atividades bancárias e de seguros assim como o comércio do algodão e muitas companhias de construção, de transportes e de comércio são nacionalizadas. As mencionadas “reformas socialistas” de 1960 e 1961 serviram para conferir preeminência ao setor público, que passou a controlar seus próprios bancos, companhias de seguro, indústria básica e pesada, transportes e comércio exterior.<sup>339</sup>

As estatizações eram motivadas por uma razão principal: a construção de uma poupança nacional, através da apropriação pelo Estado dos lucros das empresas privadas,

---

338 HARIK, I. (1973) *The single Party as a subordinate movement: the case of Egypt*: 85.

339 ABDEL-MALEK, A. (1968): *Egypt, Military society*: 167.

buscando com isso levantar recursos de maneira autônoma para financiar os projetos tidos como prioritários. Este objetivo levará à estatização de algo próximo à metade das indústrias egípcias e da quase-totalidade da indústria manufatureira através das leis 117, 118 e 119 promulgadas entre o 19 e 20 de julho de 1961. A Lei 117 nacionaliza todas as empresas bancárias e de seguros, assim como 42 grandes firmas industriais, comerciais, financeiras, de transportes e bonificação de terras. A Lei 118 impõe a nacionalização parcial de 82 companhias egípcias, que devem se transformar em sociedades anônimas árabes. Entretanto, a partir de 1963, estas empresas se tornam efetivamente públicas.<sup>340</sup>

Dominando a maior parte dos recursos econômicos, o regime alcançou um alto degrau de autonomia face as diferentes forças sociais durante o primeiro Plano Quinquenal, especialmente diante de uma desorganizada burguesia industrial. O Plano Quinquenal enfatizava o investimento na indústria pesada, de bens de consumo e de consumo duráveis, e tentava promover nas indústrias uma produção orientada prioritariamente para abastecer o mercado interno.

Um total de 500 milhões de libras egípcias foi investido no setor industrial no período entre 1960 e 1965. Neste mesmo espaço de tempo, a indústria cresceu em média a 9%, enquanto o PIB cresceu a 5.5%. Nos anos de crise econômica de 1964 e 1965, o setor manufatureiro chegou a atingir 19% do PIB. A força de trabalho cresceu igualmente durante o mesmo período, aumentando de 6 para 7.3 milhões de trabalhadores na indústria (crescimento de 22%).<sup>341</sup> Entretanto, o processo de industrialização no primeiro Plano Quinquenal demandou um alto nível de importação de produtos intermediários (cerca de 38% do total da importação de produtos entre 1965-1966) e bens de capital (cerca de 24% das importações no mesmo ano).

Com relação às políticas nasseristas para a reforma agrária, os decretos que limitavam os direitos de renda da propriedade latifundiária assim como a extensão da propriedade foram os principais instrumentos para reduzir a desigualdade no meio rural. Neste processo, tenentes das Forças Armadas tornaram-se efetivamente proprietários de terras agricultáveis, expandindo a penetração da instituição das Forças Armadas sobre a economia.<sup>342</sup> O limite da propriedade latifundiária no campo foi reduzido para 100 *feddans*.<sup>343</sup>

Tais ações buscavam reforçar a destituição de grupos capitalistas remanescentes, intervindo sobre sua capacidade de gerência em companhias de larga e média escala.

---

340 COTTENET-DJOUFELKIT, H. (2001) *L'industrialisation de l'Égypte au xxe siècle*:13.

341 FARAH, N. (2009) *Egypt's political economy, power relations in development*: 35.

342 Idem: 35.

343 COTTENET-DJOUFELKIT, H. (2001) *L'industrialisation de l'Égypte au xxe siècle*:12.

Agricultores e profissionais urbanos buscaram preencher o vazio político deixado pela saída das antigas classes abastadas associando-se aos programas de reformas e expansão do setor público. Pela colaboração, adquiriam benefícios do regime e acabavam incorporados à crescente burocracia do Estado, na condição de prestadores de um serviço público.<sup>344</sup>

O governo ainda subsidiava os principais produtos alimentares, como por exemplo o pão, e fixava preços baixos para a maioria de seus produtos manufaturados. Outros fatores como o estabelecimento de um salário mínimo e novas leis trabalhistas, além de uma política de pleno emprego, faziam o governo popular entre os estratos mais vulneráveis da sociedade. Simultaneamente, um amplo programa de expansão do ensino básico, médio e superior gratuito foi posto em prática, assim como um sistema nacional de saúde, igualmente gratuito.

Além de reduzir as desigualdades sociais, essas medidas serviam para criar uma consistente base de apoio social para as políticas de Estado, formada principalmente pela classe média urbana (grande beneficiária das políticas de educação e das novas leis trabalhistas), trabalhadores e camponeses. A elite comerciante, associada às principais empresas privadas, associava-se às políticas do regime para a construção de um mercado interno.

Na segunda metade da década de 1960, em função da crise no balanço de pagamentos, verificou-se uma queda do crescimento econômico que antes havia caracterizado o primeiro Plano Quinquenal. Para Farah, a emergência de um largo setor público levou à criação de uma nova classe cuja incumbência era gerenciá-lo: a elite da burocracia estatal, isto é, o alto escalão da burocracia encarregado de dirigir as empresas do setor público. Seu volume e capacidade decisória sobre questões centrais da administração pública terminaram por favorecer práticas perniciosas, rebaixando as necessidades próprias à boa gestão pública em prol de interesses privados de classe. Para a autora, a elite da burocracia estatal, ao manipular as propriedades públicas em nome de seus próprios interesses, alcançava enriquecer-se de maneira corrupta.<sup>345</sup>

A ineficiência do setor público em gerir suas novas atribuições é também evocada pelo testemunho de Samir Amin, que trabalhou no ministério da planificação egípcio entre 1957 e 1960. Segundo este autor, a sincronia entre as quatro principais agências de planejamento ao desenvolvimento do país (Agência Econômica, Ministério da Planificação, Ministério das Finanças e o Banco Industrial Misr) era irregular no atendimento de seus objetivos:

...la bureaucratie de l'État égyptien, toujours pharaonique, était traversée de

---

344 HARIK, I. (1973) *The single Party as a subordinate movement: the case of Egypt*: 88.

345 FARAH, N. (2009) *Egypt's political economy, power relations in development*: 36.

toutes sortes de contradictions et de conflits, les uns, nobles, traduisant des visions politiques différentes, les autres, plus vulgaires, le heurt d'intérêt d'individus et de clans.

...On ne pouvait pas, à la *Mouassassa* (Agência Econômica), se contenter de gérer le secteur public au jour le jour. On était donc contraint de planifier son développement. Mais n'était pas là la tâche que le nouveau ministère du Plan aurait dû assumer? Or, il ne l'assumait pas.

...Il restait que le développement du secteur public contrôlé par la *Mouassassa* avait besoin de moyens financiers. Or ici nous heurtions à l'obstacle de la dualité des visions des finances et de la banque industrielle.

Le ministère des Finances, institution aussi ancienne que l'Égypte, avait des habitudes qu'il était pratiquement impossible de changer. Le Trésor avait toujours financé l'irrigation et, depuis le XIXe siècle, les chemins de fer, puis, depuis la crise des années 1930 qui avait menacé de faillite trop de grands propriétaires fonciers, le Crédit Foncier qui avait pris le relais des banques auprès desquelles ces propriétaires s'étaient endettés, enfin, depuis la guerre de Crédit Agricole (qui faisait des avances de campagne aux petits exploitants) et un certain nombre de caisses -dispersées- qui géraient des fonds de compensation, chaque fois créées *ad hoc*, pour limiter les dégâts de l'inflation. Dans tous ces domaines, impossible de faire sortir le Trésor de ses habitudes, gérées par des services séparés, sans communication entre eux, entraînant pas mal de gaspillages ou d'absurdités. De plus, le Trésor n'avait jamais pensé financer l'industrie; ce qui, au demeurant, ne lui avait jamais été demandé, se contentant d'asseoir sa rentabilité par la position monopoliste des entreprises. La Banque centrale, dont les fonctions étaient assumées alors par la National Bank tout juste nationalisée, était -nature oblige- conservatrice au maximum. Chargée d'assurer la stabilité de la monnaie (c'est déjà pas si mal -elle le faisait bien) mais rien pour aller au-delà. Il ne restait plus que la Banque industrielle, création du régime contrôlé en principe par le nouveau ministère de l'Industrie (indépendant des Finances). Au ministère de l'Industrie, qui détenait la décision en dernier ressort, des "clans" d'officier et d'autres, plus au moins corrompus, peu compétents ou têtus pour une raison quelconque -faisaient la pluie et le beau temps. C'était eux qui "planifiaient" la réalité, en vérité dans le désordre total qui est le contraire du concept même de planification.<sup>346</sup>

É preciso distinguir o momento onde essa nova classe de tecnocratas estatais se forma e passa a controlar as empresas estatais e o setor capitalista do Estado. Como observou Waterbury, o Egito adentra um modelo de capitalismo de Estado com as mencionadas reformas e nacionalizações pós-Suez de 1957. Na ocasião, o Estado passa a se equivaler ao setor público e os ministérios que controlam a produção, a provisão de poder, a água e os meios de transportes. O aparelho estatal que cresce a partir de então irá se dedicar a dois tipos distintos de atividade capitalista, divididas entre o pré e o pós-reformas de 1961. A primeira fase consiste na implantação de uma série de companhias com diferentes interesses que competem entre si no que diz respeito à produção, às vendas e aos lucros. Esta abordagem foi abandonada em 1961 e substituída pelos monopólios setoriais. Após 1961, torna-se difícil

---

346 AMIN, S. (2011) *Le monde arabe dans la longue durée*: 129-131.

distinguir as tarefas do setor público com o apoio fornecido pelo setor privado. Foi a partir de então que uma burguesia capitalista ancorada na expansão do setor público adquiriu peso e influência na estrutura do poder estatal.<sup>347</sup> Em 1965, na ocasião do lançamento do segundo Plano Quinquenal (1965-1970), o Estado era organizado em torno de um governo formado fundamentalmente por tecnocratas subordinados à figura centralizadora do presidente. Este, por sua vez, era apoiado pelas Forças Armadas.

É importante lembrar que, a despeito da expansão do setor público, um considerável setor privado continuava a existir no Egito, especialmente na agricultura, na construção e nos serviços do comércio interno. A crise econômica foi acentuada pelo envolvimento egípcio nas guerras do Iêmen e na guerra dos Seis Dias. A crise de 1965 provocou uma breve experiência de aumento de preços nos bens de consumo, fruto da adoção de uma política de austeridade que terminou por despertar os primeiros protestos de massa do governo Nasser. Em 1965, Nasser ainda buscava dirigir o setor público através das leis do mercado, dentro da lógica própria a um capitalismo de Estado que, no entanto, mantinha a carga das políticas de *Welfare State* fora da dinâmica capitalista. No mesmo ano, por exemplo, tentou-se criar uma zona de livre comércio em Port Said, buscando com isso atrair fundos privados e encorajar uma estratégia de industrialização voltada para a exportação. Naquele ano, o setor público contava com 45% da produtividade nacional, 45% da poupança doméstica; e 90% da formação do capital interno.<sup>348</sup>

Durante a década de 1960, o capital externo não representou constrangimento significativo aos programas desenvolvimentistas, embora os crescentes déficits na balança comercial pós-1961 acabaram por levar eventualmente à crises no que tange aos pagamentos. O crescimento da capacidade do Estado em alcançar novos empréstimos foi constantemente acompanhado pelo declínio da participação da poupança interna nos investimentos mais significativos. Dito de outra maneira, a crise fez com que o Egito precisasse buscar no sistema internacional investimentos e ajuda externa para cobrir os déficits crescentes do balanço de pagamentos.<sup>349</sup> A crise da política neutralista, com a suspensão da ajuda americana em 1965, fez ampliar a crise interna. O Estado egípcio que embarca na guerra dos Seis Dias em 1967 é um Estado sob forte crise econômica, que conduzia uma política externa neutralista já incapaz de produzir os mesmos efeitos em termos de ajuda externa e cuja liderança política na esfera regional era contestada pela emergente potência financeira saudita.

---

347 WATERBURY, J. (1983) *The Egypt of Nasser and Sadat -the political economy of two regimes*: 10.

348 Idem: 81.

349 Idem: 10.

#### 4.2.4. Neutralismo, industrialização e projeção regional

Já discutimos, no capítulo 3, a relação entre o neutralismo e a projeção estatal egípcia sobre o espaço regional, condicionando um ao outro. No presente capítulo, buscamos até aqui evidenciar o papel da ajuda externa obtida com o neutralismo para a viabilização dos programas de industrialização e militarização do Estado. Nos concerne aqui, portanto, prolongar a questão para o seguinte aspecto: o programa nasserista de militarização e industrialização massiva serviu à sua política externa arabista para o Oriente Médio? e qual o papel do expansionismo arabista para o processo interno de transformação da estrutura produtiva nacional?

O autor Waterbury, por exemplo, nos fala que o controle sobre a economia exercido por Nasser fornecia-lhe melhores instrumentos para defender a estatura egípcia entre os demais Estados árabes, assim como sua política regional fundada no arabismo.<sup>350</sup> Essa afirmação parece evidente quando se admite um poder que centraliza as decisões de política externa e interna, podendo articular ambas de maneira complementar. Sabemos que o crescimento econômico somado à intensificação do processo de industrialização buscava consolidar o Egito como centro de gravidade econômico do mundo árabe. Resta compreender de que forma a economia poderia ser usada para um movimento de projeção do poder estatal sobre a esfera regional.

Nasser, por um lado, buscava ampliar sua estatura na esfera regional para assim potencializar seus meios de ação política autônoma no sistema internacional dominado pela disputa bipolar, podendo “instrumentalizar” a Guerra Fria quando capaz de agir na fricção dos interesses regionais das duas superpotências. Entretanto, para que pudesse assim proceder, era preciso simultaneamente ampliar a capacidade de acumulação interna desenvolvendo o sistema produtivo e fortalecendo a máquina de guerra militar. Como estes dois aspectos poderiam estar correlacionados?

É comum encontrarmos na literatura especializada críticas relativas aos gastos com Defesa feitos por governos do Terceiro Mundo, normalmente relacionando-os a um capricho desnecessário, algo custoso e normalmente voltado para a fortalecer a hegemonia interna do poder militar dentro de um contexto nacional onde a maior parte das instituições estatais são frágeis. Entretanto, um fator comumente negligenciado nessas análises é como o

---

350 Idem, *Ibidem*.

aparelhamento militar pode servir como um estímulo econômico para catapultar uma estratégia voltada para a industrialização e o desenvolvimento de novas técnicas de produção. Charles Tilly, ao estudar a formação do sistema de Estados modernos europeus, destacou o papel central exercido pela modernização da empresa militar, que necessariamente resultaria de um processo de centralização do poder estatal e da modernização do sistema tarifário. Este último, por sua vez, implicaria na renovação das técnicas de extração do excedente produzido para que, servindo como forma de pagamento aos impostos, pudessem financiar o processo de militarização do Estado.<sup>351</sup> David Ralston, seguindo algumas indicações de Tilly, usou a relação entre militarização e industrialização para reler a história do governo egípcio de Mohamed Ali (1805-1848), buscando ilustrar o papel exercido pela transformação do sistema tributário e da estrutura produtiva do Egito para sua transformação numa potência militar.<sup>352</sup> É preciso, no entanto, precaução na importação de esquemas explicativos fechados para contextos históricos distintos. Heydemann, por exemplo, nos lembra que o próprio Charles Tilly alertou para as limitações de uma transposição automática da experiência europeia para os Estados formados fora da Europa e num período bastante posterior, a partir da circunstâncias outras.<sup>353</sup>

Nosso objetivo aqui, portanto, conduz a uma tarefa mais simples: em primeiro lugar, propomos identificar em que termos o programa egípcio se referia à relação entre o papel da industrialização e sua política externa arabista. Para tanto, retornaremos a seguir ao documento-chave do período nasserista que expressa o “desenvolvimentismo” egípcio: a Carta Nacional de 1962.

### 4.3 O projeto de potência nasserista

Na Carta Nacional de 1962, Nasser enfatiza o conceito de “socialismo árabe”, que seria a síntese entre o socialismo, o cooperativismo e a democracia. Este amplo conceito levaria a sociedade egípcia à solidariedade, à justiça social e ao crescimento do nível de vida por meio da via socialista, permitindo à empresa privada funcionar sob um “capitalismo dirigista” livre de monopólios. Também enfatizava o controle sobre o mercado doméstico através da regulação pelo custo marginal no valor dos salários e nos preços finais de consumo, assim como na proteção ao arrendatário e na substancial redução da renda dos latifundiários e

---

351 TILLY, C. (1990) *Coercion, Capital and European States, AD 990-1990*.

352 RALSTON, D. (1990) *Importing the European Army, The introduction of European military techniques and institutions into the Extra-European World, 1600-1914*.

353 HEYDEMANN, S. (2000) *War, institutions and Social Change in Middle East*: 6.



proprietários de terras.

A Carta de 1962, intitulada “O povo no poder”, ainda dedicava-se a explicitar frente à sociedade egípcia o direcionamento das “leis socialistas” adotadas no ano anterior. Nela, o caráter prioritário da industrialização é reafirmado de diversas maneiras, enfatizando sempre seu papel como motor do desenvolvimento e enriquecimento da nação, assim como elemento produtor de igualdade social. Como diz Nasser,

A industrialização é a viga mestra do desenvolvimento nacional e oferece as maiores esperanças no campo da evolução econômica e social. Nosso objetivo é atingir as últimas conquistas técnicas e científicas, colocando-as a serviço da industrialização.

Por meio de novos equipamentos, a indústria egípcia terá posição distinta, capaz de compensar o progresso industrial principado em outros países, num tempo em que os instrumentos de produção não eram tão avançados como o são agora.

Devemos colocar de lado a ideia de que o emprego de modernos métodos de produção não oferece completa oportunidade de trabalho, de vez que as máquinas modernas não necessitam grande força de trabalho.

Os campos de trabalho no Egito são ilimitados.

...Somente um trabalho industrial científico pode explorar a riqueza da terra egípcia e explorar suas riquezas naturais e minerais para servir ao progresso.

Estas fontes podem tornar-se a espinha dorsal da indústria pesada que, por sua vez, produzirá novos meios de produção. Uma atenção especial deve ser devotada à indústria pesada, pois ela é a base das outras indústrias.

As matérias-primas, agrícolas e ou minerais, devem ser industrializadas no país.

Assim esta industrialização consolida a capacidade da produção e abre novas oportunidades de trabalho.

Além disso, um grande interesse deve ser dispensado às indústrias de consumo. Além de oferecerem numerosas oportunidades de trabalho, estas indústrias satisfazem uma quota da demanda interna e economizam divisas.

As indústrias alimentícias, que são parte das indústrias de consumo, podem, mais que quaisquer outras, consolidar a economia rural e proporcionar possibilidades ilimitadas tendo em vista os mercados estrangeiros. De maneira geral, o planejamento industrial deve incluir a industrialização total ou parcial de matérias-primas, o que ajudará, pela economia de divisas que proporciona, a enfrentar as exigências crescentes do desenvolvimento.

...A indústria é responsável pelo estabelecimento do equilíbrio essencial entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade do consumidor. A filosofia da política de industrialização egípcia realizou esse objetivo, através do equilíbrio do emprego dos esforços na indústria pesada e nas indústrias de consumo. A indústria pesada é a base da moderna organização industrial. No entanto, apesar da prioridade decisiva que deve merecer, não pode ela impedir

o desenvolvimento, ou mesmo retardá-lo, das indústrias de consumo.

O nosso povo vêm de há muito sofrendo amargas decepções. Neste momento em que é totalmente mobilizado para a construção de uma poderosa indústria nacional, não se pode desconsiderar suas necessidades de consumo. Isso seria incompatível com os seus direitos e ao mesmo tempo corresponderia a um golpe nas suas grandes esperanças de uma vida

melhor.<sup>354</sup>

Nesse primeiro ponto, Nasser evidencia o papel central da indústria para a transformação da sociedade egípcia, destacando tanto a indústria pesada e a indústria de consumo como a modernização das técnicas agrícolas. Tais empreendimentos constituiriam um meio para se atingir o “progresso já alcançado em outros países”, referindo com isso à ideia de sociedade industrial “desenvolvida” como o objetivo por detrás da industrialização. Esta seria a única via para produzir uma harmonia social e distribuir a riqueza do país.

No momento seguinte do texto, Nasser passa a se referir ao papel das Forças Armadas como principal instituição à garantir as condições para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, enquanto a industrialização é o objetivo, o exército seria a forma de defender sua realização contra as ameaças externas. Esta primeira conexão direta entre a industrialização e a formação de Forças Armadas poderosas é em seguida desenvolvido e acaba por incluir também o entorno regional árabe. Vejamos o que diz a Carta:

O papel das Forças Armadas da República Árabe Unida é o de defender a revolução social contra os perigos externos. As Forças Armadas devem estar preparadas para esmagar qualquer tentativa imperialista de frustrar as grandes aspirações populares. É o povo que oferece às Forças Armadas os seus filhos e que delas fazem uma força capacitada a servir com absoluta lealdade e dedicação às aspirações nacionais.

As Forças Armadas da República Árabe Unida devem ser poderosas em terra, mar e ar. Devem ser capazes de ações rápidas nos limites da área árabe, cuja segurança constitui a principal responsabilidade das Forças Armadas da República Árabe Unida. Nossas Forças Armadas devem estar equipadas com as armas mais modernas e intimidantes, necessárias ao represamento da cobiça das forças ambiciosas que já foram derrotadas, mas que podem iniciar outras agressões.

*O autodesenvolvimento é, sem dúvida, o nosso melhor meio de defesa contra os inimigos.* O objetivo principal de nossos inimigos é o de impedir-nos de alcançar o desenvolvimento, o grau de poder que ele confere, mantendo-nos à mercê das ameaças.

*A República Árabe Unida (isto é, o Egito) que é, em particular, a vanguarda, a base e a fortaleza da luta progressista dos povos árabes, constitui o alvo natural de todos os inimigos da nação árabe e de seu progresso.*

As forças imperialistas e os monopólios internacionais têm em mira um objetivo fixo, que é o de colocar o território árabe, do Oceano ao Golfo, sob controle militar estrangeiro para assegurar a continuidade da exploração e do saque de suas riquezas.

A intriga imperialista chegou ao ponto de usurpar parte do território da Palestina, no coração da pátria árabe, sem nenhuma justificativa de direito ou lei. O verdadeiro perigo reside no fato de que Israel é um instrumento do imperialismo.

*No momento atual, a República Árabe Unida é o único país árabe que pode assumir a responsabilidade de construir um exército nacional capaz de*

---

354 NASSER, G. (1963) O povo no poder. In: NASSER, G. *A revolução no mundo árabe*: 210-212.

*impedir os planos agressivos do sionismo e do imperialismo.*

*A contínua ascensão do povo aos estágios superiores de evolução econômica e social, faz do Exército uma força poderosa para a defesa do desenvolvimento do país, e não apenas uma instituição que cobre limites incertos.*

*A eficácia dos exércitos nacionais reside no poder econômico e social. O progresso é celeiro que fornece meios humanos e materiais de luta capazes de repelir desafios, conquistar e manter a vitória.*

Mas, nunca devemos nos esquecer, que os investimentos na defesa nacional não devem sobrepôr-se às necessidades do desenvolvimento geral. Se a defesa nacional não estiver apoiada no desenvolvimento econômico e social, não poderá sustentar a batalha contínua, por tempo prolongado. *O desenvolvimento econômico e social é que proporciona o poder da nação, que são suas instituições de defesa militar.*<sup>355</sup> (grifos meus).

Os trechos em itálico evidenciam, num momento primeiro, a relação entre o progresso, concebido dentro da ideia de uma sociedade industrial, e a necessidade de Forças Armadas poderosas para proteger o desenvolvimento interno contra os inimigos da nação. Num segundo momento, esta dupla função de vanguarda do progresso e defensor do desenvolvimento é recontextualizada para dentro da esfera árabe, e então o Egito retoma seu autoproclamado papel edificante de ponte para o desenvolvimento de toda a região. Isso significa dizer que o Egito, segundo o texto, é tanto o “canal” para o desenvolvimento como para a segurança de todo o entorno árabe, estando o aspecto econômico entrelaçado ao aspecto securitário. Como observou Nasser, o “autodesenvolvimento” é a principal peça securitária do Estado egípcio e do “mundo árabe”. Na parte final, Nasser faz referência ao poder econômico e social como instrumentos constitutivos da existência de Forças Armadas poderosas, capazes de cumprirem com seus objetivos históricos.

As referências no discurso são evidentemente vagas quando apresentadas de maneira abstrata, mas tornam-se inteligíveis quando remontamos o processo de formação e consolidação do poder econômico egípcio pós-1952. Na ocasião, um grupo social, os militares, se apoderaram tanto da ordem política, através das instituições do Estado, como também da ordem econômica, através da construção de uma nova classe de tecnocratas à serviço do poder cuja incumbência é gestionar as empresas determinantes para o funcionamento do sistema produtivo e da acumulação de capital. Sabendo que o estrato militar é em si uma instituição estruturante do poder estatal, resulta que a nova cúpula desta instituição, ao ascender ao poder na figura dos Oficiais Livres, organiza uma economia política estatal ligada, de diferentes maneiras, às instituições e decisões militares. A organização militar, ao se dotar ela mesma de uma importância econômica, termina por se

---

355 Idem: 219-221. Grifos não originais.

confundir com o planejamento e as decisões tomadas pela cúpula de um poder centralizado. Nesse caso, a economia e o militarismo tornavam-se estruturalmente ligados, e a dinâmica regional marcada pela constância do conflito militar dotou aos programas de desenvolvimento do Estado um caráter próprio a uma economia de guerra permanente.

A nova classe de tecnocratas, subordinada à elite militar e peça basilar de sustentação do novo aparelho estatal, possui membros formados principalmente em universidades anglo-saxãs -Harvard University, Massachusetts Institute of Technology, London School of Economics etc-. Estes, após sua consolidação nos cargos de chefia das empresas públicas, passam a constituir o cerne da nova burguesia estatal beneficiada pelo capitalismo de Estado egípcio.<sup>356</sup> Seus interesses industriais, dentro de um país em permanente estado de preparação para a guerra ou propriamente em guerra, se atrela aos interesses militares do Estado e serve à economia de guerra organizada pela cúpula do poder militar que, por sua vez, representa o poder estatal. Não defendemos aqui que as reformas econômico-sociais do nasserismo eram inteiramente destinadas à ampliação da máquina de guerra, mas sim que a ameaça de guerra exterior era também um fator importante para moldar a maneira como o planejamento industrial foi dirigido pela elite militar no poder do Estado.

O resultado desse processo é a produção de uma mescla de neutralismo com expansionismo regional, acumulação de capital com transformação econômico-social, autocracia com inclusão social, tecnocracia financeira capitalista com maquinário e cooperação industrial soviética, economia de guerra com industrialização. Essa particularidade da economia política egípcia serviu de base para a discussão entre diversos autores. Para Oliver Carré, o “socialismo árabe” de Nasser pós-1961 era uma mistura de nazismo, nacionalismo jacobino, desenvolvimentismo rostowniano e stalinismo político.<sup>357</sup> Michel Chatelus, quem primeiro chamou o modelo de desenvolvimento nasserista de “stalino-rostowniano”, usava o termo para elucidar as ilusões de progresso, a confusão ideológica, os limites e as esperanças intrínsecas às políticas de desenvolvimento “socialistas” do Egito durante a Guerra Fria.<sup>358</sup> Nessa mesma linha, Zaidi Laidi observou que o “modelo soviético”, dotado de um certo mito produtivista baseado na construção prioritária de uma indústria pesada atraía governos da periferia global não tanto pela afinidade doutrinária destes em favor do sistema soviético mas sim pelo interesse nas teses evolucionistas do desenvolvimento por

---

356 ABDEL-MALEK, A. (1968) *Egypt: military society*: 174-175.

357 CARRÉ, O. (1993). *Le nationalismo arabe*: 24.

358 CHATELUS, M. (1983) *Le monde arabe vingt ans après. De l'avant-pétrole à l'après-pétrole. Les économies des pays arabes*: 9.

etapas apresentadas por Walt Rostow.<sup>359</sup>

Independentemente do objetivo final e teleológico do “socialismo árabe” nasserista ser a sociedade de consumo de massa capitalista ou a justiça social do socialismo, o que o governo egípcio buscava era explorar de maneira pragmática os recursos disponíveis evidenciados pelas circunstâncias produzidas conforme o desenrolar dos acontecimentos, buscando com isso viabilizar o objetivo de transformar uma sociedade egípcia de base econômica fundamentalmente rural em uma sociedade industrial. Este era o elemento comum da “modernidade” definida nas doutrinas ideológicas de ambas as superpotências exportadas ao Terceiro Mundo, e essa internalização de elementos característicos de ambas as doutrinas era uma consequência própria do neutralismo, explicitada pela sua escolha de, diante um ambicioso projeto de “modernização”, escolher a dupla dependência externa de tecnologias, empréstimos financeiros e quadros técnicos. O neutralismo condicionava o processo de desenvolvimento das forças produtivas domésticas à internalização, para dentro da planificação econômico-social do Estado, das contradições e incoerências intrínsecas às doutrinas “desenvolvimentistas” exportadas ao Terceiro Mundo por ambos os blocos. Com isso, o neutralismo na política externa encontrava-se refletido dentro da política econômica doméstica de maneira constitutiva, e a viabilidade para a realização de determinados projetos estratégicos ao desenvolvimento econômico seria circunstanciada pela flutuação das alianças com um bloco ou outro.

A questão que se punha, portanto, era como atingir a independência do financiamento e da assistência técnica e em tecnologia (em suma, da ajuda externa) de ambos os blocos mantendo de maneira autônoma o programa interno de industrialização. Este esquema se complexifica ainda mais quando lembramos do instável quadro regional marcado por guerras e intervencionismos militares. Neste âmbito, a projeção regional egípcia poderia servir ao propósito de impulsionar o desenvolvimento econômico nacional de maneira menos dependente da ajuda externa? Qual era a base econômica do expansionismo egípcio? Será na busca por reduzir a dependência egípcia da “ajuda externa” que a política arabista, originalmente restrita à um intervencionismo político e militar, se dotará também de um caráter econômico. Este é o ponto onde a política “desenvolvimentista” nasserista associa-se ao seu projeto de potência regional.

#### **4.4 O Egito como a fábrica do “mundo árabe”.**

---

359 LAIDI, Z. (1985) *L'URSS vue du tiers monde*: 35.

Assim como a indústria têxtil e a de processamento de alimentos, a origem da produção moderna de armas no Egito remonta às reformas industrializantes realizadas por Mohamed Ali na primeira metade do século XIX. Dotada de uma produção em quantidade e alta qualidade, as Forças Armadas egípcias possuía navios de guerra, artilharia, rifles, bombas e munição. O mercado para tais produtos, na ocasião, era estritamente doméstico. Por ocasião de sanções e pressões europeias em associação ao desejo da Sublime Porta, este primeiro complexo industrial-militar foi desmantelado na década de 1840, em particular pelas restrições impostas aos armamentos e ao número de contingente militar permitido.

A produção de artefatos militares, entretanto, foi retomada no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em particular com a ajuda de *expertise* alemã, francesa e sueca.<sup>360</sup> Após a ascensão dos Oficiais Livres em 1952, e em concomitância ao projeto de fazer do Egito uma potência industrial e militar, a produção de munição e pequenas armas é retomada. Uma fábrica de montagem de aviões de treino e caças já havia sido criada em 1950 na cidade de Helwan, próxima ao Cairo. No mesmo lugar, em 1960, a recém-criada *Helwan Engine Company* passou a produzir motores para caças.

Em 1953, uma fábrica chamada *Sakr Factory for Developed Industries* foi criada no subúrbio do Cairo, com o objetivo de produzir munições. Em 1962, ela passa a servir à produção de mísseis e jatos supersônicos com a cooperação de técnicos alemães contratados, naquilo que representou o maior investimento para desenvolver tecnologia militar durante o período nasserista.<sup>361</sup> A crise econômica e política pós-Guerra dos Seis Dias fez o projeto ser suspenso.

Todas estas tentativas de modernizar o aparelho militar eram feitas com base na importação de tecnologia. Durante os anos 1960, a indústria egípcia produziu diversos caças de guerra, tendo sido parte de sua produção exportada. Segundo Stork, os russos, na condição de principais provedores de armamentos, desestimulavam a construção de uma potente indústria nacional de armamentos militares.<sup>362</sup> Esta seria uma das razões pelas quais os russos não figuravam entre os principais parceiros egípcios no que diz respeito ao desenvolvimento de uma indústria de armamentos e tecnologia militar nativa.

---

360 STORK, J. (2013) Arms industries of the Middle East.

361 É interessante observar, segundo Owen Sirrs, que a aliança de Nasser com os técnicos da Alemanha ocidental para desenvolver uma produção balística doméstica repercutiu na aproximação entre Estados Unidos e Israel. Isso porque, em contrapartida a este evento, desenrolam-se acordos de cooperação americana para incremento do sistema de defesa israelense. Ver SIRRS, O. (2005) *Nasser and the Missile Age in the Middle East*.

362 STORK, J. (2013) Arms industries of the Middle East.

O desenvolvimento da indústria militar, assim como a indústria pesada e, principalmente, de bens de consumo, representavam o cerne da produção manufatureira egípcia. Como já dito, a partir das “leis socialistas” de 1961, todas as corporações de importância estratégica de cada setor ainda não nacionalizadas passaram às mãos do Estado. Na ocasião, a estrutura do poder foi reconfigurada para centralizar-se em torno de uma cúpula militar em aliança à uma tecnocracia civil que, por sua vez, gestionava o funcionamento das empresas tornadas públicas. Vale lembrar que, em função de uma série de políticas redistributivas e voltadas para inclusão social (como leis trabalhistas, política educacional, sistema de saúde, etc), o poder estatal também governava ancorado sobre um enorme apoio popular ao longo de todo o período, o que reforçava sua legitimidade para avançar com medidas destinadas a centralizar poder e expandir o setor público.

Embora a produção fosse originalmente concebida para o consumo doméstico, os custos com a importação de máquinas e bens de capital somados ao baixo poder aquisitivo médio do cidadão egípcio fizeram com que uma política de exportação do excedente, enquadrada no âmbito do projeto pan-arabista e terceiro-mundista, fosse também posta em prática. Enquanto as relações comerciais com Estados Unidos e União Soviética, assim como os demais países produtores de tecnologias avançadas, permaneciam ancoradas nas bases da tradicional divisão internacional do trabalho entre centro e periferia, a exportação do excedente da produção manufatureira egípcia para países não-industrializados apontava ser uma forma de potencializar a acumulação de capital mantendo simultaneamente o impulso para a viabilização de um desenvolvimento industrial doméstico auto-sustentado.

Assim, os “círculos” africano e, principalmente, árabe, tornar-se-iam estratégicos também porque representavam mercados consumidores da produção manufatureira egípcia. Além disso, a expansão das exportações era vista como forma de contornar os déficits na balança comercial, justificados em particular pelo progressivo volume de importações. Embora um quadro de crise econômica já existisse em 1961, este acabou por ter seu maior impacto em 1965, em particular pela suspensão da ajuda externa americana. A crise no balanço de pagamentos reforçava a dependência da ajuda externa para o equilíbrio das contas internas. O crescimento do setor exportador era uma forma de contornar essa dependência, e ainda estimular o setor produtivista. Vale lembrar que, desde 1962, o Egito havia exaurido suas reservas internacionais, o que resultou em medidas para a desvalorização da moeda no mesmo ano. Estas, por sua vez, garantiram maior competitividade internacional aos produtos egípcios. Era face a este tipo de conjuntura que uma política voltada para a exportação e associada à projeção política terceiro-mundista e pan-arabista do país ganhava força.

Disso resulta que o expansionismo regional egípcio sobre a esfera árabe passou a representar também a primeira etapa de uma estratégia nacional para a diversificação do modo de inserção comercial e financeira no sistema internacional.<sup>363</sup> Por um lado, o pan-arabismo nasserista ganhava um significado estratégico para a viabilidade da construção de um setor industrial auto-sustentável, o *take-off* das teorias desenvolvimentistas de seu período. Por outro lado, o mesmo pan-arabismo passava a representar a saída à médio prazo para a dupla dependência dos programas de “cooperação ao desenvolvimento” de Estados Unidos e União Soviética: do “mundo árabe”, Nasser retiraria tanto os recursos naturais e energéticos para seu programa de industrialização acelerada como redirecionaria para o mercado consumidor ali existente o excedente de sua produção manufatureira. Essa divisão do comércio intra-regional permitiria garantir um fluxo ao mesmo tempo de investimento e demanda à produção egípcia, que reduziria sua dependência da ajuda econômica das potências globais. Mais do que alianças políticas, o entorno regional representaria mercado e provisão de insumos. Um esboço dessa arquitetura político-econômica chegou a ser realizado na República Árabe Unida (RAU), a experiência de união orgânica entre Egito e Síria, sob mando do governo Nasser.

#### 4.4.1. O processo de subordinação econômica da Síria durante os anos da RAU (1958-1961)

Como já dito, após a nacionalização de Suez, o governo modificou sua estratégia de desenvolvimento adotando paulatinamente políticas que relegavam ao segundo plano o papel do investidor privado e centralizavam os esforços e funções do planejamento econômico estatal nas mãos do Estado. A Agência Econômica, neste primeiro período entre 1957 e 1961, era a instituição estatal de capital misto responsável por planejar o processo de industrialização expandindo o setor público sobre determinadas áreas da economia e em associação aos grandes conglomerados privados egípcios. Essa tendência foi acirrada no processo de criação da RAU, sendo a Síria um país dotado de um sistema produtivo ancorado sobre o setor privado e voltado para a exportação (principalmente alimentos). Se o setor privado egípcio, por um lado, encontraria seu poder decisório reduzido face a centralização das decisões econômicas no setor público, por outro veria ser oferecido a si toda a sorte de facilidades para adentrar o mercado sírio.

---

363 As exportações egípcias para a União Soviética entre 1960 e 1973 consistiam em sua maioria (cerca de 83%) em produtos como o algodão, tecido, arroz e frutas cítricas. Isto é, os produtos primários continuavam a dominar o portfólio das exportações egípcias, sem representar uma transformação substancial no modo de inserção na economia internacional pré-1952. Ver WATERBURY, J. (1983) *The Egypt of Nasser and Sadat - the political economy of two regimes*: 396.



Foi assim que, de maneira relativamente harmônica e acordada, o Conselho da Nação, uma assembléia na qual se reuniam industrialistas, homens de negócios e grupos de financistas para obter consenso sobre determinadas medidas governamentais e/ ou bloquear outras, deixou de existir após a união do Egito com a Síria. Entretanto, a perda desta instituição, aos olhos de tais grupos, foi compensada pela abertura do mercado sírio às aspirações monopolistas das empresas egípcias.

Cabe aqui lembrar que o processo de construção e estímulo aos grandes conglomerados monopolistas vinha ocorrendo desde 1956, quando uma série de novas leis estimulava a fusão de empresas comerciais internas. Essa tendência foi reforçada durante o período de união com a Síria pelas leis de 1959 e 1960, que permitiam a formação de corporações monopolistas que integravam até 65 empresas para controlar determinado setor da economia. Como observou Abdel-Malek, a situação doméstica no fim da década de 1950 era bastante favorável aos interesses expansionistas do grande capital financeiro e industrial egípcio.<sup>364</sup>

Ao mesmo tempo em que o governo militar perseguia organizações de esquerda (tradicionalmente contrárias à formação de monopólios capitalistas), permitia fluxo livre do capital egípcio em direção ao mercado sírio. O complexo industrial Misr e o *Bank of Cairo*, ainda sob o controle privado, estavam à frente da empreitada. Estes foram logo seguidos pelos principais bancos do país, a grande indústria e corporações comerciais e, por fim, a Agência Econômica. Enquanto as importações egípcias da Síria praticamente dobraram entre 1957 e 1961 (de 3.5 milhões de libras egípcias para 7.4 milhões), a exportações egípcias para a Síria foram multiplicadas por quatro (de 1.4 milhões de libras egípcias para 6.2 milhões de libras egípcias). Os monopólios egípcios substituíram os tradicionais parceiros comerciais sírios - tais como iraquianos, libaneses e franceses- a partir de regulamentações governamentais que restringiram ainda mais a atuação dos bancos, do comércio externo e dos créditos internacionais tradicionalmente direcionados à economia da “província norte”. A subjugação final da economia síria ao poder egípcio viria com o projeto de unificar as duas moedas nacionais num único “dinar árabe”.<sup>365</sup>

#### 4.4.2. Capitalismo de Estado e pan-arabismo

As reformas estatais de 1960, ainda durante a existência da RAU, representaram uma

---

364 ABDEL-MALEK (1968) *Egypt, military society*: 135.

365 Idem: 133.

ruptura na antiga aliança estratégica entre o Estado egípcio e os grandes conglomerados privados para controlar a economia síria. Em particular, a nacionalização dos dois principais órgãos financeiros privados do Egito (Banco Misr e o *National Bank of Egypt*) em 11 de fevereiro de 1960 serviu para transformar enormemente a relação complementar então existente entre a alta elite industrial e financeira e o aparelho militar no poder. Segundo a versão do governo, a razão para tal medida foi que o poder alcançado por estas organizações a partir de sua capacidade de gerenciar os grandes monopólios empresariais passou a ameaçar o próprio poder estatal. O fato é que, uma vez consolidados sobre setores estratégicos da economia, a nacionalização destes conglomerados representava um enorme avanço estatal no movimento que buscava centralizar as decisões sobre o planejamento econômico. Estava portanto em sintonia com o lançamento do Plano Quinquenal (1960-1965), que almejava uma taxa de crescimento média de 7% ao ano.

Uma vez nacionalizada, a Agência Misr tratou de centralizar os recursos financeiros do Estado. Em março de 1961, ela passou também a englobar a nacionalizada *Belgian & International Bank in Egypt*, após atrito diplomático entre o Egito e a Bélgica. O antigo banco belga transformou-se no egípcio *Bank of Africa*. No mesmo ano, as nacionalizações prosseguiram sobre as duas principais corporações associadas à exportação de algodão, isto é, a *El-Nars Import-Export Company* e a *Oriental Cotton Company*. Tanto os principais bancos sírios como as companhias de seguros acabaram por ser, também eles, incorporados à tutela da Agência Econômica. Esta iria então substituir os financistas egípcios privados na exploração das potencialidades do mercado sírio.

Evidentemente, tais ações estatizantes repercutiram negativamente na classe empresarial e nos investidores, além dos economistas associados ao setor privado, mesmo que estes últimos admitissem eventualmente a importância do Plano Quinquenal para o “*take-off*”. Afim de reduzir as posições reativas do empresariado e dos investidores privados, o governo argumentava levar a economia egípcia à um novo patamar, tornando-a a fábrica do “mundo árabe”, a maior base industrial africana e a maior potência econômica do Oriente Médio. Neste “projeto” expansionista que buscava apoio da classe financeira e industrial egípcia, os conglomerados privados eram estimulados a adaptarem-se e incorporarem-se ao planejamento econômico estatal egípcio inscrito dessa vez na esfera pan-arabista.<sup>366</sup>

A ênfase estaria associada à exportação dos bens de consumo, tendo em vista que o crescimento da capacidade produtiva das novas empresas manufactureiras aumentava acima do

---

366 Idem: 143.

poder de consumo médio da população. Ao mesmo tempo, o governo egípcio alegava diante do setor privado, ser este um quadro temporário, prometendo para uma fase seguinte reduzir a participação do setor público na economia. Essa “segunda fase” ocorreria quando a economia dirigida pelo Estado tivesse consolidado seu novo modo de inserção financeira e comercial internacional, onde a África e o Oriente Médio ofereciam os mercados prioritários para expansão.

Como chegou a declarar Hassan Abbas Zaki, ministro da economia, com relação ao mercado africano:

It is important to co-ordinate the action of the Misr Agency and the companies it comprises, particular in the African countries, in order to exploit the abundant opportunities that exist there, and to study the newest developments in promotion in order to be able to give our products the proper exposure.<sup>367</sup>

Como relação à África, cabe lembrar que tal política econômica vinha associada à um profundo engajamento egípcio pela descolonização africana em três esferas: 1) na diplomática, a partir de suas intervenções em instituições como a ONU e em organismos multilaterais, 2) na política, transformando o Egito num país-abrigo para refugiados políticos e lideranças independentistas; 3) na militar, repassando armamento para diferentes frentes de libertação nacional e apoiando abertamente movimentos nacionalistas independentistas não-alinhados. Tais iniciativas por vezes implicavam desgastes diplomáticos na relação do Egito com as grandes potências da Guerra Fria, mas reforçavam a estatura internacional do país como liderança do Terceiro-Mundo. Era natural, pois, que uma vez instalados no poder, os novos governos nacionalistas africanos aliados aceitassem aprofundar a já construída relação diplomática para a esfera do comércio entre-países.

Foi assim que, na política econômica egípcia, a instalação de um robusto setor público para controlar empresas e o setor financeiro passou do objetivo original de substituir importações destinando à produção para o mercado interno para uma etapa posterior. Nesta nova etapa da industrialização nasserista, a ampliação de acordos comerciais com países não-industriais criados a partir da descolonização era vista como um meio de aprofundar o estímulo à produção de excedente e, com isso, o próprio processo de industrialização. A expansão do aparelho estatal sobre o setor financeiro continuou com a compra da *Banca Italo-Egiziana* em 19 de março de 1961 e a *Bank of Commerce* (empresa grega), no dia seguinte. Em 15 de abril de 1961, foi criado o *High Council of Public Agencies*, sob gestão de

---

<sup>367</sup> ABAS, Z. *apud* ABDEL-MALEK (1968) *Egypt, military society*: 143.

Mohamed Armer, cujo objetivo era servir como fórum de reunião para que as principais corporações financeiras e industriais pudessem trabalhar em conjunto. Ali estavam presentes representantes da Agência Misr, *El-Nars Agency*, *Co-operative production Agency*, *Economic Consumption Agency* e *Co-operative Agriculture Agency*. Isso foi possível porque haviam acordos de cooperação com capitalistas na Ásia e África dispostos a trabalhar com o financiamento de bancos egípcios.<sup>368</sup>

Neste contexto de buscar novos mercados para o capital egípcio, o “círculo árabe”, para além das projeções comerciais com a África e a Ásia, continuava a representar sua zona prioritária de ação e influência, isto é, o principal alvo do expansionismo econômico egípcio. Ainda no período da RAU, seus delegados impulsionaram uma campanha dentro da Liga Árabe para a criação de um Mercado Comum Árabe e apresentaram o projeto de construir uma União Econômica árabe em dez anos. Dentro da esfera institucional da Liga Árabe, um Conselho Econômico Árabe foi criado, por iniciativa do Egito, no dia 13 de março de 1960. As principais medidas adotadas foram: 1) a eliminação das restrições tarifárias para corporações naturais de países árabes; 2) a criação de uma união aduaneira; 3) a criação de um representante árabe no Banco Mundial (no caso, o escolhido foi Dr. Emary, que chegou à vice-presidência do Banco Mundial em 1962); 4) o projeto de criação de uma Agência de Desenvolvimento Árabe, que chegou a iniciar suas funções a despeito das discordâncias existentes entre diversos países.

Como observa Abdel-Malek, tais iniciativas iriam permitir ao Egito, então a principal economia entre os Estados árabes e também o único país a possuir uma poderosa estrutura de poder estatal, a obter total liberdade comercial sobre o entorno árabe, aspecto este que anteriormente fora exclusividade de potências imperialistas.<sup>369</sup> Nessa mesma linha, Vatikiotis vê clara a relação entre o processo de transformação do setor produtivo nacional e a projeção regional do poder estatal revestida pela ideologia pan-arabista. Como afirmou o autor, “...*thus on purely economic grounds, Nasser adoption of an Arab nationalist policy made eminent sense. What was disastrous about it was his approach and style in the pursuit of that policy. This provoked the opposition of the richest Arab states and the indifference of many others.*”<sup>370</sup> De fato, o projeto da Agência de Desenvolvimento Árabe proposto pelo Egito foi identificado como uma ameaça, países como Turquia, Iraque e Líbano criaram obstáculos à expansão do programa, que terminou por não avançar.

---

368 Idem: 144.

369 Idem: 144-145.

370 VATIKIOTIS, P.J. (1978) *Nasser and his Generation*: 244.

Outros problemas, de ordem interna, impediam o avanço do projeto, tais como os meios ainda precários para se garantir a provisão de financiamentos aos programas de desenvolvimento, que por sua vez implicavam num longo período de duração e eram repletos de dificuldades. Do ponto de vista econômico, a representatividade dos Estados árabes se estendia para além de simples mercados abertos ao excedente de produtos manufaturados produzidos pelas indústrias egípcias, mas tratava-se também de uma enorme reserva de petróleo e recursos financeiros para o processo de industrialização. Nasser buscava atrair para o circuito inter-árabe países como o Kuwait, Bahrein, Qatar ou Arábia Saudita, cujas reservas em energia poderiam impulsionar a baixos custos o projeto de transformação do Egito na fábrica do “mundo árabe”.

Na ocasião da tentativa do general iraquiano Qasim de anexar o Kuwait em 1961, o Egito interveio militarmente para proteger a monarquia local. Para além de impedir o expansionismo de uma liderança árabe rival (o Iraque), o movimento militar egípcio trazia consigo também um projeto de expansão econômica: aproximar o Rei kwaitiano e sua pujante economia rentista dos programas de integração econômica regional nasseristas. Igualmente, a guerra do Iêmen é vista, para além do suporte político à um governo aliado, como um estímulo ao desenvolvimento e à produção militar nativa, além de ser uma demonstração própria da potência militar egípcia.

É certo, no entanto, que o acirramento das rivalidades interestatais no Oriente Médio irão complexificar a concretização de um suporte econômico ao projeto pan-arabista egípcio. Mesmo com a crise no balanço de pagamentos de 1965, o Egito havia feito crescer seu setor industrial a uma taxa de 6% ao ano entre 1961 e 1967, taxa esta equivalente ao crescimento do setor de serviços no mesmo período. Durante estes anos, a maior parte dos investimentos (cerca de 25% do PIB) estiveram voltados à industrialização.<sup>371</sup> Nenhum outro Estado árabe registrava índices próximos a estes relacionados ao setor industrial.

Como contraponto regional, havia a ascensão da Arábia Saudita na condição de potência financeira rival. A Guerra do Iêmen aprofundava a fricção entre os interesses militares e econômicos de ambos os lados. A Guerra dos Seis Dias, em 1967, terminará por redefinir a distribuição dos papéis econômicos destas duas nações árabes dentro da dinâmica interestatal do Médio.

#### 4.4.3. Comentários finais sobre a relação entre a política doméstica e a exterior

---

371 Ver COTTENET-DJOUFELKIT, H. (2001) L'industrialisation de l'Égypte au XXe siècle: 15-16.

Após extinguir toda forma de oposição política organizada ao seu governo, Nasser criou um amplo setor público para gerir a economia, transformou o Estado no principal ator do desenvolvimento e o planejamento estatal no pilar do processo de industrialização. Ao controlar e dirigir a transformação do sistema econômico doméstico rumo à diversificação produtiva, tratou de relacionar sua política econômica à política externa para viabilizar uma nova forma de inserção internacional a partir da exportação do excedente produzido pelo novo setor manufatureiro. Com isso, a África e, principalmente, o entorno árabe tornar-se-iam mercados para as exportações egípcias, enquanto em contrapartida forneceriam recursos em matérias-primas para a industrialização (em particular, recursos energéticos).

A unidade árabe pan-arabista, sob este ponto de vista, adquiria também uma função de suporte econômico à transformação do Egito tanto naquilo que toca a ambição de tornar-se a fábrica do “mundo árabe” como também no projeto de liderar a construção de um sistema de defesa militar próprio do Oriente Médio. De um lado, o Egito manteria o padrão de acumulação interna simultâneo aos programas de transformação de sua estrutura produtiva graças à “cooperação externa” advinda de ambos os blocos da Guerra Fria. Por outro lado, a ampliação do projeto nasserista de liderança regional pan-arabista dependia de sua capacidade de retificar sua condição de potência militar e econômica regional. De maneira esquemática, defendemos aqui a existência de um movimento circular, onde a política neutralista de Bandung desencadeou uma dinâmica de integração das políticas doméstica e externa que funcionava, grosso modo, da seguinte maneira: o processo de industrialização interno, uma vez viabilizado pela ajuda externa obtida com o neutralismo, reforçava e impulsionava o expansionismo regional. A contínua projeção do poder egípcio sobre a esfera regional, por sua vez, funcionava como condição própria à viabilidade do neutralismo como instrumento a serviço da política econômica interna, estando esta voltada para um processo simultâneo de acumulação acelerada e transformação da estrutura produtiva.

Tais encadeamentos foram evidentemente desmontados após a Guerra dos Seis Dias. A lógica interna de funcionamento de cada um desses temas pode bem ser questionada, seja na esfera regional, interna ou neutralista. Por exemplo, quando observamos as disfunções internas ocorridas durante o processo de transformação econômico-social, onde casos de ineficiência administrativa, corrupção e práticas clientelistas foram frequentemente apontados pela literatura especializada. Ou quando, na relação entre o Egito e o “mundo árabe”, nos questionamos sobre a real capacidade do governo Nasser agir como uma liderança quando a ascensão de seu poder representava uma ameaça para os governos regionais que não fossem a

ele absolutamente alinhados, o que necessariamente implicava em reações do próprio entorno árabe contra uma possível hegemonia regional egípcia.

Por fim, face a Guerra Fria, nos perguntamos até onde uma política neutralista associada a um projeto expansionista sobre a esfera regional poderia ser sustentável sem ultrapassar o limite do tolerável por Estados Unidos e/ ou União Soviética que, em hipótese alguma, desejavam ver nascer um “terceiro bloco” no conflito bipolar formado por uma associação de lideranças não-alinhadas que exerceriam influência sobre o mundo descolonizado, complexificando ainda mais a distribuição de forças no sistema internacional. A suspensão dos acordos de cooperação entre o Egito e os Estados Unidos em 1965 são uma evidência dos limites da tolerância de um dos lados face as ambições expansionistas do nasserismo. Vale aqui lembrar que Estados Unidos e União Soviética julgavam a aliança política com Nasser através de pesos diferentes. Enquanto a União Soviética concentrava sua projeção sobre o Oriente Médio a partir de sua aliança com Nasser, os Estados Unidos mantinha outros pilares de sustentação de seus interesses, como ficou evidente no apoio destes aos sauditas, num primeiro momento, e aos israelenses, no momento seguinte. O equilíbrio egípcio sobre os interesses das duas superpotência sobre o Oriente Médio levava em consideração, também, seu peso relativo dentro a estratégia regional aplicada por estadunidenses e soviéticos.

A despeito, portanto, das complexidades constitutivas próprias do funcionamento de cada uma das esferas de análise doméstica, regional e neutralista, importa aqui apontar a construção de um sistema de auto-reprodução do poder egípcio que correlacionava sua política externa para a Guerra Fria, seu programa expansionista regional e o processo interno de industrialização. Essa interconexão se deu tanto pela maneira reativa como o governo respondeu aos constrangimentos externos próprios ao sistema interestatal, como também pela orientação dada por um programa político dedicado à explorar a margem de manobra existente na esfera internacional para viabilizar um determinado projeto de poder. Nesse sentido, vale lembrar que o contexto internacional dos anos “neutralistas” do governo Nasser foram também aqueles do movimento pela descolonização, da busca de Estados Unidos e União Soviética por aliados no Terceiro Mundo, do projeto de unidade árabe e da industrialização do Terceiro-Mundo, sendo esta última vista como saída única para o “atraso”.

Assim, o programa doméstico de industrialização egípcia, embora fosse o objetivo primeiro do Oficiais Livres, terminou por responder ao desenrolar de acontecimentos externos, por um lado se adaptando à cooperação técnica e financeira oferecida por ambos os blocos da Guerra Fria e, por outro, se incorporando às demandas militares e econômicas para

um programa expansionista sobre a esfera regional.



## **5 CONCLUSÃO: DE BANDUNG À CARTUM, O CICLO POLÍTICO DO EQUILIBRISTA.**

Ao longo deste trabalho, foi nosso objetivo compreender as relações assimétricas produzidas entre o Egito, os Estados Unidos e a União Soviética no jogo da Guerra Fria. Propusemos, para tanto, averiguar como o conflito bipolar pôde servir ao projeto de potência de um determinado Estado “neutro”.

Afim de facilitar a inteligibilidade do objeto, dividimos o estudo em três esferas de análise: a sistêmica, a regional e a doméstica. A esfera sistêmica diz respeito ao neutralismo propriamente dito, como política de ação face a Guerra Fria. A esfera regional trata do movimento expansionista egípcio sobre o Oriente Médio. A esfera interna aborda os processos de acumulação de riqueza e poder. Embora possamos dizer que cada uma dessas esferas fosse dotada de uma lógica interna que lhe é própria, nos interessamos ao longo do texto a evidenciar e a localizar, sobretudo, as interconexões entre elas. Mantendo o enfoque sobre a potencial eficácia de uma política neutralista, nos interessou investigar como esta poderia se fundir a um único projeto de poder estatal que englobasse, de maneira simultânea, uma determinada atuação regional e interna.

Como resultado, buscamos discorrer sobre como a ação estatal neutralista se entrelaçava, por um lado, com a projeção estatal egípcia sobre o entorno regional e, por outro lado, com o programa doméstico de transformação de sua estrutura produtiva orientada para um processo de industrialização e militarização do Estado. Essa perspectiva não ignora, evidentemente, os constrangimentos externos concretos dos quais o Estado em questão estava submetido, largamente descritos na literatura especializada a partir de sua condição de Estado periférico e dependente. Foi tomando em consideração as assimetrias que caracterizam as relações entre as superpotências e seus Estados clientes no sistema internacional que buscamos focar, através da perspectiva de um Estado “neutro”, a margem de manobra política existente para a ação internacional.

Como ilustra o caso egípcio, a ação neutralista não se limitava à relação entre o Egito e as duas superpotências, dado que tal relação se desenvolvia ao ritmo da capacidade egípcia em agir sobre o entorno regional. A influência alcançada pelo governo Nasser sobre o entorno árabe servia como um medidor do grau de importância que o seu neutralismo poderia ter para os objetivos regionais de ambas as superpotências. Portanto, era através da instrumentalização da “carta regional” que o Egito lograva intervir sobre os interesses de Estados Unidos e União

Soviética no Oriente Médio, redimensionando em permanência seu peso geoestratégico dentro do conflito bipolar. Este é um ponto particularmente importante, que buscamos frisar ao longo do trabalho. O neutralismo nasserista não se sustentava sem a projeção de seu poder estatal sobre o entorno regional. Dito de outro modo, ao projetar-se sobre a esfera regional na condição de “liderança árabe”, o Egito lograva reorganizar as peças do tabuleiro do Oriente Médio, impactando sobre os interesses regionais das duas superpotências e acirrando o atrito entre elas por zonas de influência.

Este papel central dentro da trama das relações regionais, quando somado à abertura neutralista ao diálogo com os dois lados da Guerra Fria, permitiu, durante um certo período e sob determinadas circunstâncias, a otimização das relações com Estados Unidos e União Soviética através da materialização de mecanismos de “ajuda externa” urgentes aos programas de transformação estrutural da economia e do poder egípcio.

A “eficácia” do neutralismo, nesse caso, é medida sobretudo pela forma como ele contribuiu aos objetivos econômicos e políticos estratégicos definidos pela cúpula do poder egípcio. Essa “vantagem” obtida através da política neutralista é particularmente observável quando comparamos o período neutralista (1955-1967) com aquele precedente (1952-1955). Naquele contexto, as “facilidades” oferecidas pelos Estados Unidos, no momento em que este era o único parceiro estratégico do Estado egípcio para a implementação de seus programas de industrialização e militarização, eram bastante restritas. A raiz da “escolha” egípcia pelo neutralismo estava na insuficiência da provisão de ajuda externa estadunidense. Após a reorientação para o neutralismo, não somente os soviéticos cobriram as ofertas de “ajuda” do bloco ocidental, como os Estados Unidos ampliaram as suas objetivando não “perder” o Egito para o bloco soviético.

Ao trazer a Guerra Fria para dentro de seu cálculo político através da compra das armas da Tchecoslováquia, o governo Nasser redimensionou seu peso geoestratégico face ao conflito bipolar, transformando ao próprio Estado num espaço da confrontação entre as duas superpotências. O sucesso obtido com a nacionalização de Suez e a expulsão dos ingleses alçou o Egito a uma nova estatura internacional, e permitiu ao “neutro” um modelo de ação estatal. Neste novo modo de proceder através da agenda externa, estariam relacionados: 1) o objetivo de multiplicar a dependência econômica com as duas superpotências para melhor alcançar os objetivos internos de transformação econômico-social; 2) o reforço da condição de “ponte” entre os interesses regionais das duas superpotências e o próprio entorno regional árabe.

Com isso, argumentamos que o valor prático do neutralismo era medido através da sua

função de meio provedor de insumos materiais e subjetivos para o projeto de acumulação de riqueza e poder definido pelo governo nasserista. Foi através dos acordos de “cooperação ao desenvolvimento” obtidos com ambas as superpotências que o governo egípcio alcançou implementar um projeto voltado para a acumulação da riqueza nacional e projeção externa do poder estatal. Durante o período entre 1955 e 1967, o Egito, de fato, viveu uma experiência de investimentos consideráveis para a construção de um parque industrial robusto e para o aparelhamento de suas Forças Armadas.

O planejamento estatal voltado para a industrialização acelerada através da “ajuda externa” repercutiu, num segundo momento, na forma de um substrato econômico ao projeto expansionista regional do Estado egípcio. Neste ponto, neutralismo, industrialização e arabismo se conectavam para compor peças de um único sistema de poder, cujas condições materiais para sua reprodução e expansão obedeciam a uma lógica interna. Dito de modo breve, o projeto voltado para tornar-se a “fábrica do mundo árabe” representava a conciliação do processo de industrialização com a política externa. Esta última, pela vertente neutralista, forjava a criação de facilidades externas para a aquisição de empréstimos, máquinas e técnicos enquanto, pela vertente arabista, abria mercados para o escoamento do excedente da produção manufatureira ao mesmo tempo em que garantia a provisão de abastecimento energético dos Estados árabes petrolíferos. A industrialização fornecia, com isso, a base econômica de sustentação do projeto integracionista árabe liderado pela mão militar egípcia.

Como bem vimos, esse planejamento foi revisto em função dos acontecimentos de 1967 que puseram fim à política neutralista, incapaz de subsistir ao desaparecimento das condições circunstanciais que permitiram sua viabilização como um instrumento de política externa eficaz: o Egito havia se tornado um país parcialmente ocupado e as forças militares estavam em grande parte destruídas. Já o projeto arabista havia sido temporariamente abortado em função da fragilidade econômica e da dependência dos empréstimos da monarquias petrolíferas e “conservadoras”.

O período entre 1955 e 1967 constitui, portanto, o ciclo político do neutralismo nasserista, que irrompe com a Conferência de Bandung e termina com a Conferência de Cartum. Durante este espaço de tempo, o governo Nasser pôde se beneficiar da ajuda de União Soviética e Estados Unidos enquanto as circunstâncias permitiram. Ao longo deste período, seu governo obteve sucesso em evitar a dependência de uma única superpotência no que concerne a provisão de meios técnicos e financeiros. Através da divisão dos papéis exercidos por Estados Unidos e União Soviética na provisão de insumos ao projeto de poder egípcio, este pôde direcionar recursos para os dois eixos maiores de sua ação estatal

doméstica e regional, isto é, fazer do Egito uma sociedade industrial e, ao mesmo tempo, uma potência militar regional.

A sistematização dessas informações, assim como o estudo aprofundado sobre cada esfera de análise podem ser evidentemente refinados, tanto pelo acesso aos arquivos oficiais ainda hoje negados à pesquisa científica, como pelo levantamento de dados mais precisos sobre valores e impactos da “ajuda externa” fornecida ao longo do período. Ademais, existem ainda possibilidades de expandir a agenda de pesquisa para outras perspectivas que abordem a questão da política externa como um instrumento de projeção de poder para Estados da periferia global.

Em particular, no que concerne aos estudos circunscritos à política externa de Estados periféricos durante a Guerra Fria, as conclusões extraídas deste trabalho sugerem alguns desdobramentos possíveis para futuras pesquisas: 1) Seria interessante o desenvolvimento de trabalhos que aprofundem o tema das projeções internacionais de potências “médias” e regionais, como foi o Egito durante os anos Nasser, em particular dedicando-se a averiguar a relação entre a capacidade de projeção internacional do Estado e seu papel para as estratégias hegemônicas dos centros de poder globais; 2) Outro aspecto importante a merecer maior atenção seria a relação entre militarização e a industrialização de um Estado periférico no contexto da Guerra Fria, tendo em vista um enfoque geopolítico que destaque o papel geoestratégico deste país para o conflito bipolar; 3) Um terceiro ponto seria a produção de estudos comparativos entre os Estados neutralistas para averiguar se, assim como ocorreu no caso egípcio, existiriam outros exemplos concretos onde a “carta regional” servisse também como mediador das relações entre um Estado “neutro” e as superpotências da Guerra Fria; 4) Por fim, propõe ampliar a discussão sobre os mecanismos de produção do poder e da riqueza estatal de Estados periféricos a partir da averiguação de estudos de caso que busquem relacionar as dimensões interna e externa da ação estatal. Acreditamos que a verificação e a comparação de diferentes trajetórias possa contribuir também para a discussão teórica dentro da disciplina de relações internacionais.

## 6 REFERÊNCIAS

ABDALLA, N. Egypt's Absorptive Capacity during 1960-1972 . Cambridge University Press: International Journal of Middle East Studies, Vol. 16, No. 2 (May, 1984), pp. 177-198.

ABDEL-MALEK, A. *Egypt: military society*. Nova Iorque: Vintage books, 1968.

\_\_\_\_\_. *Idéologie et renaissance nationale, l'Égypte moderne*. Éditions Anthropos, Paris, 1969.

\_\_\_\_\_. Nasserisme and socialisme. In: MILIBAND, R. & SAVILLE, J. The socialist register. The Merlin Press, London: 1964.

ABOUL-ENEIN, Y. The egyptian-yemen war: egyptian perspectives on guerrilla warfare. 2004.

ABURISH, S. K. *Nasser: The Last Arab*. Nova Iorque: Thomas Dunne Books, 2004.

ADAMS, C.C. Islam and the modernism in Egypt. Londres: 1933.

ADOMEIT, H. Soviet Policy in the Middle East: Problems of Analysis. Taylor & Francis, Ltd: Soviet Studies, Vol. 27, No. 2 (Apr., 1975), pp. 288-305.

ALLISON, R. *The Soviet Union and the strategy of non-alignment world in the third world*. Cambridge University Press, 1988.

ALTERMAN, J. *Egypt and American Foreign Assistance, 1952-1956- Hopes Dashed*. Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2002.

AKHAVI, S. Sunni Modernist Theories of Social Contract in Contemporary Egypt. International Journal of Middle East Studies, Vol. 35, No. 1 (Feb., 2003), pp. 23-49

AMIN, S. *La nation arabe: nationalisme et luttes de classes*. Paris: Minut, 1973.

\_\_\_\_\_. *The Maghreb in the modern world*. Nova York: Peguin african library, 1970.

\_\_\_\_\_. *A economia árabe contemporânea*. São Paulo: Biblioteca do futuro, 1986.

\_\_\_\_\_. *Le monde arabe dans la longue durée -Le printemps arabe?* Paris: le temps des crises, 2011.

\_\_\_\_\_. *Unequal development -an essay on the social formations of peripheral*

*capitalism*. The haverst press, 1973.

\_\_\_\_\_ (sob o pseudônimo de Hassan Riad). *L'Égypte nasserienne*. Les Éditions de Minuit, Paris, 1964.

AMSDEN, A. *A ascensão do resto -os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Unesp, 2004.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas -reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Cidade do México: Fundo de cultura económica, 1983.

ARON, R. *Paz e guerra entre as Nações*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1979.

\_\_\_\_\_. Egypt Confronts Peace. MERIP Reports, No. 72 (Nov., 1978), pp. 3-11

AYAD, C. *Géopolitique de l'Égypte*. Paris: Editions complexe, 2002.

AYEB, H. Le Haut Barrage 30 ans après. In : « Peuples Mediterraneens », n.74-75, Paris, 1996.

AYUBI, N. The Political Revival of Islam: The Case of Egypt. International Journal of Middle East Studies, Vol. 12, No. 4 (Dec., 1980), pp. 481-49.

BADIE, B. *Les deux États, pouvoir et société en Occident et en terre d'Islam*. Fayard, Paris, 1997.

\_\_\_\_\_. *L'État importé, l'occidentalisation de l'ordre publique*. Fayard, Paris, 1992.

BARNETT, M. N. & LEVY, Jack S. Domestic Sources of Alliances and Alignments: The Case of Egypt, 1962-73. International Organization, Vol. 45, No. 3 (Summer, 1991), pp. 369-395.

\_\_\_\_\_. *Dialogues in Arab politics, negotiations in regional order*. Columbia University Press, New York: 1998.

BARRACLOUCH, G. Introdução à história contemporânea. Círculo do Livro, São Paulo: 1965.

BARRET, R. *The Greater Middle East and the Cold War, US Foreign Policy under Eisenhower and Kennedy*. TAURIS, Londres, 2007.

BASBOUS, A. *L'Arabie Saoudite em guerre*. Paris, Perrin: 2002.

BASTOS,C. & BRITO,G. Introdução. In AGARWALA, A.N. & SINGH, S.P. (org.) *A economia do subdesenvolvimento*. Contraponto, Rio de Janeiro: 2010.

BAULIN, J. *The arab role in Africa*. Penguin books: London, 1962

BENIN, J. Labor, Capital, and the State in Nasserist Egypt, 1952-1961. *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 21, No. 1 (Feb., 1989), pp. 71-90.

BENIN,J. & LOCKMAN, Z. *Workers on the Nile: nationalism, communism, Islam and the Egyptian working class 1882-1954*. Londres, 1988.

BENOIST-MÉCHIN. *Faiçal -roi d'Arabie*. Paris: Albin Michel, 1975.

BILL, J. A. The Military and Modernization in the Middle East: *Comparative Politics*, Vol. 2, No. 1 (Oct., 1969), pp. 41-62.

BINDER, L. Gamal Abdel Nasser: Iconology, Ideology and Demology. In PODEH, E. (Org.) *Rethinking nasserism, revolution and national memory in modern Egypt*. University of Florida Press, Miami: 2004.

\_\_\_\_\_. *The ideological revolution in the middle east*. Chicago: Johnwiley & sons: 1964.

BLANC, P. *Proche-Orient, Le pouvoir, la terre et l'eau*. Sciences Po Press, Paris, 2012.

BOURGEY, A. *Industrialisation et changements sociaux dans l'Orient Arabe*. CERMOC, Beyrouth, 1982.

BOUTROS-GHALI, B. Monde arabe et Tiers monde. *Élements*, n.89, Paris, 1971 : 33-42.

BOZARSLAN, H. *Sociologie politique du moyen-orient*. La découverte: Paris, 2011.

\_\_\_\_\_. *Une histoire de la violence au Moyen Orient, De la fin de l'Empire ottoman à l'Al-Qaida*. La découverte, Paris, 2008.

BRAND, L. Palestinians and Jordanians : a crisis of identity. *Jornal of Palestinians studies*, 1995 : 44-61.

BRANDS, H. *The specter of neutralism: the United States and the emergence of the Third World (1947-1960)*. Columbia University Press, New York: 1989.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII -o tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Gramática das civilizações*. Martins Fontes, São Paulo, 1989.

BURNS, W. *Economic aid and american policy toward Egypt, 1955-1981*. State University of New York Press. Nova Iorque, 1985.

BUSTANI, E. The Arab World and Britain Source: International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 35, No. 4.

CARLISLE, D. The changing of Soviet perception in the development process in the Afro-Asian World. In: Midwest Journal of Political Science, Vol.VII, N. 4, November 1964: 385-407.

CARRÉ, O. *Le nationalisme arabe*. Paris: Payot, 1993

CHAICHIAN, M. A. The Effects of World Capitalist Economy on Urbanization in Egypt, 1800-1970. Cambridge University Press: International Journal of Middle East Studies, Vol. 20, No. 1 (Feb., 1988), pp. 23-43.

CHANG, H. *Chutando a escada, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Unesp, São Paulo, 2002.

CHATELUS, M. Le monde arabe vingt ans après. De l'avant-pétrole à l'après-pétrole. Les économies des pays arabes. In : Revue *Magreb-Mashrek*, n.101, Paris, 1983.

CHEVALLIER, D. (Dir.) *Renouvellements du monde arabe, 1952-1982, les pensées politiques et confrontations internationales*. Armand Colin, Paris, 1987.

CHOUËIRI, Y. (Org.) *A companion to the history of the Middle East*. Blackwell Publishing, Londres, 2005.

CITINO, N. *From Arab nationalism to OPEC, Eisenhower, king Sa'ud and the making of U.S.-Saudi relations*. Indiana University Press, Indianapolis, 2002.

CLAWSON, P. Egypt's Industrialization: A Critique of Dependency Theory. MERIP Reports, No. 72 (Nov., 1978), pp. 17-23.

COHEN, S. P. & AZAR, E. E. From War to Peace: The Transition between Egypt and Israel. The Journal of Conflict Resolution, Vol. 25, No. 1 (Mar., 1981), pp. 87-114.

CONTE, A. *Bandoung, tournant de l'Histoire*. Robert Laffont, Paris, 1965.

CORM, G. *Le Proche Orient éclaté*. Folio: Paris: 2010.



\_\_\_\_\_. *Histoire du Moyen-Orient -de l'antiquité à nos jours*. La découverte, Paris, 2007.

COTTENET-DJOUFELKIT, H. L'industrialisation de l'Égypte au xxe siècle. In : *Dossier l'Égypte dans le siècle, 1901-2000*. n.4-5, 2001 :135-171.

COUBARD, J. *Nasser*. Éditions François Réunis, Paris, 1979.

CRABBS Jr, J. Politics, History, and Culture in Nasser's Egypt. *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 6, No. 4 (Oct., 1975), pp. 386-420

CREMEANS, C. *The Arabs and the world: Nasser's arab nationalist policy*. Praeger, New York: 1963.

DAVID, S. *Choosing sides, Alignment and realignment in the Third World*. The John Hopkins University Press, Londres, 1991.

DAWISHA, A. *Arab nationalism in the twentieth century -from triumph to despair*. Princetown University Press, Nova Iorque, 2003.

\_\_\_\_\_. *Egypt in the Arab World: The Elements of Foreign Policy*. Macmillan, Toronto: 1976.

DAWISHA, K. Soviet Cultural Relations with Iraq, Syria and Egypt 1955-70. *Soviet Studies*, Vol. 27, No. 3 (Jul., 1975), pp. 418-442.

\_\_\_\_\_. *Soviet Foreign Policy towards Egypt*. Palgrave Macmillan, Hampshire: 1979.

DAWN, E. (1991) Origins of Arab nationalism. In: KHALIDI, R. (Org.) *The origins of Arab nationalism*. Columbia Press, New York: 1991.

\_\_\_\_\_. *Soviet foreign policy towards Egypt*. The Macmillan Press LTD, Londres, 1979.

DESSOUKI, A. Regional leadership: balancing off costs and dividends in the foreign policy of Egypt. In: KORANY, B. & DESSOUKI, H. *The foreign policies of arab states -the challenge of globalization*. Cairo: American University in Cairo Press, 2008: 167-194.

DORAN, M. *Pan-arabism before Nasser, Egyptian power politics and the Palestine question*. Oxford University Press, 1999.

DRAGNICH, G. *The Soviet Union's quest for access to naval facilities in Egypt prior to the June War of 1967*. Center of Naval Analyses, Arlington, 1974.

EFRAT, M. The Economics of Soviet Arms Transfers to the Third World. A Case Study:

Egypt . Soviet Studies, Vol. 35, No. 4 (Oct., 1983), pp. 437-456

EFRAT, M. & BERCOVITCH, J. (Org.) *Superpowers and Client States in the Middle East, the imbalance of power*. New Felter Lane, Londres, 1991.

ELIAS,N. *O processo civilizador*. Vol.2 Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELGER, R. (Org.) *Piccolo dizionario dell'islam, storia, cultura, società*. Einaudi, Torino, 2002.

EL-GHOMENY, M. An assessment of Egypt's developemte strategy, 1952-1970. In : PODEH, E. & WINCLER, O. (ORG.) *Rethinking Nasserism, revolution and historical memory in modern Egypt*. University Press od Florida, Gainesville, 2004.

EMILIANI, M. *Medio Oriente -una storia dal 1918 al 1991*. Roma: Laterza, 2012.

ESPINOSA, B. *Tratado teológico-político*. Lisboa: Imprensa da Moeda: 1988.

FAHMY, K. *All the Pasha's men, Mehmed Ali, his army and the making of modern Egypt*. American University of Cairo Press, Cairo, 1997.

FARGUES, P. State Policies and the Birth Rate in Egypt: From Socialism to Liberalism. *Population and Development Review*, Vol. 23, No. 1 (Mar., 1997), pp. 115-138

FARAG, E.S. *Nasser Speaks*. Morsset Press: Londres, 1972.

FARAH, N. *Egypt's political economy*. American University of Cairo, Cairo:2009

FELD, M. *The structure of violence*. Londres: Sage Publications, 1977.

FERRIS, J. *Nasser's Gamble, how intervention in Yemen caused the Six-Day War and the decline of Egyptian power*. Princetown University Press, Oxford, 2013.

\_\_\_\_\_. Guns for Cotton? Aid, trade, and the Soviet Quest for Base Rights in Egypt, 1964-1966. *Journal of Cold War studies*, Vol. 13, Np.2, 2011: 4-38.

FERRO, M. *1956, Suez*. Editions Complexe, Paris, 2006.

FILIU, J. *Le nouveau moyen orient, le peuple a l'heure de la revolution syrienne*. Fayard, Paris, 2013.

FINAL COMMUNIQUÉ OF THE AFRO-ASIAN CONFERENCE OF BANDUNG. Em: [http://franke.uchicago.edu/Final\\_Communique\\_Bandung\\_1955.pdf](http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf). acesso em 20/03/2014.

FINDLAY, A. *The Arab World*. Routledge, New York: 1994.

FIORI, J.L. *O vôo da coruja*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. Estados, moedas e desenvolvimento. In Fiori, J. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FROMMENT, D. Les palestiniens en Jordanie. In: Les clés du Moyen-Orient. <http://www.lesclesdumoyenorient.com/Les-Palestiniens-en-Jordanie.html> (acesso 12/03/2014)

GAZIT, M. Egypt and Israel - Was There a Peace Opportunity Missed in 1971? *Journal of Contemporary History*, Vol. 32, No. 1 (Jan., 1997), pp. 97-115.

GERSCHENKRON, A. *El atraso economico en su perspectiva historica*. Barcelona: Ariel, 1962.

GINAT, R. *Egypt's incomplete revolution, Lufti al-Khuli and Nasser's socialism in the 1960's*. Frank Cass, Londres, 1997.

\_\_\_\_\_. *Syria and the doctrine of Arab nationalism, from independence to dependence*. Sussex Academic Press, Brighton, 2005.

GONGORA, T. War Making and State Power in the Contemporary Middle East. Cambridge University Press: *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 29, No. 3 (Aug., 1997), pp. 323-340.

GORDON, J. The False Hopes of 1950: The Wafd's Last Hurrah and the Demise of Egypt's Old Order. Cambridge University Press: *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 21, No. 2 (May, 1989), pp. 193-214.

\_\_\_\_\_. *Nasser's blessed movement. Egypt's Free Officers and the July Revolution*. Oxford University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Nasser, hero of the Arab Nation*. One World, Oxford, 2006.

GREENFELD, L. *Nationalism -five roads to modernity*. Cambridge: Harvard Press, 1992.

HABERMAS, J. *Le discours philosophique de la modernité*. Paris: Gallimard, 2011.

HAIL, J. Britain's foreign policy in Egypt and Sudan, 1947-1956. Ithaca, Beirut: 1996.

HALLIDAY, F. *Il Medio Oriente -potenza, politica e ideologia*. Milão: V&P, 2005.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: SAYGH, Y. & SHLAIM, A. (Orgs.) *The Cold War and the Middle East*. Clarendon Press, Oxford, 1997.

\_\_\_\_\_. *Nation and religion in the Middle East*. Saqi Books, London: 2000.

HALPERN, M. Egypt and the New Middle Class: Reaffirmations and New Explorations. Cambridge University Press: Comparative Studies in Society and History, Vol. 11, No. 1 (Jan., 1969), pp. 97-108.

HAMOUR, N. *L'Europe et le monde arabe depuis 1914*. ELIPSES, Paris, 2009.

HANSEN, B. *The political economy of poverty, equity and growth -Egypt and Turkey*. Oxford University Press, Wahington, 1991.

\_\_\_\_\_. Foreign trade regimes and economic development. In: HANSEN, B. *Foreign Trade regimes and Development: Egypt: 1975*. In: [www.nber.org/chapters/c4049](http://www.nber.org/chapters/c4049) (acesso 10/02/2014).

HARIK, I. Continuity and Change in Local Development Policies in Egypt: From Nasser to Sadat . International Journal of Middle East Studies, Vol. 16, No. 1 (Mar., 1984), pp. 43-66

\_\_\_\_\_. Subsidization Policies in Egypt: Neither Economic Growth Nor Distribution . International Journal of Middle East Studies, Vol. 24, No. 3 (Aug., 1992), pp. 481-499

\_\_\_\_\_. The Single Party as a Subordinate Movement: The Case of Egypt Source: World Politics, Vol. 26, No. 1 (Oct., 1973), pp. 80-105.

\_\_\_\_\_. *Economic policy reform in Egypt*. Cairo: American University in Cairo Press, 1997.

HEIKAL, M. *Cutting the lion s tail: Suez though Egyptian eyes*. Londres, 1986.

\_\_\_\_\_. *Nasser, les documents du Caire*. Flammarion, Paris, 1972.

\_\_\_\_\_. *The Sphinx and the commissar, the rise and fall of Soviet influence in the Middle East*. Harper & ROW, Nova Iorque, 1978.

\_\_\_\_\_. Egyptian foreign policy. 1978. In:

<http://www.foreignaffairs.com/articles/29519/mohamed-hassanein-heikal/egyptian-foreign-policy> (acesso 23/02/2014).

HEYDEMANN, S. *War, Institutions and Social Change in Middle East*. University of California Press, Los Angeles, 2000.

HERMANN, R. Soviet Policy and the Arab-Israeli Conflict: Actions, Patterns, and Interpretations . *Political Science Quarterly*, Vol. 102, No. 3 (Autumn, 1987), pp. 417-440.

HINNEBUSCH, R. & EHTESHAMI, A. (org.) *The foreign policies of middle east states*. Londres: Uymne riennner publishers, 2002.

HINTZE, O. Military organization and state organization. In: GILBERT, F. *Historical essays of Otto Hintze*. Nova Iorque: Oxford Press, 1975.

HOBSBAWN, E. *Sobre história*. São Paulo: companhia das Letras, 1998.

HOFSTADTER, D. (Org.) *Egypt & Nasser, Vol.2, 1957-66*. Facts on file, Nova Iorque, 1973.

HOPWOOD, D. *Egypt, politics and society 1945-90*. St Antony's College, Londres, 1993.

\_\_\_\_\_. *Era dos extremos, o breve século XX*. Companhia das letras, São Paulo, 1995.

HOSSEIN-ZADEH, I. *Soviet non-capitalist development: the case of nasser's egypt*. Praeger Publishers, 1989.

HOWARD-MERRIAM, K. Egypt's Other Political Elite. *The Western Political Quarterly*, Vol. 34, No. 1, Special Issue on Women and Politics (Mar., 1981), pp. 174-187.

HOURANI, A. *Uma história dos povos árabes*. Companhia das letras, São Paulo: 2001.

\_\_\_\_\_. *O pensamento árabe na era liberal 1789 -1939*. Companhia das Letras: São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *The emergence of modern middle east*. Oxford, Macmillan Press, 1981.

HUMPHREYS, S. *Between memory and desire -the middle east in a troubled age*. Londres: California Press, 1999.

ISAAWI, C. *Egypt, an Economic and social analysis*. Londres, 1947.

\_\_\_\_\_. *An economic history of the middle East and North Africa*. Columbia University Press, Nova Iorque, 1983.

\_\_\_\_\_. *Egypt in revolution*. Londres: 1963.

JABER, S. *The Ba'th Socialist Party, history, ideology and organization*. Syracuse University Press, Nova Iorque, 1966.

JANSEN, G.H. *Non-Alignment and the Afro-Asian States*. Praeger, New York: 1966.

JOHNSON, P. Egypt Under Nasser. MERIP Reports, No. 10 (Jul., 1972), pp. 3-14

\_\_\_\_\_. Retreat of the Revolution in Egypt. MERIP Reports, No. 17 (May, 1973), pp. 3-6.

JONES, C. *Britain and the Yemen civil war, 1962-1965, Ministers, Mercenaries and Mandarins. Foreign policy and the limits of covert action*. SUSSEX Academic Press, Oregon, 2004.

JIRYS, S. The Arab World at the Crossroads: An Analysis of the Arab Opposition to the Sadat Initiative. Journal of Palestine Studies, Vol. 7, No. 2 (Winter, 1978), pp. 26-61.

KAMISNKY, C. & KRUK, S. *La stratégie soviétique au Moyen-Orient*. Presses universitaires de France, Paris, 988.

KAMRAVA, M. *The modern Middle East, a political history since the First World War*. University of California Press, Los Angeles, 2005.

KARDELJ, E. *Les racines historiques du non-alianement*. Question actuelles du socialisme, Belgrad: 1975.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências, a transformação econômica e o conflito militar de 1500 a 2000*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

KEPEL, G. *Jihad -expansion et déclin de l'islamisme*. Paris: Gallimard, 2000.

\_\_\_\_\_. *Le Prophète et le Pharaon, les mouvements islamistes dans l'Égypte contemporaine*. Éditions Gallimard, Paris, 2012.

KERR, M. 'Coming to Terms with Nasser': Attempts and Failures. International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 43, No. 1 (Jan., 1967), pp. 65-84.

\_\_\_\_\_. *The arab cold war 1958-1964*. Londres, 1965.

\_\_\_\_\_. *Rich and poor states in middle east: egypt and the new arab order*. Westview, 1982.

KHALIDI, R. (Org.) *The origins of Arab nationalism*. New York: Columbia Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *Sowing Crisis*. Beacon Press, Boston: 2009.

KIENLE, E. Arab Unity Schemes Revisited: Interest, Identity, and Policy in Syria and Egypt . *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 27, No. 1 (Feb., 1995), pp. 53-71.

KINSELLA, D & TILLEMA, H. K. Arms and Aggression in the Middle East: Overt Military Interventions, 1948-1991 *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 39, No. 2 (Jun., 1995), pp. 306-329.

KISSINGER, H, *Diplomacy*. Simon & Schuster: New York, 1994.

KOHN, L. Israel's Foreign Relations: International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 36, No. 3 (Jul., 1960), pp. 330-341.

KORANY, B. *Afro-Asian non-alignment in the contemporary system : a pre-theory*. Université de Genève, Genève : 1975.

KORANY, B. & DESSOUKI, H. Foreign policy analysis in the Global Era and the World of the Arabs. In: KORANY, B. & DESSOUKI, H. *The foreign policies of arab states -the challenge of globalization*. Cairo: American University in Cairo Press, 2008: 9-20.

LACOSTE, Y. *Géopolitique de la Méditerranée*. Paris: Armand Colin, 1996.

LACOUTURE, J. The Changing Balance of Forces in the Middle East. *Journal of Palestine Studies*, Vol. 2, No. 4 (Summer, 1973), pp. 25-32.

LAIDI, Z. *L'URSS vue du tiers monde*. Karthala, Paris, 1985.

LAQUEUR, W. *Comunismo e nazionalismo nel Medio Oriente*. Roma: Opere Nuove, 1959.

LANDIS, L. *Politics and oil : Moscow in the Middle East*. Dunellen Publishing Company, Nova Iorque, 1973.

LANGOHR, V. Too Much Civil Society, Too Little Politics: Egypt and Liberalizing Arab. *Comparative Politics*, Vol. 36, No. 2 (Jan., 2004), pp. 181-204.

LAROUÏ, A. *L'ideologie arabe contemporaine*. Paris: 1977.

LATHAM, M. *Modernization as ideology, American social science and « Nation Building » in the Kennedy Era*. University of North California Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *The right kind of revolution, Modernization, Development, and the U.S. Foreign Policy from the Cold War to the present*. Cornell University Press, Londres, 2011.

LAURENS, H. *Paix et guerre au moyen-orient*. A. Colin: Paris, 1999

\_\_\_\_\_. *Le moyen-orient au 20e siècle*. A, Colin: Paris, 2002

\_\_\_\_\_. *Orientales*. CNRS Éditions, Paris, 2007.

\_\_\_\_\_. *Le grand Jeu, Orient arabe et rivalités internationales depuis 1945*. Armand Colin, 1991.

\_\_\_\_\_. Regard de Henry Laurens sur le Moyen Orient. 2013. In: <http://www.moyenorient-presse.com/?p=22> (acessado em 13/01/2014).

\_\_\_\_\_. Entretien avec Henry Laurens, la notion de Moyen Orient. 2009. In: <http://www.lescledumoyenorient.com/Entretien-avec-Henry-Laurens-La.html> (acessado em 12/03/2014).

LAWSON, F. *Constructing international relations in the arab world*. California: Stanford Press, 2006.

LEFORT, C. *Le travail de l'oeuvre de Maquiavel*. Gallimard, Paris: 1972.

LENCZOWISKI, G. Radical Regimes in Egypt, Syria, and Iraq: Some Comparative Observations on Ideologies and Practices. *The Journal of Politics*, Vol. 28, No. 1 (Feb., 1966), pp. 29-56.

LERNER, D. *The passing of traditional society -modernizing middle east*. The free press of glencoe, 1962.

LESLIE, S. *The Cold War and American Science: The Military-Industrial-Academic Complex at MIT and Stanford*. Columbia University Press, New York: 1993.

LIAUZU, C. *L'enjeu tiersmondiste, Débats et combats*. L'Harmattam, Paris, 1987.

LIGHT, M. (Org.) *Throubled Friendships, Moscow's Third World Ventures*. British Academic Press, Londres, 1993.



\_\_\_\_\_. *The Soviet Theory of International Relations*. Wheatsheaf Books, Brighton, 1988.

LOUIS, R. & OWEN, R. (Org. ) *A revolutionary year, The Middle East in 1958*. Tauris, Nova Iorque : 2002.

LITTLE, D. The New Frontier on the Nile: JFK, Nasser, and Arab Nationalism . *The Journal of American History*, Vol. 75, No. 2 (Sep., 1988), pp. 501-527.

LUTHI, J. *L'Égypte des rois, 1922-1953*. L'Harmattan, Paris, 1997.

MABRO, R. *The Egyptian economy 1952-1972*. Oxford: 1974.

\_\_\_\_\_. Egypt's Economic Relations with the Socialist Countries. *World Development*, Vol.3, n.5, 1975: 299-313.

McGREGOR, A. *A military history of modern Egypt: from the Ottoman conquest to the Ramadan War*. Westport, Connecticut, Londres: 2006.

McNAMARA, R. *Britain, Nasser and the balance of power in middle west (1952-1967)*. Frankcass, Londres.

MANSFIELD, P. *Nasser e a Revolução Egípcia*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *The arab world*. Nova Iorque: Crowell, 1976.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Hemus, São Paulo : 1977.

MARTINEZ-GROS, G. & VALENSI, L. *L'Islam, l'islamisme et l'Occident, genèse d'un affrontement*. Édition du Seuil, Paris, 2004.

MEDEIROS, C. A economia política da internacionalização sob a liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, J. (Org.) *O poder americano*, Vozes, Petrópoles, 2004.

MINISSIAN, T. Les avatars du “grand dessin” russe. Vintième siècle, Revue d’histoire. Annee 1991, Vol. 32, N. 32, pp. 65-74.

MONIZ-BANDEIRA, L. *Formação do império americano*. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

MONROE, E. *Britain's moment in middle east: 1914-1956*. John Hopkins Press, 1963.

MOORE, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia -senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MUFTI, M. *Sovereign creations: Pan-arabism and Political Order in Syria and Iraq*. Ithaca, New York: 1996.

MUSLIH, M. (1991) The rise of local nationalism. In: KHALIDI, R. *The origins of Arab nationalism*. Columbia Press, New York: 1991.

NASSER, G. *A revolução no mundo árabe*. Edarli, 1963

\_\_\_\_\_. *Carta nacional apresentada por el presidente de la republica arabe unida*. Congresso, 1962.

NAYAR, B. R. Political Mainsprings of Economic Planning in the New Nations: The Modernization Imperative versus Social Mobilization. *Comparative Politics*, Vol. 6, No. 3 (Apr., 1974), pp. 341-366.

NOBLE, P. From arab system to middle eastern system? regional pressures and constraints. In: KORANY, B. & DESSOUKI, H. *The foreign policies of arab states -the challenge of globalization*. Cairo: American University in Cairo Press, 2008: 67-166.

OREN, M. Escalation to Suez: The Egypt-Israel Border War, 1949-56. *Journal of Contemporary History*, Vol. 24, No. 2, Studies on War (Apr., 1989), pp. 347 –373.

\_\_\_\_\_. *Six days of War, June 1967 and the making of the modern Middle East*. Oxford University Press, Londres, 2002.

OVENDALE, R., *The Origins of the Arab-Israeli Wars*. Longman: Londres, 1991.

\_\_\_\_\_. *Britain, the United States and the Transfer of Power in the Middle East*. Leicester: Leicester University Press, 1996.

OWEN, R. *Stato, potere e politica -nella formazione del Medio Oriente moderno*. Bologna: Casa editrice il ponte, 2005.

\_\_\_\_\_. *The Middle East in the World Economy, 1800-1914*. T.B. Tauris, New York: 2005.

OWEN, R. & PAMUK, S. *A history of Middle East Economies in the Twentieth century*. Tauris, Londres, 1998.

PAINE, C. The Political Economy of Arms Transfers To the Middle East .MERIP Reports, No. 30 (Aug., 1974), pp. 3-26.

PATANNAYAK, S. *Egypt's policy of non-alignment: a comparative study of Nasser and post-Nasser eras*. Classical, Nova Delhi, 2000.

PARKER, G. *La rivoluzione militare*. Bologna: Il Mulino, 2012.

PATERSON, T. (1972) Foreign Aid under Wraps: The Point Four Program. In: The Wisconsin Magazine of History, Vol. 56, N. 2 (Winter, 1972-1973), pp. 119-136.

PEARCE, C. *Rostow, Kennedy and the rhetoric of foreign Aid*. Michigan State University Press, East Landing: 1997.

PERMUTTER, Amos. The Praetorian State and the Praetorian Army: Toward a Taxonomy of Civil-Military Relations in Developing Polities .Comparative Politics, Vol. 1, No. 3 (Apr., 1969), pp. 382-404.

\_\_\_\_\_. The Myth of the Myth of the New Middle Class: Some Lessons in Social and Political Theory. Cambridge University Press: Comparative Studies in Society and History, Vol. 12, No. 1 (Jan., 1970), pp. 14-26.

PIRENNE, H. *Maomé e Carlos Magno -o impacto do Islã sobre a civilização européia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

POMMIER, S. *Égypte -l'envers du décor*. Paris: La découverte, 2008.

QUEUILLE, P. *Histoire de l'Afro-Asiatisme, la naissance du tiers monde*. Payot, Paris, 1965.

REALSTON, D. *Importing the european army -the introduction of european military techniques and institutions into the extra-european world 1600-1914*. Chicago: Chicago Press, 1990.

RESHETAR, J. The Soviet Union and the Neutralist World. In: American Academy of Political and Social Science, Philadelphia, 1965, p. 102-112.

RICHARDS, A. & WATERBURY, J. *A political economy of the Middle East*. Westview Press, Boulder, 2008.

RIST, G. *Le développement, histoire d'une croyance occidentale*. Sciences Po Press, Paris, 2013.

RIVIER, F. *Industrie et politiques industrielles en Égypte*. CERMOC, Beyrouth, 1979.

RIVLIN, P. Nasser's Egypt and Park's Korea : A Comparison of their Economic Achievements. In : PODEH, E. & WINCLER, O. (ORG.) *Rethinking Nasserism, revolution and historical memory in modern Egypt*. University Press of Florida, Gainesville, 2004.

RODISON, M. *Marxisme et monde musulman*. Paris: Fayard, 1987.

\_\_\_\_\_. *Islam and capitalism*. Beirut: Seul, 2007.

\_\_\_\_\_. L'Égypte nassérienne au miroir marxiste. In : *Le Temps Modernes*, n.203, 1963.

ROSTOW, W. *As etapas do desenvolvimento econômico : um manifesto não-comunista*. Zahar Editores, Rio de Janeiro : 1961.

ROY, O. *Génealogie de l'islamisme*. Paris: pluriel, 2009.

RUBIN, B. America and the Egyptian Revolution, 1950-1957. *Political Science Quarterly*, Vol. 97, No. 1 (Spring, 1982), pp. 73-90.

SADAT, A. *Autobiografia*. DIFEL, Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. *Révolte sur le Nil*. Pierre Amiot, Paris, 1957.

SAID, E. US Policy and the Conflict of Powers in the Middle East. *Journal of Palestine Studies*, Vol. 2, No. 3 (Spring, 1973), pp. 30-50.

\_\_\_\_\_. *Orientalismo -o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SAMIR, A. C. Islamic banks and financial institutions, a survey. In: *Journal of Muslim Minorities Affairs*, XVII, 1, 1997: 118-119.

SAYIGH, Y. The Gulf Crisis: Why the Arab Regional Order Failed. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 67, No. 3.

SAYGH, Y. & SHLAIM, A. *The Cold War and the Middle East*. Clarendon Press, Oxford, 1997.

SCHMIDT, D. *Yemen: the unknown war..* Bodley Head, Londres , 1968.

SELAK, C. The Suez Canal Base Agreement of 1954. *American Society of International Law*. Vol.49, No.4, Oct.1996.

SHENNAN, J. *Le origini dello stato moderno in Europa -1450-1725*. Milão: Il Mulino, 1991.

SIEYÈS, E. *Qu'est-ce que le tiers-état ?* Champs classiques, Paris, 1988.

SIRRS, O. *Nasser and the Missile Age in the Middle East*. Routledge, Nova Iorque, 2005.

SMITH, C. D. The Intellectual and Modernization: Definitions and Reconsiderations: The Egyptian Experience . *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 22, No. 4 (Oct., 1980), pp. 513-533.

SNIDER, L. W. Comparing the Strength of Nations: The Arab Gulf States and Political Change. *Comparative Politics*, Vol. 20, No. 4 (Jul., 1988), pp. 461-484.

STANIS, V. et al. *The role of the state in socio-economic reforms in developing countries*. Progress Publishers, Moscou: 1976.

STEPHENS, R. The Great Powers and the Middle East. *Journal of Palestine Studies*, Vol. 2, No. 4 (Summer, 1973), pp. 3-12.

\_\_\_\_\_. *Nasser*. Londres, 1971.

STEWART, Philip D. & HERMANN, Margaret G. & HERMANN, Charles F. Modeling the 1973 Soviet Decision to Support Egypt. *The American Political Science Review*, Vol. 83, No. 1 (Mar., 1989), pp. 35-59.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (S.I.P.R.I.) *Le commerce des armes avec le Tiers Monde, et ses conséquences économiques et politiques*. Guy Le Prat, Paris: 1976.

STORK, J. Arms industries of the Middle East. 2013. In : <http://www.merip.org/mer/mer144/arms-industries-middle-east> (acesso 20/03/2014).

TAKEYH, R. *The origins of the Eisenhower Doctrine, The US, Britain and Nasser's Egypt, 1953-57*. St. Martin Press, Oxford, 2000.

TACKNEY, Cathy. Dealing Arms in the Middle East. Part II: Israel and Egypt Since 1968 *MERIP Reports*, No. 9 (May - Jun., 1972), pp. 18-28.

TERNISIEN, X. *Les frères musulmans* Fayard: Paris, 2005

TILLY, C. *The formation of nation states in Europe*. New Jersey: Princetown Press, 1975.

TOROBIN, A. *Egyptian policy toward the Arab world, 1955-1958*. McGill University, 1967.

TURKIYE, S. & GUÇLER, O. Turkey-Middle East relations in the Cold War Era and the Great Powers. *History Studies: International Journal of History*, Vol. 4, Issue 2, Julho 2012, pp. 393-402. Em: [http://www.historystudies.net/Makaleler/1180552009\\_Nedim\\_Yalansizz.pdf](http://www.historystudies.net/Makaleler/1180552009_Nedim_Yalansizz.pdf) (acesso dia 22 de janeiro 2014).

TRUMAN, H. Point Four Speech. Em: <http://www.bartleby.com/124/pres53.html>. (acessado dia 10/10/2013).

ROS, J. The pioneers of developmente economics. In: JOMO, K.S. & REINERT, E.S. *The origins of development economics. How schools of development thought have addressed development?* Zed Books, New York: 2005.

\_\_\_\_\_. War-making and state-making as organized crime. In: EVANS P., RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (Org.) *Bringing the state back*. Cambridge, Cambroge Press, 1985.

TRIMBERGER, E. *Revolution from above: military bureaucracy and development in Japan, Turkey, Egypt and Peru*. New Jersey: Transaction books, 1978.

UZER, U. & UZER, A. Diverging on the Cold War: Baghdad Pact as a source of conflict between Turkey and the Arab countries. *The Turkish Yearbook of International Relations*, Ankara University Press, 1960. In: [http://dergiler.ankara.edu.tr/eng/detail.php?id=44&sayi\\_id=677](http://dergiler.ankara.edu.tr/eng/detail.php?id=44&sayi_id=677) (acesso dia 10/02/2014).

VATIKIOTIS, P. J. Dilemmas of Political Leadership in the Arab Middle East: The Case of the United Arab Republic. *The American Political Science Review*, Vol. 55, No. 1 (Mar., 1961), pp. 103-1.

\_\_\_\_\_. *The Egyptian Army in Politics*. Bloomington, IN, Indiana University Press, 1961.

\_\_\_\_\_. *Egypt since the Revolution*. London, Allen & Unwin, 1968.

\_\_\_\_\_. *The Modern History of Egypt*. London, Weidenfeld & Nicolson, 1969.

\_\_\_\_\_. *Nasser and his Generation*. London, Croom Helm, 1978.

\_\_\_\_\_. *The Middle East, from the end of Empire to the end of the Cold War*. Routledge, Nova Iorque, 1997.

WALLERSTEIN, I. *World system analisys*. London, Duke University Press, 2004.

WATERBURY, John. *Twilight of the State Bourgeoisie?* Cambridge University Press:

International Journal of Middle East Studies, Vol. 23, No. 1 (Feb., 1991), pp. 1-17.

\_\_\_\_\_. *The Egypt of Nasser and Sadat*. Princeton, Nova Iorque, 1983.

WEINBAUM, Marvin G. Dependent Development and U.S. Economic Aid to Egypt. Cambridge University Press: International Journal of Middle East Studies, Vol. 18, No. 2 (May, 1986), pp. 119-134.

WEINER, T. *O legado das cinzas -uma história da CIA*. Record, Rio de Janeiro, 2008.

WILBER, C. *The soviet model and the underdeveloped countries*. The University of North Carolina Press. Chapel Hill, 1969.

WILLETTS, P. The non-alignment and the Afro-Asian Movement. The origins of a Third World alliance. Nichols, New York: 1978.

WITTY, David M. A Regular Army in Counterinsurgency Operations: Egypt in North Yemen, 1962- 1967 . The Journal of Military History, Vol. 65, No. 2 (Apr., 2001), pp. 401-439.

YERGIN, D. *The prize -the epic quest for oil, money & power*. New York: Free Press, 1990.

YOUSEF, T. M. Development, Growth and Policy Reform in the Middle East and North Africa since 1950. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 18, No. 3 (Summer, 2004), pp. 91-115.

YAQUB, S. *Containing Arab nationalism, the Eisenhower doctrine and the Middle East*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 2004.

YODFAT, A. *Arab politics in the soviet mirror*. Israel Universities Press, Jerusalem, 1973.

YOUSSEF, C. *Arab nationalism -a history*. Oxford, Blackwell Publishers, 2000.